

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

MARIA ANGÉLICA DA COSTA SILVA

“ÁGUA PARA TODO E SEMPRE”: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO EM
ITUIUTABA-MG (1970-1980)

Uberlândia

2018

MARIA ANGÉLICA DA COSTA SILVA

“ÁGUA PARA TODO E SEMPRE”: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO EM
ITUIUTABA-MG (1970-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Política

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu

Uberlândia

2018

“ÁGUA PARA TODO E SEMPRE”: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO EM
ITUIUTABA-MG (1970-1980)

Dissertação aprovada para a obtenção do título de mestre no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 15 de março de 2018.

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Orientador)
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

Profª. Dra. Anny Jackeline Torres da Silveira
(Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Prof. Dr. Wolfgang Lenk
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

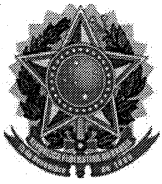
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586a 2018 Silva, Maria Angélica da Costa, 1989-
"Água para todo e sempre" : políticas públicas de saneamento em
Ituiutaba-MG (1970-1980) / Maria Angélica da Costa Silva. - 2018.
174 f. : il.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.908>
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Políticas públicas - Ituiutaba (MG) - História -
Teses. 3. Urbanização - Ituiutaba (MG) - História - Teses. 4. Saneamento
- Ituiutaba (MG) - História - Teses. I. Abreu, Jean Luiz Neves. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO, nº. 354, PPGHI.
Junto ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

DATA: 15 de março de 2018. Horário: início: 14h - encerramento: 17h
LOCAL: Sala 1H67, *Campus* Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.
DISCENTE: **Maria Angélica da Costa Silva** – matrícula n. **11612HIS007**
TÍTULO DO TRABALHO: “Água para todo e sempre”: políticas públicas de saneamento em Ituiutaba-MG (1970-1980).
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História Social.
LINHA DE PESQUISA: Política e Imaginário.
PROJETO DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO: Dimensões do imaginário na modernidade.

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores:
Anny Jackeline Torres Silveira – Docente – UFOP
Wolfgang Lenk – Docente – UFU
Jean Luiz Neves Abreu – UFU – orientador e presidente da Banca.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa apresentou à Banca Examinadora a candidata e agradeceu a presença do público, concedendo à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, emitiu parecer final.

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata A PROVADA.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.

Prof. Dra. Anny Jackeline Torres Silveira

Prof. Dr. Wolfgang Lenk

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu
Orientador

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas contribuíram para a conclusão deste trabalho. Por isso, eu não poderia deixar de lhes prestar minha sincera gratidão.

Sou grata à SAE – Superintendência de Água e Esgotos – por permitir o acesso a uma parte de seus arquivos. E, principalmente ao Sr. Humberto Henrique de Almeida, que, a partir de seu zelo e interesse em preservar a memória e a história da autarquia, compartilhou informações valiosas e os arquivos e relatórios técnicos da Superintendência. Ao Sr. Fabiano Soares Vilela, também funcionário da autarquia, pela paciência e boa vontade de ceder espaço em sua sala para a digitalização dos relatórios, durante a pesquisa. Agradeço aos demais funcionários da SAE pela receptividade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU pela oportunidade de cursar o Mestrado e de desenvolver a pesquisa. Ao CNPq pela concessão da bolsa. Ao meu orientador Jean Luiz Neves Abreu pela paciência, profissionalismo e disponibilidade. Aos professores Dr. Wolfgang Lenk (Instituto de Economia – UFU) e Dr. Marcelo Lapuente Mahl (Instituto de História – UFU), cujas observações foram imprescindíveis para o aprimoramento do trabalho.

Sou grata pelos colegas da linha de Pesquisa de Política e Imaginário e a todos os professores, que contribuíram diretamente para a minha formação nesse período, ampliando meu horizonte intelectual. Agradeço a amizade que se fortaleceu nessa jornada: Driele Silva Honorato, Kleber Sienna, Robert Mori, e especialmente, Pablo Henrique Costa Santos, cujo meu apreço é imenso. Obrigada pelas conversas, pela amizade, confiança e pelas aventuras nos eventos acadêmicos!

Agradeço à minha família e amigos próximos pela compreensão da minha ausência. À Natália F. C. Santos e Rodrigo R. Santos, por abrirem suas portas para me receber quando precisei de hospedagem. À Dona Emília Maria de Jesus, grande incentivadora e avó orgulhosa. A Wellison D. Carvalho pela paciência, pelo companheirismo, e pelo apoio em todos esses anos, desde a graduação.

RESUMO

Este trabalho almeja discutir o efeito das políticas públicas federais voltadas à saúde e ao saneamento na região de Ituiutaba-MG, entre 1970 e 1980. O período corresponde ao momento de consolidação da autarquia municipal SAE – Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba. Durante o processo de modernização urbana da cidade, o sistema de abastecimento de água se tornou um dos elementos primordiais do mesmo. Os SAAEs são sistemas de abastecimento de água simples instalados em diversos municípios por intermédio do SESP – Serviço Especial de Saúde Pública. Este foi transformado em Fundação SESP na década de 1960. Inicialmente o órgão foi criado por meio de um acordo bi-lateral entre os Estados Unidos e o Brasil para os esforços de Guerra, em 1942. Após esse ensejo, o SESP acabou se tornando o passo inicial para a implantação de políticas sanitárias a nível federal, atendendo os estados e municípios, no meio urbano e rural, com obras de saneamento, combate à endemias, educação sanitária, formação de agentes e profilaxia.

Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde; Saneamento; Pontal do Triângulo Mineiro; Urbanização.

ABSTRACT:

This work aims to discuss the effect of federal public policies on health and sanitation in the Ituiutaba-MG region, between 1970 and 1980. This period corresponds to the moment of consolidation of the municipal authority SAE - Ituiutaba Water and Sewage Superintendence. During the process of urban modernization of the city, the water supply system became one of the primordial elements of this process. The SAAEs are simple water supply systems installed in several municipalities through SESP - Special Public Health Service. It has been transformed into SESP Foundation in the 1960s. Initially, the agency was created through a bi-lateral agreement between the United States and Brazil for the war effort in 1942. After that, SESP became the initial step towards the implementation of sanitary policies at the federal level, serving the states and municipalities in urban and rural areas, with sanitation, combating endemics, health education, training of agents and prophylaxis.

Keywords: Public policies; Healthy; Sanitation; Pontal of the Triângulo Mineiro; Urbanization.

LISTA DE SIGLAS

ANM – Associação Nacional de Medicina

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEBs – Companhias Estaduais de Abastecimento.

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DGSP – Departamento de Geral de Saúde Pública

DNERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais

DNS – Departamento de Saúde

DNOCs – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

FAE – Fundo de Financiamento para Água e Esgotos

FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IAIA – Instituto de Assuntos Inter-Americanos

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

POLOCENTRO - Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos

SAE – Superintendência de Água e Esgotos (de Ituiutaba)

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNM – Serviço Nacional de Malária

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1.....	32
Reprodução do primeiro traçado das ruas de Ituiutaba, final do século XIX	
Figura 2	33
Reprodução da vista aérea de Ituiutaba na década de 1930	
Figura 3	33
Reprodução – saída de casamento em 1929	
Figura 4	34
Reprodução – Praça Cônego Ângelo	
Figura 5	38
Reprodução de mapa das rodovias do Triângulo Mineiro	
Figura 6	41
Zoneamento urbano de Ituiutaba em 1955	
Figura 7	56
Microrregião de Ituiutaba no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	
Figura 8	106
Reprodução – Traço para caixas d’água de cimento	
Figura 9	107
Reprodução - Desenho de forma cilíndrica para caixas d’água e manilhões	
Figura 10	108
Reprodução - Diretrizes para reservatório de telha francesa	
Figura 11.....	109
Reprodução - Reservatório domiciliar de telha francesa e conjunto com reservatório, banheiro e tanque	
Figura 12	113
Reprodução – Esquema de uma estação de tratamento de água	
Figura 13.....	114
Reprodução - Esboço da estação de Tratamento de Colatina (ES)	
Figura 14	115
Reprodução - Imagem aérea da estação de tratamento de água de Ituiutaba-MG	
Figura 15.....	117
Reprodução - Fluxograma da Captação, tratamento e distribuição da água – SAE	
Figura 16	118
Reprodução - Estação de captação do Ribeirão São Lourenço	

Figura 17.....	120
Cursos d'água em Ituiutaba	
Figura 18	134
Estágio da obra da estação de distribuição e tanque – SAE, 1967	
Figura 19.....	139
Filtros clarificadores de contato na SAE de Ituiutaba	
Figura 20.....	141
Redes de água de 1973 a 1980	
Figura 21.....	142
Bairros e arruamento do bairro Centro de Ituiutaba - principais ruas e avenidas	
Figura 22.....	150
Representação das placas indicativas da prefeitura ao longo da Avenida Dezesete	
Figura 23	155
Etapas da Construção da Avenida José João Dib	
Figura 24	155
Avenida José João Dib – vista aérea a partir da Av. 5	
Figura 25	156
Parte da Av. José João Dib construída entre 2005 e 2008	
Figura 26	156
Vista da Av. José João Dib a partir da Av. 25	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	51
Atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais	
Quadro 2	124
Acesso à rede de água em Ituiutaba	
Quadro 3	125
Domicílios com rede de esgotos ou outros escoadouros	
Quadro 4.....	128
Cobertura COPASA por microrregião e cidades principais	
Quadro 5.....	129
Cidades mineiras atendidas pela FSESP (em rede com SAAE de Ituiutaba) e desfecho do final dos convênios	
Quadro 6	143
Acesso e uso da água domiciliar em 1980	
Quadro 7	147
Domicílios com rede de água e esgotos em Ituiutaba – 1960-1980	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	144
Número de ligações domiciliares e totais* na década de 1970	
Gráfico 2	145
Mortalidade infantil por desidratação e gastroenterite – crianças até 12 meses	
Gráfico 3.....	146
Mortalidade infantil por desidratação e gastroenterite – Crianças de até 05 anos	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 -A MODERNIDADE NO SERTÃO TRIANGULINO.....	29
1.1 - Um cenário bucólico	29
1.2 - A agricultura na “capital do arroz”.....	46
1.3 - Afinal o que é o pontal? O projeto político da década de 1970.....	55
1.4 - Os Interlocutores do Progresso: a cidade nos jornais	64
2 -DOS ACORDOS DE GUERRA AO SANEAMENTO: A CRIAÇÃO DO SESP	
E SUA TRANSFORMAÇÃO EM FUNDAÇÃO.....	75
2.1- A relação entre interdependência social e saneamento no Brasil (1910-1930)	75
2.2 - A criação e atuação do SESP (1942-1960)	79
2.3 - O remodelamento do Sesp enquanto órgão voltado ao saneamento: sua fase nacionalista, o fim dos financiamentos estrangeiros e a criação da Fundação	88
2.4 - A criação do PLANASA	96
2.5 - Aspectos da metodologia de trabalho da Fundação: objetividade e efetividade herdadas do SESP.....	101
2.6 - O sistema de abastecimento	112
3- “TEMOS ÁGUA, MUITA ÁGUA!”	119
3.1 - Demandas e alternativas no início do século XX.....	119
3.2 - O Processo de instalação da SAE em Ituiutaba	127
3.3 - Os primeiros anos da autarquia na cidade	137
3.4 - “A Obra do século”	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
FONTES	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168

INTRODUÇÃO:

As políticas públicas de saneamento empreendidas no Brasil nos meados do século XX visavam atender não somente uma demanda gritante por parte das populações urbanas e rurais por saneamento, como também estão entrelaçadas a fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais e de saúde pública, relacionados diretamente à qualidade de vida do povo brasileiro e à gestão do Estado Nação. Desde a descoberta da precariedade de vida das populações sertanejas no início do século XX, solucionar a falta de saneamento no país havia se tornado um dos maiores desafios enfrentados pela nação, não somente por conta do acolhimento de sua gente, mas também pela necessidade de se criarem condições para seu desenvolvimento e modernização.

A partir das expedições ao interior do país, promovidas por médicos sanitaristas no início do século XX, constatou-se que a grande maioria das pessoas vivia em condições precárias, sem saneamento, entregues à pobreza, à desinformação e às doenças. Além de não possuírem identificação com a comunidade nacional, terem baixa expectativa de vida, com pouco ou nenhum rendimento para o trabalho e completamente destituídas de perspectivas¹. Verificou-se que a causa de tais mazelas era a falta de condições de higiene, ocasionada pela desinformação e pela ausência de infraestrutura. Essa, em decorrência do pacto federativo, era responsabilidade dos governos estaduais e locais, que, muitas vezes acabavam entregues aos desmandos do coronelismo. Não se atentava para as reais necessidades dos cidadãos que eram representados pelo poder político. A solução encontrada foram as concessões feitas pelos estados à União, que, aos poucos, abriram espaço para a ação do poder Federal, ou mesmo solicitando a sua intervenção, sobretudo no combate às epidemias, como febre amarela, doença de chagas e esquistossomose².

¹ Uma das mais conhecidas é a expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz, liderada por Belisário Penna e Artur Neiva, ao interior do Brasil, em 1912. O relatório da expedição identificou os problemas pelos quais as populações sertanejas eram acometidas, entregues à doenças (como chagas e malária) e à pobreza, sem identificação com a comunidade nacional, alienadas da cidadania e improdutivas. Esses problemas eram causados pela ineficiência dos governos locais e pela falta de saneamento e conhecimento. Cf. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 62-67.

² No Brasil Republicano as discussões acerca da saúde pública foram iniciadas em âmbito especializado – Agência Nacional de Medicina (ANM) e no Instituto Oswaldo Cruz – em virtude do grande número de endemias rurais e do quadro precário das condições de saneamento do interior do país. Até o início dos anos 1920, a União não atuava diretamente sobre essa questão em virtude do pacto federativo (Constituição de 1891) que proporcionava autonomia aos estados sobre as decisões acerca da saúde pública. Uma das primeiras atuações da União voltada à solução de problemas de saúde não somente na capital da República foi através da criação do Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP) e da formulação de uma legislação sanitária, que tentaria resolver os problemas na capital da República e no Rio de Janeiro, em virtude da Epidemia de Febre Amarela, ocorrida

Entre as medidas adotadas para sanar os problemas sanitários do país estão as parcerias com órgãos internacionais e as estratégias adotadas em diferentes conjunturas históricas. Dentre tais medidas está a criação do SESP – Serviço Especial de Saúde Pública – que resultou de um acordo bilateral empreendido entre o Brasil e os Estados Unidos, visando atender os esforços de guerra daquela nação, durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto os EUA necessitavam de matérias-primas como borracha e minério de ferro, o Brasil demandava não somente que aquelas áreas a serem exploradas – o vale do Rio Doce e o Vale do Amazonas – fossem saneadas para garantir a permanência dos trabalhadores, como também era necessário que a atuação do órgão de saúde se expandisse para outros lugares que necessitassem urgentemente de serviços sanitários³.

O SESP atuaria promovendo saneamento nas comunidades e áreas a serem exploradas aqui no Brasil. Com o avanço dos anos, se expandiu pelo território nacional. Dessa forma, foram fundadas as bases das políticas nacionais de saneamento brasileiras. O SESP atuou por décadas no Brasil, no combate a endemias, na criação de sistemas simples de água e esgotos, na difusão de informação e dos conhecimentos científicos e na formação de técnicos e enfermeiros.

Outra herança do SESP foi a criação dos SAAEs – Sistemas Autônomos de Água e Esgotos – que são estações de tratamento e distribuição de água instaladas em cidades menores (até 20 mil habitantes) e que se mostraram efetivas em sua atuação, naquelas cidades cuja gestão foi colocada à parte do erário público municipal, ou seja, na forma de autarquia. Uma delas, que apresentou continuidade e oferta serviços de qualidade à população, é a SAE – Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba, cujo processo de consolidação ocorreu após a extinção do SESP, na década de 1970 e que será objeto de discussão deste trabalho.

Diante do exposto, o objetivo principal da presente pesquisa é investigar o processo de instalação e de consolidação da autarquia SAE em Ituiutaba-MG, quais os fatores políticos estavam envolvidos para que a cidade fosse contemplada com uma autarquia, além de quais

entre 1902 e 1904. Em seguida, em 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e a Liga Pró-Saneamento, que serviria como a extensão do Estado, juntamente com a nova legislação sobre o tema da saúde pública, no combate à epidemias e endemias, através da instalação de postos de saúde, de hospitais, ações educativas junto à população, oferta de medicamentos e obras sanitárias no interior do país. Cf.: HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, (p. 40-61), 1993, p. 9-10.

³ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.35.

foram os impactos da instalação da mesma, no que tange à melhoria da qualidade de vida da população urbana. Neste sentido, os objetivos contemplam ainda a investigação dos processos históricos que levaram ao surgimento do SESP e sua transformação em Fundação, além de buscar o conhecimento sobre a instalação de um sistema de abastecimento local, na cidade, como resultado e/ou ferramenta do processo de modernização urbana da mesma. Mesmo que o período de consolidação da autarquia municipal tenha ocorrido após a extinção do SESP/FSESP, na década de 1970, e sua gestão entregue à prefeitura em parceria com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – o modelo de gestão e de atuação continuou o mesmo que o proposto pela FSESP. A autarquia é uma das poucas experiências que continuaram após a criação das companhias estaduais de abastecimento, nas décadas de 1970 e 1980, e tem se mostrado efetiva na oferta dos serviços à cidade. A instalação da SAE está ligada ao processo de desenvolvimento urbano da cidade, em um período de fomento econômico vivido pela mesma, nas décadas de 1960 e 1970, que lhe acarretou novas configurações espaciais. Nesse processo, a implantação de um sistema de abastecimento se tornou imprescindível para atender as novas demandas trazidas pelo aumento populacional, ocorrido naquele momento.

A hipótese aqui levantada é a de que a classe política local, aspirando ao crescimento econômico da cidade e percebendo que o meio urbano demandava de infraestrutura para seu desenvolvimento, buscou junto aos órgãos federais uma forma de sanar a questão do abastecimento de água. Além disso, a cidade possuía, na década de 1960, certa proeminência na microrregião, tanto por fatores políticos como econômicos, o que pode ser um motivo de sua contemplação pelo programa SESP. Outra hipótese é a de que havia um projeto urbano por parte dessa elite, que visava direcionar o crescimento da cidade, buscando sempre extrair do mesmo o máximo de lucro. Isso ocorria por uma crença no progresso, onde a cidade estaria destinada ao desenvolvimento constante, portanto, demandando que aquele espaço fosse ordenado da melhor forma possível. Além disso, com a estratégia de arranjo do espaço citadino, acabou por se promover a segregação socioespacial na configuração urbana do município, alienando as populações mais pobres do consumo da água portátil, o que começou a ser mitigado no final da primeira década de existência da SAE.

A implantação da autarquia ocorreu por meio de contrato entre o Governo Federal e o Município, ou seja, a administração estadual não se encarregou diretamente desse processo. A cidade possuía um sistema de abastecimento prévio, como constatado nos relatórios preliminares feitos pela FSESP. No entanto, esse sistema era insuficiente para atender a

população, além do fato de a água não ser tratada. A obra foi custeada pelos recursos emprestados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de uma parte paga pelo município. De qualquer forma, levaria décadas para que a população urbana em sua plenitude fosse atendida pelos serviços, não pelo fator de seu crescimento, mas pela extensão das redes de abastecimento que foram progredindo lentamente em seu território ao longo dos anos. Logicamente a população periférica foi a que mais ansiava pelos serviços e a que demorou mais tempo para ser atendida. Em 1980 boa parte da cidade era atendida pela SAE.

O estudo das políticas públicas de saneamento no Brasil é um tema que atrai o interesse de vários pesquisadores⁴ de diferentes áreas, sobretudo devido à demanda da população pela prestação de serviços de qualidade que nem sempre é atendida. Isso afeta várias esferas como a saúde, a cidadania, a economia e o meio ambiente. Dessa forma, são inúmeras as possibilidades de análise e de diálogo ao abordar o tema, que se coloca na ordem do dia, em se tratando das questões relacionadas à vida urbana, à política, à segregação social e espacial e também ao meio ambiente. A singularidade da pesquisa, que é aqui apresentada, se encontra no recorte temático e espacial, tanto em relação à microrregião de Ituiutaba, como em relação à região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. As políticas Federais de saneamento e seus impactos para o objeto em questão ainda não foi estudado mais detidamente, tampouco através de uma pesquisa historiográfica. Em geral, o tema do saneamento e das políticas públicas é debatido observando lugares e pontos de maior destaque, como capitais e metrópoles, ou as políticas federais e/ou estaduais em geral.

Em se tratando de um estudo acerca de políticas públicas de saneamento, cabe, aqui, que seja observada a noção de sistema político – que abarca as noções de Estado, poder, regime – definida como um “sistema de interações” que outorgam valores de autoridade a

⁴FREITAS, Eliano de Souza Martins. *As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG*. Tese de doutorado (em Geografia). Instituto de Geociências Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. *Política de Saneamento no Brasil: Atores, instituições e interesses*. Tese de doutorado (em Ciências/Saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2011.

SAIANI, Carlos Cesar Santejo. *Competição política faz bem à saúde? Evidências dos determinantes e dos efeitos da privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil*. Tese de doutorado (em economia de empresas). Instituto Fundação Getúlio Vargas. Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo, 2012.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

determinadas relações em uma sociedade, visando o bem da coletividade⁵. Por sua vez, o conceito de política é definido como o resultado de fenômenos implicados na conquista e exercício do poder⁶. Além disso, o mesmo refere-se, “por um lado, à gestão dos negócios públicos e, por outro, às ações da sociedade civil a fim de ter suas reivindicações atendidas”⁷.

Nesse campo, as políticas públicas atuam como resultado da gestão dos negócios públicos envolvendo tanto os embates e disputas de poder entre instituições, como prefeituras, autarquias municipais, companhias estaduais de abastecimento e Governo Federal, como também as práticas políticas da sociedade civil, ao demandar e questionar a oferta e a qualidade dos serviços de saneamento.

No caso da proposta apresentada, a História Política serve como aporte teórico na medida em que será estudada a história de uma instituição alinhavada ao projeto nacional de criação de políticas de saneamento, que atendia uma demanda significativa da população. Esse estudo abarca não somente a história de uma região e de uma instituição, como também programas e projetos políticos que envolvem a conjuntura histórica a que ela pertence, mas também os embates políticos e sociais, que envolvem interesses diversos e vozes diferentes, dissonantes ou não.

No trabalho em questão, o recorte espacial se coloca como um processo ocorrido na cidade de Ituiutaba - MG, na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas que se insere em um contexto regional e nacional na medida em que a cidade exerceu influência política e econômica na sua microrregião e foi a única da mesma a ser contemplada pelas políticas de saneamento da época estudada. Além disso, a reivindicação uma influência regional da cidade esteve muito presente nos jornais pesquisados e nas falas dos vereadores na Câmara Municipal.

O conceito de região, tal como trabalhado por Albuquerque Júnior oferece suporte para trabalhar o recorte da pesquisa, na medida em que possibilita estabelecer uma escolha por critérios geográficos, mas também políticos. A região é resultado de processos históricos, disputas políticas, de interesses diversos de grupos sociais e de memórias. Ela não é somente resultado de uma fronteira, pois pode ser alocada de acordo com processos históricos que a

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In.: _____; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 38.

⁶Idem. *Ibidem*.

⁷ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 336.

transcendem. O regional deve ser questionado pelo pesquisador, que precisa evidenciar tais disputas e interesses, mostrando os aspectos que atraíram sua curiosidade, bem como mostrar os processos históricos que levaram ao surgimento daquele espaço, seja ele físico, político ou discursivo⁸. No primeiro capítulo, esse tema será discutido, sobretudo no que tange ao discurso de proeminência da cidade no que se denomina a região “Pontal do Triângulo Mineiro” e o papel exercido pelo município de Ituiutaba naquele contexto.

Além disso, o trabalho buscou evidenciar o processo de instalação e consolidação da autarquia na cidade, e não no município, além de procurar ressaltar a divisão dentro da própria cidade, entre as zonas urbanas, que trouxe à discussão a diferenciação dentro do meio urbano por classes sociais, por usos daquele solo e por interesses políticos e econômicos. Portanto, não haverá a narrativa de como se formou o Triângulo Mineiro como região, e sim a discussão de falas e tentativas de se empreender a proeminência do município dentro da sua microrregião geográfica, como estratégia política de atração de recursos e influências políticas⁹.

Uma região pode ser denominada por uma nomenclatura que a define, com sertão, litoral, centro, periferia. Nem sempre essa definição é geográfica, mas política e ideológica¹⁰. No caso do Brasil durante o início do século XX, o sertão era uma categoria social, que agrupava a maior parcela da população brasileira, excluída de direitos, entregue à pobreza e à doença. “Na instigante percepção de Afrânio Peixoto, os “Sertões do Brasil” começavam no fim da Avenida Central (Rio Branco)”¹¹ da capital federal, o Rio de Janeiro. Naquele contexto, o sertão era tudo o que se encontrava à parte daquela sociedade, e que estava relacionado com a doença e com a pobreza.

Afunilando o olhar para o âmbito local, percebe-se que ocorria uma divisão espacial. Esse processo se justifica porque a cidade é um espaço “produzido”, ou seja, há fatores e segmentos sociais que elaboram o espaço urbano, como os proprietários fundiários, os capitalistas, detentores dos meios de produção, os grupos sociais, sobretudo os excluídos, os promotores imobiliários e o Estado. Dessa forma, o espaço urbano se torna ao mesmo tempo,

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Muniz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008.

⁹ Sobre a formação do Triângulo Mineiro, Conferir: LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro do Império à República: O extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista* (Segunda metade do século XIX). Uberlândia: Edufu, 2010. ANDRADE, Mário Edison Ferreira de. *História do Triângulo Mineiro: Colônia e Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

¹⁰ AMADO, Janáina. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, jul. 1995.

¹¹ HOCHMAN, Gilberto. Op. Cit.2013, p. 69-70.

articulado e fragmentado. O local onde se engendram disputas territoriais e simbólicas, um condicionante social e um reflexo daquela sociedade¹². A cidade é o habitat das sociedades modernas.

De acordo com Rosen a modernidade trouxe a preocupação com a saúde e com o controle dos pobres pela classe burguesa¹³. Conforme as populações urbanas cresciam, os problemas causados pela falta de saneamento também aumentavam, donde surgiam epidemias e índices de mortalidade que afetavam toda a cadeia produtiva. Isso demandou a intervenção naquele espaço, visando melhorar seu aspecto e sua salubridade.

Rochman afirma que as epidemias ocorridas no Brasil e no mundo levaram as elites das sociedades modernas a constatar que havia elos de interdependência¹⁴ social, que tornavam qualquer indivíduo passível de se contaminar por doenças ou de sofrer as consequências das mesmas, independente de sua condição social. Essas consequências não seriam apenas em sua saúde, como também poderiam ocorrer em relação à sua condição econômica e social. As epidemias interferem em toda a sociedade, em todo o sistema produtivo, prejudicando até mesmo aqueles que se encontram aparentemente a salvo das situações de risco, que seriam as condições insalubres de trabalho e moradia. A doença contagiosa afetava a todos de qualquer maneira. Por isso, quando as elites sociais constataram a existência das possibilidades de contágio e de interferência das epidemias em seu cotidiano, mesmo que estivessem em condições de vida melhores que os pobres, passaram a buscar soluções coletivas para tais problemas. Foi a partir desse momento que se buscou a intervenção dado Estado, já que aquelas elites políticas, sociais e econômicas não queriam arcar sozinhas com os custos das externalidades¹⁵, ou seja, os desdobramentos resultantes das epidemias, e sua possibilidade iminente de contágio. Dessa maneira surgiram as primeiras políticas públicas voltadas ao bem-estar social, como as políticas de saneamento e saúde¹⁶. A noção de interdependência é, portanto, central para se compreender o processo de saneamento no caso aqui abordado.

¹² CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

¹³ ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. (Trad. Marcos da Silva Moreira e José de Alcântara Bonfim (Colaboração)). São Paulo: Hucitec: Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994, p. 116-117.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Entende-se, portanto, externalidades como as consequências negativas das epidemias.

¹⁶ *Ibidem*, p. 29.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *Saneamento no Brasil: Políticas e interfaces*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 138-144.

Os problemas relacionados à saúde e ao saneamento, no Brasil, começaram a demandar soluções mais efetivas por parte das autoridades já na Primeira República, momento em que as populações brasileiras do campo e da cidade enfrentaram diversas epidemias. No meio urbano, em decorrência do rápido crescimento das cidades portuárias e das metrópoles como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, em decorrência das atividades comerciais e urbanas, fizeram-se necessárias medidas voltadas à contenção de epidemias, como febre amarela, cólera, peste, varíola, entre outras, visando a segurança e a produtividade daquelas populações, bem como a manutenção do comércio internacional. Com isso, fizeram-se necessárias não somente medidas profiláticas, como também obras de saneamento de cidades e portos.

Essas medidas, constatados os elos de interdependência, fora responsáveis não somente pelas ações de saneamento e profilaxia no território nacional, como também para a criação de uma comunidade nacional, através do reconhecimento das populações sertanejas e de sua integração à ação governamental. O Estado se tornou, portanto um agente fomentador de uma ideologia da nacionalidade por meio das ações de saúde e saneamento¹⁷.

A partir de 1918 ocorreria uma reforma no setor de saúde pública, que atuou em duas frentes: uma urbana, sobretudo na capital Federal, e outra no meio rural. A primeira visava combater epidemias como a febre amarela e sanear portos, visando a manutenção do comércio internacional. A segunda tinha o intuito de combater a ancilostomíase, a malária e a doença de chagas¹⁸.

As políticas sanitárias empreendidas no Brasil envolveram também as obras de modernização urbana pelas quais muitas cidades passaram, envolvendo novas práticas, discursos e políticas relacionadas ao ambiente urbano. Tais obras acabaram servindo aos interesses do capital, de maneira a gerar a valorização do solo urbano, expulsando as classes mais pobres para as áreas periféricas das cidades, geralmente desprovidas de qualquer serviço público, como saneamento e iluminação elétrica. Dessa forma, esses processos de urbanização, calcados nos desejos de salubridade e modernização, não consideraram, ao longo da história, aspectos como cidadania e o direito à cidade acarretando um modelo de

¹⁷ HOCHMAN, Op. Cit. 2013, p. 52-59.

¹⁸ Ibidem, p. 64; REZENDE e HELLER, 2008, p. 139. De acordo com HOCHMAN (Op. Cit., 2013) As políticas de saúde empreendidas no Brasil tiveram como consequência a criação do Estado Nacional.

“urbanização privada,”¹⁹ no qual as obras de modernização subsidiaram a expulsão dos pobres para áreas cada vez mais afastadas, e aquelas áreas que sofrem melhoramentos passam por uma valorização exponencial. Isso incentivou a especulação em diversos locais pelas cidades, ajudando a modificar sua paisagem e determinando, muitas vezes, os locais onde seriam ofertadas benfeitorias mais prontamente, seja pelo viés municipal, seja pela ação do capital privado²⁰.

O processo de modernização urbana brasileiro, calcado na expulsão das classes menos favorecidas das áreas nobres das cidades, começou a apresentar seus problemas a partir dos anos 1930, e, juntamente com eles, novos parâmetros de modernização, sob a égide da burguesia urbana, que passaram a ser a eficiência, a ciência e a técnica. Dessa forma, com o surgimento dos problemas sociais urbanos, ou o agravamento dos mesmos, se tornou mais difícil estabelecer planos que não contemplassem a questão social²¹.

Em decorrência desses processos, que deixaram a questão social em segundo plano, em detrimento de outros fatores – mais urgentes, ou de maior evidência – acabou-se por criar problemas ainda maiores e de difícil solução, como a questão das águas, dos rios, das enchentes e da coleta e despejo de esgotos residenciais. O abastecimento de água, a coleta de esgotos e de águas pluviais tem sido uma questão difusa nos processos de urbanização brasileira, e fez com que muitas administrações públicas acabassem colocando em segundo plano um problema primordial, que é o tratamento e destinação dos esgotos, em detrimento da oferta de água tratada e outras medidas de resolução em curto prazo.

Comparando a conjuntura histórica vivida por Ituiutaba com uma boa parte das cidades brasileiras e até mesmo com cidades da própria microrregião, é notável a situação privilegiada do município, visto que boa parte da população tem acesso à água e serviço de coleta de esgotos, o que é uma demanda ainda persistente em muitas cidades. Por exemplo, em Cachoeira Dourada – MG, município vizinho, há corte do abastecimento em alguns períodos do dia. Desde 1999 os esgotos coletados na cidade são tratados antes de serem despejados no destino final. Cidades do Triângulo Mineiro, como Patos de Minas, por

¹⁹ SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

²⁰ Idem. 2011:130-145; ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (2ª Ed.), 1997, SP: FAPESP/Studio Nobel, p. 122.

²¹ MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; _____. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

exemplo, adquiriram estações de tratamento após o PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. Outras cidades da microrregião de Ituiutaba, como Cachoeira Dourada, não possuem tratamento de água, sendo o serviço de distribuição feito pela prefeitura.

Observando tais aspectos, este trabalho se propõe a apresentar o processo histórico no qual a instalação da autarquia se insere, e seu período inicial de atuação, que consistiu também em um momento de adaptação e consolidação da SAE na cidade. A dissertação está dividida em três capítulos, que tratam da cidade em seus aspectos históricos, econômicos e sociais, o processo de instalação da autarquia na cidade e as políticas públicas federais que levaram ao surgimento da Fundação SESP, em seu contexto nacional e internacional.

O primeiro capítulo apresenta a cidade de Ituiutaba em seus aspectos históricos e sociais. Busca explicar como ocorreram as mudanças urbanas, a partir do fomento econômico trazido pela produção agrícola. Além disso, servindo-se da imprensa local, foi possível caracterizar alguns aspectos da elite local e do projeto de construção da cidade, que foi empreendido ao longo das décadas de 1950 e 1960. Esse processo foi calcado nas aspirações de progresso daquelas elites, que tentavam a qualquer custo manter a proeminência da cidade na região. Para isso, buscavam apoio do Governo Federal e Estadual, para trazer benfeitorias para a região, como estradas e a inserção política e econômica da cidade, através de empresas e da divulgação do município nos meios de comunicação.

Um conceito importante para compreender aquela sociedade e como ela se relacionava com tais mudanças é a noção de progresso, com muita aproximação com a concepção difundida no século XVIII, na Europa. Era vigente nos discursos emitidos nos periódicos a ideia de um processo contínuo de crescimento e evolução daquela cidade e daquela sociedade, que estaria, portanto, destinadas a um futuro promissor e grandioso. Essa concepção é imprescindível na busca do entendimento acerca da maneira como as classes dirigentes pensavam aquele espaço e buscavam sempre a sua melhoria, tanto nos aspectos estéticos como logísticos, visando sempre o futuro.

Mais um elemento importante é a discussão da modernização, em três patamares: a modernização das cidades brasileiras, do estado de Minas Gerais e da própria cidade-objeto. No caso das cidades brasileiras o processo de modernização de grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, foi um processo excludente e conservador, que privilegiou

o capital frente à equidade da oferta de serviços básicos, no que tange ao saneamento²². No entanto, há de se observar também o processo de modernização regional do país, em seus aspectos econômicos, tendo em vista a extensão de seu território e as peculiaridades de cada estado da Federação. No caso de Minas Gerais, como observou Otávio Soares Dulci, dentro do próprio estado, em se tratando de sua modernização econômica, ocorreram diferentes processos em diversas etapas em cada região. Portanto, segundo o autor, a modernização econômica da Minas foi Regional. Isso influenciou também a forma como a região denominada pelos políticos ituiutabanos como “Pontal do Triângulo Mineiro” se desenvolveu economicamente. Baseando-se na produção agrícola, teve muitas vezes, mais laços comerciais com outros estados, como Goiás e São Paulo. Isso ocorreu tanto em virtude desse processo de modernização regional característico de Minas Gerais, como pela sua localização territorial e pelos diferentes investimentos do governo que foram destinados a cada região do estado²³.

Essa influência da modernização regional se refletiu também na forma de se fazer alianças políticas dentro da sociedade mineira e da sociedade tijuana²⁴, o que pode ter influenciado a persistência daquelas classes dirigentes junto ao governo Federal e estadual em busca de melhorias para a cidade, e dentre elas a contemplação pelo sistema de abastecimento de água instalado com a ajuda da FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. No entanto, essa discussão acerca dessa possibilidade será feita no terceiro capítulo.

O segundo Capítulo tratará brevemente do surgimento das políticas de saneamento empreendidas no país, no início do século XX. Naquele período constatou-se que aquela nação se tratava de um “imenso hospital”²⁵. Para isso, foram necessárias medidas profiláticas e sanitárias para sanar tais problemas que atrapalhavam o desenvolvimento do país e a inserção da maior parte da população na comunidade nacional. No entanto, para não alongar a narrativa diacronicamente, o capítulo se deterá na segunda parte desse processo, que foi o final do período Vargas, com a criação do SESP dentro de um esforço de guerra e como

²² Conferir CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; ROLNIK, Raquel. Op. Cit.

²³ DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

²⁴ Termo utilizado para se referir a população de Ituiutaba. Ituiutaba é um nome Tupi-Guarani, que significa povoação às margens do Rio Tijuco, onde I = Rio, Tuiu = Tijuco e Taba = povoação.

²⁵ Discurso de Miguel Pereira – professor da FMRJ, presidente da ANM e inaugurador do movimento pelo saneamento – inspirado pelo relatório da Expedição do Instituto Oswaldo Cruz, de 1912. “[...] fora do Rio ou de S. Paulo, capitais mais ou menos saneadas e de algumas outras cidades em que a previdência superintende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital. [...]”. (PEREIRA, 1922, p. 7 *apud* HOCHMAN, 2013, p. 64).

estratégia civilizadora daquele governo, até o final da década de 1960. O enfoque principal é a transformação do SESP em Fundação, expandido os serviços sanitários para todo o território. Esse processo foi corolário das políticas públicas federais de saneamento e levou a presença do Governo aos lugares mais remotos do país. Também será comentada a criação do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento, durante o período do regime ditatorial, na década de 1970.

A fim de realizar a discussão desse tema, foi imprescindível o uso do conceito de interdependência, tal como pensado por Gilberto Hochman²⁶, e que foi explanado anteriormente. Além disso, a noção de sertão enquanto categoria social²⁷, que definia não só o espaço brasileiro, como o povo que nele habitava e suas condições. Nesse capítulo se discute também a transformação da agência em Serviço de Saúde, e seu legado através dos SAAEs. Buscou-se apresentar também a forma como os sistemas de abastecimento eram implantados, muitas vezes adaptando-se às condições locais de disponibilidade de material e de recursos naturais de cada localidade.

Esse capítulo apresentou algumas dificuldades de organização devido à restrição do acesso ao Fundo SESP, localizado na Fiocruz, que, em virtude de uma mudança da sala do arquivo, teve sua visita adiada. Quando a consulta se encontrava disponível, esse capítulo já estava em processo de finalização. Sabe-se que há prazos a serem cumpridos na Pós-Graduação e que escolhas são necessárias, a partir de tal conjuntura. Para suprir essa lacuna, foi necessário recorrer aos autores que já pesquisaram o tema, entre eles Gilberto Hochman, Sonaly Rezende, Léo Heller, Nilson R. Costa, e André L. V. Campos. Além das poucas fontes disponíveis na rede de internet, na biblioteca da Fiocruz, e no arquivo do Ministério da Saúde. Entre tais fontes estão os manuais de saneamento do SESP e da FSESP, os relatórios sobre o programa e informações da autarquia local, a SAE. Dessa forma, além de explanar o processo de criação do SESP e sua transformação em fundação, o capítulo também contempla aspectos desses primeiros sistemas de abastecimento e a organização de tais instituições, que

²⁶ HOCHMAN. Op. Cit. 2013.

²⁷ O sertão, segundo Janaína Amado é uma categoria oriunda do período colonial, utilizada para referenciar aquilo que não é litoral: as terras do interior do país, desconhecidas, distantes da civilização, predominantemente dominada pela natureza bruta, cujos parques habitantes eram incivilizados, o espaço de outrem, desconhecido e portador de mistérios. Essa categoria foi construída de forma a diferir do litoral, mais próximo da Europa, civilizado, o lugar de fala do colonizador, que constrói a categoria de sertão pejorativamente, do mesmo modo como molda o litoral, colonizando-o e dominando os povos ali viventes. Ambas as categorias, nesse caso, são complementares. AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, jul. 1995. Cf.: HOCHMAN, Op. cit. 2013.

seguiram um padrão semelhante, se adaptando sempre às condições locais de recursos naturais e materiais disponíveis em cada comunidade em que atuaram.

O terceiro Capítulo será direcionado à crescente demanda por água na cidade, em virtude de sua expansão urbana, no processo de instalação da autarquia, que envolveu diferentes instituições, nacionais e internacionais, para o financiamento da obra. Além disso, o aspecto mais interessante dessa parte do trabalho será o processo de consolidação da instituição, que envolve diretamente a gradativa extensão dos serviços à comunidade periférica da cidade, e os reflexos na saúde e na vida dos ituiutabanos, na medida em que adotaram novos hábitos e melhorou a saúde daquelas pessoas. Para tal pleito servirão de aporte os periódicos observando as notícias sobre a falta ou a presença de água na localidade. Outra documentação que se mostrou relevante fora os registros do cemitério local, para averiguar o índice de mortalidade infantil devido às enterites, doença ligada às condições de vida e ao fornecimento de água. Por fim, os relatórios mensais de abastecimento de água, da SAE, que permitem observar o avanço das redes de água na cidade e o funcionamento da autarquia, na cidade e na região.

No mesmo capítulo discute-se também como o processo de expansão das redes de água e esgotos se integra ao projeto urbano pensado para a cidade, principalmente através das obras de saneamento, como a canalização de um córrego, o “São José”, onde são despejados esgotos domiciliares e pluviais. A obra visava não somente sanear o córrego, como, também, permitir um melhor uso do espaço da cidade, integrando bairros cujo acesso era dificultado pelo “obstáculo” natural.

A maior parte da documentação foi reunida antes da pesquisa, através da digitalização e da transcrição de excertos. Os periódicos utilizados para o trabalho foram os jornais *Folha de Ituiutaba* e o *Cidade de Ituiutaba*, (ambos locais, produzidos entre 1955 e 1980), além de um número especial da revista *Acaiaca* (BH, 1953), direcionado à cidade. Os jornais se encontram na hemeroteca da Fundação Cultural de Ituiutaba, e parte deles foi digitalizada antes da formulação da pesquisa, para trabalhos anteriores, como as pesquisas acadêmicas de Iniciação Científica, do grupo PET – Programa de Educação Tutorial e da pesquisa do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso. Parte das digitalizações foi adquirida no decorrer da

pesquisa, por meio do CEPDOMP – Centro de Pesquisa, Documentação e memória do Pontal. A revista Acaiaca está disponível para consulta *in loco* na Biblioteca Municipal de Ituiutaba²⁸.

Inicialmente tais fontes não haviam sido elencadas como imprescindíveis para a pesquisa, em virtude da característica da fonte (periódicos), que requer um trabalho mais sofisticado. Havia o temor de se perder o rigor metodológico, devido ao fato de ter que se recortarem elementos do mesmo, dentro de um todo tão rico e cheio de possibilidades de entrada, discussões e observações. Caso se adentrasse muito no conhecimento da fonte poderia também se incorrer no desvio do foco da pesquisa. O fator tempo é muito valioso nesse processo. Ao observar tais aspectos, percebeu-se que eles pouco falavam acerca do saneamento na cidade, dentro de longas séries que foram analisadas, salvo a minúcia da leitura, que levou à descoberta de dois ou três exemplares, além da Revista. Desse modo, o enfoque nos jornais foi buscar conhecer seus produtores, consumidores, suas atividades, seus interesses e escolhas políticas. Possibilitou também caracterizar parte daquela sociedade, no caso a elite letrada da cidade, que também se apresentou como elite política atuante.

Para pensar a fonte periódica e buscar uma metodologia apropriada, foram importantes os trabalhos de Luca e de Capelato²⁹. Ambas as autoras atentam para a observação dos produtores dos periódicos, e a ligação mercadológica que eles possuem, atendendo a uma clientela e a valores específicos. Os periódicos possuem uma organização própria, que visa direcionar o olhar do leitor, destacando alguns elementos em detrimento de outros, impondo, portanto, uma prática de leitura específica. Além da observação interna, da historicidade da fonte, localizando-a na história da imprensa e no tempo, é necessário observar também que a imprensa em si é uma força política, que visa atrair adeptos para uma causa³⁰. Isso não foi diferente no Pontal, tanto na disputa política dentro da cidade, como na região, o que será observado no primeiro Capítulo.

Os periódicos se alinham a outros documentos devido à ligação política de seus produtores e pela reprodução de discursos, como as falas dos vereadores lavradas nas atas do Legislativo Municipal. Estas serviram também para orientar acerca do ordenamento do espaço urbano, bem como as Leis Municipais, sobretudo as posturas (de 1955 e de 1970), que

²⁸ Biblioteca Municipal “Senador Camilo Chaves”. Há também um exemplar na Biblioteca da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais - Ituiutaba.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

³⁰ CAPELATO, Op. Cit., p. 7-9.

dispõem, entre outras normas, sobre os usos da água por meio de poços e fontes para abastecimento, da instalação de fossas sépticas, da desobstrução de cursos d'água e regula o despejo de resíduos industriais em córregos e rios.

Outros documentos imprescindíveis foram os manuais de Saneamento do SESP e da FSESP, que aliados à bibliografia, tomada por vezes como fonte secundária, ajudou a compreender a história da instituição e seu método de atuação nas comunidades. Essa metodologia foi comparada ao processo histórico vivido pela cidade e a forma como a FSESP atuou em Ituiutaba. O sistema de abastecimento é semelhante ao instalado em outras localidades, de acordo com as imagens e esquemas observados.

Através da SAE – Ituiutaba foi possível acessar alguns documentos, como o “Relatório de estudos preliminares para abastecimento de água” elaborado por engenheiros do SESP, além dos relatórios mensais e anuais de abastecimento. Estes possibilitaram verificar a existência de redes e o aproveitamento das mesmas para a instalação do sistema de abastecimento de água da cidade, bem como a gradual extensão das redes na malha urbana, ao longo da década de 1970. Esses documentos foram cruzados com notícias dos periódicos, com os manuais do SESP e com os registros cemiteriais possibilitando a observação da evolução do sistema na cidade, seu funcionamento e a consolidação da autarquia, que será melhor discutida no terceiro capítulo.

Os registros de óbito do cemitério possibilitaram verificar o índice de mortalidade infantil por enterites na cidade e sua gradativa redução nos primeiros anos de atuação da autarquia, mostrando a importância da mesma na promoção da qualidade de vida da população. Antes de qualquer curiosidade acerca do mapeamento dessas mortes, ainda não foi possível averiguar de maneira acertada tal informação, visto que os livros não informam os endereços dos óbitos, apenas a cidade ou comunidade de origem do falecido. Essa informação poderia ter sido averiguada observando os prontuários médicos do hospital São José, o único que atendia a comunidade na época. No entanto, houve relutância por parte da instituição para a abertura dos arquivos. Por isso, a discussão se pautará nos relatórios mensais da autarquia, na tentativa de estabelecer um mapeamento das redes ao longo da década, e seu avanço até as comunidades periféricas.

Outra documentação oficial tratada foi a legislação pertinente, tanto para a criação do SESP e da FSESP, como as diretrizes tomadas pelo Governo Federal no que tange à criação de fundos para as obras de saneamento e a implantação de políticas de saúde.

Por fim, a iconografia utilizada na dissertação não possui caráter meramente ilustrativo. Ela traz informações visuais que complementam o texto escrito, mas são também registros produzidos em um determinado contexto, tanto as ilustrações dos manuais, que trazem os aspectos materiais do trabalho do SESP/FSESP, como contam a narrativa do “progresso da cidade”. É interessante notar que a falta das mesmas também é indício de uma narrativa que vem se construindo acerca da cidade.

1-A MODERNIDADE NO SERTÃO TRIANGULINO

1.1 - Um cenário bucólico

A pequena cidade
(Ao Sartini, mineiro simples e bom)
Eu vim chegando à pequena cidade.
A pequena cidade do sertão.
A cidade de ruas retas e compridas,
ruas compridas e sem árvores.
A cidade das avenidas encascalhadas.
Do jardim cheio de árvore grande;
com muito canteiro sem flor;
com um pequeno corêto no centro
onde a banda dá retreta
com dobrados e maxixes.
A pequena cidade do sertão.
A cidade da terra vermelha;
Quando não é pó é lama.
Lama que atola;
e pó que dança no ar.
A minha pequena cidade
simples e humilde do sertão.
Sem pretensão à grandezas.
A cidade que eu quizera
Para morar dentro dela toda vida
Para eu viver uma vida
Também simples e modesta
Com roupa de algodão nacional,
E coitê na cabeça;
botina de mateiro.
A minha pequena cidade do sertão
me conhece pouco porque eu fujo dela

o ano inteiro.
Porque gosto dela.
Na minha pequena cidade
não há trem de ferro
nem aeroplano
nem foot-ball
nem tennis.
Não tem raia
nem patinação.
Não tem nada.
É uma cidade simples e boa,
sem orgulho e sem grandezas.
Simples como o sertanejo.
Não tem nada e para mim tem tudo.
Tem a minha casinha boa
No largo, em frente ao jardim grande
perto da igreja.
Tem o meu Pai, amigo
e a minha Mãe, boa.
Tem tudo:
tem o meu amor também.

Barranco do Rio Tijuco, dezembro de 1931³¹.

O poema de Sá di Noel, de 1931, retrata algumas impressões de Ituiutaba: uma cidade interiorana, que cresceu no entorno do largo da igreja matriz, onde se localizava a praça, com um pequeno coreto, no qual a banda municipal se apresentava. Ao redor do largo algumas casas, umas maiores, com várias janelas, casarões de famílias mais abastadas; outras mais simples e menores. Ao final do largo, na outra ponta de onde veio a ser construída uma praça, ficava o prédio em que funcionava o fórum. Uma rua abaixo, na esquina, o sobrado onde funcionava a câmara e a cadeia, que foi demolido nos anos 1960, após a construção do novo prédio da câmara, naquela praça.

³¹ NOEL, Sá di. In.: CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba, MG. Edição do autor, 1984, p. 26.

Ituiutaba era assim e continuou por um bom tempo. Uma cidade pequena, de ruas empoeiradas no período de seca, e cheias de barro vermelho nos dias de chuva, que demandavam, portanto, a deposição de cascalhos para facilitar o tráfego. Uma cidadezinha que vivia da produção agrícola e do comércio, cujos habitantes não tinham luxos maiores. A cidade onde os filhos em idade universitária “fugiam” para os centros maiores, em busca de se tornarem “doutores”. Claro, aqueles que tinham oportunidade de fazê-lo, bem como tiveram iniciação ao mundo letrado. Ao contrário de tantos outros, que mal passavam das lições primárias, quando a vida lhes apresentava tal sorte, tendo que se dedicar à lida nas lavouras, ao cuidado com o gado, à família e ao casamento.

Desenvolveu-se às margens de um rio. Tão perto que nos meses de março, algumas vezes, chegava a sofrer com enchentes: o rio Tijuco transbordava, levava pontes, alagava as proximidades, ilhava a cidade – ainda uma vila – as fazendas. Os episódios ocorriam nos meados de março, próximo ao dia 19 daqueles meses – “dia de São José” – nomeando, portanto, o batismo de águas que banhava a cidadezinha: “Enchente de São José”.

Malgrado a pobreza e a precariedade de uma cidade em formação, buscou-se direcionar e organizar aquele espaço. O traçado quadriculado da cidade é do final do século XIX, e foi desenhado pelo padre Ângelo Tardio Bruno, e pelo engenheiro João Gomes Pinheiro³². Por isso, as ruas “compridas”, que partiam do Largo da Matriz em direção ao sul (Figuras 1 e 2).

O Padre Ângelo é uma das pessoas que tiveram sua memória preservada na história do município, em virtude de sua atuação em várias instâncias naquela sociedade. Foi pároco e fabricante³³ quando Ituiutaba ainda era o Arraial de São José do Tijuco, que respondia à Comarca do Prata-MG. Em 1901 passou à condição de cidade, sob o nome de Villa Platina³⁴. O padre Ângelo exercia também as funções de engenheiro e construtor. Construiu casas e pontes³⁵, atuando como um dos principais agentes de crescimento e formação da cidade desde

³² http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

³³ Administrador do templo e encarregado de receber os rendimentos das atividades desenvolvidas pela igreja.

³⁴ Em 1915, em decorrência de uma reforma administrativa, ocorreu de se mudar o nome do município para Ituiutaba (Lei Estadual nº 633, de 18 de setembro de 1915).

³⁵ Em ata da Câmara Municipal de Villa Platina, em 27 de julho de 1909 foi lavrado o recebimento de um ofício do padre Ângelo T. Bruno, entregando uma ponte sobre o córrego Pirapitinga, no ponto que dava saída para a fazenda do “Salto”, no distrito de Rio Verde. No ofício o padre abdicava de sua remuneração, mas solicitava o ressarcimento da quantia de 1: 236\$000, referentes aos gastos com materiais e mais 250\$ 000 gastos com as indenizações de terrenos.

o final do século XIX, por volta de 1880, quando se mudou para lá³⁶, até o início do século XX³⁷. O padre foi responsável também pelos primeiros recenseamentos da cidade, lecionou para crianças pobres, apadrinhou e cuidou de algumas.

Figura 1 – Primeiro traçado das ruas de Ituiutaba, final do século XIX (reprodução):



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Apud. OLIVEIRA, B. S., 2002. (Escala 1:5000).

No desenho há a indicação do Largo da Praça, em frente à igreja. À esquerda, com o símbolo de uma caveira, o primeiro cemitério Municipal. À direita, os nomes das ruas, em ordem ascendente: Rua Bela Vista, Rua do Comércio, Rua da Matriz, Rua Treze de Maio, Rua União. Em sentido vertical, a Rua da Abadia. Hoje essas ruas são respectivamente: Rua 16, Rua 18, Rua 20, Rua 22, Rua 24 e Avenida 15.

³⁶ http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

³⁷ http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

Figura 2 – Vista aérea de Ituiutaba, na década de 1930 (reprodução):



Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba. Apud. OLIVEIRA, B. S., 2002.

O Largo da Matriz (Figura 3) abrigava um jardim público, dentro do qual ficava o coreto. O jardim foi construído na década de 1910 por alguns jovens ituiutabanos entre os quais se lembra o nome de Tito Teixeira Gouveia³⁸. Localizava-se onde hoje é o prédio da Câmara Municipal. Era cercado por fios de arame liso e postes de madeira, somente aberto à visita da população aos domingos e feriados. O espaço contava com bancos de madeira e metal, e arruamento encascalhado com pedras e areia branca, além de plantas ornamentais e árvores variadas. Havia também uma fonte, no largo, que servia aos animais.

Figura 3 – Saída de casamento, 1929 (Reprodução):



A antiga igreja matriz. Fonte: Foto Studio Maia. http://www.o-robo-de-bom-coracao.com.br/Familia_Muniz/matrizsaojose.htm. Acessado em 09/06/2017.

³⁸CHAVES, Petrônio Rodrigues. A Loja do Osório, 1984.

Em ata da Câmara Municipal do dia 19 de setembro de 1910, os senhores Tito Lívio Teixeira e João Martins de Andrade apresentaram ofício à Câmara, solicitando o ressarcimento de valores gastos com o ajardinamento do local, que era denominado “Jardim Público”. Além disso, estavam entregando à casa a responsabilidade de zelar pelo local. Cada um recebeu a quantia reivindicada, após a deliberação e votação das bancadas³⁹.

Nos anos 1940 o jardim foi desfeito para dar lugar ao prédio da câmara e a uma praça. No entanto, a finalização da mesma só ocorreria anos depois, devido à falta de verbas. A Praça Cônego Ângelo (Figura 4) foi construída em 1965, mas havia sido projetada dois anos antes durante a gestão do prefeito José Arcênio de Paula, deposto no período do Golpe de 1964. O arquiteto idealizador do projeto e responsável pela obra era João Jorge Coury⁴⁰. Além de homenagear o padre com seu nome, a Praça Cônego Ângelo possui uma estátua do mesmo.

Figura 4 – Praça Cônego Ângelo (reprodução)



Fonte: Jonathan Araújo/Jornal do Pontal. 21 de outubro de 2015. <http://jornaldopontal.com.br/evento-nesta-sexta-feira-marca-comemoracao-do-outubro-rosa-2015-em-ituiutaba/>. Acessado em 03/04/2017.

Observa-se, ao fundo a igreja, construída entre 1939 e 1959, no estilo romântico. A anterior sofreu um incêndio em 1930. Não se sabe se foi um ato criminoso, mas ressalta-se, aqui, a importância da igreja naquele período, enquanto detentora de funções cartoriais, guardando documentação como registros de batismo, óbitos e de propriedades.

³⁹ Ao Sr. Tito Lívio Teixeira foi paga a quantia de 143\$700. Ao Sr. João Martins de Oliveira 2:123\$150. Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba em 19 de setembro de 1910.

⁴⁰ http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

A construção da praça “Cônego Ângelo” na década de 1960 foi um dos indícios do processo de crescimento urbano da cidade, que decorreu da maior circulação de capital, proveniente das atividades agrícolas desenvolvidas no município.

No entanto, observa-se que havia, por trás desse processo, não só as demandas materiais, mas também um discurso progressista, decorrente de décadas anteriores, verificável em falas de políticos na câmara de vereadores e nos jornais, servindo como indício de um projeto político da elite econômica local, que ocupava a câmara de vereadores. Nota-se a busca pelo ordenamento urbano e a delimitação de espaços como uma forma de gerir o crescimento da cidade, mas também de exercício de poder sobre ela. Essa busca constante de organização e oferta de infraestrutura para a urbe advinha de uma demanda daquele momento, de crescimento populacional e de acirramento das disputas por espaço, mas também apontavam para o futuro, que estava diretamente ligado ao ideário progressista. Esse futuro seria o desenvolvimento econômico da cidade, para o qual os indícios daquele presente, se mostram iminentes, tanto pela convicção daqueles indivíduos, em seu anseio pelo progresso, como pela apresentação de demandas materiais, em decorrência do crescimento populacional e do aumento do fluxo de capital no comércio local.

Esse teor progressista é evidente nos jornais, sobretudo no período de celebração do aniversário do município. Os jornais locais expandiam as paginações para homenagear a cidade, não só com reportagens e colunas especiais, mas também com inúmeras congratulações de empresas locais, entre elas estabelecimentos comerciais, indústrias e cerealista⁴¹. As comemorações começaram a se avolumar a partir de 1956, indicando uma possibilidade de ascensão do comércio local em virtude do aumento da atividade agropecuária.

O BANCO DE MINAS GERAIS; S/A,
associando-se às festividades prestadas à Ituiutaba, pelo transcurso de seu 55º aniversário, deseja-lhe um progresso sempre crescente, e rende-lhe, aqui, também a sua homenagem.

A FIRMA OLIVEIRA E TAHAN,
no ensejo do 55º aniversário da fundação da “Cidade de Ituiutaba”, deseja ao próspero município os melhores augúrios⁴².

ANÍZIO DEMÉTRIO JORGE
Máquinas de beneficiar arroz - Indústria e comércio de cereais

⁴¹Entende-se aqui os comerciantes de arroz na bolsa de São Paulo e aqueles proprietários de máquinas de beneficiamento do cereal.

⁴²Jornal Correio do Pontal, 16 de setembro de 1965, p. 15-16. Os jornais da época costumavam ter quatro páginas. Essa edição comemorativa, de 1956, possui dezoito páginas.

Cumprimenta a dinâmica população de Ituiutaba formulando-lhe votos de progresso, pelo transcurso de mais um aniversário da cidade.

ROTARY INTERNACIONAL

Ao ensejo do transcurso do 56º aniversário do Município os rotarianos de Ituiutaba congratulam-se com o povo de Ituiutaba e particularmente com o seu companheiro Prefeito Antônio Souza Martins⁴³.

É notório, nos cumprimentos ao município, o tom ufanista e progressista em relação à cidade. Essa crença no progresso, por parte de uma classe urbana, comerciante, e empreendedora é tributária de uma atmosfera de fomento econômico e fluxo constante, proveniente da movimentação de pessoas e do comércio local. Esta, por sua vez, é causada pela atividade econômica que se desenvolveu no município, por conta da agricultura, da migração e da instalação de pequenas indústrias. Em sua grande maioria, estavam ligadas às atividades do campo, como as máquinas de arroz, a fábrica de manteiga e a fábrica de óleo de semente de algodão, por exemplo. Os migrantes, em boa parte, eram trabalhadores nordestinos, provenientes do Rio Grande do Norte, agenciados para o trabalho na lavoura⁴⁴.

Rossi ao discutir a ideia de progresso, afirma que ela possui um fundo comum com a crença na ciência moderna. Esta ocorre por ter uma imagem construída a seu respeito, de modo que há a convicção de que o saber científico está sempre incompleto em frequente mudança e evolução, por meio de gerações que vão aprimorando esse saber constantemente. Além disso, nutre-se o ponto de vista de que há sempre a contribuição particular do indivíduo, ou de instituições, estabelecendo uma tradição específica entre sujeitos e entre entidades científicas. A propagação de tais ideias ocorreu, segundo Rossi, entre o início do século XVII até meados do século XIX⁴⁵. Para o autor,

Quem crê no progresso, todavia, geralmente não se contenta com escolhas efetuadas no reino da imaginação. Não tende à fuga da história. Conta ou julga poder contar com possibilidades reais ou que interpreta como reais. Vê presentes na história algumas possíveis confirmações de suas esperanças, julga que ela procede – nem que seja nos tempos longos – segundo uma e não outra direção. Considera em todo o caso, que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança, num futuro desejável, melhor que um presente, cujos limites e insuficiências são visíveis⁴⁶.

⁴³ Jornal “Folha de Ituiutaba”, “Edição comemorativa do 56º aniversário o município de Ituiutaba”, 16 de setembro de 1957, p. 4-5. A edição contém doze páginas.

⁴⁴ Sobre os migrantes nordestinos em Ituiutaba conferir: SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

⁴⁵ ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem expectador: A ideia de progresso*. (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: Editora Unesp, 2000, p 47-53.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 52.

Outros eventos contribuíram para a ascendência do discurso progressista sobre a cidade, sobretudo na virada da década de 1960, quando se avolumaram as obras urbanas, como calçamento das avenidas centrais, extensão do antigo abastecimento de água, e a construção de praças e edifícios. A década de 1960 foi um período de desenvolvimento econômico, urbano e até mesmo político, quando o legislativo local buscou apoio junto ao governo estadual e federal para garantir melhorias para a cidade. Entre tais reivindicações estavam as rodovias, importantes para o escoamento da produção, e o sistema de abastecimento de água público, já que o antigo atendia somente a uma pequena parcela da população e de maneira ineficiente.

Em jornais da década de 1960, acumulam-se as notícias acerca de estradas importantes para a cidade, como a BR – 365, antiga BR-71, que liga Ituiutaba à Uberlândia, e a estrada Ituiutaba – Capinópolis, MG-176, hoje a MGT-154.

A cidade terá duas vias de acesso pelo lado norte

Uma será pela Rua 14 e a outra pela vila Progresso – Engenheiro do DNER esteve fazendo levantamentos em Ituiutaba.

Ao contrário do que se supunha, a cidade vai contar ao com apenas uma via de acesso pelo seu setor norte (Uberlândia, Capinópolis, Ipiçu etc.), mas com duas, uma a ser aberta pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), e outra pelo Departamento Nacional (DNER), a primeira passando pelas proximidades dos silos da CASEMG, na Vila Progresso, Ligando a cidade à MG-176, rodovia Ituiutaba-Capinópolis, e a segunda passando pela Rua 14, com elo intermediário entre Ituiutaba e a BR-71, rodovia Uberlândia-Ituiutaba-Canal de S. Simão⁴⁷.

A construção da BR-71 se alongou pela década, por falta e verbas por parte do Governo Federal. O atraso das obras colocava as entidades regionais alardeadas:

Perspectiva de interrupção de rodovias sobressalta o Triângulo

Movimen(sic.) autoridades e entidades de classe – Mensagens do Prefeito ao Governador, (sic.) min. Da Viação e ao diretor do DNER – Repercussões no Senado

Como já é de conhecimento geral o governo da União pretende estabelecer um programa de contenção de despesas que atingirá o orçamento nacional em cerca de 40%, afetando, com sua execução, provavelmente nas mesmas bases, obras públicas de maior repercussão no desenvolvimento do país, dentre elas algumas rodovias cuja conclusão é reputada inadiável, tanto para o incremento da produção, como para o abastecimento dos grandes centros consumidores⁴⁸.

As rodovias eram conquistas almejadas pela necessidade de escoamento da produção local e pela comunicação com outras localidades. Algumas, como o trecho que liga à

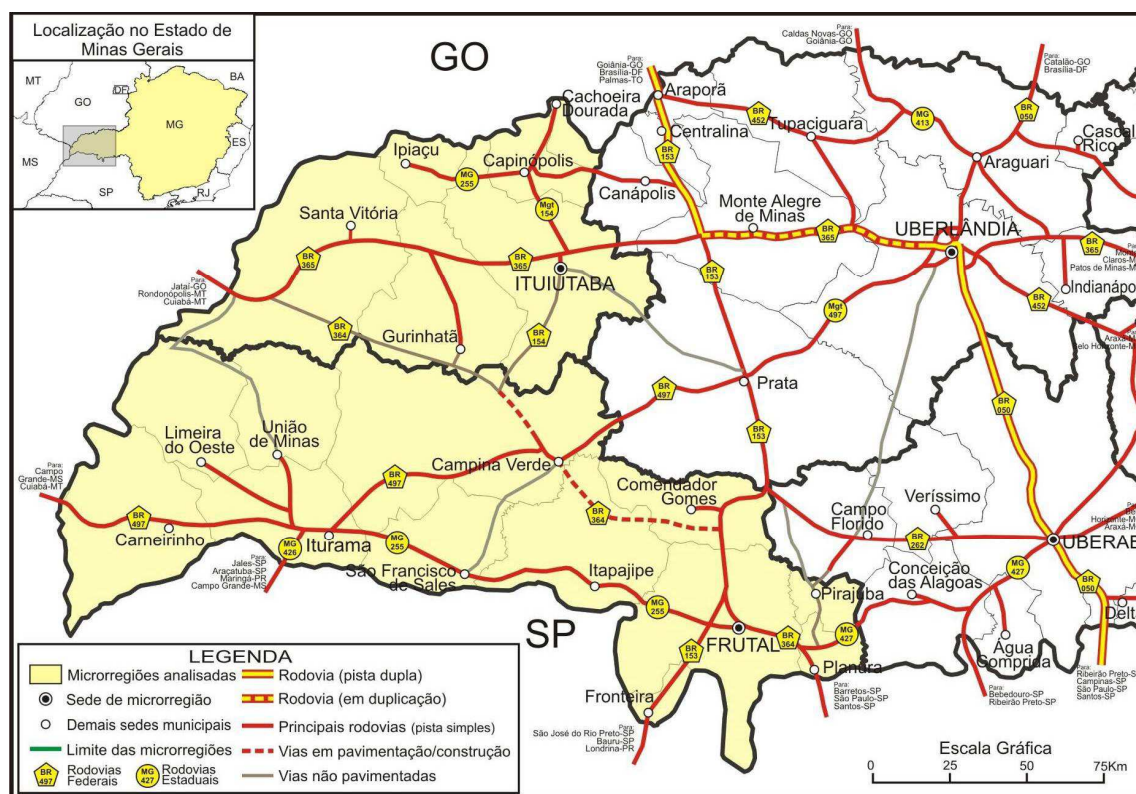
⁴⁷MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 23 de maio de 1962, n. 1178, p.1.

⁴⁸MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de junho de 1962, n. 1184, p. 1.

Uberlândia, inicialmente foi aberto em 1912, através da Companhia Mineira de Auto-
viação.⁴⁹

Em dissertação de mestrado sobre Ituiutaba, Ana Muniz afirma que por meio da
iniciativa privada local, no início da década de 1950, outra forma de sanar o problema de
escoamento de produtos foi a abertura de um trecho de aproximadamente cento e cinquenta e
um quilômetros da BR-154, da cidade de Bastos, em São Paulo, à Rodovia Federal concluída
em 1952. Isso facilitaria o transporte de cargas para aquele estado, sendo também mais uma
rota para a o município. No entanto, segundo a autora, as melhorias no escoamento da
produção local somente ocorreriam na década de 1970, com a melhoria da BR- 350.⁵⁰

Figura 5 – Rodovias do Triângulo Mineiro (reprodução):



Fonte: CHAVES, Luciana D. Et. al., 2010. Org. Miyazaki, 2010.

⁴⁹ CHAVES, Luciana Domingues, et. al. Localização e acessibilidade das microrregiões de Ituiutaba e Frutal, Triângulo Mineiro: A importância das Rodovias para a dinâmica triangulina. *Anais do XVI encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010, p. 5-7.

⁵⁰ MUNIZ, Ana Maria Alves. Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba – MG 1950-1980. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2014, p.67.

A década de 1950 pode ser caracterizada como o início das mudanças mais profundas no cenário local, com a construção de prédios, instalação de bancos e empresas, o calçamento das principais ruas na área urbana e a busca incessante pelo crescimento da economia. Há autores⁵¹ que elegeram a construção da praça “Cônego Ângelo”, nos meados da década de 1960, como a inserção da cidade na modernidade. No entanto, poderia se afirmar que essa inserção começou dez anos antes, em 1955, com a criação de um novo código de posturas e com o zoneamento urbano do município. A promulgação de tais leis promoveu a segregação de espaços, de acordo com suas funções, e buscou ordená-los eficientemente, de modo a manter a cidade limpa, organizada e livrar a parte central de aspectos rurais, geralmente relacionados como o arcaico.

De acordo com Souza, as transformações nas cidades, algumas das quais já iniciaram no século XIX (São Paulo, por exemplo) como o crescimento urbano, as atividades comerciais, o vai e vem os meios de transporte, as melhorias urbanas como saneamento, ajardinamentos e calçamentos, os teatros e grupos escolares, etc, são denotativos de crescimento das cidades⁵². Tais mudanças que começaram nos anos 1950 em Ituiutaba e se aprofundaram nas duas décadas seguintes, eram indícios daquele crescimento econômico e populacional. Essas mudanças eram tomadas com euforia pelas elites locais e pelos jornais como a chegada da modernidade naqueles rincões do interior mineiro.

Para Luvizotto a modernidade tardia pode ser identificada a partir das mudanças na forma de vivenciar relações. Busca-se o uso da razão como meio ordenador da sociedade, de modo a minimizar a insegurança e os riscos que as mudanças trazidas pela modernidade sujeitam os indivíduos⁵³. Além disso, os sujeitos passam a refletir acerca do próprio mundo, estabelecendo uma crítica racional sobre o mesmo e calculando as consequências dos fatos passados, presentes e possíveis perigos futuros, visando minimizá-los. Assim,

Para alcançar a segurança ontológica, a modernidade teve que (re)inventar tradições e se afastar de tradições genuínas, isto é, aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. Este é um caráter de descontinuidade da modernidade, a separação entre o que se apresenta como herança do novo e o que persiste como herança do velho⁵⁴.

⁵¹ http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

⁵² SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.91.

⁵³ LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 59.

⁵⁴ Idem.

O processo de mudanças na cidade, que começou a ocorrer na década de 1950, com as transformações urbanas provenientes do maior fluxo humano e de capital trazido pela economia agropecuária da cidade, trouxe novas configurações espaciais e sociais para o aglomerado urbano e também a busca pela maior racionalização do espaço, da política, do tempo. Aos poucos o antigo e o moderno se mesclavam, e as velhas tradições davam lugar às novas. Entre os resultados da reflexão acerca daquela sociedade estava a preocupação em gerir o espaço urbano e evitar problemas presentes e futuros em relação ao aumento populacional, e às mudanças econômicas e sociais trazidas pela migração e pela produção agropecuária que fomentava a economia local, principalmente o setor de comércio, situado na parte central da urbe.

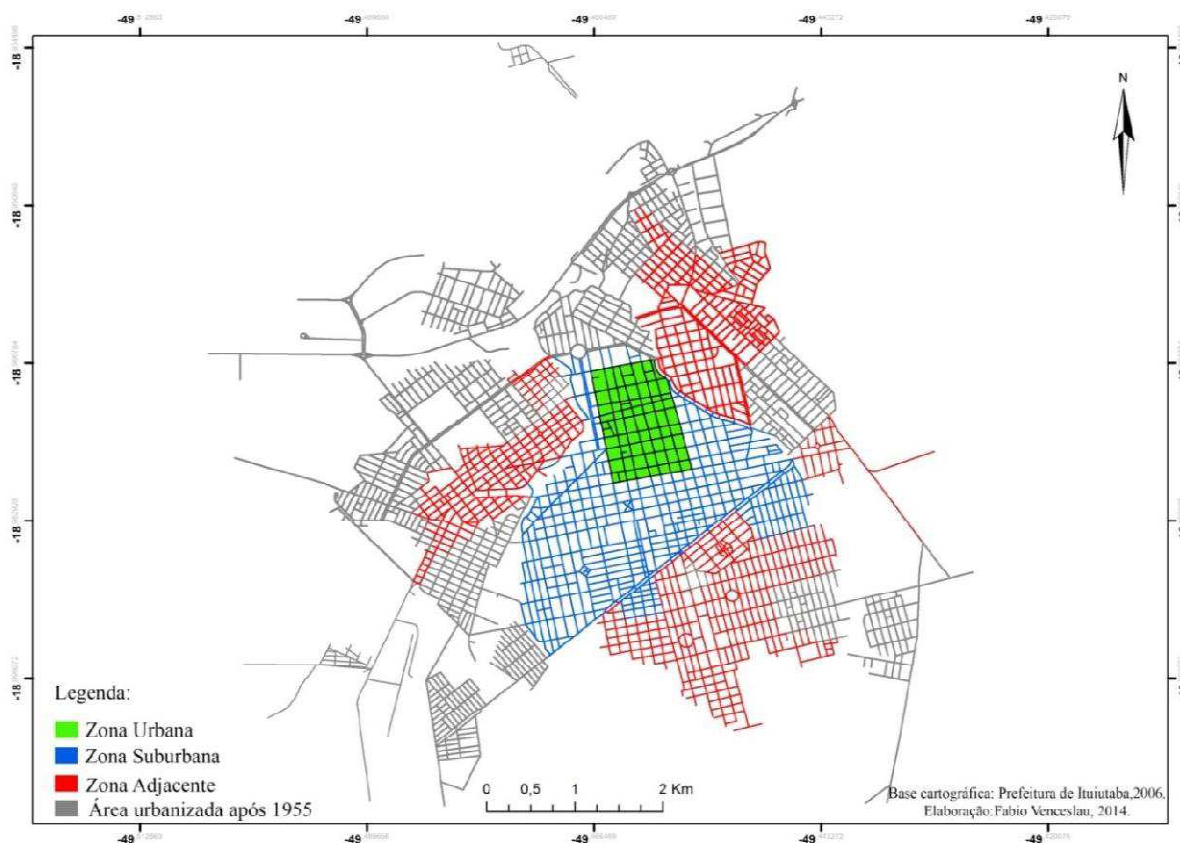
O zoneamento urbano⁵⁵, estabelecido em março de 1955, delimitava três espaços da cidade, sendo eles a zona urbana, a zona suburbana e a adjacente. De acordo o mesmo, a zona urbana consistia em um perímetro compreendido a partir da Avenida 5, entre as ruas 16 e 30, até a avenida 23, entre as mesmas ruas, 16 e 30. Inserido no perímetro urbano, se encontra a zona central da cidade compreendida por um espaço de 24 quadras, entre as Avenidas 7 e 19 e as Ruas 18 e 26. Em seguida, os artigos 3º e 4º delimitavam as zonas suburbana e adjacente. A primeira incluía todos os terrenos situados nos bairros Vila Progresso, na margem direita do Córrego Sujo, Platina, Independência, Tupã, Novo Horizonte, Santa Maria, Marta Helena, Guimarães, Hélio, Maria Vilela, Santo Antônio, Bela Vista, Alcides Junqueira e a Vila Novo Mundo. Por fim, a Zona Adjacente compreendia os terrenos do local denominado Capão da Lagoa, os quais eram destinados para arrendamento. O mapa a seguir (Figura 6) apresenta a delimitação do zoneamento urbano, de 1955, contemplando o zoneamento urbano e as áreas urbanizadas após a década de 1950.

A partir de 1955, na gestão do prefeito David Ribeiro de Gouveia, e com continuação na gestão seguinte, de Antônio Souza Martins, se iniciaram as obras de calçamento de ruas da cidade e de instalação de redes de água e de coleta de esgotos. Visando ofertar os serviços aos prédios urbanos, ou preparando as ruas para receber o calçamento definitivo. As obras ocorreram primeiramente no perímetro urbano, a custos de aberturas de crédito, ou em outras vezes, somente se determinava que calçassem as ruas e construíssem meios-fios, sem que houvesse verba suficiente. Na Lei Nº 316 de 17 de maio de 1955, que modifica as leis Nº 288 e 294 de 26 e 29 de novembro de 1954, “determina-se que se executem os serviços de esgoto

⁵⁵ITUIUTABA. Lei Nº 312 de 18 de março de 1955.

que não foram feitos quando promulgaram as primeiras leis”, definindo que efetuassem serviços de esgotos sanitários e pluviais nas ruas 16, 18 e 20, entre as avenidas 15 e 21. Além disso, determinava sobre a construção de meio-fios e calçamento nas ruas 16, 18, 24 e 26, em pequenos trechos, de uma ou duas quadras, situadas entre as avenidas 15 e 19⁵⁶.

Figura 6: Zoneamento urbano de Ituiutaba, 1955:



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2006). Org. VENCESAU, Fábio Reis, 2014.

O Código de Posturas de 1955 foi a primeira compilação de normas sobre a cidade, e sua implementação juntamente com o novo zoneamento urbano do município demonstra que nesse momento se demandava uma maior organização da área urbana, onde algumas práticas, usos e costumes começaram a causar desconforto, fossem eles no aspecto higiênico, ou no aspecto estético ou logístico. Por ser a primeira compilação, e comparando-o às posturas da década de 1970⁵⁷, percebe-se uma tentativa de maior controle sobre o mundo rural, e a busca

⁵⁶ ITUIUTABA. Lei N° 312 de 18 de março de 1955.

⁵⁷ ITUIUTABA. Lei N° 1363, de 10 de dezembro de 1970.

de extinção de práticas insalubres, mais detalhada do que no segundo⁵⁸, que foi implementado em 1970.

Os capítulos II e III⁵⁹, que versam a respeito das águas – para uso e servidas – e da higiene nas vias públicas e habitações, extinguiam práticas públicas como o uso de chafarizes para banhos e lavagem de roupas. Exigia-se também que nas residências houvesse condições adequadas para a conservação das águas para consumo e instalações sanitárias compatíveis ao número de habitantes dos domicílios, principalmente no caso das habitações coletivas.

CAPÍTULO II

Da higiene nas vias públicas

Art. 31 – Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I – Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados em vias públicas;

II – Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;

III – Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV – Queimar, mesmo que nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

V – Aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI – Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do município, doentes portadores de doenças infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento

CAPÍTULO III

Da higiene das habitações

Art. 35 – Os prédios residenciais, comerciais ou industriais nas zonas centrais, urbanas e suburbanas das cidades e vilas, não poderão ser pintados parcialmente

Art. 37 – Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

Parágrafo único – Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiras e privadas em número proporcional ao de seus moradores, de acordo com os regulamentos sanitários.

⁵⁸ ITUIUTABA. Lei Nº 1363, de 10 de dezembro de 1970.

⁵⁹ ITUIUTABA. Lei Nº 309, de 29 de janeiro de 1955, p. 13-16.

Art. 38 – Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados⁶⁰.

Observa-se que a relação com as águas e com a higiene é fundamental para esse processo, visto que buscava-se organizar aquele meio através da mudança de hábitos, combatendo práticas anteriormente permitidas, ao menos nas áreas centrais da cidade, ou seja, no perímetro urbano. A presença dos serviços de água e esgotos nesse meio se tornou um fator condicionante de tais mudanças, já que parte da população já contava com esses serviços, desde o final da década de 1910⁶¹. Além dessa relação, ficou evidente também que a prática de queima de lixo e a criação de animais para abate era usual. Estas, também práticas “rurais”, deviam ser extintas do meio urbano. Em sessão da Câmara Municipal de Ituiutaba⁶², que ocorreu em dez de maio de 1955 – aproximadamente cem dias após a publicação do Código de Posturas – foi apresentado um requerimento de moradores das áreas suburbanas para que se liberassem a criação de animais de abate, como porcos. Após deliberação na casa, decidiu-se consultar um órgão técnico, encaminhando o requerimento em nome de diversos moradores para uma resolução favorável aos mesmos.

A relação com o mundo rural e o afastamento de algumas práticas para as áreas periféricas da cidade, está para além do controle de normas de higiene, sendo elas um argumento forte para a realização das mudanças. Outra justificativa é a segurança das pessoas, como se pode observar na fala do vereador Pedro Lourdes de Moraes:

Expediente: (...) Pedindo a palavra o vereador Pedro Lourdes de Moraes, leu a indicação CM 8/55, de sua autoria, que solicita providências no sentido de ser transferida a passagem de gado da rua 14 para a rua marginal ao córrego Pirapitinga. Ponderado sobre o assunto, disse o Sr. Pedro Lourdes de Moraes, que esta transferência é uma necessidade urgente, porque, sendo bastante habitada a rua 14, os seus moradores vivem em sobressalto e constante perigo de vida, pois tem havido caso de gado bravo disparado na rua. Pede que se considere este pedido mais pelo lado humano da questão.⁶³

As obras urbanas são executadas não somente para ofertar a melhora dos fluxos de bens, capitais e serviços e visando atender as demandas por organização e salubridade. Elas

⁶⁰ ITUIUTABA. Lei N° 309, de 29 de janeiro de 1955, p. 13-15.

⁶¹ Em 21 de agosto de 1910 foi instalado o primeiro sistema de abastecimento de água da cidade, sob a gestão do Agente Executivo Fernando Alexandre Vilela de Andrade. Consistia na captação das águas do Ribeirão São Lourenço e sua distribuição a partir de um tanque de abastecimento situado na Rua 24, onde, hoje se localiza a Praça Getúlio Vargas. Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da câmara Municipal de Ituiutaba*, livro nº 2, de 21/08 de 1910 a 19/06/1918, p. 1-2.

⁶² CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 16ª sessão da 1ª reunião ordinária da Câmara municipal de Ituiutaba, em 10-5-55*, p. 17.

⁶³ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 2ª sessão da 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 31/10/1955*, p. 47.

vêm acompanhadas pelos interesses de grupos capitalistas, que perceberam que a segregação espacial ofereceria mais segurança para a classe média e alta, e, além disso, o lucro: através de empreendimentos imobiliários, empresas e serviços de transporte, estabelecimentos e imóveis comerciais, de oferta de serviços, e a especulação imobiliária gerada pela valorização de áreas modernizadas ou que oferecessem melhor infraestrutura.

Tais aspectos são parte de um processo de reorganização do espaço urbano que se verifica em outras cidades brasileiras. Ao estudar o processo de valorização espacial na cidade de São Paulo, Raquel Rolnik notou a relação entre a valorização do solo urbano por meio de obras e de políticas públicas e a segregação socioespacial. Dessa forma, é formada uma cidade ambivalente, onde na primeira, tem-se qualidade de vida, estrutura urbana adequada, meios de transporte e salubridade, enquanto na cidade periférica, há moradias precárias, mal distribuídas, isolamento e pobreza. Isso fazia com que surgissem duas cidades, a cidade “legal”, na qual havia cidadania, qualidade de moradia e suporte urbano, onde as construções eram planejadas, e por outro lado, a cidade “ilegal” aquela onde não se obtinha as mínimas condições de salubridade, distante daquela, a partir de onde se empurravam cada vez mais para longe os pobres e trabalhadores⁶⁴.

Corroborando com o ponto de vista da autora, Fábio Alexandre dos Santos concluiu que esses processos de urbanização calcados nos desejos de salubridade e modernização, que não consideraram outros aspectos tão ou mais relevantes como cidadania e o direito à cidade, acarretam em um modelo de “urbanização privada”, ou seja, a valorização do solo urbano, que ocorre por meio do saneamento e oferta de serviços públicos em determinadas áreas, sobretudo com o auxílio do capital privado, resultando na expulsão dos indesejáveis daqueles locais. Dessa forma, essas obras de modernização subsidiam a valorização exponencial de regiões da cidade que passaram por melhoramentos. Isso incentiva a especulação em vários lugares na cidade, ajudando a modificar sua paisagem, seja pelo viés municipal, seja pela ação do capital privado⁶⁵.

Sob diversos argumentos, como salubridade, crescimento urbano, segurança, estética, se conseguiu empreender mudanças efetivas na parte central da cidade de Ituiutaba, e ordenar seu crescimento, eliminando o aspecto rural, considerado arcaico, trazendo o moderno, o

⁶⁴ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997, p. 122.

⁶⁵ SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011, p.130-145.

novo, o salubre. Isso, logicamente proporcionou a valorização territorial e a transferência das pessoas economicamente menos favorecidas para as áreas periféricas da cidade.

Essas mudanças se mostraram efetivas, de modo que o Código de Posturas publicado em 1970 evidenciou que, passados quinze anos, algumas exigências já não se faziam explicitamente necessárias. Os artigos a respeito da pintura de fachadas, e da criação de animais para abate na zona urbana e suburbana, que outrora causaram estardalhaço na Câmara e na mídia local por meio das reclamações de moradores, foram suprimidos. Até mesmo a prática de secagem do arroz e da queima de suas cascas, que causava acidente entre as crianças,⁶⁶ não é citada nas novas posturas. A relação com as águas, que antes era uma questão de saúde diretamente ligada à higiene, acabou dando lugar às normas de higiene sobre domicílios urbanos e rurais, edifícios e moradias coletivas. Estas foram distribuídas no Capítulo III, “Da higiene dos edifícios uni-habitacionais e pluri-habitacionais”, Capítulo IV, “Da higiene nas edificações na área rural” e Capítulo V, “Da higiene dos sanitários”⁶⁷.

A relação com as águas e esgotos enquanto serviços não ofertados pelo sistema de abastecimento público é que passaram a ser monitorados com maior veemência, dando a entender que poderiam se tratar de exceções:

Capítulo VI Da higiene para poços e fontes para abastecimento de água

Art.39 – Na impossibilidade de suprimento de água de qualquer edifício pelo sistema de abastecimento público, o abastecimento poderá ser feito por meio de poços freáticos, artesianos ou semi-artesianos, segundo as condições hidrológicas locais e a solicitação de consumo.

(...)

Capítulo VII Da instalação e da limpeza de fossas

Art. 45 – As instalações individuais ou coletivas de fossas em geral só serão permitidas onde não existir rede de esgoto sanitário.

Art. 46 – Na instalação de fossas sépticas deverão ser observadas as exigências do Código de Instalações deste município⁶⁸.

Por outro lado, ainda que houvesse uma consideração menor acerca das águas ofertadas pelo abastecimento público, que foi consolidado somente a partir de 1971, com o funcionamento efetivo da autarquia municipal, as novas posturas reafirmam a preocupação maior com as áreas centrais da cidade, tanto pelos aspectos higiênicos, como estéticos. A oferta de serviços como água e esgotos, a uma população que se encontrava em crescimento

⁶⁶ Cf. SIVA, Op. Cit. As crianças ao brincar nas ruas pulavam sobre os montes de palha seca, que poderiam esconder braseiros, se queimando.

⁶⁷ ITUIUTABA. Lei Nº 1363 de 10 de novembro de 1970, p. 4-8.

⁶⁸ Idem, p. 8-12.

somente foi suprida no final da década de 1970, sobretudo para as áreas periféricas da cidade. A expansão e consolidação da SAE na cidade serão tratadas no terceiro capítulo.

1.2 – A agricultura na “capital do arroz”

O processo de modernização econômica de Minas Gerais, conforme explanado por Dulci, se mostrou peculiar em alguns aspectos. O autor denominou a modernização econômica mineira como regional, em decorrência de sua extensão territorial, seu relevo, sua história e da cultura política mineira. Esse processo ocorreu do início da Primeira República até 1955, em quatro etapas, visando a industrialização por meio de substituição de importações e teve o Estado como agente fomentador da recuperação econômica. Isso em virtude de a economia regional e nacional ter enfrentado diversos momentos de crise, como a crise de 1929, que atingiu principalmente a produção cafeeira. O autor afirma que a proposta mineira foi, nesse sentido, a introversão, ou seja, “crescer pra dentro”, fomentando o mercado interno e atendendo demandas como a produção de alimentos, construção de estradas e o desenvolvimento da indústria siderúrgica, favorecendo porções regionais do estado, cruciais para a economia, ou que carecessem de maiores atenções, visando sempre manter a unidade territorial. No caso do Triângulo Mineiro, o enfoque se voltou à agricultura e à pecuária⁶⁹. No caso de Uberaba, por exemplo, é forte a cultura de produção do gado Zebu, e em Ituiutaba, assim como outros municípios voltados à agricultura, a produção era diversificada entre algodão, milho, feijão, arroz, gergelim, visando atender o mercado interno mineiro e nacional.

Ao discutir aspectos da rizicultura no contexto histórico de Ituiutaba entre 1950 e 1980, Ana Maria Alves Muniz aborda o desenvolvimento da rizicultura no município e na região em vários aspectos, sobretudo no que tange ao desenvolvimento propagado em jornais e revistas da época, mostrando que não somente a agricultura local apresentava grandes percalços, como baixa tecnologia e falta de vias para escoamento de produção, como atenta para o uso de propaganda como ferramenta política para atração de investimentos por parte do estado, e/ou simplesmente como um reflexo do ufanismo local⁷⁰. A autora reitera que, por se cogitar a cidade entre as possíveis localidades para se instalar a nova Capital Federal, o tom

⁶⁹ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit., p. 37-69.

⁷⁰ MUNIZ, Ana Maria Alves. Op. Cit., p.67-91. Na década de 1950 se cogitava encontrar uma cidade para se instalar a nova capital federal, e Ituiutaba se encontrava entre as oito cidades que poderiam atender às exigências para tal pleito, por conter potencial hídrico, solos férteis, potencial energético e possibilidade de colonização.

ufanista da imprensa pode estar vinculado a esse desejo, onde os jornais e revistas da região e do estado reproduziriam o discurso em prol da cidade⁷¹.

Entre as inúmeras propagandas sobre o município, podem ser elencadas as principais, em datas comemorativas de jornais, sobretudo com os cinquenta anos da emancipação política de Ituiutaba, onde a revista belo-horizontina, *Acaiaca* (número 54), que era vendida em várias cidades, editou um número especial para comemorar essa data, em 1955. A edição reuniu dados estatísticos, agropecuários, crônicas, histórias e poemas de conterrâneos e memorialistas locais.

Naquela edição da *Acaiaca*, de 1953, Petrônio Rodrigues Chaves⁷² discorre sobre o processo histórico da agricultura local, afirmando que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os produtores rurais optaram pela agricultura frente à pecuária de corte, iniciando o processo de expansão territorial e de mecanização do campo, que trouxeram significativas estatísticas para o município, sobretudo no que tange à produção do arroz. Ao final de seu artigo, traz as seguintes afirmativas:

Temos assim, em resumo, a exploração pastoril nos séculos passados e início do século XX, com base no latifúndio e nas pastagens naturais; depois a derrubada das matas, a agricultura transitória para a formação de invernadas de Jaraguá⁷³; e, **finalmente, a grande, moderna, mecanizada e motorizada agricultura de parceria com a industrialização de toda a matéria-prima.**

Realiza-se assim, em Ituiutaba, **uma verdadeira revolução na economia mineira**, fruto do trabalho hercúleo de seus filhos, servido pela exuberância da sua policultura, numa gleba ubérrima, **fadada a ser o Celeiro do Brasil Central**⁷⁴(grifos nossos).

O autor afirma claramente que o município estava fadado a ser o “Celeiro do Brasil Central”, justificando a ação daqueles produtores rurais e a fertilidade do solo como algo fantástico que proporcionou os bons resultados na agricultura. Procura também, com essa informação, colocar o município em relevância frente à região – cita o Brasil Central – e diante do estado de Minas Gerais. Isso se justifica pela sua afirmação de que Ituiutaba estava

⁷¹ Idem, p.70.

⁷² Petrônio R. C. pertence ao grupo de memorialistas locais que nasceram no início do século XX, e ao longo de sua idade madura, com a carreira já consolidada, se propuseram a compilar suas memórias e histórias contadas pelo seu círculo social narrando aspectos da história local. São de inestimável relevância para os historiadores e pesquisadores locais, sobretudo nos aspectos referentes ao estudo da história local, no período anterior aos anos 1950, em decorrência da falta de documentos oficiais e de depoimentos orais sobre aquele período. Petrônio R. Chaves foi médico, mas atuou como redator de jornais, professor, vereador e pertenceu à Ação Integralista Brasileira.

⁷³ Jaraguá é um tipo de gramínea do cerrado.

⁷⁴ CHAVES, Petrônio Rodrigues. *Evolução Agrária do município de Ituiutaba. ACAIACA*. Belo Horizonte, n. 54, 1955, p. 45-48.

a realizando uma “revolução na economia mineira” através da mecanização do campo, e até mesmo da instalação de indústrias locais ligadas à atividade agrícola, que era resultado do esforço de fazendeiros locais: homens obreiros, fortes e visionários.

Acontece que esse processo de expansão da frente agrícola, vivido não só na cidade, como na região do Triângulo Mineiro e em outras regiões do país, ocorreu em virtude de uma conjuntura nacional, desencadeada por uma mudança nos processos políticos, econômicos e produtivos.

Mueller⁷⁵ usa o conceito de frente agrícola para emoldurar sua análise, afirmando que esse termo descreve melhor as áreas com potencial de expansão das atividades agropecuárias. Para o autor, há três elementos que caracterizam esse espaço, sendo eles o funcionamento “de mercados, notadamente, de produtos, trabalho e terras”, além de ser um local onde se busca ou se oferece o desenvolvimento de um sistema de transportes, e por fim, há também terras disponíveis para que sejam ocupadas⁷⁶.

Além dessas características, há denominação de frentes, ou seja, as atividades desenvolvidas nesses locais, que podem avançar ou retrain, dependendo dos processos nos quais elas se inserem. Elas podem ser de agricultura comercial, de agricultura de subsistência, de especulação, atendendo a políticas de ocupação de áreas, ou de pecuárias extensiva⁷⁷.

O que caracterizou o município de Ituiutaba como uma frente de expansão, foram, inicialmente, as atividades de pecuária rudimentar, que, posteriormente, em virtude de uma conjuntura nacional, se transformou numa frente de agricultura comercial, expandindo as áreas agrícolas, e mudando o foco da produção, que anteriormente era agricultura de subsistência e pecuária, para a agricultura comercial, com a produção de arroz, milho, gergelim, feijão e algodão⁷⁸.

De acordo com Mueller o que levou a região do Triângulo Mineiro a se inserir nesse contexto como uma frente de expansão foram as mudanças na economia decorrentes do período pós-Segunda Guerra, onde se implantou no Brasil, um modelo econômico de industrialização de substituição de importação, que já vinha se encaminhando para tal, desde o

⁷⁵ MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 26(3): 64-87. Jul. –Set. 1992.

⁷⁶ Idem, p. 65.

⁷⁷ Ibidem, p. 66.

⁷⁸ Sobre a produção agrícola na década de 1950, conferir: YOKOMIZO, Clando. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba*. Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. Tese (pós-graduação) Universidade Rural do estado de Minas Gerais. Viçosa, Minas Gerais, 1967.

Golpe de Estado de 1937⁷⁹. Em decorrência da Crise de 1929, a economia agroexportadora cafeeira já se encontrava em crise, o que fez com que a elite cafeeira buscasse outros empreendimentos, sobretudo no meio urbano e no desenvolvimento de pequenas indústrias para o abastecimento do mercado interno.

As políticas de industrialização levaram ao crescimento das cidades e ao aumento da demanda interna por abastecimento de gêneros alimentícios. O Estado buscou empreender algumas políticas pontuais que incentivassem a produção de alimentos para sustentar as atividades urbano-industriais. Entre os anos 1948-1950 e 1960-1979, ocorreram aumentos de 4,96% e de 5,8%, respectivamente, na produção de alimentos, de produtos agrícolas industrializáveis e exportáveis⁸⁰. Para Mueller o que induziu ao crescimento da produção agrícola entre 1950 e 1969 foi a expansão de áreas agricultáveis, ou seja, a incorporação de novas terras. Essa expansão ocorreu, segundo o autor, no norte do Paraná, no Triângulo Mineiro, no Sul de Goiás e no sul de Mato Grosso do Sul⁸¹.

Em decorrência da falta de expansão nas áreas antigas, a saída encontrada pelo governo foi investir na oferta de infraestrutura (viária e de armazenamento⁸²) nessas áreas para o escoamento da produção, o que era seu maior problema⁸³.

A imprensa local propagava um discurso progressista em relação à cidade e às mudanças que vinham ocorrendo na mesma, no começo da década de 1950. Essas mudanças, em parte, são denotadas à produção agrícola do município, o que fez com que se criasse o termo “capital do arroz” para a cidade. A expressão surgiu por volta de 1953, quando a revista *Acaiaca* divulgou a cidade, em uma edição que comemorava seu aniversário de emancipação política. Naquele momento a produção de arroz do município se destacava no estado. No entanto, há elementos para se cotejar a respeito dessa fama, entre eles, que a produção da cidade era somada aos seus distritos, Capinópolis, Ipiacú, Cahoeira Dourada e Gurinhatã. Outro fator é a quantidade de cerealistas – pessoas que possuíam máquinas de beneficiamento do cereal, e comercializavam a produção adquirida dos produtores locais, na bolsa comercial, em São Paulo⁸⁴. Por fim, a forma como ocorria essa produção e o incentivo do governo para que as regiões interioranas, ou denominadas frentes de expansão produzissem alimentos para

⁷⁹ *Ibidem*, p. 65-67.

⁸⁰ MUELLER, Op. Cit., p. 68.

⁸¹ *Idem*, p. 69.

⁸² Aqui, na região de Ituiutaba, além da construção de rodovias e estradas, a cidade foi contemplada com um Silo da Companhia Mineira de Abastecimento, a CASEMG.

⁸³ *Ibidem*, p. 69.

⁸⁴ A denominada bolsinha. Cf. Muniz, Op. Cit., 2014.

abastecer o mercado interno, voltado ao projeto modernizador do país, empreendido desde os anos 1940, iniciado por Getúlio Vargas. Na revista *Acaiaca*, de 1955 o artigo de Hélio Chaves, conterrâneo, afirma que a economia da cidade detinha aspectos privilegiados, e, portanto, fazia com que a cidade fosse merecedora de se tornar a nova capital Federal:

Sua localização privilegiada – a qualidade extraordinária de suas terras – o **município que mais produz milho no Brasil – o primeiro lugar na produção de arroz de Minas** – os maiores rebanhos de gado bovino e suíno do estado – 1000 tratores para a mecanização de sua agricultura – o seu parque industrial – o seu potencial hidroelétrico – **a localização da futura capital da república no pontal do Triângulo.**

(...)

A Futura Capital da República

Muito já se tem dito sobre **a mudança da Capital da República para o interior do país**. Na localização da mesma duas correntes ponderáveis se batem. Uma quer que a mesma se localize nas imediações de Formosa, no estado de Goiás. **Outra, chefiada pelo grande engenheiro Lucas Lopes, pleiteia a sua localização nas imediações de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro.** Conforme demonstrou, a região do Triângulo leva inúmeras vantagens sobre o planalto goiano. Está localizada entre dois caudalosos rios o Paranaíba e o Grande, dividindo o estado de São Paulo. Este fator muito concorrerá para a sua defesa.

Está a poucos quilômetros das estradas de Ferro Paulista, Sorocabana, Rêde Mineira de viação, Mogiana e Goiás.

(...)

Ituiutaba, porém, com a Capital Federal ou não, será um dos maiores centros econômicos do país(Grifos nossos)⁸⁵.

O destaque dado ao potencial econômico do município, em tom ufanista, promovido pelo Sr. Chaves mostra não somente o desejo de tornar a cidade mais imponente aos olhos externos, na tentativa de convencer os leitores de que realmente se deveria transferir a capital da República para a localidade, como também permite observar alguns números relevantes acerca de sua produção agrícola, sendo que no estado a cidade já era a maior produtora de arroz, e possuía potencial para ser a capital do milho, por que não? Já que foi considerada naquele ano a maior safra do país.

Sabe-se que a nova Capital Federal foi construída no planalto central, em Goiás, portanto, Ituiutaba e seus habitantes tiveram que se contentar com o apelido, para não se dizer um consolo estratégico, de capital do arroz.

Mesmo com uma significativa produção de cereais, o município produzia grãos, sobretudo o milho, como observado, e também gergelim, que era cultivado junto com o arroz. Plantava-se também feijão, em boa parte para o consumo das fazendas, e em quase todas havia rebanhos. Em estudo promovido por Clando Yokomizo⁸⁶, em uma amostragem de 88

⁸⁵ CHAVES, Helio. *Acaiaca*. Belo Horizonte, 1955, p 75; 78-79.

⁸⁶ YOKOMIZO, Clando. Op. Cit., p.54.

estabelecimentos rurais, daqueles 88,9% praticavam a pecuária, juntamente com a produção agrícola. Entre os anos 1950 e 1980, a distribuição das atividades nos estabelecimentos rurais ocorria da seguinte forma:

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais

	Ano do recenseamento	
	1960	1980
Ituiutaba – MG	1960	1980
Número de estabelecimentos	1680	1115
Área total (ha.)	1 115	242 906
Praticavam agricultura e pecuária	184	301
Agricultura (área ha.) / e pecuária (área ha.)	254 866 (agr. e pec.)	39 201 / 10 590
Somente pecuária	373	799
Horticultura e floricultura	01	09

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e 1980.

Pode-se verificar que ocorreu uma redução do número de estabelecimentos rurais, entre 1950 e 1980. Em parte isso se deve à emancipação de distritos⁸⁷ de Ituiutaba nesse período. Por outro lado, a área das propriedades aumentou, o que pode indicar um processo de concentração de terras, portanto aglutinação de propriedades rurais. O número de estabelecimentos que praticavam agricultura e pecuária aumentou quase cem por cento. No entanto, a área produtiva dos estabelecimentos reduziu aproximadamente 20,3%, enquanto o número de estabelecimentos voltados à pecuária mais que dobrou de tamanho. Isso mostra o arrefecimento da produção de arroz, já no final dos anos 1970, e o retorno dos produtores rurais à pecuária voltada ao gado de corte, o que resultou na concentração de terras e a redução do cultivo das mesmas.

Esse processo de transição entre a agricultura e a pecuária seria previsível, visto que além da cultura local ser voltada à pecuária, o arroz funcionava como um cultivo propício às

⁸⁷ Santa Vitória (desmembrado em 1948), Capinópolis (desmembrado em 1953), Gurinhatã e Ipiacú (desmembrados em 1962). Em 1950, o município possuía 52. 472 habitantes, em 1960 passou-se a contabilizar 70. 706 habitantes. Em 1970, já somava 64. 656, dos quais 17 542 se encontravam no meio rural.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, parte XIII – Minas Gerais. Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Idem. Censo demográfico de 1950. Série regional. Volume XXI. Tomo I. Rio de Janeiro, 1954.

Idem. Censo demográfico de 1960. Série regional. Volume I. Tomo IX: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. VIII Recenseamento geral do Brasil. Série regional, Volume I. Tomo XIV, 3ª parte, resultado segundo as microrregiões – Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

áreas recém-desmatadas, de baixo uso de maquinário, servindo para a limpeza do solo até que se conseguisse inserir outro tipo de lavoura. “O arroz é plantado geralmente logo após as derrubadas; raramente é cultivado nas zonas já transformadas em campos ou que fossem aproveitadas anteriormente para outras culturas”⁸⁸.

Em outro artigo para a revista *Acaiaca*, em 1953, Petrônio R. Chaves⁸⁹ descreveu o processo de expansão das terras agricultáveis do município, desde o trabalho dos pioneiros até o período subsequente à Segunda Guerra Mundial:

O meio foi sempre adverso. De início as imensas distâncias de campos infundáveis e as matas agressivas propuseram problemas de difícil solução. Aproveitando as encostas das serras, os rios caudalosos, as veredas intransponíveis, conseguiram os fazendeiros criar o seu gado em vastas extensões de terra que não conheciam divisas. Só mais tarde, com a introdução do arame farpado, cercearam a liberdade das reses bravias, que nem os acidentes naturais, nem os “Vales” abertos por escravos conseguiam dominar. Nas fazendas de criação (...) produzia-se de tudo, a exemplo dos primeiros povoadores de que nos fala Oliveira Viana. Desde os veículos de tração (predominantemente o carro de bois), as arreatas, materiais para habitações, até os mantimentos para o sustento da família: arroz, milho, feijão, rapadura, café, (...) algodão.

Surgem os pioneiros das derrubadas. (...) Muitos milhares de alqueires caíram sob o golpe do machado e em seu lugar surgiram as invernadas de Jaraguá, gramínea de alto poder nutritivo, base da riqueza agropecuária que fez do município o maior produtor de gado bovino de todo o Estado.

Era esse sistema: derrubada a mata pelo agregado este cultivava o terreno por dois ou três anos, remunerando o patrão com uma porcentagem ou entregando simplesmente o pasto formado de Jaraguá(Grifos nossos)⁹⁰.

Após o processo de desmatamento e de cultivo da terra pelos agregados, que geralmente trabalhavam em regime de partilha das colheitas, conhecido como *meia* ou *terça*, a terra estava pronta para receber a pastagem, no caso, o denominado jaraguá, uma gramínea nativa, que exigia poucos cuidados, sobretudo para a criação extensiva de gado. No processo de desmatamento do cerrado, após o corte arbóreo levavam-se alguns anos para limpar o terreno das raízes. Enquanto isso se cultivava a terra e, ao fim da colheita fazia-se a queimada, para o novo plantio. Isso contribuía para a retirada das raízes do solo. Ao fim de aproximadamente três anos, se conseguia inserir a pastagem naquele solo.

A Conjuntura nacional pós-Segunda Guerra trouxe novas demandas para o mercado interno, sobretudo no que tange ao abastecimento do mercado consumidor de alimentos. O processo de industrialização por substituição de importação demandou a extensão das frentes

⁸⁸ SIMÕES, Ruth Matos de Almeida. Distribuição da Produção de Arroz no sudeste do Planalto Central. Revista Brasileira de Geografia. Ano XII, n 2. Abr.-Jun. 1950, p. 272.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ CHAVES, Petrônio Rodrigues. Evolução Agrícola de Ituiutaba. *Acaiaca*. Belo Horizonte, 1955, p. 46-47.

agrícolas no interior do país. Isso fez com que na região se alterasse a conduta daqueles produtores frente às demandas de mercado, reduzindo o rebanho e voltando-se à produção agrícola:

Derrubada as matas do vale, intensificadas a criação e a recriação de gado bovino, enriquecido êste com o sangue Zebu, e o poder nutritivo das pastagens novas, o município de Ituiutaba viu surgir uma nova era na sua evolução agropecuária, passando a figurar nas estatísticas como o maior produtor da pecuária mineira. Parecia a muitos que o jaraguá finalizara essa evolução. **Veio a Guerra de 1939 e depois dela um novo ciclo se iniciou no vale prodigioso.**

(...) Novo “rush” se operou nas margens ensolaradas do Paranaíba.⁹¹ Vieram nordestinos em sucessivos comboios de paus-de-arara; mineiros do sul e do oeste; paulistas de todos os recantos, para participarem da **era dos cachos de ouro**. À mecanização simples seguiu-se a motorização da agricultura que está operando em bases racionais na gigantesca produção.

(...) As fertilíssimas terras produzem de tudo; arroz nos espigões e nas baixadas, algodão, milho, feijão, gergelim, etc. Com o milho se sustenta a maior criação de suínos do Estado e a sua conseqüente engorda, cuja industrialização é operada na própria cidade. **O volume da produção de arroz, de há dois anos pra cá, ultrapassa de um milhão de sacas, anualmente e de três máquinas de beneficiá-lo, que havia há três anos, (...) o seu número em 1953 já atinge a casa dos trinta;** (Grifos nossos)⁹².

Esse processo de inserção no mercado agropecuário trouxe novas configurações para a cidade, como a expansão de sua área urbana, o crescimento populacional, devido à migração, e o aumento de fluxos de capital. A produção agrícola, em grande parte a rizicultura, fomentou o comércio local e trouxe fama para a cidade como “capital do arroz”, em virtude de sua grande produção e beneficiamento do cereal, entre meados da década de 1950 e início da década de 1960.

Simões afirma, em seu estudo promovido em 1950 sobre a produção de arroz no planalto central, que a região do Triângulo Mineiro, por ter solos férteis, o período de chuva concentrado em uma parte do ano e boa comunicação rodoferroviária, com razoável ocupação, tornou-se uma região propícia à rizicultura⁹³. A autora cita alguns municípios com destaque na produção, por conta da fertilidade dos solos, “provenientes de derrames de lavas básicas (*trapp* do Paraná)” que originaram a terra roxa. Entre os municípios citados estão Araguari, Uberaba, Uberlândia, Conquista, Monte Carmelo, Tupaciguara, entre outros⁹⁴.

Uberlândia e Uberaba são destacados pela autora como municípios que apresentaram boa produtividade, sendo que Uberlândia tem uma situação privilegiada na região, por ser

⁹¹ Rio Paranaíba.

⁹² CHAVES, Petrônio R. Op. Cit. p. 47-48.

⁹³ SIMÕES. Op. Cit. p. 273.

⁹⁴ Ibidem, p. 274.

uma localidade privilegiada, ter comunicação com o oeste do Triângulo, o sul de Goiás e a região de Anápolis. Funciona, portanto, como um entreposto de distribuição de mercadorias na região e no país. Já Uberaba é referência não somente pela posição também favorável, servida por rodovias e estradas de ferro, como pela produção do cereal, que naquele momento era uma das principais culturas ali produzidas. Além disso,

Município rico, quer quanto à lavoura, quer quanto à pecuária, desempenha o papel de centro de gravidade e de atração econômica da região que o circunda. As safras das regiões vizinhas são dirigidas a Uberaba e daí seguem rumo aos mercados paulistas, sobretudo⁹⁵.

Outra observação feita pela autora era o rápido desgaste dos solos por conta da agricultura praticada naqueles locais, e da expansão rápida das áreas desmatadas pelos agricultores para o plantio, com isso, Ituiutaba já mostrava indícios de que rapidamente teria situação semelhante:

as possibilidades futuras dos demais municípios, aqueles menos explorados, mas que gradativamente vêm sendo ocupados pelos agricultores, ávidos de terras de matas, de terras menos esgotadas, como por exemplo, as de Toribaté e Ituiutaba, municípios onde a lavoura de arroz vem crescendo dia a dia⁹⁶.

Foi justamente isso o que ocorreu: logo se passou a produzir arroz em quase todas as propriedades rurais do município. Além disso, ocorreu o mesmo com Ituiutaba em relação à convergência de produções agrícolas da região para a venda no mercado nacional, como a destinação da produção para São Paulo.

KlandoYokomizo observou que a relação comercial da cidade ocorria com vários municípios, nos meados da década de 1960, quando seu estudo foi empreendido, e a produção de arroz na região estava consolidada e em seu período áureo. A área de comercialização de Ituiutaba se estendia para alguns municípios e a capital do estado de Goiás, e as cidades de São José do Rio Preto, Barretos e Ribeirão Preto, em São Paulo, além de todo o Triângulo Mineiro. O comércio funcionava diretamente entre os atacadistas locais, ou seja, aqueles comerciantes que possuíam máquinas beneficiadoras de arroz, que compravam parte da produção dos produtores locais, e vendiam a representantes comerciais, que destinavam o produto a outros atacadistas ou para o comércio varejista⁹⁷.

⁹⁵SIMÕES. Op. Cit., p. 275.

⁹⁶Idem.

⁹⁷YOKOMIZO, Klando. Op. Cit. p. 68-71.

No final da década de 1970, com os solos já desgastados, os produtores retornariam à criação de gado ou ao cultivo de outros alimentos. A produção de arroz logo se deslocaria pra Mato Grosso e também para a região sul do país, no Paraná, onde encontraria solo e clima propícios ao cultivo. A escolha pela pecuária, na cidade ocorreu não somente por conta da característica da cultura local, mas por outros fatores, como os projetos federais de incentivo à produção, como o POLOCENTRO e à instalação de indústrias de laticínios, como a Nestlé⁹⁸.

1.3 - Afinal, o que é o pontal? O projeto político da década de 1970

Após a apresentação do município, entre 1950 e 1980, e sua economia baseada na agricultura, é justo que se fale um pouco de sua inserção no Triângulo Mineiro e um pouco das características da política local. Ela é combativa e luta para conseguir espaço no governo estadual e federal, visando o crescimento econômico da cidade e, por consequência, daqueles políticos enquanto empresários e agricultores. No final da década de 1970, quando a produção do arroz já se encontrava defasada, dando lugar à pecuária e a outras produções agrícolas, a cidade já não se identificava com o apelido de capital do arroz, mas mantinha certa proeminência na região, frente a cidades menores, sobretudo aqueles distritos recém-emancipados.

Como observado anteriormente, pela configuração rodoviária do Triângulo Mineiro as cidades melhor localizadas possuíam mais condições de crescimento, como Uberaba e Uberlândia, além do fato de serem cidades já consolidadas desde o final do século XIX. No entanto, Ituiutaba conseguiu se inserir no mercado nacional e também foi privilegiada pelo acesso às vias de escoamento da produção, se destacando a nível regional, se tornando uma cidade pólo no oeste do estado. A saber, as microrregiões são conjuntos delimitados dentro das mesorregiões, de acordo com as relações estabelecidas em âmbito local, num sentido totalizante de modo a manter a vida no local, os fluxos de mercadorias, bens, serviços e atividades sociais. “Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita,

⁹⁸ Conferir: OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. *Ituiutaba na rede urbana tijucana: (re)configurações sócio-espaciais de 1950 a 2003*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2003.

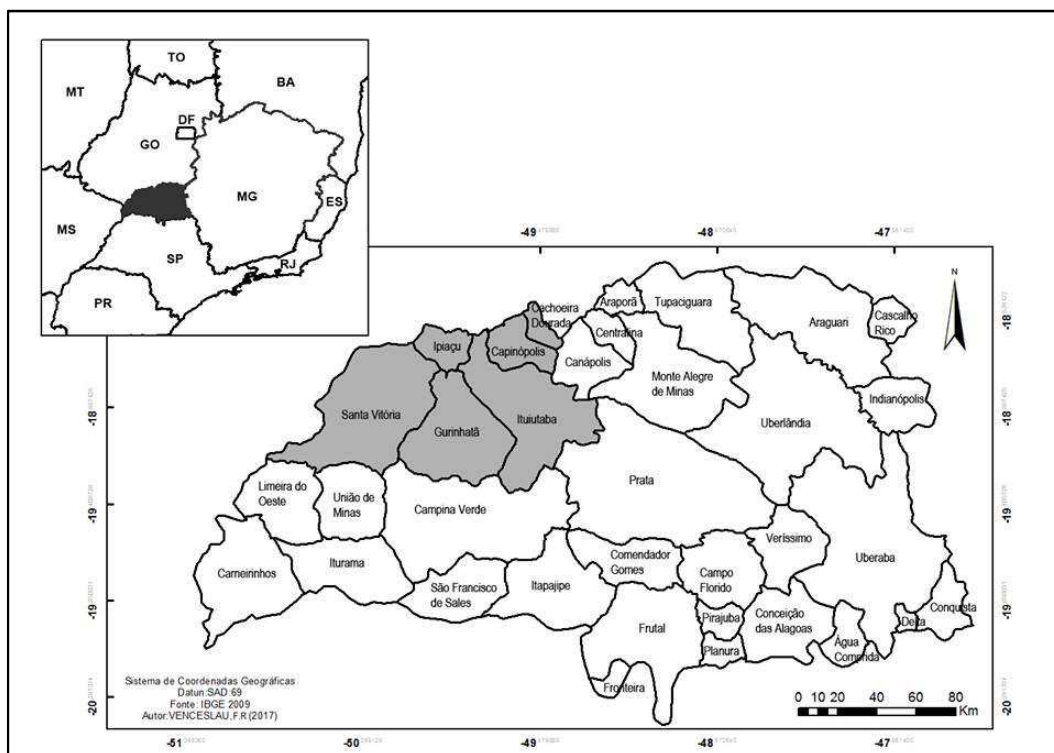
distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais”.⁹⁹ A partir de 2007 o IBGE estabeleceu uma nova classificação para a rede urbana brasileira, agrupando cidades como Ituiutaba na categoria de “centro sub-regional B”, de modo que:

Integram este nível [centro sub-regional] 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos, a saber:

- a. Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e
- b. Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos (grifos nossos)¹⁰⁰.

A microrregião de Ituiutaba é composta também por Cachoeira Dourada, Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã e Ipiacú. Todos estes outrora foram distritos da localidade, emancipados entre 1947 e 1963.

Figura 7 – Microrregião de Ituiutaba no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: IBGE, 2009. Org. Fábio Reis Venceslau, 2017.

⁹⁹ IBGE, 1990, p. 8, apud IBGE, 2002, p. 6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

Idem. *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. IBGE: Rio de Janeiro, 2002.

¹⁰⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*. IBGE: Rio de Janeiro, 2007, p. 11; 25.

O uso do conceito de região na história causa certo desconforto para alguns historiadores, tanto pela dificuldade em se definir uma região, como pelo posicionamento pejorativo que pode vir a ocorrer em relação à temática regional. O conceito de região, ao ser problematizado, consegue abarcar a historicidade de lugares, as disputas políticas entre grupos sociais, as estratégias de dominação, discursos, memórias, entre outros aspectos físicos e sociais, de modo que não pode ser tomado apenas pelo seu aspecto material e espacial, como uma fronteira, na qual se delimita por uma linha onde começa um território e termina outro. A região é resultado de um processo cujo termo levou à sua existência, e que não pode ser ignorado, ou simplesmente acatado ingenuamente pelo historiador. Cabe, portanto, observar o que se pretende denominar um recorte regional, sob quais argumentos históricos, geográficos, políticos, sociológicos, ele foi construído e é legitimado, qualquer que seja essa região: uma cidade, um conjunto de cidades, um vilarejo, um bairro, um grupo folclórico, uma aldeia.

O “regional” é contestado por Albuquerque Júnior, que não somente atenta para o fato de se problematizar o surgimento e a legitimação de uma região – enquanto fruto de disputas políticas, de discursos, de recortes, da ação humana, portanto não natural – como também afirma que os historiadores, ao se colocarem enquanto pesquisadores da história regional se submetem a uma posição subalterna frente aos pesquisadores e pesquisas das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, cujos temas são relacionados à história nacional, portanto, considerados de maior relevância. O autor afirma que se deveria negar essa posição, visto que essa hierarquização estaria implícita no uso desse conceito¹⁰¹.

Por outro lado, observa-se que a história regional não está desvinculada de um processo maior. Não há como fazer estudo de um objeto sem colocá-lo em um contexto histórico e temporal, portanto não se desvincula o aspecto regional da história nacional. Dessa maneira, o argumento acerca do “subalterno” se desvaloriza. No entanto, isso não quer dizer que se devam acatar as “fronteiras” oferecidas, sem contestação. Nesse ponto a contribuição de Albuquerque Júnior é importante, pois mostra o quanto elas possuem historicidade, e como esse conceito pode ser rico e trazer contribuições historiográficas. O conceito de região se torna polissêmico, como deve ser um conceito, e ao mesmo tempo histórico, não-anacrônico, multifacetado e contingente. Ele depende do lugar, do momento, das perguntas feitas pelo pesquisador. Torna-se um conceito que nomeia uma fonte histórica que é viva, móvel, plural e instigante: a região.

¹⁰¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Muniz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008.

Uma região pode ser denominada por uma nomenclatura que a define, com sertão, litoral, centro, periferia. Nem sempre essa definição é geográfica, mas política e ideológica.¹⁰² No caso do uso do termo Pontal do Triângulo Mineiro, ou “Pontal Triangulino”, como ocorre nos debates das atas da câmara municipal da cidade, serve, a princípio, para denominar uma parte da microrregião denominada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que é definida, geograficamente, por uma parte do estado de Minas Gerais, situada a oeste, que, no mapa, forma a esboço de um triângulo. Pontal seria, portanto uma das pontas do mesmo, cujas fronteiras naturais com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo são os Rios Grande e Paranaíba, compondo as microrregiões das cidades de Ituiutaba e Frutal¹⁰³. O objetivo da criação de tal sub-região, a princípio, era atrair investimentos para o local, entre eles estradas que ligassem à região Oeste, visando empreendimentos industriais e comerciais. Cogitou-se até mesmo a construção de uma ferrovia. No entanto, observando as atas do legislativo ituiutabano, há indícios de que esse termo “Pontal” era mais difundido e usado pelas autoridades locais, no intuito de atrair esses benefícios para a cidade, em nome de uma região, sob a justificativa de que as cidades menores deveriam apoiar as reivindicações porque seriam beneficiadas. Dessa forma o uso do termo em questão para denominar uma região foi deliberadamente usado como artifício pelos políticos locais. Esse termo ainda é utilizado na cidade, de modo que há um jornal local com o nome “Jornal do Pontal”, e até mesmo um campus de expansão da Universidade Federal de Uberlândia, que foi denominado “Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP”, também chamado de “UFU - Campus do Pontal”. Assim, se procura fomentar esse debate, de modo a mostrar algumas evidências da possibilidade de que o uso do termo Pontal serve mais como uma ferramenta política das lideranças ituiutabanas, do que uma região na qual há a identificação por parte de várias cidades e uso das mesmas, sobretudo em virtude do fato de que o maior beneficiado por esse uso é o município de Ituiutaba-MG.

Nos meados da década de 1970, a rizicultura já em arrefecimento, deu lugar à agropecuária, fazendo com que a cidade passasse por um período de estagnação econômica, em virtude do êxodo rural causado tanto pela mudança no cenário rural, como pela redução das atividades comerciais urbanas. Com isso, as lideranças locais buscaram atrair investimentos por parte do governo Estadual e Federal, como estradas e obras de infra-

¹⁰² AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, jul. 1995, p. 145-151.

¹⁰³ A microrregião de Frutal contempla as cidades de Campina Verde, Carneirinho, Fronteira, Itapagipe, Iturama, Pirajuba, Planaura, São Francisco de Sales, Limeira do Oeste, e União de Minas.

estrutura, visando fomentar a circulação de bens e atrair indústrias para a cidade. Como a cidade deixou de ser a “Capital do arroz”, precisava-se de um termo substituto para atrair os olhares de possíveis investidores e das lideranças políticas para que as reivindicações junto ao governo pudessem fazer efeito. Para tanto, passou a ser recorrente o uso do nome “Pontal”, ou “pontalino”, ou “Pontal Triangulino”, para se referir à microrregião de Ituiutaba e demais cidades, que demandavam investimentos governamentais e que se situavam mais a oeste do Triângulo Mineiro.

Entre os primeiros usos que se tem registro, já na década de 1970, estão as falas dos vereadores da Câmara Municipal, como na reunião do dia dezoito de agosto de 1975, quando:

Pela ordem de inscrição, foi ouvido o vereador Wilson Ribeiro Vilela, oportunidade em que falou a respeito de, quando for realizado um congresso de vereadores nesta cidade, discutir e aprovar teses em que, posteriormente, poderão ser encaminhadas à prefeituras das cidades **pontalinas**, para que, conjuntamente, elucidem(?) esforços junto às esferas estadual e federal visando reivindicar a ligação asfáltica das cidades que ainda não foram aquinhoadas com esse importante benefício a um maior entrosamento com as respectivas populações, bem como o desenvolvimento de todas elas. Em aporte ao orador, o edil Oliveira congratulou-se com ele pela oportuna idéia, inclusive certificou-lhe que no princípio do ano apresentou uma indicação no sentido de que fosse realizado um Congresso de Integração Econômica do Sudoeste Goiano. Novamente com a palavra o edil Ribeiro enfatizou que, se por ventura for realizado tal congresso, as duas bancadas [ARENA e MDB] poderão apresentar um substancial relatório, mostrando que a região está a necessitar para se desenvolver ainda mais, concluiu (Grifos nossos)¹⁰⁴.

Observando as atas desse mesmo ano, foi possível verificar que se iniciou, no estado de Minas Gerais, um evento denominado Congresso de Vereadores, no qual os legisladores municipais do estado se inscreviam e se reuniam para tratar das demandas de suas cidades. Uma dessas demandas era a pavimentação de estradas. Outro indício importante é a fala do vereador Oliveira, afirmando que propôs um congresso de integração econômica com o estado de Goiás, o que insinua que a região, estando mais próxima do estado de Goiás, também procurou empreendimentos comerciais junto às cidades vizinhas daquele estado, visando o fomento econômico da cidade. O segundo congresso de vereadores ocorreu na cidade de Poços de Caldas, em outubro de 1975¹⁰⁵. Na fala do vereador Wilson R. Vilela, observa-se também o desejo de que o evento ocorresse na cidade de Ituiutaba, ao afirmar que “quando for realizado um congresso de vereadores nesta cidade, discutir e aprovar teses em que, posteriormente, poderão ser encaminhadas à prefeituras das cidades pontalinas”¹⁰⁶. Ora, se os

¹⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da reunião de 18 de agosto de 1975*, p. 57-58.

¹⁰⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da reunião de 09 de setembro de 1975*, p. 73.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

vereadores de todos os municípios são convidados, o que se presume, qual o motivo de as demandas serem articuladas em Ituiutaba e encaminhadas às demais localidades “pontalinas”? Qual o interesse dos vereadores em fazer um congresso no município, senão aquele de defender os interesses locais? Será que os demais municípios que compõem a região “pontalina” estão defendendo esses mesmos interesses?

A demanda local para a construção de uma ferrovia que ligasse a região ao estado de Mato Grosso, mais uma vez pode servir como argumento para o que se afirma aqui, de modo que se pode observar a defesa de interesses locais (Ituiutaba), servindo-se do nome Pontal como uma maneira de dar mais peso político ao município, quando este se coloca como representante dos demais:

Após, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, solicitando aos vereadores Moreira e Ribeiro, respectivamente, líderes da bancada da Arena e do Movimento Democrático Brasileiro, que conduzissem o deputado Juarez Batista à mesa diretora, o que imediatamente foi feito, sob calorosa salva de palmas. Inicialmente a palavra foi franqueada ao vereador Aranisio Joaquim Martins, que, na oportunidade, expressou sua satisfação ao poder receber o ilustre parlamentar Juarez Batista nessa casa legislativa, bem como parabenizou-o pelo zelo que tem demonstrado na Câmara Federal em favor de Ituiutaba, principalmente por haver encaminhado projeto de lei àquela douta casa, incluindo no plano Rodoviário Nacional, Ferrovia que tem início em Uberaba, passando por algumas cidades **pontal triangulinas**, incluindo Ituiutaba até atingir o estado de Mato Grosso, concluiu. (...) A seguir foi anunciado o convidado da casa, Deputado Juarez Batista. Ao fazer uso da palavra, o Sr. Juarez Batista, exibindo mapas e outros documentos, discorreu largamente sobre o Projeto de Lei de sua autoria, que modifica o Plano Ferroviário Nacional, e que se encontra em tramitação na câmara Federal, bem como expôs detalhadamente o que significa para a região **pontalina** a criação de um ramal ferroviário, que, além de servir a Ituiutaba, ligará outras tantas comunidades, favorecendo-as em diversos setores, proporcionando a elas substanciais benefícios (Grifos nossos)¹⁰⁷.

Em seguida, o Sr. Prefeito, Fued José Dib, reafirma a importância de tal obra para a cidade, e para as cidades vizinhas, afirmando que as mesmas deveriam se articular em favor da construção da ferrovia. Novamente observa-se a necessidade de mobilização dos demais municípios em favor das demandas apresentadas por aquela casa. Em ata não consta a presença de nenhum prefeito, vereador ou autoridade das demais cidades da região “pontalina”. O vereador Aranisio Joaquim Martins agradece o empenho do deputado “em favor de Ituiutaba”, ou seja, novamente é a defesa dos interesses locais que está em evidência, mas que não tendo peso político suficiente junto à esfera estadual e federal, se serve do argumento regional, o “pontal triangulino” para angariar recursos. A necessidade de

¹⁰⁷CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Ata da reunião de 21 de novembro de 1975, p. 111-113.

mobilização das demais cidades, também aponta para um possível desconhecimento de causa, possibilidade reforçada pela ausência de representantes das mesmas na sessão¹⁰⁸.

Reitera-se, portanto, que de acordo com o contexto histórico vivido pelo município, em meados da década de 1970, é possível afirmar que o uso do termo “Pontal Triangulino” tenha servido como ferramenta política para reivindicar junto ao poder Estadual e Federal investimentos em infraestrutura que beneficiassem economicamente o município de Ituiutaba, como a pavimentação de estradas e até mesmo a construção de um ramal ferroviário. Como a cidade por si só não oferecia força política suficiente, apelou-se para o uso de uma região, que não é oficialmente reconhecida, mas que seria composta pelas cidades que hoje fazem parte da microrregião de Ituiutaba, compondo o “Pontal” da mesorregião geográfica, que é o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Entretanto, observando aquele período, as evidências apontadas levam a crer que o significado de Pontal para os políticos ituiutabanos se referia à microrregião de Ituiutaba, e principalmente à própria cidade, e as cidades circunvizinhas, sobretudo aqueles distritos que fizeram parte da cidade, que são Capinópolis, emancipado em 1953, e Cachoeira Dourada, e Gurinhatã e Ipiaçú emancipados em 1962.

O discurso de progresso, aqui considerado, deita suas raízes na concepção originária do século XVII, que foi influenciado pelas descobertas científicas ocorridas desde o final do século XVI, que mudou a concepção ocidental (europeia) acerca da ciência. A partir daquele momento, a idéia de progresso era formada a partir das concepções científicas daquele período, onde se defendia que o saber não deveria ater-se somente à contemplação da verdade, mas ao domínio da natureza. O saber científico era considerado crescente e destinado a superar conhecimentos anteriores, sendo que esse processo nunca estaria completo. Por fim, isso não refutava a crença em uma tradição científica, sobretudo porque o saber científico não estava disponível a qualquer um, mas apenas aos “iniciados” na tradição¹⁰⁹. Acreditava-se num processo histórico contínuo, no qual o futuro superaria ou realizaria as expectativas do presente e acabaria com as angústias e problemas vividos pelo indivíduo. A concepção de progresso está intimamente ligada tanto à idéia do milenarismo e do primitivismo, como da utopia. Em ambas se recusa um presente em direção a um passado ou um futuro idealizado. Para Rossi, partindo do esquema de Levin pra entender essa idealização:

Quem crê no progresso, todavia, não se contenta com escolhas efetuadas no reino da imaginação. Não tende à fuga da história. Conta ou julga poder contar com

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ ROSSI, Paolo. Op. Cit., p. 47-52.

possibilidades que considera reais ou que interpreta como reais. Vê presentes na história algumas possíveis confirmações de suas esperanças, julga que ela procede, nem que seja nos tempos longos – segundo uma e não outra direção. Considera em todo caso que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança num futuro desejável, melhor que um presente, cujos limites e insuficiências são visíveis¹¹⁰.

Em Ituiutaba, os discursos presentes nos periódicos locais exprimiam esse anseio de um futuro promissor para a cidade. Essas falas se mostravam baseadas na história da cidade, onde em duas décadas ocorreram transformações, com a implantação de indústrias, aumento das atividades comerciais, construção de edifícios e prédios novos, fazendo com que se aspirasse cada vez mais crescimento e mudanças para aquela localidade.

Em uma das inúmeras mensagens congratulando o município pelo seu aniversário, que permeavam os jornais na data, a da CAGEP, Cia de Armazéns Gerais da Produção afirma que:

Sente-se orgulhosa em participar, dentro de suas atividades comerciais, do extraordinário surto de progresso da Arrozcap, associando-se às comemorações dessa data de grande alegria, quando transcorre o 71º aniversário de criação do município¹¹¹.

No entanto, a partir da década de 1970, nota-se que esses discursos caminham para outros objetivos, visto que, anteriormente, se acreditava no progresso contínuo e iminente. No entanto, aquele futuro se distanciava cada vez mais, podendo se tornar uma utopia. A justificativa do provável crescimento estava baseada numa relação saudosa com o passado, que era romantizado e servia de justificativa para a crença em um processo natural de crescimento econômico da cidade. O passado, no caso dos discursos acerca da cidade objeto, é o lugar do arcaico, do rural, que subitamente foi substituído pelo moderno, pelo urbano, cuja pujança se nota facilmente e que trará mudanças constantes a partir daquele momento. Cada vez mais em que se avança temporalmente nos documentos analisados, se nota, sobretudo nos discursos jornalísticos e políticos, que esse futuro se anuncia constantemente, e é ansiosamente aguardado. No entanto, como ele nunca se realiza, é preciso agir em prol de sua concretização.

Visando o desenvolvimento econômico da cidade, em 1971, foi organizado o Congresso de Integração Econômica do Pontal do Triângulo, organizado pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em parceria com o Sindicato rural de Ituiutaba e a Associação

¹¹⁰ROSSI, Paolo. Op. Cit., p. 52.

¹¹¹BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de setembro de 1972, p. 6.

Comercial e Industrial, publicado no jornal local, *Correio do Pontal*, a reportagem afirmava que:

O Pontal do Triângulo, sobretudo Ituiutaba, com a realização deste importante Congresso, tornar-se-á bastante conhecido nas altas esferas governamentais, e tudo se espera através da aprovação das diferentes teses de muita importância para o desenvolvimento desta vasta região triangulina¹¹².

Observando a publicação, o claro objetivo do Congresso, organizado pela classe política, por comerciantes e produtores rurais locais, era a projeção do nome de Ituiutaba, juntamente com a região “Pontal”, encabeçada pela cidade. Além disso, buscava-se alternativas para o crescimento econômico dos municípios participantes do Congresso.

Os indivíduos diretamente ligados às atividades econômicas urbanas, como o comércio e a indústria, e que estavam inseridos nesse meio político, enquanto vereadores, ou pessoas influentes daquela sociedade, utilizavam dos meios de comunicação para projetar o nome da cidade no estado e na região.

A imprensa constituiu em um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como um agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura dos seus produtores como sujeitos dotados de consciência de determinada prática social¹¹³.

As estratégias adotadas pela classe política ituiutabana, que se encontra diretamente inserida nas atividades comerciais, agrícolas, e midiáticas, encarrega-se de buscar alternativas para a projeção da cidade, em âmbito político e econômico, visando os benefícios financeiros que podem vir a angariar com o crescimento da cidade. Dessa forma, os enunciados dos jornais, as falas na Câmara Municipal, as alianças políticas e econômicas se configuram como uma força capaz de efetivar o direito de uso de um recorte regional, que, ao mesmo tempo, legitima a posição de Ituiutaba enquanto cidade pólo e o posicionamento dos mesmos enquanto lideranças locais.

Os discursos em prol de uma região, o “Pontal”, se relacionam tanto com aquele presente, de busca de alternativas para o arrefecimento econômico e a busca incessante do progresso, como também em relação ao passado, onde a cidade ocupou um lugar de destaque frente às cidades vizinhas, algumas que foram até mesmo parte de seu território. É por meio

¹¹² JAYME, Gonzaga Jayme. *Correio do Triângulo* (nova fase), ano I, sábado, 13 de jul. de 1971, n.1, p. 1.

¹¹³ CAELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 21.

dos periódicos que as classes políticas locais buscavam meios de lutar pelo desenvolvimento da cidade e da região.

1.4 - Os Interlocutores do Progresso: a cidade nos jornais

Contemplar toda heterogeneidade da sociedade ituiutabana nos anos 1950-1970 seria impossível. No entanto podem ser elencados alguns elementos daquela sociedade através dos jornais e da investigação de alguns eventos marcantes de sua história, como os ocorridos em 1964, com o Golpe civil-militar. Ao longo de décadas foi se organizando e formulando o projeto de cidade que se almejava: ordeira, progressista, ao mesmo tempo moderna e tradicional, e sem conflitos aparentes. Essa cidade se vê nos jornais, oficiais ou não, mas o que neles se oculta se revela nas atas, nos conflitos, nas demandas e na necessidade constante de se dominar a ação no espaço urbano.

Os jornais locais de Ituiutaba têm aspectos em comum no que tange ao discurso progressista. O que havia em comum entre eles (*Folha de Ituiutaba*, *Correio do Triângulo*, *Cidade de Ituiutaba*) se refere aos interlocutores, suas relações políticas, pessoais e econômicas, que não necessariamente estão separadas. Todas almejavam o desenvolvimento da cidade em seus aspectos econômicos e políticos, de modo a empreender a proeminência regional. Para tanto foram criados e legitimados naqueles meios de comunicação nomes como “Pontal do Triângulo Mineiro” e “capital do arroz”.

Não se pretende, aqui, estabelecer uma história da imprensa ituiutabana, mas elencar aspectos da sociedade tijuana através dos jornais, e de suas implicações políticas, que envolvem acontecimentos marcantes da história da cidade e grupos políticos diretamente ligados aos produtores dos periódicos. Portanto, tem-se consciência de que:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir os adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios usados para este fim são múltiplos¹¹⁴.

Os jornais, e os discursos empreendidos neles foram o objeto de análise para se chegar a algumas observações, como quem eram seus produtores e consumidores, como a elite política local se colocava naqueles jornais e em seus discursos, a forma como eles se

¹¹⁴ CAPELATO. Op. Cit, p.15.

colocavam naquela sociedade, os interesses que poderiam estar envolvidos em tais órgãos¹¹⁵. Um desses jornais era o jornal “Cidade de Ituiutaba”, que circulou entre 1965 e 1982, e foi fundado por Benjamin Dias Barbosa e Ruy do Nascimento¹¹⁶. Os editoriais desse jornal apontaram elementos capazes de responder a algumas perguntas, como quem eram as pessoas envolvidas na sua produção e nas suas falas? Estas, por serem múltiplas, demandaram a seleção de questões como: como os discursos emitidos pelos jornais construíam uma classe privilegiada que se reafirmava enquanto tal? Que tipo de relações esses atores mantinham com a política local e nacional?

O *Cidade de Ituiutaba* rodava em edições semanais até 1970, quando começou a ser impresso na própria cidade. Neste momento, começaram a publicar duas edições semanais. Enquanto o redator chefe foi o próprio fundador do mesmo, as reportagens e colunas, em sua maioria assinadas por ele, tiveram um tom pessoal de diálogo direto com o leitor.

Observando os temas tratados no periódico, eminentemente voltados à política e economia, e seus anúncios – de carros, de máquinas agrícolas, cerveja, de profissionais liberais locais, lojas do comércio local – pode-se afirmar que os consumidores do mesmo, pertenciam ao mesmo círculo social que os próprios anunciantes: uma classe economicamente dominante na cidade, composta por letrados, profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros e políticos. Eles atuavam enquanto produtores e consumidores do periódico. Em 1970 o jornal adquiriu oficina própria:

Após mais de dois meses de interrupção, o “Cidade de Ituiutaba” volta a circular. Fomos forçados a sustar, por algum tempo, a circular do nosso jornal que era impresso fora até que pudéssemos adquirir máquinas e material para sua confecção nesta cidade. Não tínhamos mais nenhuma condição para continuar fazendo-o em oficina alheia, em virtude do seu crescente custo e da insuficiência de receita. Além disso, não podíamos acompanhar o trabalho de composição, paginação e revisão. **Por isso o jornal não saía em conformidade com os nossos desejos e de nossos anunciantes e leitores (Grifos nossos)**¹¹⁷.

A oficina e a redação do jornal estiveram sempre abertas à recepção dos anunciantes e colaboradores. Esse era o local onde se deliberava acerca de pautas e assuntos de interesse daqueles indivíduos.

¹¹⁵ Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

¹¹⁶ Após sua fundação, passou a ter como sócio o Sr. Tobias A. R. Oliveira, assim que adquiriu oficina própria, na cidade de Ituiutaba-MG. O primeiro foi redator e diretor do jornal até 1972, quando o Sr. Ruy Barbosa Castanheira assumiu a redação, e a Sra. Rita Barbosa se tornou diretora comercial. Nesse período, o fundador do jornal permaneceu como diretor geral. Em 1976 o jornal passou a ser propriedade dos advogados Sr. João Nogueira de Menezes e de Sr. Manoel Tibúrcio Nogueira, permanecendo ainda o mesmo redator, Ruy B. Castanheira.

¹¹⁷ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 02/07/1970, p.1.

Temos a satisfação de comunicar que mudamos a oficina deste jornal para o centro da cidade. Estamos instalados desde o dia 10 no prédio de número 831, na avenida 15, entre o Banco Real e a Casa Paranaíba. A redação também foi transferida para esse endereço, **onde teremos o prazer de receber os amigos e colaboradores. O telefone é 1555 e o da residência dos diretores é 1953. Quaisquer assuntos relacionados com o “CI” poderão ser tratados em nossa nova sede, em pleno centro da Arrozcav. (Grifos nossos)**¹¹⁸.

O jornal estava disposto a receber as pessoas interessadas em contribuir com ele, mas até que ponto esse espaço poderia ser considerado democrático? A quem os serviços o “CI” se encontravam à disposição?

Esse grupo privilegiado da sociedade tijuicana era composto por indivíduos que exerciam mais de uma função, como comerciantes, donos de pequenas indústrias, fazendeiros, profissionais liberais, políticos, cerealistas, intelectuais. Eles também eram as pessoas que fruíam no acanhado centro urbano da cidade, que não passava de uma área de aproximadamente 16 quadras, sendo que o restante da cidade, denominado zona suburbana e adjacente, era formada por casas simples, lotes, nos quais se praticava agricultura, e criação de pequenos animais para abate. Na zona adjacente se concentrava também a população mais carente¹¹⁹. Pode-se afirmar, portanto, que era uma classe letrada e economicamente privilegiada que falava de si mesma para seus pares através do jornal, e que, quando falava da cidade pujante e próspera, se referia àquele centro urbano e comercial de poucas quadras, ou da atividade comercial do município, que lhes permitiam afirmar que a cidade era a “Capital do arroz”.

O jornal afirmava sua neutralidade política e econômica: “Não temos qualquer vínculo com grupos políticos ou econômicos e queremos continuar a oferecer aos nossos leitores um jornal sério, independente e fiel aos princípios cristãos e democráticos que norteiam o povo brasileiro”¹²⁰ (). Ora, em um período ditatorial (1964-1985) haveria outra possibilidade que não se afirmar politicamente neutro? Por outro lado, sinuosamente o periódico se mantém fiel aos seus princípios: valores democráticos e cristãos. Os mesmos vigentes em um contexto histórico conservador, tanto em âmbito nacional como em âmbito local, sobretudo em uma

¹¹⁸ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 13/07/1972, p.1.

¹¹⁹ ITUIUTABA. Zoneamento Urbano. Lei Nº 312 de 18 de março de 1955. A população que se refere o texto são trabalhadores rurais, pequenos sitiantes, assalariados e suas famílias.

¹²⁰ MOEREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 02/07/2970, p. 1.

cidade em que um dos jornais circulantes, o *Folha de Ituiutaba*, foi fechado em abril de 1964, sob a acusação de propagar os ideais comunistas, tendo seu proprietário e redator presos¹²¹.

Ituiutaba foi uma das cidades onde o PTB havia ascendido politicamente. Em 1964 o prefeito, vice-prefeito e vereadores recentemente eleitos foram usurpados pelas forças políticas locais, como partidários do MDB e até mesmo do PSD local, insatisfeitos com os resultados da política e aproveitando-se dos fatos ocorridos naquele ano, quando ocorreu um golpe civil-militar no país¹²². De acordo com Ferreira,

Diferente das composições de alianças políticas, em nível nacional, em Ituiutaba, o PSD e UDN se alinharam contra o PTB durante a década de 1950. E se em nível nacional UDN representava os interesses da burguesia urbana, no Pontal do Triângulo, a UDN também estava ligada às elites rurais. Durante os dois pleitos municipais para o legislativo e executivo da década a aliança dos dois partidos rendeu frutos contra a oposição (formada pelos trabalhistas), elegendo prefeitos em 1954 e depois em 1958 – primeiro Antônio de Souza Martins o “Seu Nicota”, do PSD, depois o Udenista David Gouveia Franco.

Nas eleições tijuquinas no ano de 1962, de maneira diferente da década anterior, o PSD e a UDN não fizeram aliança se lançaram, cada um, seus pretendentes a prefeito. Mas nenhum deles sairia vitorioso, era a vez do PTB¹²³.

O PTB de Ituiutaba era composto por pessoas da classe média urbana, profissionais liberais, intelectuais e sindicalistas. O pleito teve como resultado a eleição de José Arsênio de Paula como prefeito, Rodolfo Leite de Oliveira, como vice, além de Athaíde Quirino Ribeiro, Diógenes de Souza, Geraldo Luiz de Moraes Andrade, Geraldo Moisés e Silva, Germano Laterza e José Arantes de Oliveira, ocupando assim, seis das quinze cadeiras Câmara Municipal. A segunda maior bancada foi da UDN, composta pelos vereadores Benedito Santana, Cristóvão José de Ribamar Nunes, Geraldo Gouveia Franco, Paulo Domingos Vilela e Vicente Vilela de Carvalho. Em seguida, três vereadores do PSD, sendo Adalardo Muniz Borges, Agesópolis Maciel e Jurandir Inácio Moreira. O vereador Arthur Junqueira de Almeida foi eleito pelo PSP¹²⁴.

Durante o ano de 1963, vários projetos foram aprovados na câmara, sobretudo em relação à demanda urbana por obras infra-estruturais, cuja necessidade era unanimemente reconhecida, já que a cidade se encontrava em processo de crescimento urbano e desenvolvimento econômico. No entanto, o projeto de maior polêmica na casa era o projeto da reforma tributária do município, que afetaria diretamente os proprietários rurais. Com isso, as bancadas da UDN e do PSD fizeram

¹²¹ SILVA, Dalva M. O.; FERREIRA, Caio. V. C. Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964). *OPSIS*, Catalão-GO, v14, n. 1, p. 321-339, jan./jun. 2014.

¹²² FERREIRA, Caio Vinícius de Carvalho. *Política, imprensa local, perseguição: O Golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro*. Dissertação Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2017.

¹²³ *Ibidem*, p. 45.

¹²⁴ FERREIRA, Op. Cit. p. 48-49.

forte oposição ao projeto, além de elaborar certas manobras, como faltar às reuniões para que a votação fosse adiada.

Por fim, o Novo Código Tributário Municipal acaba sendo aprovado, depois de um acordo intrapartidário que colocaria ementas no novo código. O Código Tributário entrou em vigência a partir de janeiro de 1964 (ITUIUTABA, 25/11/1963). Depois de mais de quatro anos de discussão, apesar da resistência, marcada pelo constante adiamento das votações por parte da bancada do PSD e de maneira mais acentuada da UDN, com apoio de setores ligados aos latifundiários, o PTB conquista, apesar das ementas, uma das suas principais bandeiras: reformar o modelo antigo de tributos que favorecia os grandes proprietários de terras¹²⁵.

Além da situação política favorável ao PTB, o *Folha de Ituiutaba*, de propriedade do Sr. Ercílio Domingues da Silva¹²⁶, a partir de 1962 passou a publicar semanalmente uma coluna sindical, assinada pelo alfaiate Ivanildo Francisco dos Santos, que era também sindicalista. A coluna tinha o objetivo de informar os trabalhadores sindicalizados e fomentar a atuação sindical na cidade. O *Folha de Ituiutaba* “era um jornal de interior com coluna social, com notícias locais de futebol, de cotidiano de cidade pequena”¹²⁷. No entanto, mesmo que seus encabeçadores (Ercílio, Agostinho e Geraldo) fossem coligados ao PSD, a partir da ascensão de José Arsênio (PTB) na Prefeitura, o jornal se tornou o porta-voz do mandato petebista e apoiador da causa trabalhista defendida no mandato municipal¹²⁸.

Após a extinção do jornal *Folha de Ituiutaba*, o “*Correio do Triângulo*”, continuou em circulação até o final de 1965, quando o Sr. Benjamin Dias Barbosa iniciou o *Jornal Cidade de Ituiutaba*. O *Correio do Triângulo*, cujo nome corrobora com o discurso de divisão regional discutido anteriormente, circulou entre os anos 1959 e 1965, e funcionou como um jornal que apoiou os ideais “anticomunistas”, após a implantação do governo militar no Brasil¹²⁹. Além disso, com a afirmação de Isaura Melo Franco¹³⁰, o jornal *Correio do Triângulo* foi criado a partir da iniciativa privada com o apoio do sindicato dos produtores rurais de

¹²⁵ FERREIRA, Op. Cit., p. 54.

¹²⁶ Ercílio Domingues da Silva era diretor-redator. Pela redação passaram também: Geraldo Sétimo Moreira, redator-Chefe, Manoel Agostinho, também redator. Entre as assinaturas de colunas do jornal se encontram os nomes Anastácio (pseudônimo), G. de Souza (correspondente de Uberlândia) Niodons (Pseudônimo), J. M. Ferrer, (Peppo) que assinava a coluna agrícola, e Ivanildo Francisco dos Santos, que assinava a coluna sindical e as resenhas das reuniões da Câmara Municipal. Cf. FERREIRA, 2017, p. 76-78.

¹²⁷ COSTA, Rui, 2008. Apud FERREIRA, Op. Cit. 2017, p. 76.

¹²⁸ FERREIRA, op. Cit., p. 85-88.

¹²⁹ FRANCO, Isaura. M.; SOUZA, Sauloéber T. Estudantes no Pontal Mineiro e a Ditadura Militar. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.5, n.10, 2013, p.347-372..

¹³⁰ FRANCO, Isaura Melo. *Estudantes tijuquanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG 1952-1968)* Dissertação (Mestrado em educação) Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014, p. 100-106.

Ituiutaba¹³¹, com o intuito de defender os interesses dos partidos de direita locais, como a UDN e o PSD e defender os interesses dos latifundiários da região, exercendo oposição ao PTB. A autora afirma, ainda que com o golpe de 1964 aos poucos a demanda oposicionista do jornal foi sendo reduzida, levando-o à extinção. Com isso, o Sr. Benjamim Dias Barbosa, jornalista e seu antigo proprietário criou o *Cidade de Ituiutaba*. Este, por sua vez, continuou a linha editorial de defesa dos “ideais cristãos” procurando rechaçar o movimento estudantil, agora o novo alvo político da elite local, já que a oposição política local havia sido desmantelada com o golpe¹³².

A história política ituiutabana acerca dos acontecimentos de abril de 1964 evidencia o quanto as relações e disputas políticas locais influenciavam a imprensa, por meio de seus produtores e consumidores. De acordo com Ferreira¹³³, políticos locais ligados aos partidos UDN e PSD, opositores aos recém eleitos prefeito, vice-prefeito e vereadores do PTB tramaram a deposição política daqueles. Dessa forma, servindo-se dos acontecimentos de 1º de abril de 1964, com o auxílio do Capitão Cláudio Rech, os civis locais ligados à UDN, cujo líder era José Féres, obrigaram o Sr. prefeito José Arcênio de Paula, e seu vice, Rodolfo Leite de Oliveira, a disporem de seus cargos, bem como os cinco vereadores eleitos do mesmo partido. O prefeito e o vice foram presos. Em substituição a eles, foram “eleitos” pela câmara os senhores Geraldo Gouveia Franco (UDN) como prefeito e o vereador Jurandir Inácio Moreira (PSD) como vice, além de convidarem os suplentes para ocupar as cadeiras vagas no Legislativo. Naqueles dias, o *Folha de Ituiutaba* foi interditado, acusado de promover ideias comunistas, e seu proprietário-redator e editor chefe, respectivamente, Ercílio Domingues da Silva e Geraldo Sétimo, foram presos e levados ao DOPS para prestar depoimento¹³⁴. No entanto, era um jornal considerado de caráter progressista, ou um jornal de interior, como qualquer outro¹³⁵.

¹³¹ O sindicato dos produtores rurais de Ituiutaba era uma entidade organizada a partir dos latifundiários e famílias tradicionais locais e da região.

¹³² FRANCO, Op. Cit., p. 105-106.

¹³³ FERREIRA, Op. Cit., 2017.

¹³⁴ SILVA e FERREIRA, Op. Cit. 2014, pp. 323; 331-334. FERREIRA, 2017, cap.2.

¹³⁵ FRANCO e SOUSA, Op. Cit., 2013; SILVA e FERREIRA, Op. Cit., 2014.

Observando algumas edições do jornal, de janeiro a dezembro de 1963, pode-se enumerar alguns fatores que relacionam o conteúdo do periódico a interesses que iam de encontro aos de comerciantes e produtores rurais locais: I) O jornal mantinha uma coluna sindical, assinada por Ivanildo Francisco dos Santos, que servia como ponto de apoio aos trabalhadores, informando-os acerca de seus direitos e assuntos de seu interesse, como reuniões, congressos, etc.; II) O jornal foi se aproximando cada vez mais do governo municipal recém eleito (julho de 1962), em favor de suas decisões, voltadas ao apoio aos trabalhadores, chegando a ser considerado de utilidade pública, de acordo com a Lei nº 775 de 27 de junho de 1963 (Folha de Ituiutaba 03/07/63, p. 1); III) O jornal apoiava explicitamente projetos como a “Semana Inglesa” que estipulava um horário de funcionamento do comércio local mais curto do que o vigente, onde alguns estabelecimentos funcionavam até as 20 horas,

Em fevereiro de 1963, o vereador José Ribamar Nunes publicou no *Folha de Ituiutaba* uma declaração aos trabalhadores nordestinos da cidade – estes que vieram em grande contingente para trabalhar na agricultura, na época áurea da rizicultura, e trabalhavam como meeiros, ou empregados temporários e sofriam com a exploração e o preconceito da população. O vereador afirmava que:

Considero que o governo trabalhista, ora instalado no Município, pretende dar ampla assistência aos trabalhadores, beneficiando assim a quase totalidade de nossos conterrâneos do Nordeste que aqui moram. (...) Venho declarar publicamente que apoiará sem restrições o novo governo municipal, passando a integrar a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, na câmara Municipal de Ituiutaba, com o objetivo de melhor servir ao povo dessa grande e hospitaleira cidade¹³⁶.

O *Folha de Ituiutaba* não poderia ser considerado comunista, em virtude de algumas falas, de discursos e posicionamentos políticos de seus redatores e colaboradores, mesmo que tenha que atingir ao maior número possível de consumidores para se manter, tendo que elencar temas mais gerais e refrear os ímpetus político-partidários que porventura seus redatores tivessem. O discurso progressista está presente nesse e em outros jornais locais, visto que o ideal de progresso da cidade circulava em outros periódicos e nos discursos das atas da Câmara Municipal. No entanto, seu envolvimento com o PTB e com políticos interessados em defender os trabalhadores ia de encontro aos interesses de comerciantes, latifundiários e empresários locais, que poderiam ser beneficiados com o fim do mandato petebista e com a extinção do jornal.

Com o Golpe de 1964 a elite latifundiária local retornou ao poder no legislativo e no executivo, agora tendo também alinhamento com a imprensa local, o jornal *Cidade de Ituiutaba*, além de mitigar a ação de qualquer opositor político.

O *Folha de Ituiutaba* “fala”, nesse contexto, muito mais do jornal *Cidade de Ituiutaba*, posterior à ele, do que perceberia em uma análise superficial. Isso não somente pela contraposição dos discursos, mas pelos autores dos mesmos e dos interesses que eles defendem. O segundo, conforme já observado, foi do Sr. Benjamin Dias Barbosa, que, anteriormente, era proprietário do jornal *Correio do Triângulo*. Este que emergiu na cidade enquanto defensor dos “ideais cristãos e democráticos”, logo após o golpe de 1964.

propondo o fechamento às 17:30h, o que desagradou os comerciantes locais (Folha de Ituiutaba, 16/03/1963, p.4); IV) O *Folha de Ituiutaba* veiculava discursos de apoio explícito ao PTB, aos trabalhadores, chegando a acusar políticos de cometerem práticas nazistas, como o caso em que Lacerda determinou o assassinato de mendigos durante seu mandato no governo Guanabara (Folha de Ituiutaba, 06/02/1963, p.1). Ora, em um período de ânimos exaltados como foram os de 1963 e 1964, isso já não seria suficiente para ser considerado “comunista”?

¹³⁶MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 20/02/1963, p. 3.

Voltando à análise do *Cidade de Ituiutaba*, que passou a ser o órgão de imprensa de maior vulto na cidade de 1965 a 1982, concorrendo apenas por curto período com o jornal oficial¹³⁷ *Município de Ituiutaba*, que foi comercializado entre 1967 e 1970. Este servia como porta-voz da Prefeitura Municipal. O *Cidade de Ituiutaba* possuía um discurso mais conservador, sem perder o tom progressista e ufanista. Observando as mensagens de comemoração do 71º aniversário da cidade, uma das mensagens diz o seguinte:

CAGEP – Cia. de Armazéns Gerais da Produção

Avenida 19 n. 1636 – Tel 1457 – Ituiutaba (MG)

Sente-se orgulhosa em participar, dentro de suas atividades comerciais, do extraordinário surto de progresso da Arrozcap, associando-se às comemorações dessa data de grande alegria, quando transcorre o 71º aniversário de criação do município.

Salve 16 de setembro!¹³⁸

Cada edição costumava ter de quatro a seis páginas em tamanho “A3”. Em edições comemorativas, como as do aniversário da cidade, poderiam chegar até doze páginas contendo mensagens de congratulações nas quais, ao mesmo tempo em que se felicitava a cidade, as empresas locais poderiam dar visibilidade à sua marca. Além disso, essas edições exaltavam o nome de Ituiutaba e reafirmavam sua importância na região enquanto produtora de arroz. O *CI* atuava como uma vitrine da cidade, na qual exibiam o progresso material vivido naquele momento, enquanto resultado dos lucros da produção agrícola e de sua importância para a região. Esses frutos eram as obras urbanas recém construídas, as conquistas de um município em crescente atividade econômica.

Os discursos emitidos pelas vozes¹³⁹ que tinham vez no jornal eram responsáveis pela construção de uma cidade “pujante”, “próspera” e “moderna”. Esses discursos criavam uma impressão de modernização constante, levando-se a crer que o processo de modernização urbana pelo qual a cidade passava – com a pavimentação de ruas, ligação de estradas, construção de prédios – culminaria no surgimento de uma grande metrópole, ou este processo de modernização seria constante, ininterrupto e duraria por um longo período. Segundo o

¹³⁷ Entre 1965 e 1982 circularam também o jornal semanal *Agora* (1971), *Correio do Pontal - nova fase* (1971), *Folha do Pontal* (1976). Após 1982 há uma lacuna sem periódicos preservados pela hemeroteca da Fundação Cultural de Ituiutaba, retornando o trabalho com os arquivos do jornal *Diário Regional*, a partir da edição n. 5284, ano XXIV, de 03 de maio de 1994. Ou seja, esse jornal teria começado a circular em 1970, sem que fossem preservadas suas primeiras edições. Além disso, ficamos a mercê dos documentos preservados aleatoriamente pela instituição, sem saber se ocorreram outros jornais e sua duração certa.

¹³⁸ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de setembro de 1972, p. 1.

¹³⁹ Os redatores e produtores do jornal, os anunciantes – comerciantes e profissionais liberais – os assinantes, classe letrada e urbana, os donos de propriedades rurais, os políticos locais, que exerciam também alguma(s) dessas atividades citadas.

jornal, “Ituiutaba é, no presente [1972], um centro de enorme expressão econômica e cultural. Ituiutaba cresceu e seu extraordinário desenvolvimento atinge todos os setores do município”¹⁴⁰. Parabenizando a cidade pela data, a mensagem da Câmara Municipal almeja que “O futuro da terra tijuicana há de ser aquele com que todos sonhamos e para o qual estamos dando nossa parcela de contribuição”¹⁴¹.

Ao longo de quase duas décadas o jornal mudou de proprietários, no entanto, sem perder o mesmo teor de seus discursos. O projeto editorial não sofreu muitas alterações com a entrada do Sr. Ruy B. Castanheira na redação. Tampouco ocorreram mudanças drásticas com a venda deste para os advogados João Nogueira e Manoel Tibúrcio Nogueira, alguns anos depois, sobretudo pelo fato da permanência do mesmo redator. Obviamente o jornal não continuava o mesmo quando comparadas edições iniciais, da década de 1950 e as finais, dos anos 1980. O número de páginas aumentou, algumas reportagens passaram a ser mais extensas e o *slogan* “Um jornal independente a serviço da região” foi substituído, no início dos anos 1970, por “Fundado em 25 de dezembro de 1965” reafirmando a importância do mesmo e a perpetuação de uma tradição enquanto um dos principais jornais da cidade¹⁴². Além disso, na década de 1980 o jornal passou a ser diário, e seu *layout* se tornou mais limpo com as colunas melhor distribuídas, separadas e com as seções bem delimitadas. Por outro lado, pensando os produtores e mantenedores do mesmo, bem como seus consumidores, e o teor das reportagens, é fácil afirmar que algumas posturas e interesses continuaram a ser defendidos, como uma pretensa imparcialidade, reafirmando a posição do município, a importância daquelas elites locais, exibindo a modernização do centro urbano como se fosse o todo, e ocultando a pobreza, as contradições e desigualdades presentes naquela sociedade.

Em 1965, sob os auspícios da promessa de desenvolvimento econômico do Presidente Castelo Branco para o ano seguinte, o editorial assinado por Petrônio Rodrigues Chaves, intitulado “Classes produtoras no *front* do desenvolvimento” afirma que o desenvolvimento da economia local é prejudicado pela política, pois:

Para ingressar nessa nova fase, precisaríamos da liderança da Prefeitura Municipal. Esta, entretanto, é limitada pela dependência da Câmara de Vereadores, que nem sempre decide sem isenção política, órgão que é integrado de representações de facções partidárias, sujeito a limitações impostas pelo jogo parlamentar¹⁴³.

¹⁴⁰ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de setembro de 1972, p.1.

¹⁴¹ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de setembro de 1972.

¹⁴² Entre os jornais que circularam na cidade no período, estão o jornal “Folha de Ituiutaba” e o jornal “Correio do Triângulo”.

¹⁴³ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 30 de dezembro de 1965.

Em outra reportagem, de julho de 1976, é reforçado o papel da administração municipal na oferta de recursos para empreendimentos na cidade:

CASEMG¹⁴⁴ AGUARDA DOAÇÃO DO TERRENO PARA SILO

O Sr. Moacir Ribeiro Franco, gerente da agência local da CASEMG, presente à reunião da ACII¹⁴⁵ falou a respeito dos planos daquela companhia em nossa região. (...) Acrescentou que se o prefeito não der a área pedida pela CASEMG, perderemos o silo, que irá para outra cidade onde existe terreno à sua disposição¹⁴⁶.

O jornal aponta a relevância das escolhas políticas e das interferências partidárias como fator direto no desenvolvimento da economia local. Mas por ora, imagine quem eram esses beneficiários, senão os grandes produtores locais que precisavam armazenar um volume significativo de arroz? E os meeiros¹⁴⁷ e pequenos agricultores, será que eles seriam beneficiados com a instalação de um silo na cidade? Por que os próprios produtores rurais não se mobilizaram e adquiriram um terreno para tal pleito? O tom grave do segundo excerto – e até mesmo de ameaça para o Legislativo e Executivo municipal – aponta para esses interesses e para as vozes que falam a partir do jornal, de onde elas falam e para quem, sob quais intenções. Portanto, reitera-se que os discursos emanados dessa fonte revelam um conjunto de vozes de uma elite econômica local, que estava inserida na política e que fazia uso do jornal para se reafirmar, para se promover, praticando seu poder através do jornal, estabelecendo uma via de comunicação favorável a seus interesses econômicos e políticos.

Segundo Capelato “Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artificios utilizados para esse fim são múltiplos”¹⁴⁸.

Considerando tais aspectos acerca dos jornais locais e seus produtores, pode-se perceber que havia a idealização da cidade. Almejava-se o crescimento daquela urbe em seus aspectos materiais e atuavam em favor desse objetivo. Esse desenvolvimento deveria ser favorável aos interesses daqueles indivíduos e suas atividades econômicas. Assim como investimentos na indústria, comércio e agricultura, havia a preocupação com a infraestrutura da cidade, que foi a busca pelo abastecimento de água.

¹⁴⁴ Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

¹⁴⁵ Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba.

¹⁴⁶ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 13 de julho de 1976, p. 1.

¹⁴⁷ O sistema “meeiro” consistia em um acordo entre o proprietário rural e o trabalhador rural. O primeiro oferecia a terra e as sementes enquanto o segundo se encarregava de todo o processo de plantio e colheita. Ao final da safra, a produção era dividida ao meio entre eles. Essa exploração do trabalhador rural isentada o proprietário de terras de qualquer vínculo empregatício.

¹⁴⁸ CAPELATO, Op. Cit. p. 15.

No capítulo a seguir serão discutidos os processos que levaram a implementação das políticas de saúde brasileiras nas décadas de 1940 a 1970. Será abordado o processo de criação do SESP e sua transformação em Fundação. Esta política foi responsável pela implantação de sistemas de abastecimentos simples em municípios de até 200 mil habitantes, como o caso da cidade – objeto, Ituiuitaba. Será discutido brevemente a criação do PLANASA, que foi denominada por autores como Nilsson Rosário da Costa¹⁴⁹, como a política nacional de saneamento de fato. No entanto, defende-se, aqui, que esta é uma política herdeira da atuação do SESP, já que o órgão foi capaz de atuar em todo o território nacional, em diferentes áreas, que não somente o saneamento em si, mas abarcando a saúde como um todo, bem como previsto pelo projeto arquitetado inicialmente no governo Vargas, através do Ministério da Educação e Saúde.

¹⁴⁹COSTA, Nilson do Rosário. Revisitando o PLANASA. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 25(2), p.31-39. jan.- jun./1991.

2 - DOS ACORDOS DE GUERRA AO SANEAMENTO: A CRIAÇÃO DO SESP E SUA TRANSFORMAÇÃO EM FUNDAÇÃO

2.1- A relação entre interdependência social e saneamento no Brasil (1910-1930)

Mesmo que o desenvolvimento das políticas sociais voltadas ao saneamento não sejam cumulativas e/ou evolutivas¹⁵⁰ é necessária uma explanação acerca de quando e porque essas demandas surgiram e de que modo o Estado acabou se tornando responsável pelas mesmas. Além disso, é importante apontar como se desencadeou o processo que levou à criação do SESP, sua continuidade como FSESP e a instalação de sistemas de abastecimento em várias cidades brasileiras, como Ituiutaba. Outra questão relevante é a discussão acerca da interdependência social, que tanto no contexto nacional, no início do século XX, como no caso do objeto em questão, ajuda a compreender a forma como as elites sociais conduziram as medidas em favor do bem estar coletivo.

No caso do Brasil, ainda que as políticas públicas de saneamento não sejam interdecorrentes, não se pode negligenciar o que foram os primórdios das mesmas, em seus contextos e objetivos específicos, desde o início do século XX até o final da década de 1970. Até porque os arranjos institucionais de determinados períodos acabaram convivendo uns com os outros ou são heranças de experiências anteriores em alguns aspectos, como é o caso das companhias de abastecimento que seguem o padrão estabelecido pelo SESP. O início do século XX foi o momento em que os governantes e as elites econômicas e sociais se atentaram para o elo de interdependência que ligava os indivíduos, que era a doença contagiosa.

Tanto as medidas sanitárias que ocorreram na Primeira República, como aquelas voltadas aos esforços de guerra podem ser compreendidas sob o prisma da interdependência social. A constatação dessa interdependência ocorreu no Brasil no início do século XX, em suas dimensões sociais e políticas, em um contexto de urbanização e desenvolvimento industrial. As epidemias urbanas, como a peste, a febre amarela e a cólera, causadas por problemas sanitários, sobretudo no meio urbano, mostraram que todos estavam passíveis de serem acometidos pela doença e/ou suas consequências, independente de sua classe social, origem, ou de suas condições de vida e moradia¹⁵¹.

¹⁵⁰HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2013, p.31,

¹⁵¹Ibidem, p. 25-29.

A consciência dessas externalidades, ou seja, o elo de interdependência que atua pela possibilidade de transmissão das doenças, e seus efeitos diretos e indiretos, levaram à construção do Estado enquanto um conjunto de instituições e pessoas com autoridade sobre um território delimitado. No caso do Brasil, essa construção do Estado ocorreu no momento em que se iniciaram as políticas públicas de saúde, na Primeira República, com a Liga Pró-Saneamento, em 1918, fazendo com que o mesmo obtivesse maior penetração no território brasileiro. Isso só foi possível, devido à avaliação dos custos das consequências das doenças serem maiores do que os custos da estatização, que levaria à perda da autonomia por parte dos estados. A criação e ação do Estado garantiriam o uso do poder na tomada de decisões, independente da vontade das federações, por exemplo. Dessa forma, o custo das externalidades e os benefícios trazidos pela ação estatal, como o provimento de infraestrutura e combate às endemias, deveria ser maior do que os custos dessa estatização em âmbito financeiro, político e institucional¹⁵².

De acordo com Gilberto Hochman, que verificou esse processo de construção do Estado Brasileiro durante a Primeira República, o Estado contemporâneo “resulta da necessidade de regulação das externalidades negativas e da produção de bens públicos e das oportunidades advindas da coletivização dos cuidados com a saúde, da educação e da manutenção da renda”¹⁵³.

Observando as discussões e as ações visando promover a saúde pública na Primeira República (1889-1930), constatou-se que o federalismo não havia se apresentado enquanto uma alternativa viável para a criação de uma agenda de saneamento no país. Em decorrência de tal pacto, firmado pela Constituição Brasileira, as populações do interior do país viviam à mercê da doença e da pobreza, e sem identificação ideológica com o Estado, tal como constatado pelos médicos sanitários em suas expedições¹⁵⁴ e equacionado por Hochman de

¹⁵²HOCHMAN, Op. Cit., p. 26-27.

¹⁵³Ibidem, p. 30.

¹⁵⁴Uma série de acontecimentos foi responsável pela constatação da situação calamitosa da saúde dos brasileiros naquele começo de século: Primeiro o discurso de Miguel Pereira, em 1916, que originava o movimento pelo saneamento, no qual ele afirmava que o país era um imenso hospital; Segundo, a divulgação do relatório da expedição médico-científica, do Instituto Oswaldo Cruz, liderada por Belisário Penna e Artur Neiva, constatando o abandono das populações sertanejas, entregues à doença, à pobreza e à improdutividade; Terceiro, a divulgação de artigos de Belisário Penna sobre saúde e saneamento, entre 1916 e 1918; Quarto, a atuação da Liga Pró-Saneamento (1918-1920), buscando combater endemias, mobilizar intelectuais e autoridades em prol da campanha pelo saneamento no país, além de educar a população sertaneja. Cf. HOCHMAN. Op. Cit, p.77.

maneira que: “Brasil = Sertões + Hospital”, ou seja, onde havia a ausência do Estado, havia a pobreza e a doença¹⁵⁵.

Em 1918 ocorreu uma reforma no setor de saúde pública, que atuou em duas frentes: uma urbana, sobretudo na capital Federal, e outra no meio rural. A primeira visava combater epidemias como a febre amarela e sanear portos, visando a manutenção do comércio internacional. A segunda tinha o intuito de combater a ancilostomíase, a malária e a doença de Chagas¹⁵⁶.

Naquele momento a Fundação Rockefeller já atuava no Brasil, através da campanha de combate à ancilostomíase no continente, promovido pela Fundação¹⁵⁷. Além do temor de que a doença chegasse ao território americano, havia o reconhecimento de que era necessário manter o contingente trabalhador das nações americanas, em decorrência de parcerias comerciais e como uma estratégia de avançar a influência norte-americana no território. Por parte do Brasil havia o interesse de manter o contingente de mão-de-obra no campo e sua produtividade. A ancilostomíase minava grande parte da população ativa do interior do país.

Vários estados brasileiros firmaram acordo com a Fundação Rockefeller, entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, e Minas Gerais. As intervenções correram de acordo com as disponibilidades econômicas e as diferenças regionais e ambientais de cada região. No caso mineiro, um dos melhor agraciados economicamente pelo programa, o objetivo do mesmo era verificar a intensidade e o avanço da ancilostomíase na população rural. Criou-se também o Serviço de Saneamento Profilaxia Rural, visando combater não somente essa, mas as demais endemias rurais que acometiam a população mineira¹⁵⁸.

A partir de 1919 o governo estadual se serviu do sistema de postos de saúde para mitigar as epidemias e os problemas voltados à saúde que ocorriam em seus municípios, principalmente em decorrência da falta de higiene e saneamento. Buscando adotar os princípios de saúde vigentes no país, a partir do final da década de 1920 começou-se uma descentralização técnica e administrativa, criando postos de saúde em várias cidades, como Juiz de Fora, Uberaba, Três Corações, Montes Claros, entre outras. A criação dos postos foi

¹⁵⁵ Ibidem, p. 59-62.

¹⁵⁶ HOCHMAN. Op. Cit, p.64; REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *Saneamento no Brasil: Políticas e interfaces*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008,p.139.

¹⁵⁷ ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência Saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In.: *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens interdisciplinares*. ESPINDOLA, HarufSalmen; ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs). Governador Valadares: Editora Univale, 2010. Edição eletrônica, p. 98.

¹⁵⁸ Ibidem.

alinhada com as medidas educacionais e de saneamento rural, como uma maneira de tornar o trabalho mais efetivo, diante da extensão territorial do estado. Outro fator determinante nesse processo de descentralização foi a transformação da Diretoria de Higiene em Diretoria de Saúde Pública, dando maior autonomia para os municípios atuarem nessa questão¹⁵⁹.

Os eventos ocorridos em Minas foram semelhantes em vários estados brasileiros, no que tange ao processo de criação de postos e de campanhas de profilaxia rural. Além de medidas para atender as populações do campo, atuou-se também através da educação, levando informação para as populações do interior do país. No entanto, tais medidas não se apresentavam suficientes. Cada vez mais estados da federação solicitavam ajuda do governo no combate às endemias rurais e também buscavam ações pontuais no meio urbano. O distanciamento das ações de saneamento e saúde só ocorreria a partir da década de 1950¹⁶⁰.

Os problemas sanitários do país se arrastaram até as décadas seguintes aos anos 1920 e 1930, e foram se inserindo em novos contextos, sobretudo com a Era Vargas, onde o projeto político, ideológico e econômico do presidente, foi reforçado pela conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, as políticas sanitárias nacionais tiveram um reforço, com a criação do SESP, onde a agência americana precisou atender a demandas maiores colocadas pelo governo como contrapartida de sua atuação no Brasil¹⁶¹.

Um dos aspectos mais observados pelo governo brasileiro, no que tange às políticas de saneamento no país, entre os anos 1930 e 1980, foi a promoção de estrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas do país. Almejava-se, portanto, elevar a economia brasileira a outro patamar.

As políticas públicas de saúde empreendidas nos período pós-Segunda Guerra no Brasil se voltaram para promoção da salubridade urbana e rural no interior do país. A atuação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP¹⁶² – ocorreu em várias instâncias, desde ações saneamento verticais, no combate às endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase, até a implantação de sistemas de abastecimento de água e obras de saneamento domiciliares. As medidas buscavam adequar as residências às condições mínimas de salubridade, através da

¹⁵⁹ ABREU, Jean Luiz Neves; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Território da doença e da saúde: O Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950). *Locus - Revista de História*. V. 15, n.1, p. 191-205. 2009, p. 196.

¹⁶⁰ REZENDE; HELLER. Op. Cit.

¹⁶¹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

¹⁶² Daqui por diante, SESP.

instalação de aparelhos sanitários, ligações às redes de água e esgotos, e da construção de reservatórios de água. As ações de saneamento ocorreram em conjunto com manutenção da limpeza das dependências particulares, além da promoção da educação sanitária das populações atendidas, e outras medidas profiláticas, no campo.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública – FSESP¹⁶³ – criada em 1960, é a consolidação da atuação do SESP, criado em 1942, por meio de um acordo bilateral entre Estados Unidos e o Brasil, visando atender os esforços de guerra daquela nação. Naquele contexto, era preciso sanear áreas onde se instalariam bases militares americanas e também o Vale do Amazonas e do Rio Doce, onde seriam exploradas matérias-primas essenciais ao esforço de guerra, como borracha e minério de ferro. Esses locais enfrentavam endemias como a malária, e o combate a elas era essencial para a preservação da vida dos soldados e trabalhadores em tais localidades¹⁶⁴. O surgimento do SESP e sua transformação em Fundação serão melhor discutidos nos tópicos seguintes deste capítulo.

2.2 - A criação e atuação do SESP (1942-1960)

Em decorrência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, com o ataque japonês a Pearl Harbor, a principal base naval americana no Pacífico, a demanda de matérias-primas para os esforços de guerra norte-americanos se tornou ainda mais urgente¹⁶⁵. Esse trágico episódio da história levou a acontecimentos que influenciaram a política, a economia e a saúde no Brasil nos meados do século XX. A começar, a contribuição financeira para o projeto de Getúlio Vargas de consolidação de um aparato administrativo do Estado, e da penetração do mesmo pelo território, contribuindo para seu reconhecimento e para a criação de uma identidade nacional. Visava-se também o desenvolvimento econômico do país¹⁶⁶. Com isso, as políticas imperialistas americanas, que já se encontravam voltadas aos países da América Latina, por meio de ações voltadas à saúde, economia e cultura, levaram o Brasil a ser o novo fornecedor de borracha e minério de ferro àquela nação, o que antes era ofertado pelo sudeste asiático.

Ao longo da segunda metade da década de 1930, os Estados Unidos, através de suas lideranças políticas e de grandes empresários, pretendendo estabelecer laços comerciais com

¹⁶³ A partir de agora será utilizada a sigla FSESP.

¹⁶⁴ BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/SESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991*. 2ed. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 1996.

¹⁶⁵ PURDY, Sean. O século Americano. In.: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: Das origens ao século XXI*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011, p.218-219; CAMPOS, Op. Cit., p.41.

¹⁶⁶ CAMPOS, Op. Cit., p.34-35.

seus vizinhos latino-americanos, empreendeu uma série de políticas econômicas e estudos que levassem ao estreitamento das relações com aqueles países, além de prevenir o possível avanço da Alemanha no hemisfério sul do continente, tanto por meio de relações econômicas quanto militares e ideológicas. O ponto central dessas políticas foi o programa cooperativo de saúde e saneamento entre Brasil e Estados Unidos, empreendido através do Escritório¹⁶⁷, um dos responsáveis pela criação do SESP.

Após a Primeira Guerra mundial a política exterior dos EUA buscou a neutralidade diante de conflitos internacionais. No entanto, o avanço alemão no continente europeu, durante a Segunda Guerra, e a constante ameaça de conquista de apoio junto aos países latino-americanos fez com que Roosevelt reorientasse o comportamento diplomático dos Estados Unidos¹⁶⁸.

Na sua campanha para a tentativa de reeleição de um terceiro mandato, o presidente contou com o apoio financeiro do multimilionário Nelson Rockefeller¹⁶⁹, que doou uma quantia considerável para o partido Democrata, o que garantiu a reeleição do presidente. A partir daquele momento os olhos do governo americano se voltariam pra o subcontinente em busca de apoio mútuo entre as nações¹⁷⁰.

Em 1940, após a tomada de Paris pelos nazistas, Nelson Rockefeller que havia organizado um grupo para propor mudanças na política externa americana, denominado Junta, apresentou um memorando ao gabinete do presidente. O objetivo do era reduzir a burocracia em ações junto aos países latino-americanos, visando melhorar a economia dos mesmos, evitando, assim, o avanço do Eixo no continente¹⁷¹. Segundo Tota:

O programa da junta era bastante arrojado. Sugestões para que os Estados Unidos reduzissem ou eliminassem taxas sobre produtos importados das “outras Américas”; desenvolvimento de um sistema de transporte mais adequado ao escoamento da produção dos países latino-americanos; incentivo aos investimentos, com o objetivo de assegurar a produção de matérias-primas, etc. A dívida externa deveria ser analisada segundo um ponto de vista realista, isto é, segundo as possibilidades do devedor e não do credor. Fazia uma crítica aos funcionários americanos que

¹⁶⁷ OCIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Trataremos a agência como Escritório daqui por diante.

¹⁶⁸ TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 41-42.

¹⁶⁹ Em virtude da relação das empresas da família Rockefeller (Standard Oil) com os países latino-americanos que exploravam petróleo, Rockefeller já havia se atentado para a relação da empresa com as comunidades em que a mesmas atuavam, bem como com sua representatividade americana, por isso, já buscava estabelecer políticas de melhoria daqueles locais explorados visando otimizar a imagem da empresa, e também dos americanos junto àquelas nações. (Cf. TOTA. Op. Cit., p. 46-49)

¹⁷⁰ TOTA. Op. Cit., p. 44-48.

¹⁷¹ Idem, p. 47-48.

trabalhavam na América Latina: faltava a eles conhecimento sobre a cultura e as necessidades locais.

Para a sua realização o programa promoveria a integração do governo federal americano com a iniciativa privada. Uma comissão interdepartamental, assessorada pelas representantes das empresas privadas, se incumbiria de assegurar o bom andamento do projeto¹⁷².

Em 1940 foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas, sendo Rockefeller nomeado seu diretor. O modelo de organização da Agência, com poder centralizado na figura do líder seguiu os moldes da Fundação Rockefeller¹⁷³. Durante um ano o Escritório tratou de estreitar laços econômicos e culturais com as nações do subcontinente. Em 1941 ocorreu uma nova mudança de nome, para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, OCIAA, o escritório do Coordenador para assuntos inter-americanos, na tradução livre. O Escritório se fortaleceu e se tornou uma das maiores armas de guerra dos Estados Unidos até 1943, quando o Eixo começou a perder suas forças. Com a mudança no contexto internacional Rockefeller foi convidado a assumir um cargo no Governo, como assistente do Secretário de Estado para assuntos Inter-Americanos, e seu escritório transformado em Office of Inter-American Affairs, passando a ser comandado por um burocrata¹⁷⁴.

No caso do Brasil, o governo Vargas, buscando fomentar a economia brasileira, já flertava com a Alemanha, chegando a estabelecer “acordos de compensação”, em 1934. Isso ocorreu também entre a Alemanha e outros países da América Latina. Tais acordos comerciais perduraram até 1942. Eles permitiam que o Brasil exportasse para a Alemanha produtos como algodão e café, cujo comércio se encontrava prejudicado pela crise econômica dos anos 1930. A Alemanha pagava por esses produtos com o Marco Alemão, que servia para que o Brasil comprasse produtos alemães, somente. Essa era a forma que a Alemanha usava para fortalecer sua economia de guerra¹⁷⁵.

O governo brasileiro tentava manter uma postura de neutralidade diante do conflito internacional, sobretudo em função de seu projeto de desenvolvimento econômico, e em virtude da sua relação comercial com a Alemanha. Vargas se servia da conjuntura e tentava buscar apoio para seus projetos de desenvolvimento da nação, seja junto aos alemães, seja através dos americanos.

¹⁷² TOTA. Op. Cit., p. 49.

¹⁷³ Idem. p. 50 - 51.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 51-54; 90-92.

¹⁷⁵ CAMPOS, Op. Cit., p. 37.

Com o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, o cenário de guerra mudou, fazendo com que os americanos precisassem buscar novas fontes de borracha e minério de ferro para a produção de material bélico. Nesse momento crescem os interesses pelo Brasil, que forneceria tais matérias-primas. Além disso, seriam instaladas bases militares na costa nordeste brasileira, temendo um ataque do Eixo. Dessa forma, a partir dos estudos promovidos pelo Escritório, nos quais se constatou a endemia de Malária¹⁷⁶ em algumas regiões brasileiras, o governo americano foi orientado a promover um programa de saneamento para as áreas endêmicas do país, sobretudo em se tratando dos locais onde seriam instaladas bases militares americanas. Além disso, essa proposta se estenderia ao Vale do Amazonas¹⁷⁷, visando a produção de borracha, de modo a manter a salubridade do local para os trabalhadores e soldados americanos instalados naquele local¹⁷⁸.

Após negociações entre os governos brasileiro e americano, que decorreram entre 1941 e 1942, chegou-se a um consenso neste ano, quando foram assinados os “Acordos de Washington”. Estes consistiam em uma série de trinta acordos bilaterais que determinavam medidas econômicas, diplomáticas e de saúde, visando atender ao esforço de guerra e a demanda do Brasil de modernização e industrialização, projetada no Governo Vargas¹⁷⁹.

Em julho de 1942 criou-se também o SESP, uma agência americana encarregada de sanear o Vale do Amazonas, visando promover a saúde dos trabalhadores na produção de borracha¹⁸⁰. No entanto, o contrato com Ministério da Saúde previa que o órgão atuasse em outras áreas relacionadas à saúde pública, conforme entendimentos prévios de ambas as partes. Dessa maneira, o programa acabou se expandindo e atuando no combate a endemias, na instalação de sistemas de abastecimento de água e na instalação de postos de assistência médico-sanitária¹⁸¹.

¹⁷⁶ A Fundação Rockefeller já atuava no Brasil desde 1916. Na década de 1930, atuou no combate à Malária no Nordeste, erradicando o *Anopheles Gambiae* na década de 1940. Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de saúde Pública: Políticas internacionais e respostas locais. *História em Revista*. Pelotas v. 11. p.37-61, dez. 2005.

¹⁷⁷ O projeto de saneamento da Amazônia advinha de estudos anteriores do Governo Vargas, tendo Evandro Chagas à frente das pesquisas. Cf. ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942) História, Ciências, Saúde – *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 257-277, dez. 2007.

¹⁷⁸ CAMPOS, Op. Cit., 2013, p. 41.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 42; BASTOS, Op. Cit., p. 28-30.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 4-5.

¹⁸¹ BASTOS. Op. Cit., p. 34.

Para Campos¹⁸² Getúlio Vargas se serviu dos acordos bilaterais com os Estados Unidos e da criação do SESP para ampliar a presença do Estado, sobretudo por meio de ações de saúde e saneamento. Além disso, o estadista vinculou uma série de exigências voltadas ao seu projeto de desenvolvimento econômico do país aos tratados bilaterais com os americanos, servindo-se da oportunidade gerada pela Segunda Guerra, mas que já se encontrava em andamento desde 1940 em virtude da política imperialista americana e do projeto desenvolvimentista de Vargas¹⁸³.

Durante a década de 1930, o governo Vargas tomou uma série de medidas visando melhorar a economia do país, promover sua industrialização, bem como centralizar algumas áreas de atuação dos governos estaduais no âmbito federal, aumentando o poder do Estado e sua penetração no território. Com a crise econômica da década de 1930, o processo em direção à industrialização foi sendo direcionado, visto que fomentou a produção nacional e o desenvolvimento de pequenas indústrias. Além disso, o governo atuou com medidas protecionistas, como a compra e estocagem de café, de forma a manter o valor comercial viável do produto no mercado interno¹⁸⁴.

Em 1940, foi contraído um empréstimo com o Export-Import Bank para a construção da nova Cia Siderúrgica Nacional, um dos empréstimos oferecidos pelos EUA visando os esforços de guerra e o fomento de relações econômicas com os países do hemisfério sul. Além dessa, foram instaladas outras atividades industriais de base no país, servindo-se do projeto varguista em conjunto com os esforços de guerra norte-americanos, que ofereceram uma série de empréstimos ao governo brasileiro. Entre as indústrias criadas no país, estavam usinas de ferro, aço, exportação de minérios, fábricas de alumínio e cobre¹⁸⁵.

Nesse período foi criada a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – destinada a promover atividades de mineração no estado de Minas Gerais, em atendimento aos acordos de Washington para o esforço de guerra. Além da atividade mineradora estava prevista a recuperação da estrada de ferro Vitória-Minas, ambas a cargo da Companhia. Em decorrência desse fato, da exploração de minério de ferro no vale do Rio Doce, e da expansão da estrada

¹⁸² CAMPOS. Op Cit., 2013, p.7.

¹⁸³ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. (Trad. Ismênia T. Dantas). 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007, p. 64-71.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 68-69.

¹⁸⁵ Ibidem, p.69.

de ferro Vitória-Minas, o SESP ficou encarregado¹⁸⁶ também do projeto de saneamento dessa área¹⁸⁷.

Vilarino¹⁸⁸ evidencia a importância do trabalho do SESP para a região do Médio Rio Doce, onde se efetuou uma série de medidas voltadas à saúde e ao saneamento, trazendo significativas melhoras nas condições de vida daquelas populações. O SESP atuou como agente promotor da saúde coletiva, introduzindo novas configurações territoriais e sociais, operando como um agente civilizador e divulgador do discurso científico. Atuando em uma área estratégica, tanto para o esforço de guerra como para o Estado, a experiência no Vale do Rio Doce mostrou-se efetiva em vários aspectos, sobretudo no que tange ao projeto varguista de expansão da presença do Estado, em seus aspectos legais e ideológicos.

O SESP atuou como uma agência modelo de saúde pública no território brasileiro e foi se expandindo ao longo da segunda metade do século XX. Vilarino distingue duas fases de atuação do SESP, sendo a primeira de 1942 a 1945 e a segunda de 1945 a 1960, quando findado o convênio com os EUA, o serviço foi transformado em Fundação¹⁸⁹. Por outro lado, observando-se as pontuações de Bastos¹⁹⁰, com o fim da guerra os contratos entre o Brasil foram renovados com menor periodicidade a partir de 1949. Dessa maneira, na visão do autor, o termo da primeira fase do SESP seria em 1949, e não em 1945. A segunda fase se estende até 1960, quando é transformado em Fundação.

Na primeira fase de atuação do SESP a agência foi direcionada ao esforço de guerra, quando foram criados os programas do Amazonas e do Rio Doce, inicialmente, e em seguida, os programas da Migração (1942-1944) e do da Mica (1942-1945), respectivamente complementares aos primeiros¹⁹¹. Dessa forma, o Programa do Rio Doce apresentou melhores resultados em se tratando de medidas sanitárias e de saúde mais efetivas, contribuindo para a

¹⁸⁶ Entre as atividades atribuídas ao SESP estavam o estudo da Malária, medidas de saneamento mais urgentes, instalação de serviços de água e esgotos nas principais cidades do Vale, e a instalação de um posto de saúde modelo. (Clausula 3ª do contrato assinado com o SESP, em 10 de fevereiro de 1942, relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce. Apresentado em BASTOS, 1993, p. 502, *apud* VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce entre 1942 e 1960*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 71.

¹⁸⁷ VILARINO, Op. Cit., p. 71; BASTOS, Op. cit., p. 31-33.

¹⁸⁸ VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Da lata d'água ao SESP: tensões e constrangimentos de um processo civilizador no sertão do Rio Doce (1942-1960)*. Tese Doutorado (História). Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2015.

¹⁸⁹ VILARINO, Op. Cit. 2008, p. 80-82.

¹⁹⁰ BASTOS, Op. Cit., p. 35.

¹⁹¹ O programa da migração estava direcionado a levar trabalhadores do Nordeste, das áreas de seca, para trabalharem na produção de borracha, nos seringais da Amazônia. O programa da mica visava atender aos trabalhadores da exploração de mica no Vale do Rio Doce.

definição de estratégias sanitárias – e poderia acrescentar políticas – que foram disseminadas em outras regiões¹⁹².

A segunda fase, a partir de 1945, caracterizada pelo período Pós-Guerra, foi o momento de expansão das atividades do SESP para os demais estados¹⁹³. Essa ampliação foi importante para as áreas de fronteira agrícola, de modo a propiciar medidas sanitárias que subsidiassem o projeto econômico do país, que era o de promover sua industrialização e inserção no mercado mundial. Essa etapa convergia com o interesse estadunidense de prevenir o avanço comunista no hemisfério sul¹⁹⁴. Mais uma vez os interesses de ambas as nações convergiam em prol de um objetivo comum. Para Bastos a propagação dos serviços do SESP ocorreu tanto pela demanda dos estados pela intervenção “sespiana” no setor de saneamento e saúde, como pelo projeto de valorização econômica de 1946¹⁹⁵.

Essa fase foi importante para o SESP e para diversos estados brasileiros, levando a presença do Estado a diversos lugares e promovendo melhores condições de vida às populações sertanejas. Esse período foi importante para inserir a atuação do Governo junto ao SESP tornando-o cada vez mais uma agência brasileira¹⁹⁶.

Campos discute a adaptação do SESP à realidade brasileira, de acordo com o projeto varguista de institucionalização do setor saúde no Brasil,¹⁹⁷ o que foi, influenciado também por fatores políticos, econômicos, culturais¹⁹⁸.

As mudanças no SESP após o Conflito Mundial partiram não somente da redução de recursos por parte dos Estados Unidos, como também em virtude dos fóruns de saúde do Instituto, já que as políticas implementadas no Brasil partiam de tais ideias. Além disso, o diretor do IAIA¹⁹⁹ no Brasil, Eugene Campbell, havia apresentado ao departamento de Estado americano um documento propondo as mudanças necessárias no SESP para que o Brasil

¹⁹² VILARNO, Maria Terezinha Bretas. Op. Cit., 2008, p. 80.

¹⁹³ De acordo com a Constituição de 1946 caberia aos estados e municípios solicitar a atuação do SESP e este, reproduzindo o modelo IAIA/Brasil, arcava com parte dos custos das atividades em cada estado Cf. VILARINO, 2008, p. 82.

¹⁹⁴ Ibidem, p.81.

¹⁹⁵ Em 1949 nos estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia, para desenvolver atividades médico-sanitárias nas áreas de produção de cacau, cana-de-açúcar e sisal, respectivamente; Em 1950 é convocado para sanear Vale do São Francisco. Em 1960 já havia inserção em todos os estados da Federação.Cf. BASTOS, Op. Cit., p. 36-37.

¹⁹⁶ VILARINO, Op. Cit., 2008.

¹⁹⁷ CAMPOS. Op. Cit. 2006, p. 221-223.

¹⁹⁸ VILARINO. Op. Cit., 2008.

¹⁹⁹ Instituto de assuntos Inter Americanos.

instalasse, através da agência, um sistema de saúde aos moldes norte-americanos, servindo-se de uma rede integrada de unidades sanitárias²⁰⁰.

No entanto, devido à configuração territorial, cultural e social brasileira, novamente o modelo proposto foi adaptado. Os postos e sub-postos de saúde que deveriam atuar de forma preventiva não conseguiriam atrair a população. Além disso, havia uma enorme demanda de profissionais, sobretudo médicos, nas regiões interioranas. Dessa forma, as unidades deveriam trabalhar não somente os aspectos preventivos, mas também aqueles curativos, com a presença de médicos em boa parte das unidades instaladas. Estas contavam com serviços de enfermeiras, visitadoras, parteiras, além de controlar as medidas de saneamento locais, deposição adequada de lixo e educação sanitária junto à comunidade²⁰¹.

O período de expansão das unidades, ocorrido no período pós-Segunda Guerra, foi caracterizado pela instalação de postos de saúde em cidades menores, sobretudo em áreas de maior demanda pela melhora da saúde das populações. O que contribuía para a contemplação da cidade com uma unidade era o seu potencial econômico para a região. Outro fato importante foi a atuação do Departamento Nacional de Saúde - DNS²⁰² e a contribuição de financiamento recebida pelo SESP dos diversos municípios e estados que demandavam as ações de saúde²⁰³.

Entre as novas atribuições do SESP entre 1945-60 estavam as medidas sanitárias de caráter preventivo e a atuação nas áreas de fronteira agrícola, firmando acordos com estados e municípios para a adequação de sua infraestrutura sanitária. Esses contratos estavam de acordo com a Constituição de 1946, que garantia o estabelecimento de tais acordos²⁰⁴. A nova constituição permitia que Estado e governos estaduais mantivessem acordos sanitários. Isso foi imprescindível para a atuação não somente do SESP, mas do DNS e da expansão dos serviços sanitários no país²⁰⁵.

²⁰⁰ CAMPOS. Op. Cit. 2006, p. 221.

²⁰¹ Ibidem, p. 234-245.

²⁰² O DNS foi criado a partir de uma experiência bem sucedida na Baixada Fluminense. A princípio, era uma autarquia local. A Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense era encarregada de obras de drenagem de áreas alagadas, a manutenção de leitos de rios (com dragagem) e de lagos costeiros, mantendo as ligações entre aqueles lagos e o oceano, por meio de canais. Em 1940 passou a atuar nas ações de drenagem e controle de inundações em todo o território nacional. Já em 1946, com uma reorganização de suas atividades, passou a abranger, também, obras de saneamento, sob sua responsabilidade Cf. REZENDE;HELLER, Op. Cit. p. 206.

²⁰³ CAMPOS, Op. Cit., 2006, p. 238-245.

²⁰⁴ VILARINO, Op. cit., 2008, p. 82.

²⁰⁵ CAMPOS, Op. Cit., 2006, p.258.

Como afirmado anteriormente, esse período de readaptação e expansão das atividades do SESP estava de acordo com as reformas Capanema de 1937 e 1941, que visavam atender à demanda do governo de expansão da autoridade do Estado e contribuir para o projeto de modernização do Brasil, além do fortalecimento da economia. O momento foi caracterizado também pela atuação do DNS e pela concomitância de dois modelos de gestão, o vertical e o integrado.

O modelo horizontal era caracterizado pela proposta “sespiana”, que consistia em educação e prevenção sanitária, além da consolidação de uma rede de centros e postos de saúde. No entanto, Campos afirma que esse modelo já se encontrava em vigência no país desde a década de 1920, já com a presença da Fundação Rockefeller e com os médicos brasileiros formados na Escola de Saúde Pública John Hopkins²⁰⁶.

Esse modelo horizontal (também denominado integrado, ou distrital), no início, chegou a concorrer com o modelo vertical, na medida em que os sanitaristas como Oswaldo Cruz, Emílio Ribas e contemporâneos a eles propunham o combate à problemas específicos, e a partir deles, estabelecer campanhas e políticas sanitárias, como o que ocorreu no estado de São Paulo²⁰⁷.

É importante considerar a atuação de ambas vertentes, porque elas fizeram parte do processo de consolidação do SESP no Pós-Guerra e caracterizaram a construção das políticas sanitárias no Brasil. Estes dois modelos se interpenetraram, (e coexistiram). Isso ocorreu porque tanto o SESP, como o DNS se serviram do modelo sanitário distrital e também de ações verticais, visando o combate de epidemias e ações pontuais em localidades que demandavam urgência. O DNS atuou entre 1934-1942, com o estabelecimento de distritos sanitários que respondiam aos estados, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o SESP no Pós-Guerra, com a expansão de sua atuação nos demais estados, conforme o projeto de disseminação do poder e da autoridade do Governo Federal pelo território brasileiro²⁰⁸.

Após o período inicial das atividades do SESP em várias localidades, tanto em ações voltadas à exploração de recursos naturais, como no caso do Programa da Borracha e,

²⁰⁶Ibidem, p. 254.

²⁰⁷Ibidem, p. 254-255.

²⁰⁸Ibidem.

sobretudo na experiência do Vale do Rio Doce, o SESP que possuía um caráter curativo, passou a apresentar a alcunha preventiva, no intuito de combater o “ciclo doença-pobreza”²⁰⁹.

2.3 - O remodelamento do SESP enquanto órgão voltado ao saneamento: sua fase nacionalista, o fim dos financiamentos estrangeiros e a criação da Fundação

Após o termo do Conflito Mundial, aos poucos, o IAIA foi deixando de financiar as atividades do SESP²¹⁰. Conforme isso ocorria, o governo brasileiro cada vez mais se encarregava de custear as ações, que, da mesma maneira, iam se adequando à realidade brasileira e suas demandas. Entre elas, estavam as atividades voltadas à saúde, com a implantação de postos e centros de saúde, a formação de técnicos, médicos e enfermeiras, além das atividades de engenharia sanitária, implantando os sistemas de abastecimento de inúmeros municípios. Essas atividades já eram desenvolvidas em algumas localidades escolhidas pela sua possibilidade de valorização econômica. O que ocorreu foi a expansão das atividades do SESP em uma rede integrada. Dessa forma, o SESP passava, aos poucos, de uma agência bilateral para uma agência nacional, voltada à saúde pública²¹¹.

De 1949 a 1960, o SESP passou pela fase de expansão das suas atividades, e pela consolidação do modelo que seria praticado na década seguinte, quando se tornou Fundação. Naquela década, vários estados entraram em convênio com o serviço visando estabelecer medidas sanitárias necessárias para a saúde das populações e também para subsidiar as atividades econômicas mais importantes. Nos estados do Rio grande do Norte, Sergipe, Piauí e Paraná foram implantados serviços de saúde e saneamento, em 1955. Em Minas Gerais, o Programa do Rio Doce foi substituído pelo Programa de Minas Gerais, em 1951, visando atender o estado e, principalmente, sanear o Vale do São Francisco. Em 1958 o SESP passou a atender o estado de São Paulo, com atividades de higiene industrial. No ano seguinte, participou da construção de unidades sanitárias voltadas ao atendimento das populações se encontravam alocadas ao longo da rodovia Belém-Brasília²¹².

²⁰⁹ VILARNO, Op. Cit., 2008; CAMPOS, Op. Cit., 2006.

²¹⁰ BASTOS, Op. Cit., 1996.

²¹¹ CAMPOS, Op. Cit. 2006; VILARINO, Op. Cit., 2008.

²¹² VILARINO, Op. Cit. 2008, p. 83-84; BASTOS, Op. Cit., 1996.

Adiantando-se ao termo do contrato IAIA-SESP, o presidente Juscelino Kubitscheck, em dezembro de 1958, enviou ao Congresso o projeto de transformaria o Serviço Especial de Saúde Pública em Fundação. O projeto foi arquitetado pelo Ministério da Saúde, pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e pelo SESP²¹³. É interessante notar que essa característica de Fundação daria a continuidade de autonomia do SESP em relação ao DNS, e dentro do próprio Governo e do Ministério da Saúde e Educação²¹⁴.

O Projeto tramitou no Congresso e foi aprovado somente em 1960, quando foi criada a FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública – por meio²¹⁵ da Lei Nº 3750. Entre as atribuições delegadas à FSESP, de acordo com o Artigo 2º da Lei, estavam²¹⁶:

- a) organizar e operar serviços de saúde pública e assistência médico-hospitalar nas áreas do território nacional onde se desenvolvem ou venham a se desenvolver programas de valorização econômica, sempre que tais serviços não constem dos programas dos órgãos federais específicos.
- b) estudar, projetar e executar empreendimentos relativos à construção, ampliação ou melhoria de serviços de abastecimento d'água e sistemas de esgotos, sempre que não constem dos programas de órgãos federais específicos;
- c) desenvolver um programa de educação sanitária nas localidades onde mantiver unidades sanitárias;
- d) analisar, do ponto de vista técnico e opinar sobre projetos e orçamentos relativos a serviços de abastecimento d'água, a serem construídos com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ou Caixas Econômicas Federais, nos termos da legislação em vigor;
- e) coordenar, organizar e administrar, nos Estados cujos governos o solicitarem, serviços destinados ao desenvolvimento de sua estrutura sanitária básica, inclusive no que se refere à promoção e controle da higiene industrial;
- f) coordenar, organizar e administrar, mediante regime de acordo com as municipalidades interessadas, serviços de abastecimento d'água e de esgotos;
- g) colaborar com os órgãos técnicos o Ministério da Saúde na solução e problemas de sua competência;
- h) realizar pesquisas, inquéritos e estudos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- i) promover a difusão de conhecimentos técnicos ligados à saúde pública, através da edição de livros, revistas e outras publicações;
- j) promover a formação e o treinamento de pessoal técnico e auxiliar necessário à execução de suas atividades;
- l) desenvolver programas em cooperação com os Estados, o Distrito Federal, os Territórios ou os municípios, visando à higienização dos bairros pobres e a solução de problemas de saúde²¹⁷.

A proposta apresentada ia de encontro à maioria das atividades desenvolvidas pelo SESP nos últimos dez anos de sua existência, sobretudo no que tange à preocupação com aquelas áreas “onde se desenvolvem ou venham a se desenvolver programas de valorização

²¹³ BASTOS, Op. Cit., p. 143.

²¹⁴ VILARINO, Op. Cit. 2008; CAMPOS, Op. Cit. 2006.

²¹⁵ BASTOS, Op. cit. 1996, p. 144.

²¹⁶ Os trechos a seguir foram citados também por BASTOS, Op. Cit. 1996, p. 144-145.

²¹⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Lei Nº 3750 de 11 de abril de 1960.

econômica”. Isso ocorria também em relação aos serviços de abastecimento de água e educação sanitária – como o trabalho que foi desenvolvido no Vale do Rio Doce. Também em relação à solicitação por parte dos estados pela assistência técnica do SESP, para a implantação de medidas sanitárias, seja na área habitacional, seja na industrial – como foi o caso de São Paulo. Aplica-se também à promoção de conhecimento científico e à formação de pessoal especializado, para as suas demandas, visto que o SESP já se encarregava de tais atividades²¹⁸.

O que ocorreu a partir da criação da FSESP foi a expansão das atividades da fundação em todo o território nacional. O projeto desenvolvimentista de Vargas teve continuidade com o governo Kubitschek, sobretudo por sua visão na qual a “preocupação com as doenças de massa estava associada ao seu impacto negativo sobre o desenvolvimento nacional”²¹⁹. A saúde seria alcançada e se tornaria permanente através da oferta de melhores condições de vida ao povo. Dessa forma, o desenvolvimento econômico deveria caminhar ao lado da promoção da saúde, esta que balizaria o desenvolvimento econômico e industrial nacional²²⁰.

A atuação do governo JK se pautou, em grande parte, no combate às endemias, como bócio, boubá e malária, sobretudo visando a promoção da saúde do trabalhador rural, de modo a aumentar a produção agrícola do país²²¹. Nesse momento, o SESP continuou atuando em vários estados, assim como o DNS, continuando o projeto varguista, agora também de JK, de fortalecimento da ação do Estado por meio das ações de saúde²²².

De acordo com Campos, o SESP, malgrado as críticas dos desenvolvimentistas, foi importante para a formatação de uma metodologia de trabalho que influenciou também o Ministério da Saúde. Isso ocorria em virtude de sua autonomia em relação ao mesmo e aos seus critérios de trabalho, herdados da Fundação Rockefeller, da medicina e da experiência americana no campo da saúde, mas que foi se adaptando aos moldes e demandas brasileiros. Segundo o autor:

²¹⁸ Sobre esses aspectos, conferir VILARINO, Op. cit., 2015.

²¹⁹ SILVA, Renato da. *Malária e desenvolvimento: A saúde pública no governo JK*. Tese (doutorado História das ciências e da Saúde). Fundação de Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2008, p.80.

²²⁰ O denominado sanitarismo desenvolvimentista surgiu do pensamento difundido na década de 1950 de que a promoção de melhores condições sociais e econômicas seriam as responsáveis pela melhoria das condições sanitárias da população e sua efetivação. Os médicos que defendiam tais ideias estavam ligados a intelectuais de esquerda, que defendiam o projeto desenvolvimentista de JK, entre eles Mário de Magalhães da Silveira Cf. CAMPOS, Op. Cit., 2006, p.260-261; SILVA.Op. Cit., 2008.

²²¹ SILVA, Op. Cit. 2008, p.79.

²²² CAMPOS, Op. Cit. 2006, p. 266.

Durante a década de 1950 o SESP expandiu-se a ponto de o diretor da U. S. Operations Missions in Brazil considerá-lo “maior, de fato, do que a Organização Mundial de Saúde”. Um superintendente do Sesp afirmou que “a agência tinha, algumas vezes, um orçamento maior do que o do Ministério da Saúde”. Ainda na década de 1970, um grupo de médicos identificado com a chamada ‘reforma sanitária’ assim se referiu à Fundação Sesp: “Até 1967, pelo menos, o perfil do Ministério era o perfil do Sesp: quase todas as atividades programadas e realizadas, que compõem os extensos e vazios planos e relatórios do Ministério da Saúde, são programados e executados pelo Sesp”,²²³.

Ora, atender áreas de fronteira econômica, implantar sistemas de abastecimento de água, promover ações de educação sanitária e promover assistência técnica e financeira por meio de convênios com os estados proporcionando a provisão de infraestrutura sanitária nos mesmos, não foi uma simples reprodução das ações do antigo SESP. A agência foi capaz de instituir uma política de saneamento no país da maneira mais eficiente que já havia existido até então, alcançando todos os estados da Federação.

Por outro lado, juntamente com o SESP, o que ocorreu foi a criação de outras políticas que atuassem paralelamente, ou em conjunto à ação do SESP. O Departamento Nacional de Endemias Rurais - DNERu, criado em 1956, foi o órgão encarregado de combater endemias rurais, sobretudo a malária. Ao contrário do SESP que atuava horizontalmente, ou seja, em redes de unidades de saúde integradas²²⁴ o DNERu atuou verticalmente no combate às endemias. Esse órgão respondia diretamente ao Ministério da Saúde, e foi pensado no conjunto de metas do Governo JK. A atuação do DNERu foi projetada a partir das experiências do SESP, do SNM (Serviço Nacional de Malária) e do Instituto de Malariologia²²⁵.

As políticas sanitárias empreendidas no Brasil de 1930 até a década de 1980 foram voltadas à economia e não ao social²²⁶. Todas visavam, portanto, elevar a economia do país a outro patamar, como as empreendidas por JK, com o por Vargas. Este pretendia promover a indústria de base no país e aumentar o poder, presença e atuação do Estado. Aquele queria combater a pobreza através da erradicação da doença e expandir a indústria no Brasil. Essas medidas foram perpetuadas nas décadas seguintes. No período ditatorial, o PLANASA- Plano Nacional de Saneamento – visava ofertar água a no mínimo 80% da população urbana. Essa

²²³BUSSSHIRAIWA&MARANHÃO, 1976, apud Rosas, 1981:42; In.:CAMPOS.Op. Cit. 2006, p. 265-266.

²²⁴CAMPOS. Op. Cit. 2006; SILVA, R. Op. Cit., 2008.

²²⁵SILVA, Op. Cit., p. 28.

²²⁶JUNOR; NOGUEIRA, et. al.As condições de saúde no Brasil.In.: FINKELMAN, Jacobo. (Org.) *Caminhos da Saúde Pública no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 127.

medida deveria ser atendida de forma a ser menos onerosa possível para o Estado²²⁷, melhorando as condições de vida nas áreas urbanas, mais uma vez atendendo às demandas econômicas.

Em ambos os casos, a constatação da interdependência social foi o que levou à ação do Estado em direção às melhorias nas condições de vida das populações mais pobres. De qualquer forma era necessário investir no saneamento e na saúde coletiva para que o país e a sociedade como um todo se beneficiassem. Inicialmente, em âmbito internacional. O que levou os EUA a buscar ações de saneamento e combate à endemias no continente foi tanto o temor das mesmas atingirem seus cidadãos, como a demanda por matérias-primas e a manutenção da saúde dos soldados instalados em bases brasileiras, dos trabalhadores da borracha e da mineração, e estabelecer contratos políticos e econômicos com a América do sul, visando a atuação na Guerra. Foi essa mesma constatação da interdependência social que fez com que os projetos governamentais brasileiros atentassem para a relação saúde e desenvolvimento econômico, malgrado outros fatores que estão imbricados nessas relações.

A interdependência social vai além da relação econômica, ao contrário do que foi pensado pelos desenvolvimentistas da década de 1950. Isso é observável analisando os eventos da década de 1920 e 1930, quando começaram as políticas públicas voltadas ao saneamento e ao combate à epidemias. A possibilidade de contágio por doenças e suas consequências vão além da questão econômica, visto que torna os seres humanos vulneráveis independentemente de sua condição financeira e social. Todos estão passíveis diante da transmissão da doença contagiosa²²⁸.

No entanto, observando os desdobramentos dos fatos ocorridos no Brasil nas primeiras décadas do século XX, desde a descoberta dos “sertões” à criação de programas governamentais voltados ao combate à endemias rurais e ao saneamento, observa-se o tom pragmático e economicista que as campanhas possuíam: visava-se sanear áreas de potencial econômico relevante; objetivava-se habilitar as pessoas para o trabalho; a inserção do país no mercado exportador mundial; almejava-se cidades mais modernas e mais limpas; havia o

²²⁷ Para isso foi Criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Uma poupança compulsória, na qual são efetuados depósitos mensais tanto por parte do trabalhador como do empregador. Esse fundo poderia ser sacado em caso de doença grave, do empregado, ou de membro da família do mesmo, e no momento de sua aposentadoria. Era uma forma de o governo arrecadar fundos para o BNH, com uma maior proteção em relação à inflação. Em 1972, o aumento líquido do FGTS correspondeu a 1% do PIB. Cf.: REYNOLDS, Clark W.; CARPENTER, Robert T. Financiamento à habitação e distribuição de riqueza no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 17(5): 43-61, set.– out. 1977.

²²⁸ HOCHMAN, Op. Cit., 2013.

desejo de criar cidadãos saudáveis, fortes e integrados à nação; queriam combater a pobreza e o atraso por meio da promoção da saúde.

De qualquer maneira essas questões acabam implicando em outros fatores culturais, econômicos, sociais e políticos. Assim, a interdependência social abarca níveis mais complexos do que se percebe superficialmente. É justamente por isso que as políticas de saúde e saneamento foram tão importantes. Elas garantiram não somente a manutenção da ordem social e da cadeia produtiva, como, no caso brasileiro, contribuíram para a construção do Estado em seus aspectos materiais e ideológicos, e não somente legais.

O SESP, e as demais políticas de saúde das décadas de 1940 a 1970 foram os responsáveis pela construção de todo um aparato político e institucional que foi se expandindo pelo território brasileiro, e preparando o espaço para as mudanças que ocorreriam a partir dos anos 1970, como a criação do PLANASA. Além disso, a FSESP não deixou de existir durante a vigência do PLANASA, assim como outras políticas ocorreram concomitantemente no Brasil²²⁹. A FSESP foi integrada à FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) na década de 1990. Muitas autarquias (SAAEs) criadas pela Fundação Sesp não deixaram de operar e tampouco foram englobadas pelas CEBs (Companhias Estaduais de Abastecimento), tal como foi proposto pelo Plano Nacional de Saneamento. Este é o caso do objeto da pesquisa aqui apresentada.

Os SAAEs – Serviços Autônomos de abastecimento – foram modelos de abastecimento idealizados pelo SESP, em 1952 e expandidos em sua fase de Fundação Sesp, na década de 1960. O sistema de autarquia foi idealizado com o intuito de reduzir a burocracia entre a prestação do serviço pelos estados, colocando-os na esfera municipal. As empresas eram economias mistas e auto-sustentáveis através da aplicação de tarifas. O financiamento inicial das obras era dividido entre o município e a FSESP. Geralmente aplicando-se capital a fundo perdido. Em 1968 foi criado o SFS (Sistema Financeiro de Saneamento). Além dessa linha de Financiamento, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) já atuava financiando as instalações desses sistemas de abastecimento, além de outras obras de saneamento²³⁰.

²²⁹ Além do DNERu, criado no Governo JK com a finalidade de combater endemias rurais, na década de 1950 foram criados o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca).

²³⁰ Segundo Antônio B. R. Junior e Roberto P. Nogueira (2002, p.141) a expansão da cobertura de água foi uma demanda colocada na Primeira Conferência Nacional de Saúde de 1941.

Ao final da década de 1960 a cobertura dos serviços de água urbanos no Brasil atingia “pouco mais da metade da população”²³¹. Além disso, os serviços de autarquias (SAAEs) foram implantados em cidades menores, com população entre 5 mil e 40 mil habitantes, em decorrência do contrato firmado entre o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a FSESP, em 1966²³².

A década de 1960 foi marcada pela multiplicidade de ações no setor de saneamento e pela baixa cobertura da população. Quando se criou o PLANASA, a cobertura urbana de serviços de água no Brasil não chegava a ser significativamente superior a 50%²³³. No final da década de 1960, 79% dos municípios brasileiros não tinham acesso a redes de água. Havia 17 órgãos responsáveis pelo setor de saneamento, entre eles: Dnos, Dnocs, Fsesp, DNRu, Divisão de Engenharia Sanitária do Ministério da Saúde, Svea, Sudene, CVSF, Comissão de Fronteiras, Plano do Carvão, DNPM, Seção de Engenharia o Ministério da Guerra e SUDAM²³⁴. Destes, apenas a FSESP conseguiu atuar em todos os processos de implantação dos sistemas de abastecimento, desde o projeto até a operação dos mesmos²³⁵.

Na década de 1960 ocorreram, basicamente, duas formas de implantação de sistemas de abastecimento: via economia mista e via SAAEs. Estes, implantados com o apoio técnico da FSESP, e financiamento externo, construíam sistemas locais, de baixo custo de operação, que deveriam ser auto-sustentáveis através de tarifação. A FSESP oferecia apoio técnico, e a administração municipal deveria se encarregar da operação do sistema. O município arcava com parte dos custos, que eram financiados via empréstimo do BID. As sociedades de economia mista deveriam ser autossustentáveis com tarifas progressivas de acordo com o consumo. Estas foram incentivadas pelo BID, a partir da década de 1960, frente à ação dos SAAEs, em decorrência da busca por maior eficiência administrativa, considerando que a administração estadual estaria mais capacitada para a operação e para a administração de custos, estando livre de influências diretas locais, clientelistas²³⁶.

Além disso, a influência do BID foi aumentando, impondo condições aos municípios e estados contratantes, de modo a controlar os processos de compra de mercadorias para a instalação dos sistemas, exigindo uso de mercadorias dos EUA, de consultores americanos e

²³¹ JUNIOR ; NOGUEIRA, et. all. Op. Cit., p. 141.

²³² REZENDE; HELLER, Op. Cit., p. 238.

²³³ JUNIOR ; NOGUEIRA, et. all. Op. Cit., p. 141.

²³⁴ COSTA, Op. Cit., p. 59.

²³⁵ REZENDE; HELLER, Op. Cit., p.229.

²³⁶ Idem., p.223; 238.

aprovando o planejamento das obras e a concessão dos serviços às Sociedades de Economia Mista Estaduais. Mesmo que o BID fosse financiado pelos países da América Latina, “os Estados Unidos eram o único país com poder de veto nas decisões”²³⁷. Em virtude da existência de diversos órgãos voltados ao saneamento, sobretudo com a atuação do DNERu e com o fim do financiamento americano na década de 1960, o SESP, agora denominado Fundação, mesmo com toda a autonomia de atuação que possuía e sua organização, passou por sérios problemas em virtude da falta de recursos financeiros. Dessa forma, suas atividades se concentraram em ações de engenharia sanitária, via instalação de sistemas de abastecimento. A atuação do SESP no setor de engenharia sanitária ocorria tanto no setor de abastecimento, como na melhoria de habitações urbanas e rurais e no controle de vetores, como a Doença de Chagas²³⁸.

As atividades da FSESP desenvolvidas na década de 1960, no campo da engenharia sanitária, consistiam em projetar e construir sistemas de abastecimento de água e esgotos, hospitais, postos de saúde, postos de higiene. Administrava e operava sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários, prestava assistência técnica a órgãos públicos e oferecia treinamento para os funcionários da Fundação e de outros setores públicos afins. Possibilitava a especialização de seus técnicos e profissionais no exterior. Promovia pesquisas na área de engenharia sanitária e operava sistemas de higiene industrial²³⁹.

Entre 1942 e 1970 o SESP/FSESP instalou 365 sistemas de abastecimento de água, sendo que destes, 235 ocorreram entre 1963 e 1971. Já os projetos de abastecimento de água elaborados pela Fundação SESP somam 755, sendo que 212 ocorreram após 1963. De acordo com a Fundação, “a precariedade dos recursos financeiros, que durante muito tempo dificultou a concretização das obras, fez com que somente 365 sistemas de abastecimento de água pudessem ser executados, enquanto que de esgotos sanitários, somente seis fossem construídos”²⁴⁰.

O Golpe Civil-Militar que instaurou a ditadura no Brasil interferiu ainda mais no andamento dos projetos da FSESP. Além de coexistir com outros órgãos voltados ao saneamento, as verbas escassearam cada vez mais. Os governos militares desmobilizaram a ação do Ministério da saúde reduzindo suas verbas, e dissociando o atendimento médico dos

²³⁷ Idem, p. 243.

²³⁸ REZENDE; HELLER. Op. Cit., p. 225.

²³⁹ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP. VI Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, 1970. Disponível na biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz.

²⁴⁰ Idem.

cuidados com o saneamento, adotando um modelo assistencialista para a saúde. Criou-se o INPS, para garantir assistência médica aos trabalhadores, servindo-se inclusive, de convênios com hospitais particulares. Já o setor de saneamento coube à seção de obras e habitação, via construção civil, se encarregando de focar em obras urbanas e na política habitacional²⁴¹. Isso mostra o caráter tecnocrático da ação de tais governos, sobretudo em se tratando dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, que deveriam ser pensados de maneira a se auto-sustentarem financeiramente, o que não era diferente do que já vinha se propondo anteriormente, no caso da instalação dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

Durante o período ditatorial a maior parte das obras setoriais de saneamento visava atender população urbana, visto que esta, desde a década de 1950, vinha aumentando significativamente com o processo de industrialização do país. Na concepção de tais governos a política de saneamento era uma forma de promover o desenvolvimento econômico. Além disso, ocorreu o privilégio da oferta de água frente à coleta de esgotos²⁴². A concepção tecnocrática e financeira via tarifação, prejudicou a expansão dos serviços, visto que privilegiava as áreas de maior concentração populacional e de maior desenvolvimento econômico²⁴³.

2.4 -A criação do PLANASA

Mesmo que não seja o foco da pesquisa o estudo do PLANASA, em virtude do fato de que o objeto de estudo é a autarquia municipal da cidade de Itiutaba-MG enquanto resultado de políticas federais de saneamento, é importante observar alguns aspectos do Plano Nacional de Saneamento, que foi desenvolvido no mesmo período de consolidação da autarquia SAE, em Itiutaba. Isso mostra que mesmo sendo considerando uma política de saneamento a nível nacional, o PLANASA não extinguiu outras existentes, tampouco prejudicou a atuação local da FSESP, mesmo que o Governo Federal tenha se voltado a outros mecanismos para a expansão dos serviços de saneamento no país.

A criação do Plano Nacional de Saneamento, em 1971, ocorreu em virtude da necessidade de expansão rápida dos serviços de saneamento nas áreas urbanas aos moldes do pensamento tecnocrático dos governos militares das décadas de 1960 e 1970. Além disso,

²⁴¹SOUZA; COSTA. Op. Cit., 2016, p. 624.

²⁴²REZENDE, Sonaly; HELLER, Léo. QUEIROZ, Ana Carolina Lanza. Água, saneamento e saúde no Brasil. Interseções e desacordos. *Anuário de estudos americanos*. n. 66, v. 2. P. 57-80. Sevilha (Espanha) Jan.-dez. 2009, p. 70.

²⁴³REZENDE; HELLER. Op. Cit., p. 221.

havia severas críticas à pulverização de ações e órgãos nos setores de saúde e saneamento no país, sem falar que o regime de autarquias prejudicava a ação centralizadora do estado, sendo esse acusado de clientelismo e ineficiência, por meio do sistema de tarifação. A criação de uma política nacional de saneamento poderia acabar com o mandonismo local e centralizar as ações e a administração por meio das companhias de abastecimento estaduais, as CEBs. Além disso, esse mecanismo auxiliaria a equidade de oferta dos serviços por meio da tarifação e dos subsídios cruzados, onde uma cidade com menos recursos seria custeada por aquelas com maior arrecadação²⁴⁴.

As discussões acerca do saneamento iniciaram em 1964-1966 com a Criação do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Este visava, entre outras ações, a expansão dos serviços de saneamento, sendo eles água e esgotos. Ao longo da década de 1960, como foi observado anteriormente, as obras de saneamento ficaram a cargo de diferentes instituições, como a FSESP, o DNOS, o DNOCS e o DNERu. A questão só começou a apresentar solução no final da década, com a instituição do BNH (Banco Nacional de Habitação, em 1967), que tinha o objetivo de melhorar as habitações urbanas, ou ofertá-las aos trabalhadores a custos reduzidos.

O Banco Nacional de Habitação acabou atendendo não somente o déficit de habitação, mas também outros setores urbanos que demandavam obras e investimentos, como os transportes, infra-estrutura urbana, a construção civil e o saneamento. Além disso, tendo o objetivo de captar recursos para a aplicação no meio urbano, fomentando o desenvolvimento econômico, acabou também se tornando o responsável pela distribuição dos resultados desse crescimento econômico vivido na década de 1970²⁴⁵.

A política de saneamento teve início em 1968, com a criação do SFS (Sistema Financeiro de saneamento). Este concentra recursos dos estados, municípios e federação, e teve o BNH como seu órgão centralizador e executor de ações²⁴⁶. O SFS alocava recursos a fundo perdido, destinado à instalação das Companhias estaduais de abastecimento²⁴⁷.

A forma encontrada para captar os recursos para as obras de habitação e saneamento foi a inserção de uma fonte de poupança compulsória, protegida da inflação, o denominado

²⁴⁴Cf. REZENDE; HELLER, Op. Cit.; JUNIOR; NOGUEIRA, Op. Cit.

²⁴⁵REYNOLDS; CARPENTER. Op. Cit., p 2-3.

²⁴⁶MINIST. INTERIOR, BNH. Op. Cit., p.1-2.

²⁴⁷COSTA, Nilson do Rosário. *Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 56.

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Consistia em uma poupança compulsória de cada trabalhador, em regime de CLT, na qual parte de seus rendimentos (8%) era depositada pelo seu empregador em uma conta particular e pessoal. O rendimento anual dessa conta era de 3%, e o trabalhador poderia sacar o valor em caso de doença grave, do mesmo, de familiar próximo, ou para fazer o financiamento de um imóvel. Na época, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Essa poupança funcionava à parte da inflação e era responsável pela dotação de recursos para o BNH²⁴⁸. Em 1972 os valores chegaram a 1% do PIB²⁴⁹.

Estudando as condições das habitações no Brasil, o BNH constatou que o saneamento ou a falta do mesmo era o principal fator de precariedade²⁵⁰. Visando resolver tal questão o BNH criou uma carteira de saneamento, da qual resultou a idealização do PLANASA, Plano Nacional de Saneamento, implementado em 1971²⁵¹.

Entre os objetivos do PLANASA estavam a eliminação do déficit de saneamento do país, com equidade dos serviços, em um curto espaço de tempo e a custos baixos. Até a década de 1980 o objetivo era atingir a oferta de água potável a 80% da população urbana e 50% da mesma com a cobertura dos serviços de esgotos. Além disso, os serviços de saneamento deveriam manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços no setor, em caráter permanente. O projeto PLANASA objetivava atender as cidades brasileiras em sua totalidade, independente de suas dimensões, e recursos. A política tarifária instituída deveria estar de acordo com os rendimentos das populações, e, ao mesmo tempo, manter o equilíbrio entre receitas e despesas. Para isso, instituiria-se uma política de redução de custos operacionais. Por fim, seriam desenvolvidos programas de pesquisa, treinamento e assistência técnica²⁵².

Para efetuar as obras, cada estado da Federação criava um Fundo de Financiamento pra Água e Esgotos (FAE), que era composto por até 5% da arrecadação de cada estado, além

²⁴⁸Havia outras fontes de recursos para o BNH, sendo as ORTNs (Obrigações Registráveis do Tesouro Nacional - Títulos do Governo), nas quais o BNH aplicava os recursos não utilizados no período; os rendimentos da poupança e as letras imobiliárias.

²⁴⁹Cf. REYNOLDS; CARPENTER, Op. Cit.

²⁵⁰Para se ter uma ideia desse crescimento, Reynolds e Carpenter (1977, p. 4) afirmam que o SFH (Sistema financeiro de Habitação, do qual fazia parte o BNH), financiou aproximadamente um milhão de habitações em uma década, enquanto outras entidades de financiamento nacional chegaram a atender 120 mil unidades em 25 anos.

²⁵¹CYNAMON, Szachna Eliaz. Política de saneamento: Proposta de mudança. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.2: 141-149, Abr.-jun. 1986, p. 144.

²⁵²MINISTÉRIO DO INTERIOR; BNH. *Relatório sobre o desenvolvimento do PLANASA no Brasil, 1975*, p.1-2. Disponível na biblioteca do Senado Federal.

de receber, em contrapartida, o financiamento do BNH. O pagamento da dívida com o Banco deveria ocorrer com juros e correções, evitando o desgaste dos recursos do fundo²⁵³. Para receber as obras de sistemas de abastecimento, ou a melhoria de seus sistemas, os municípios deveriam conceder a gestão e exploração dos serviços para as companhias estaduais. Isso garantiria o uso de subsídios cruzados, de modo a custear a operação em municípios mais pobres, com os excedentes daqueles cuja arrecadação fosse maior.

Até 1983 o PLANASA havia conseguido atingir quase plenamente seu objetivo, no que tange à cobertura de água, chegando à casa dos 78,8% da população atendida. Já em relação aos esgotos, conseguiu-se expandir os serviços a 31,9% da população²⁵⁴. No entanto, há ponderações feitas em relação ao Plano, no que tange à equidade do atendimento, sobretudo por ter privilegiado regiões mais prósperas economicamente, no caso a região sudeste, mostrando seu caráter tecnocrático e economicista²⁵⁵.

Considerando os efeitos do PLANASA, Carlos César Santejo Saiani²⁵⁶ além de observar a importância do mesmo enquanto política pública de saneamento verificou que, no contexto em que ela foi criada – Ditadura Militar –, uma das possíveis causas de baixa cobertura dos serviços de esgotos estaria voltada para a necessidade de rápida expansão dos serviços de saneamento, sendo a água potável uma necessidade mais urgente do que os serviços de esgoto. Além de ser de mais fácil expansão tanto por custos baixos quanto pela velocidade de finalização das obras, auxiliando na visibilidade dos resultados do projeto, em um período em que se fazia necessária a legitimação do regime ditatorial. Sob os aspectos políticos, o autor ainda explana acerca das heranças do PLANASA, como a maior cobertura de serviços de saneamento pelo setor público, em âmbito regional e estadual, e, quando há a prestação dos serviços via empresas de economia mista ou privadas, esta ocorre em âmbito local, como resultante também da herança do PLANASA, onde, muitas vezes, o poder executivo local visa o estrangulamento da ação do governo estadual por rixas partidárias, dando a prestação do serviço à iniciativa privada.

²⁵³ CYNAMON, Op. Cit., p.144.

²⁵⁴ NAJAR, Alberto Lopes. et.al. O Plano Nacional de Saneamento: As desigualdades encobertas. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A Saúde em estado de Choque*. Rio de Janeiro: Editora FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1986, p. 63.

²⁵⁵ NAJAR, et.al. Op. Cit., p.64-67.

²⁵⁶ Cf. SAIANI, Carlos Cesar Santejo. *Competição política faz bem à saúde? Evidências dos determinantes e dos efeitos da privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil*. Tese de doutorado (em economia de empresas). Instituto Fundação Getúlio Vargas. Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo, 2012.

De acordo com Souza e Costa²⁵⁷ o PLANASA foi uma das políticas de saneamento que mais influenciaram o setor no país, além de deixar um legado enraizado, denominado pelos autores como “dependência de trajetória”, no qual, devido ao modelo setorial estar bem consolidado no país, via Companhias de abastecimento, há dificuldades em se propor um novo modelo para a prestação dos serviços, mesmo se buscando uma maior eficiência. As empresas estaduais ao assumirem as obras, treinamento de pessoal, custos fixos, obtiveram retornos crescentes em longo prazo.

Já na década de 1990, o fim dos contratos de concessão com municípios, que decidiram assumir a prestação dos serviços em virtude da insatisfação com as companhias estaduais gerou alguns impasses, de modo a se orientarem para a gestão compartilhada dos serviços, sem que se resolvesse o impasse definitivamente. Outras questões importantes eram o risco das privatizações das companhias municipais e a evasão dos municípios mais ricos, o que foi barrado tanto pelos grupos de interessados, pelos estados e pela criação da FNSA (Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental)²⁵⁸.

Por outro lado, observando as ponderações de Souza e Costa²⁵⁹, é possível contestar o peso que é dado ao PLANASA, pela falta de equidade que foi construída em virtude da estratégia de privilegiar as opções economicamente mais viáveis. Mesmo que tenha expandido os serviços de água a uma parcela maior da população, essa medida deixou boa parte do país desatendida, sobretudo as localidades menores e mais pobres.

Além disso, não se pode ignorar a atuação de outros órgãos durante a vigência do PLANASA, em apoio ou paralelamente a ele. Este foi o caso da FSESP, que atuou na década de 1980, operando sistemas de abastecimento municipais, até que foi integrada à FUNASA nos anos 1990. Mesmo focando nos sistemas municipais, não se pode negar que as bases da engenharia sanitária no país foram implantadas pela FSESP, no que tange aos modelos de abastecimento que buscavam soluções simples e eficazes, além de ter desenvolvido as pesquisas e metodologias de trabalho no setor de engenharia sanitária, saúde e saneamento. Dessa forma, não é possível negar a influência da atuação da política anterior ao PLANASA, sobretudo a partir dos meados da década de 1970, quando se buscou uma reorientação das

²⁵⁷ SOUZA, Ana Cristina A. de.; COSTA, Nilson do Rosário. *Política de Saneamento Básico no Brasil: Discussão de Uma trajetória. História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016. p. 615-634.

²⁵⁸ SOUZA; COSTA. Op. Cit., p. 627.

²⁵⁹ Idem.

atividades do Plano, tendo como consultores profissionais de vários setores, entre eles a FSESP.

2.5 - Aspectos da metodologia de trabalho da Fundação: objetividade e efetividade herdadas do SESP.

A atuação da FSESP se pautava em metodologias próprias que foram aprimoradas ao longo da existência da instituição, desde o início de sua atuação enquanto Serviço de Saúde. Além da formação dos técnicos, enfermeiras, parteiras e agentes de saúde, a Fundação produzia o material de divulgação, de educação sanitária e o material de apoio para seus técnicos. Ele consistia em cartilhas que iam se aprimorando e acrescentando informações conforme eram atualizadas. Algumas delas foram utilizadas neste trabalho como fonte de pesquisa, de modo a verificar aspectos da metodologia de atuação sespiana e da visão que a instituição propagava em relação ao trabalho junto às comunidades.

O SESP, a partir dos anos 1950, passou por sua fase nacionalista, com o fim dos acordos de guerra e as atividades de expansão pelo território brasileiro. Já na década de 1960, como visto anteriormente, foi transformado em Fundação. Até aquele momento a agência obteve bastante autonomia para atuar no território brasileiro devido à sua organização de trabalho livre de entraves burocráticos, herdada do modelo SESP-IAIA, que não respondia diretamente ao Ministério da Saúde, e que tinha autonomia para a contratação, viabilização de projetos e formação de pessoal²⁶⁰. Dessa forma, com a mudança para FSESP, permaneceram características como a flexibilidade administrativa e a horizontalidade, através de suas diretorias regionais e a formação de seu contingente. Assim, a FSESP conseguia a padronização das ações e sua efetividade. Por outro lado, passou a ser subordinada ao Ministério da saúde²⁶¹.

A Fundação sofreu reorganizações administrativas ao longo de sua trajetória, que interferiram em sua atuação, colocando-a a mercê da influência político-partidárias²⁶². Em 1969 a FSESP passou a ser denominada Fundação Serviços de Saúde Pública²⁶³, pelo Decreto-Lei nº 904, de 1º de Outubro de 1969. Os maiores cargos, como o de presidente da

²⁶⁰Cf. BASTOS, Op. Cit. 1996.

²⁶¹Cf. CAMPOS, Op. Cit., 2006.

²⁶²Idem, p. 267.

²⁶³Observe que era Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, e passou a ser Fundação Serviços de Saúde Pública.

fundação e seu conselho técnico, que eram nomeados pelo Presidente da República e seus ministros²⁶⁴.

Para garantir a efetividade de suas ações e manter o padrão de suas atividades, elaboravam-se manuais de saneamento. Estes, inicialmente, se destinavam a seus agentes sanitários, como diretrizes para o seu trabalho, e para os treinamentos dos mesmos e dos demais profissionais. Esses manuais serviam como difusores de uma metodologia de trabalho. O objetivo era promover intervenções eficazes a um custo reduzido, de acordo com os materiais disponíveis nas localidades e com a demanda a apresentada. Aos poucos eles foram sendo aprimorados e incrementados com novas informações, até que a cartilha mimeografada se tornou uma publicação da FSESP com 3 volumes²⁶⁵, organizado por Zachna Elias Cynamon, e demais colaboradores, em 1972. Os manuais se destinavam às ações de saneamento, desde a construção de caixas d'água e fossas sépticas, até a forma de tratamento de água e de operação dos sistemas de abastecimento urbanos. Nas diretrizes gerais de saneamento de 1989 a apresentação afirma o seguinte:

Em 1960 a Fundação Sesp reuniu um fascículo intitulado “instruções de saneamento” a orientação básica em relação às suas atividades de saneamento. Em decorrência das experiências acumuladas, aquele documento foi atualizado em 1971 e 1980, sob o título “Atividades de saneamento – normas e instruções”²⁶⁶.

A versão de 1980 foi pautada nas edições anteriores e também nas experiências e informações fornecidas pelas unidades regionais. A obra apresenta a concepção sespiana de saneamento, que é abrangente, reunindo vários elementos que não somente os serviços de água e esgotos, mas o controle de vetores, a coleta de lixo e a melhoria das condições das habitações e instalações sanitárias residenciais e coletivas. O saneamento da visão sespiana era considerado elemento básico para a saúde pública e devia ser universal.

A falta de saneamento, além de ser uma impropriedade do modo de viver, como é sabido, também é responsável pela ocorrência de doenças específicas, como as diarreias infecciosas – principal causa da mortalidade infantil – e as helmintoses, sobressaindo-se, nesse grupo, a esquistossomose, que castiga grande contingente da

²⁶⁴ BASTOS, Op. Cit., p. 146.

²⁶⁵ Devido à impossibilidade de acesso aos documentos do Fundo SESP, na Casa de Oswaldo Cruz, por conta de uma mudança da sala do arquivo e da sala de consulta, as informações foram coletadas com o que havia disponível na biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. São eles: FSESP. *Manual de Saneamento*. v.1, 3.ed, 1972; FSESP. FSESP: Um marco na engenharia sanitária e na saúde pública no Brasil. VI Congresso de Engenharia Sanitária. *Rio de Janeiro*, 1971; Ministério da Saúde- FSESP. *Manual de Saneamento*, 2. ed. rev. e atualizada. *Rio de Janeiro*, 198; Ministério da Saúde- FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. *Rio de Janeiro*, 1989.

²⁶⁶ Ministério da Saúde- FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. *Rio de Janeiro*, 1989, p. 3.

população. A doença de Chagas, cuja ocorrência se relaciona com a precariedade da casa de moradia, também está incluída como problema dos mais graves²⁶⁷.

Outra característica da ideologia sespiana, difundida pelo manual era a concepção acerca das populações atendidas pela Fundação. Fazia-se necessária não somente a adequação das ações à cultura local, mas também intervenções educacionais, a fim de atentar a população para a importância do saneamento para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças. Chegava-se a afirmar a passividade das pessoas diante dos problemas sanitários que enfrentam, devido à constatação de que não se buscam resolver tais problemas, tampouco cobravam uma postura das autoridades frente aos problemas enfrentados.

É necessário considerar que, apesar dos problemas se apresentarem com bastante nitidez para os técnicos, grande parte da população, principalmente nas pequenas localidades, tem um comportamento passivo frente às más condições de saneamento a que está exposta.

Essa população requer ser alertada, através de um processo educativo, que possibilite refletir sobre a realidade em que vive, e a importância do saneamento na melhoria da qualidade de vida²⁶⁸.

Cabe aqui questionar essa postura passiva das comunidades sertanejas. Seria possível àqueles indivíduos serem propositalmente doentes e indiferentes diante da pobreza a que estavam submetidos, da falta de conhecimento acerca de técnicas de saneamento, e até mesmo das causas de suas doenças estarem relacionadas à salubridade do meio em que viviam? Não caberia ao Estado, em suas diversas instâncias zelar pela sua população, ou a culpa é somente individual?

Como visto no início do capítulo, ocorreu, no início do século XX, a constatação de que as populações sertanejas estavam entregues ao abandono do Estado e às doenças. Esse fato permaneceu até os meados do século e foi se atenuando conforme as ações do Estado iam adentrando o território. O sertão, termo que a princípio denominaria o interior do país, ou o termo complementar a litoral²⁶⁹, acabou se tornando uma categoria social.

Nísia T. Lima²⁷⁰ ao analisar a construção do termo sertão no pensamento intelectual brasileiro, ao longo da primeira metade do século XX, evidencia não somente as diferentes formas de entender a vida da população sertaneja, entregue à pobreza e às doenças, como também possibilita obter a compreensão da mudança do pensamento intelectual da época em

²⁶⁷Idem, p.7.

²⁶⁸Ministério da Saúde- FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. Rio de Janeiro, 1989,p. 3.

²⁶⁹Cf. AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, jul. 1995.

²⁷⁰LIMA, Nísia T. *Um sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999, p. 53-60.

relação à condição de vida daqueles indivíduos. Buscou-se entender aquele povo e as causas de suas mazelas ao invés de julgá-los.

Diante da constatação da precariedade das condições de vida daquela população, e visando compreender aquele contexto, a visão sespiana acerca da passividade daquelas pessoas acabava reproduzindo o pensamento científico do início do século XX. Possivelmente, conforme as cartilhas eram atualizadas somente acrescentando conteúdos e por seu caráter técnico e pragmático, esses valores foram reproduzidos como senso comum auxiliados pela constatação da experiência dos agentes do SESP/FSESP na compilação dos manuais. Isso não quer dizer que seja um pensamento geral em todas as instâncias da Fundação, sobretudo pela vasta produção científica e divulgadora das ciências que foi produzida ao longo de sua existência²⁷¹.

Além disso, ao interferir naquele meio promovendo a educação e a saúde, acabavam orientando a ação para outro caminho, que era o entendimento de que a pobreza e a falta de conhecimento daquelas pessoas era a responsável pelas doenças que as acometiam, sem falar na falta de assistência do Estado. Ao educar os sertanejos e levar ao conhecimento deles novas práticas cotidianas e de saúde, mudavam aquele contexto e efetivavam as ações da instituição.

Diante de trabalhos como o de Vilarino²⁷², observa-se que o SESP inseriu ações educacionais junto à comunidade, com a ajuda de técnicos e visitadoras domiciliares, visando romper com as resistências culturais das populações atendidas. Esses indivíduos eram pessoas da própria comunidade. Dessa maneira, conseguia-se mudar a postura da população frente às suas condições de saúde, através do diálogo e da aproximação desses agentes por meio de seus elos culturais e sociais.

A atuação da FSESP foi tão imprescindível para a erradicação de doenças e da insalubridade, quanto as demais políticas públicas fomentadas até a década de 1970. Por conseguinte, a expansão das atividades comerciais e industriais no Brasil, além do processo de urbanização, foram contribuindo também para a mudança do quadro de pobreza e abandono do país, que foi amenizado, mas ainda hoje não está extinto, malgrado a erradicação de grande parte das doenças de épocas anteriores.

²⁷¹ Sobre a divulgação científica do SESP, Cf.: VILARINO. Op. Cit., 2015, p. 97- 144.

²⁷² VILARINO, Op. cit., 2015, p.157-158.

As doenças causadas pela contaminação da água e do manejo incorreto de esgotos, como as verminoses e as enterites, incluindo-se também a mortalidade infantil devem a causa de sua redução ao acesso à água potável em quantidade suficiente.

Em virtude da pobreza das pequenas cidades e da falta de recursos, a FSESP buscava as alternativas menos onerosas para a implantação de sistemas de abastecimento, da maneira mais simples possível. Entre as diretrizes colocadas pelos manuais, estava a busca de soluções coletivas para as cidades, sob a forma de sistemas de abastecimento públicos, já que o custo final seria menor. Enquanto para as comunidades rurais, a opção era o abastecimento individual, por meio de poços ou cisternas²⁷³. No entanto, devido às

Dificuldades para a implantação de soluções coletivas a curto prazo; o fato de que as benfeitorias desse tipo, após implantadas, deixam comumente de alcançar parte da comunidade; a falta de iniciativa dos próprios usuários no sentido de solicitar a ligação de seus domicílios aos sistemas; e ainda, a necessidade de se dar soluções individuais para as áreas rurais e para grande número de casos nas áreas urbanas levam a Fundação SESP a recomendar o desenvolvimento de atividades de saneamento domiciliar simultaneamente com serviços coletivos²⁷⁴.

As soluções de abastecimento deveriam ser rápidas, atendendo da forma mais eficiente a maior parcela possível da população, a custos viáveis, sobretudo porque boa parte deles ficava a cargo dos municípios, os quais nem sempre possuíam verbas para tal pleito. Entre as exigências para o atendimento dos domicílios estava a manutenção de condições sanitárias, a capacidade de captação e reservação adequadas, de modo a fornecer água para as instalações domiciliares. Além disso, enfatizava-se a instalação de banheiros, e outros itens básicos para a melhoria das condições sanitárias dos domicílios²⁷⁵.

Será que todos os domicílios, de diferentes classes sociais poderiam arcar com os custos de instalações sanitárias? Algumas localidades atendidas pela FSESP recebiam auxílio para a instalação de dependências sanitárias e outros itens básicos, como reservatórios domiciliares, aparelhos sanitários e tanques para lavagem de roupas. Além disso, oferecia-se suporte de ferramentas e treinamento para os habitantes locais para que eles ajudassem a construir e manter as instalações em suas residências²⁷⁶. As modificações nos domicílios deveriam atender não somente às exigências sanitárias, como também respeitar as escolhas e preferências de seus proprietários e suas disponibilidades financeiras para o financiamento²⁷⁷.

²⁷³ MINISTÉRIO da SAÚDE; FSESP. Op. cit. 1972; 1981; 1989.

²⁷⁴ Idem, 1989, p.8.

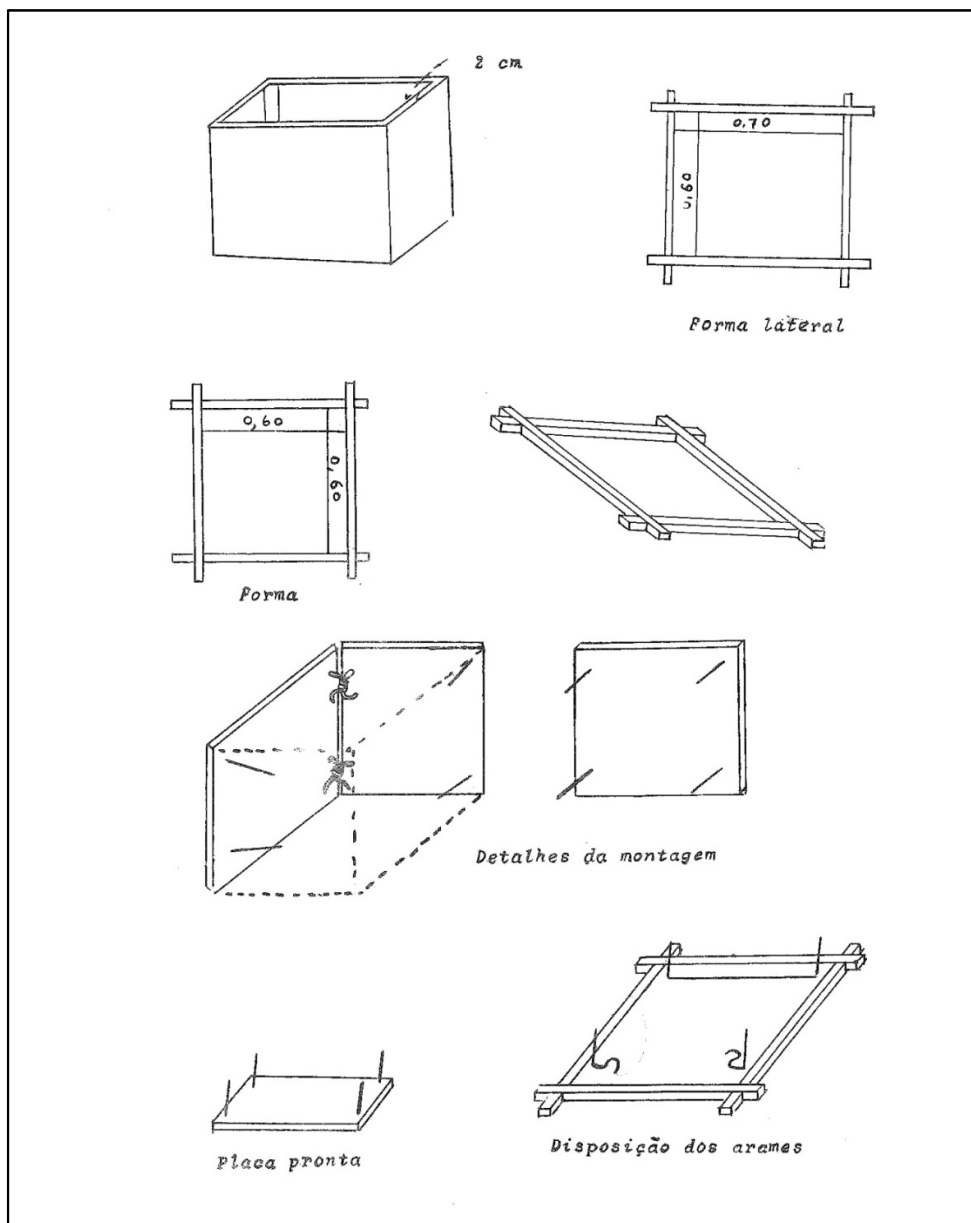
²⁷⁵ MINISTÉRIO da SAÚDE; FSESP, Op. Cit. 1989, p. 13.

²⁷⁶ Idem. 1989, p. 19-20

²⁷⁷ *Ibide*, p. 15.

Para reduzir os custos das instalações sanitárias a FSESP instruía aos agentes em formação, auxiliares de saneamento e inspetores de saneamento, o aproveitamento de materiais disponíveis em boa quantidade nas regiões atendidas, ou materiais de baixo custo (Fig. 8, 9, 10 e 11). Nos manuais de saneamento produzidos pela instituição havia instruções detalhadas de como construir reservatórios domiciliares com cimento ou telha francesa²⁷⁸.

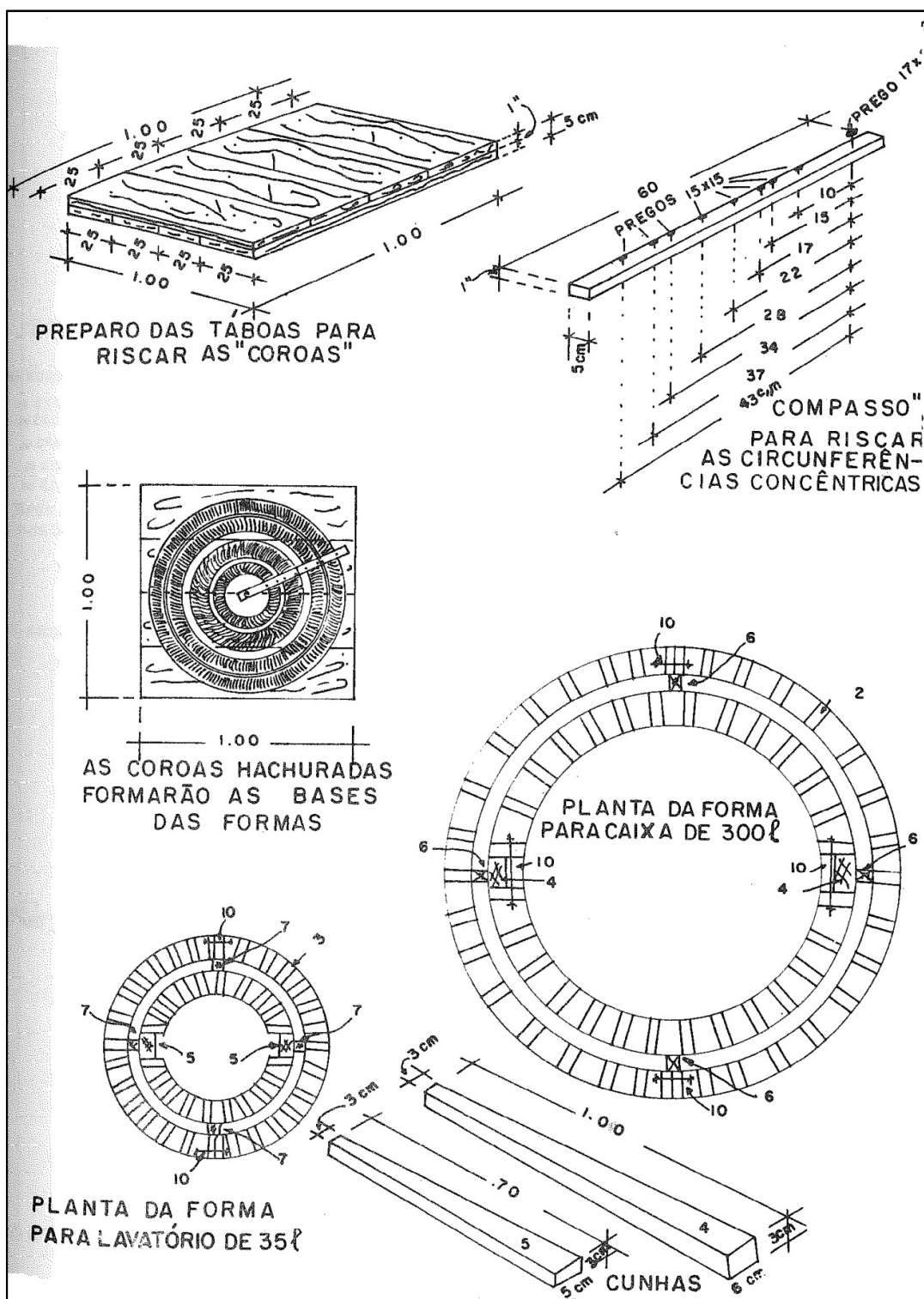
Figura 8 - Traço para caixas d'água retangulares feitas com cimento (reprodução):



Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 88.

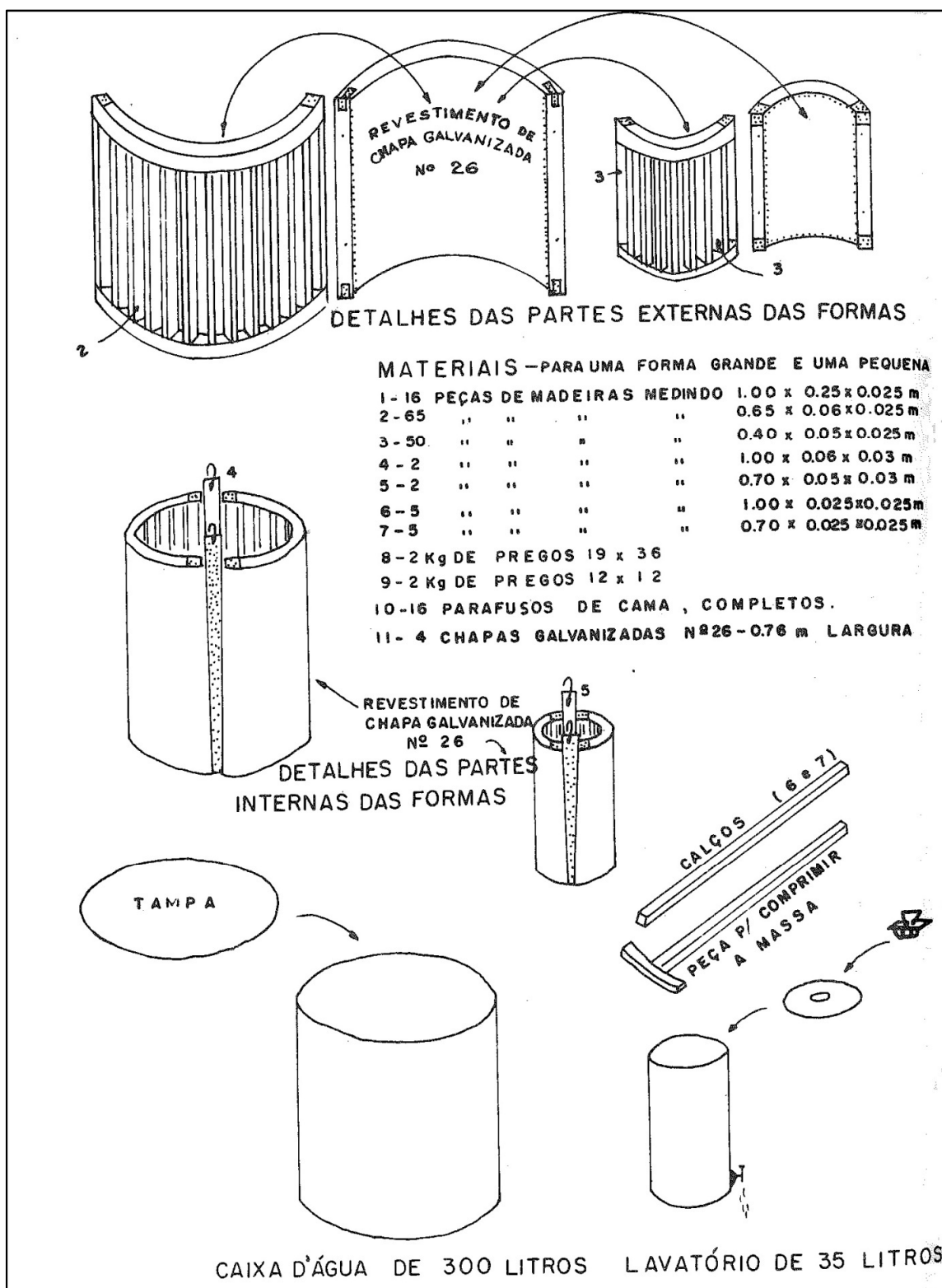
²⁷⁸ Idem, 1972, p. 87-91.

Figura 9- Desenho de forma cilíndrica para caixas d'água e manilhões (reprodução):



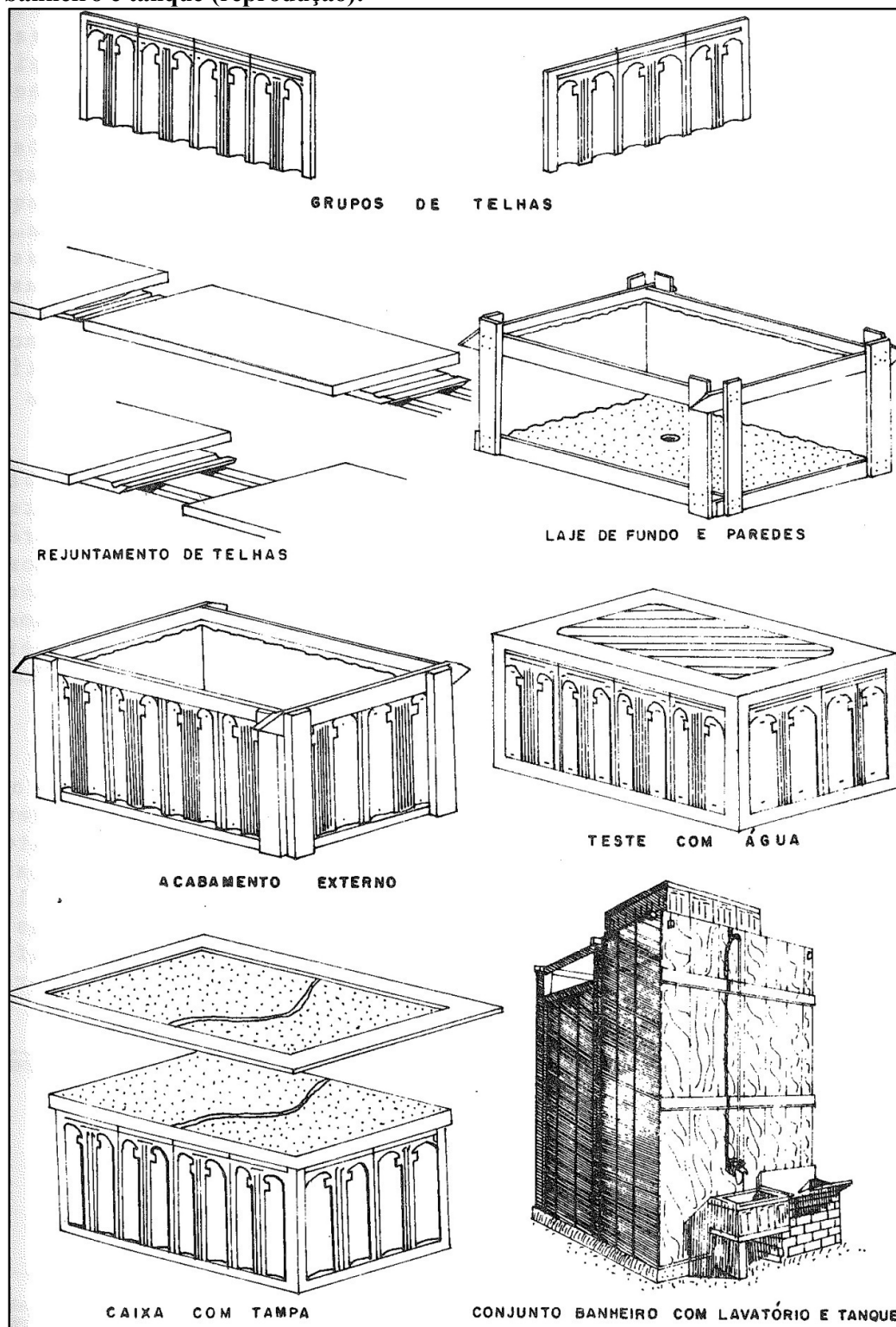
Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 88.

Figura 10 – Diretrizes para reservatório de telha francesa (reprodução):



Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 89.

Figura 11 – Reservatório domiciliar de telha francesa e conjunto com reservatório, banheiro e tanque (reprodução):



Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 90.

Os reservatórios domiciliares não eram indicados pela FSESP devido aos riscos de contaminação da água. No entanto, muitos sistemas de abastecimento, por ineficiência, ou por

falta de quantidade suficiente dos mananciais, apresentavam interrupções no abastecimento. Dessa forma, os denominados tanques de abastecimento residenciais foram adotados pela Fundação, e deveriam ser capazes de reservar água suficiente para o domicílio por pelo menos 24 horas, até a normalização da oferta da mesma pela rede de abastecimento. As soluções apresentadas pelos manuais serviam tanto para os técnicos da Fundação, que aprendiam como executar tais trabalhos, como para a população, que era instruída por eles²⁷⁹.

Os sistemas de abastecimento de água também possuíam padrões especificados em todas as possibilidades que pudessem oferecer aos municípios. De sua captação até a distribuição aos domicílios eram detalhadamente descritas as formas de instalação, manutenção e operação dos mesmos. No entanto, caberia aos engenheiros responsáveis a escolha do sistema e seu projeto, de acordo com as características populacionais do município, suas demandas, os recursos naturais e financeiros disponíveis.

Muitos municípios não conseguiam gerir os sistemas de abastecimento, mesclando a receita administrativa da prefeitura com os recursos arrecadados com as tarifas do sistema de água, que deveriam ser utilizadas para a sua expansão, manutenção e operação. Isso levou a FSESP a implantar o sistema de autarquias. As autarquias consistiam em uma unidade administrativa, técnica e financeira autônomas em relação à prefeitura, administrada pela FSESP mediante contrato com a prefeitura²⁸⁰.

O sistema de autarquia era defendido pela FSESP em virtude de sua eficiência administrativa, livre de barganhas políticas e do desvio de seus recursos pelas administrações municipais, além de ter a oportunidade de oferecer medidas educativas junto à população, por ser um órgão municipal, conhecendo a realidade local e atuando diretamente. Outro ponto positivo anunciado pela Fundação era a economia do sistema, por contar com auxílio e supervisão técnica permanente, além de um mesmo órgão central conseguir atender diversas unidades regionais e locais²⁸¹.

A Fundação possuía um modelo administrativo distribuído em diretorias, composto pelas diretorias regionais e estaduais, que respondiam diretamente ao órgão central da FSESP. Essas diretorias regionais, ou estaduais (havia pelo menos uma em cada estado), eram as responsáveis por acompanhar as atividades das autarquias e demais programas locais da

²⁷⁹ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP, Op. Cit., 1972, p. 87.

²⁸⁰ Ibidem, p. 102

²⁸¹ Ibidem, p. 102-105.

FSESP²⁸². Além disso, alguns sistemas municipais dividiam a consultoria e acompanhamento dos engenheiros responsáveis. No caso do SAAE de Ituiutaba, MG, o engenheiro responsável, José Raimundo Mendes, atuava não somente na cidade, como periodicamente realizava visitas nos SAAEs de Sacramento, Monte Carmelo, Monte Alegre, Passos, Ibiá, Itaúna e Nova Granada²⁸³.

O modelo de autarquia por sua eficiência em atender uma parcela maior da população a custos razoáveis, e em longo prazo, foi um dos mais difundidos pela FSESP, sobretudo porque os municípios buscavam a alternativa junto ao Governo Estadual ou Federal, na falta de recursos para a instalação de seus sistemas de abastecimento. Essa efetividade do modelo SAAE foi comprovada por Heller, que comparou diferentes modelos de gestão de serviços de saneamento em Minas Gerais, em 1998²⁸⁴ – o modelo autárquico, que anteriormente foi administrado pela FUNASA ou pela FSESP, o modelo de gestão administrativa direta, feito pelas prefeituras e os serviços oferecidos pela companhia estadual, a COPASA, que é prestado por meio de concessão.

Em estudo promovido por Heller²⁸⁵, constatou-se que os municípios atendidos pelo sistema autárquico (ex-SAAE, ou FUNASA/prefeitura) apresentaram maior cobertura de domicílios ligados à rede de água, se mostrando mais eficiente, além de apresentarem um impacto menor na renda familiar em decorrência de seu sistema tarifário. Se comparados com o sistema de concessão da companhia estadual, se servem de um contingente menor de profissionais, malgrado apresentar índices próximos. Além disso, outro fator que interfere nos resultados é o potencial econômico dos municípios, onde aqueles mais abastados preferiram romper o contrato com a FUNASA, adotando o modelo autárquico. Já aqueles com menor potencial econômico, ou municípios criados após 1989, apresentam as piores taxas de cobertura e de qualidade dos serviços, seja no modelo autárquico ou administrado pela

²⁸² BASTOS, Op. Cit., p.154.

²⁸³ Relatórios de Viagem da SAE – Ituiutaba, de 1971 a 1975.

²⁸⁴ HELLER, Léo; COUTINHO, Marcelo Libânio; MANGOTI, Sueli Aparecida. Diferentes modelos de gestão de serviços produzem os mesmos resultados? Um estudo comparativo em Minas Gerais com base em indicadores. *Engenharia Sanitarismo Ambiente*. v. 11, n. 4. out.- dez. 2006. P. 325 – 336. A pesquisa efetuada por Heller, et. al., analisou 600 municípios mineiros, a partir de dados de 1996. Dos 600 municípios observados (70% do total mineiro na época), os SAAE/FUNASA e ex-SAAE totalizavam 40; Entre aqueles atendidos pela COPASA em convênio com a prefeitura somava-se 444; Os administrados por autarquia sob responsabilidade das prefeituras foram contabilizados em sete; Dentre aqueles que tiveram o direito de concessão, cedidos à COPASA, totalizavam 53 (51 com sede municipal e 2 distritos); Por fim, aqueles administrados diretamente pelas prefeituras foram 41.

²⁸⁵ HELLER, et. al. Op. Cit., 2006, p. 344 – 345.

prefeitura, seja naqueles acompanhados pela companhia estadual, onde a prefeitura presta apenas o serviço de esgotos.

A permanência do sistema autárquico (ex-SAAE) e/ou SAAE/FUNASA, mesmo após a criação o PLANASA, de 1971, e sua evidente qualidade de prestação de serviços, corrobora com a efetividade do modelo implantado no estado pela FSESP, que foi continuado pela FUNASA, ou retomado pelas prefeituras. Isso não desfavorece o sistema de concessão, já que apresentaram resultados próximos.

2.6 - Os sistemas de abastecimento: comparando modelos

Os modelos de abastecimento elencados para se implantar em um município deveriam se adequar às possibilidades locais disponíveis, tanto em recursos materiais, como em relação aos mananciais, sendo eles subterrâneos, ou superficiais. Ao se empreender um estudo dos mananciais disponíveis para o abastecimento consideravam-se fatores como os custos iniciais, os custos de operação e manutenção, além da previsão de consumo imediato e futura. Para o SESP os sistemas públicos além de se mostrarem mais econômicos em longo prazo, eram considerados mais eficientes em termos de manutenção, demandando a supervisão de apenas um sistema, além de ser mais seguro para a população do ponto de vista sanitário²⁸⁶. Um sistema de abastecimento é composto por cinco etapas, sendo elas: captação, adução, tratamento, reservação e distribuição.

O sistema de captação é um conjunto de equipamentos destinado a retirar a água do manancial, no caso, uma nascente, um rio, um lago, etc. Em seguida a água captada segue por uma rede adutora, ou seja, uma tubulação sem derivações que envia essa água para a estação de tratamento. A rede adutora também serve para enviar a água da rede de tratamento para a rede distribuidora, que segue às ligações individuais, comerciais e residenciais. Além disso, o líquido pode ser conduzido por gravidade, aproveitando o nível do solo, ou por recalque, represando-se a água antes de conduzi-la, por pressão, ou gravidade²⁸⁷.

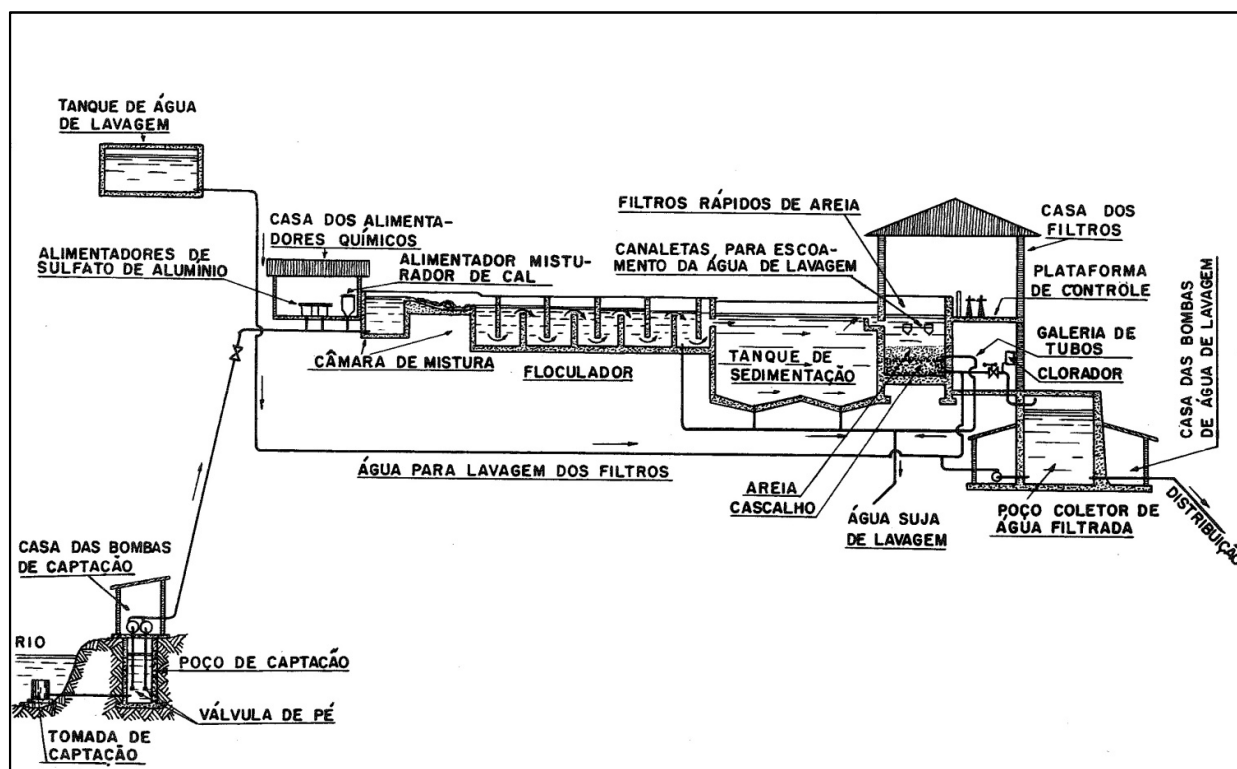
O tratamento é feito em uma estação, sendo algumas vezes, dispensável em decorrência da qualidade da água captada. O processo consiste em melhorar a qualidade física, química e bacteriológica da água a fim de torná-la apropriada para o consumo humano. Os métodos utilizados pela FSESP consistiam em aeração, desinfecção, sedimentação

²⁸⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP, Op. cit. 1972, p. 68-70.

²⁸⁷ Ibidem, p. 70.

simples, filtração lenta, decantação (com produtos químicos), filtração rápida, correção de dureza e corrosividade e, se necessário, tratamento para remoção de produtos químicos presentes. Esse processo deveria ocorrer em um conjunto de tanques de tratamento (Figura 12), antes de a água ser reservada ou distribuída à população²⁸⁸.

Figura 12 – Esquema de uma estação de tratamento de água (reprodução)



Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 106.

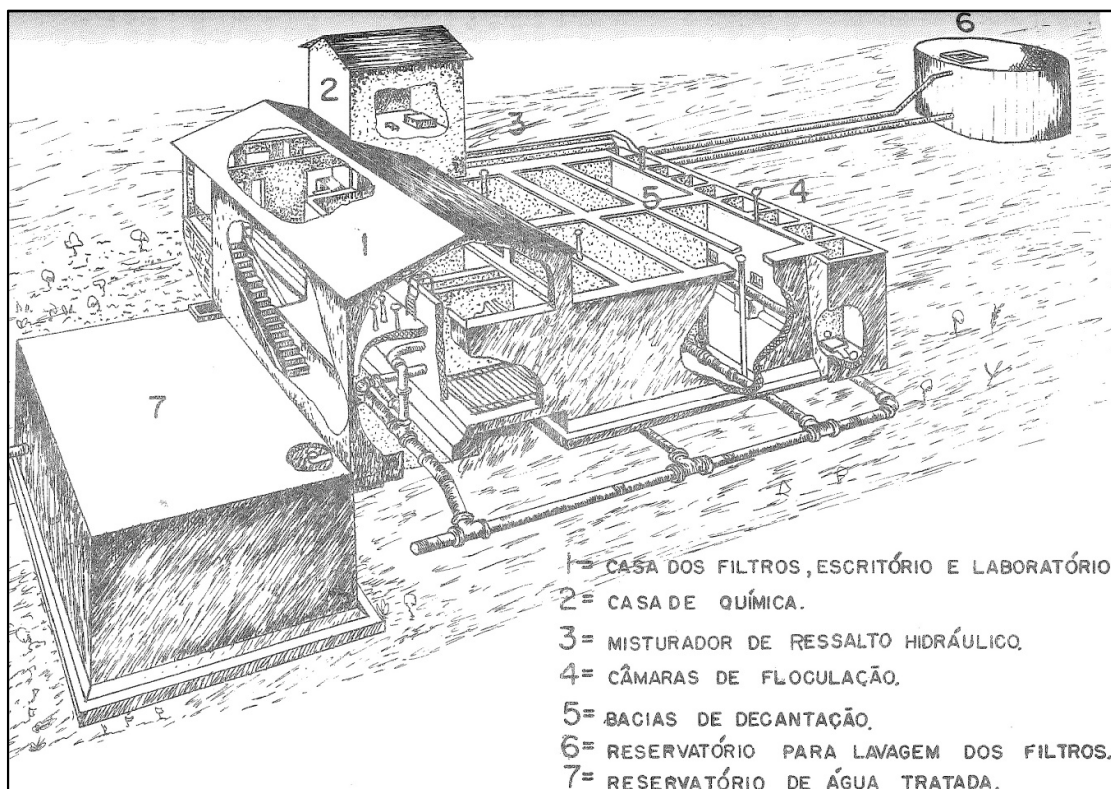
As estações de tratamento de água, como verificado na figura anterior (Fig. 5), são mecanismos não muito complexos, de fácil operação e considerados de grande eficiência, conseguindo abastecer as populações urbanas de maneira segura. Muitas vezes um engenheiro responsável se encarregava de vários SAAEs em uma região, já que os técnicos de cada unidade, já treinados, se encarregavam de todo o processo.

Esse método de estação de tratamento foi inaugurado em Governador Valadares, MG, em 1952²⁸⁹. Tendo sua eficiência comprovada, o modelo SAAE foi difundido pelo país ao longo dos anos 1950 e 1960. Os sistemas seguiam o mesmo padrão metodológico, e de construção, como se pode verificar nas figuras 13 e 14.

²⁸⁸ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP, Op. Cit., 1972, p. 104-105.

²⁸⁹ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP, Op. Cit., 1971, p. 21.

Figura 13 – Esboço da estação de Tratamento de Colatina (ES):



Fonte: Manual de saneamento FSESP, 3ª ed., 1972, p. 107.

Figura 14- Imagem aérea da estação de tratamento de água de Ituiutaba-MG (reprodução):



Fonte: <http://pontalemfoco.com.br/wp-content/uploads/2015/12/FormatFactoryETA.jpg>. Acessado em: 21/03/2017.

Comparando as duas imagens, (Fig.13 e Fig.14) percebe-se que é utilizado o mesmo método de trabalho nas estações convencionais, com tanques que separam os processos de tratamento de água e um reservatório de distribuição. Além disso, mantendo sistemas semelhantes, a FSESP conseguia atender a inúmeras autarquias com um número reduzido de engenheiros, que prestavam assistência periódica, deixando o trabalho diário de operação sob responsabilidade de técnicos treinados pela própria Fundação.

O manual de saneamento da FSESP de 1972²⁹⁰ apresenta detalhadamente os procedimentos de tratamento de água, que podem ser elencados individualmente ou em conjunto, dependendo das condições da água no manancial que serve a população e as condições locais de abastecimento e uso da mesma, observados a partir dos estudos preliminares feitos pelos técnicos da fundação.

O primeiro procedimento descrito é a aeração, que consiste em colocar a água em contato com o oxigênio, através de queda, ou de pressão, melhorando sua qualidade biológica e seu sabor. Isso deve ser feito em caso de água que se encontra parada, como na ocorrência

²⁹⁰ MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP, Op. cit. 1972, p. 108-117.

de lagos, ou a água que corre por tubulações, por exemplo, as adutoras, que transportam o líquido até as estações de tratamento e distribuição.

Outro procedimento indicado é a desinfecção, que elimina as bactérias patogênicas. O cloro é um elemento largamente utilizado para tal pleito, nas estações de tratamento. Em casos domiciliares, a desinfecção pode ser feita com iodo.

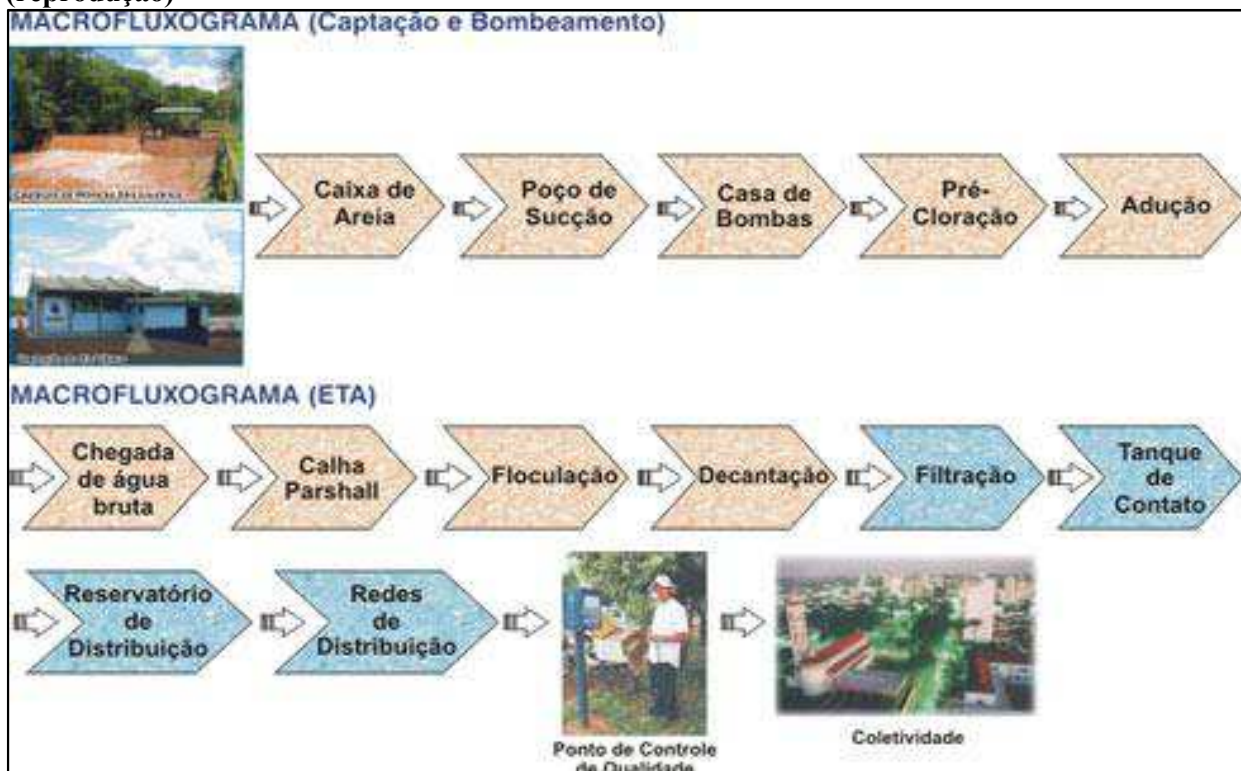
O terceiro procedimento é a sedimentação simples. É efetuada a decantação de suas partículas sólidas, através de repouso. No caso das estações de captação, é indicado para prevenir o desgaste precoce e a obstrução das tubulações. O mecanismo utilizado nesse caso é a decantação das partículas de areia, por meio de uma caixa de captação. Nas estações de tratamento são utilizados agentes floculadores, como o sulfato de alumínio, para acelerar a condensação de partículas sólidas na água, facilitando a sua decantação.

A passagem por filtros lentos (filtros de areia e cascalho) pode ocorrer tanto na estação de tratamento, como na estação de captação. Esse procedimento retira parte das partículas sólidas e bactérias da água, quando ela passa por um meio poroso. São denominados filtros lentos por sua baixa capacidade de filtração, que varia entre 1m^3 e 9m^3 de água filtrada por metro quadrado de área filtrante por dia. São de construção simples e fácil operação.

Os denominados filtros rápidos possuem uma capacidade maior, de 120m^3 a 250m^3 por metro quadrado de área filtrante por dia. São utilizados na etapa final do processo de tratamento da água, e, além da areia e do cascalho, como elementos porosos filtrantes, possui uma câmara de contato, onde ocorre a desinfecção da água. Parte da água é destinada a um tanque de limpeza do filtro e a outra parte é para consumo.

As estações de tratamento de tipo convencional se servem das etapas de desinfecção, floculação, decantação, filtração e correção de Ph – que é feita nas câmaras de contato, juntamente com a desinfecção final. Ao fim, são dois processos complementares, captação e tratamento (figura 15 e 16) que compõem o fluxograma do processo de tratamento da água, no SAAE de Ituiutaba:

Figura 15: Fluxograma da Captação, tratamento e distribuição da água – SAE Ituiutaba (reprodução)



Fonte: SAE Ituiutaba. <http://www.sae.com.br/?sec=agua&pg=fluxograma>. Acessado em 22/03/2017.

O processo de tratamento atual continua semelhante ao efetuado inicialmente na autarquia. As modificações efetuadas foram a adoção de processos automatizados na dosagem de elementos químicos adicionados à água no processo de tratamento, evitando erros de dosagem.

Em virtude do crescimento populacional da cidade, além da captação de água do Ribeirão São Lourenço (Figura 16), passou-se também, a partir de 2002, a utilizar água de outro rio da cidade, o Rio Tijuco. Este possui águas mais turvas, porém adequadas para consumo com o devido tratamento realizado pela autarquia. Dessa forma, a água captada a uma distância de cinco quilômetros da primeira estação de captação e bombeada para esta e segue para a estação de tratamento. Assim, nos períodos de estiagem, a população urbana de Ituiutaba tem seu abastecimento assegurado. As obras foram realizadas com o auxílio do

governo estadual, através do programa Novo Somma, onde foi investida a soma de um milhão e setecentos mil reais, sendo recursos do estado, do município e da autarquia²⁹¹.

Figura 16- Estação de captação do Ribeirão São Lourenço (reprodução):



Fonte: <http://pontalemfoco.com.br/wp-content/uploads/2015/12/FormatFactoryCAP-S%C3%83O-LOUREN%C3%87O.jpg>. Acessado em: 22/03/2017.

Esse modelo de captação, tratamento e distribuição de água teve boa adaptação em diferentes localidades e se apresentou viável em termos de custos e de operacionalidade. Isso tanto pela autosustentabilidade financeira do sistema através de tarifação e dos baixos custos, como pela facilidade de operação dos sistemas, que demandavam técnicos treinados e visitas periódicas dos engenheiros responsáveis. Um engenheiro da FSESP poderia atender a vários SAAEs em um estado ou região, o que reduzia os custos e a demanda por técnicos especializados. Cada SAAE tinha sua equipe técnica que reportava ao Engenheiro responsável periodicamente. Além disso, a própria FSESP prestava os treinamentos. No capítulo seguinte será possível compreender melhor como funcionava essa metodologia de trabalho, além do processo de construção e de consolidação do sistema de abastecimento da cidade de Ituiutaba-MG.

²⁹¹ SAE TUIUTABA. <http://www.sae.com.br/?sec=agua&pg=a-captacao-do-rio-tijuco>. Acessado em 22/03/2017.

3 – “TEMOS ÁGUA, MUITA ÁGUA!”

3.1 – Demandas e alternativas no início do século XX

Ao longo das primeiras décadas de existência do município a falta de água no aglomerado urbano foi uma questão debatida entre as lideranças políticas e que causou empecilhos à vida da população. Para solucionar a questão ocorreram várias ações por parte da sociedade civil e dos governantes locais. Segundo o memorialista Hélio Benício de Paiva, a seca que atingiu o Brasil Central no biênio 1909 - 1910 foi o ponto culminante para a mobilização das administrações políticas locais em prol da instalação de um sistema de abastecimento de água²⁹².

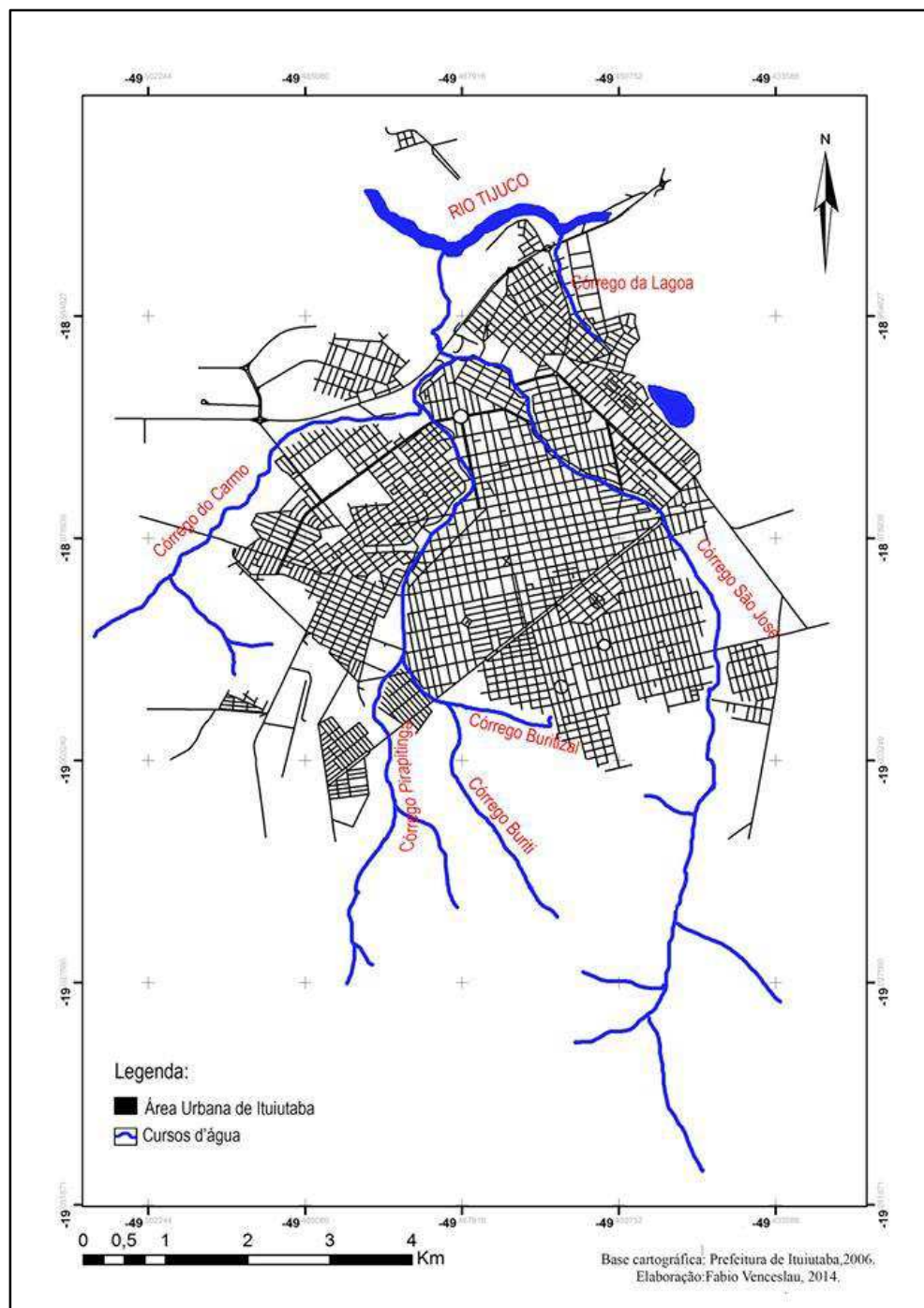
No entanto, observando as atas da Câmara Municipal²⁹³ da então Villa Platina, entre 1906 e 1910, percebe-se que a questão da água já era bastante debatida e se buscava uma solução para a instalação do abastecimento de água local. As obras foram postergadas por muitos anos, em decorrência da carência de recursos disponíveis.

Cogitaram-se várias possibilidades: usar o antigo rego d'água – que foi construído pelos moradores no final do século XIX conduzindo a água de um conjunto de minas por “canaletas”, feitas no solo e que atravessavam os quintais das residências num perímetro de algumas quadras entre a Rua Dezoito e o Largo da Matriz – ou construir um açude próximo a um dos córregos que passam pela cidade. No caso o Córrego Pirapitinga (Figura 17). Chegou-se a aprovar a proposta do engenheiro Victório Alessandri, que orçou a construção de um abastecimento de água por quatro contos e trinta mil Reis, mas que foi arquivada por falta de recursos.

²⁹² PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas Soluções para o abastecimento de água”. In.: *O Centenário*. Fundação Cultural de Ituiutaba. Ituiutaba: (s.n.), 2001, p. 25-32.

²⁹³ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Atas de reuniões ordinárias e Extraordinárias de Villa Platina*, de 11/06/1906 a 21/09/1908, p.: 75; 82 – 84; 86; 91-96; 98; 99 e 103-104.

Figura 17 – Cursos d'água em Ituiutaba:



Fonte: Base cartográfica da prefeitura Municipal de Ituiutaba (2006). Organização: Venceslau, Fábio Reis, 2014.

Em ata do dia 06 de agosto 1907, a proposta do Engenheiro Alessandri foi retida sob a justificativa de que “o município não possui condições de dispendar a quantia de setenta

contos de Reis pelo serviço” de canalização da água²⁹⁴. Na mesma sessão foi apresentado pelo Padre Ângelo Tardio Bruno um projeto que custaria vinte e cinco Contos de Reis para efetuar o serviço de abastecimento da cidade²⁹⁵. Após deliberação da casa ficou decidido que se optaria pela proposta do padre após a publicação de edital de concorrência.

Há, aqui, uma contradição a ser observada: inicialmente a proposta do Engenheiro Victorio Alessandri, lavrada em ata anterior, era de quatro contos e trinta mil Reis, que em seguida, foi transformada em uma quantia de setenta contos. Este valor seria desvantajoso diante da proposta do padre Ângelo T. Bruno de vinte e cinco contos de Reis, que foi aceita pelos vereadores.

A obra acolhida pelos representantes do Poder Legislativo local seria um sistema que aproveitaria o que já existente: o sistema de “canaletas” que abastecia os quintais de algumas casas, mas que, no entanto, era impróprio para consumo, ficando a cargo de se obter água potável em minas d’água, poços, nascentes e córregos.

Esse sistema de “canaletas” era denominado rego d’água e foi construído por volta de 1870, em sistema de mutirão organizado por arraialenses (na época era o Arraial de São José). Quando a construção do abastecimento proposta pelo Padre Ângelo T. Bruno foi adotada, o mesmo “auxiliado por elementos da colônia italiana, alargou e aprofundou o rego d’água, imprimindo melhor curso e teor de pureza da água”²⁹⁶. Segundo depoimento de Augusto Martins de Andrade:

(...) o rego-d’água começava no lado da vertente do [córrego] Pirapitinga, com aproveitamento total, pouco abaixo da antiga barragem, na antiga chácara do “Guató”, onde havia um belo buritizal, hoje córrego do Baduy. Margeava o córrego até a rua Sírio Libanesa, descendo até a antiga ponte do “Pirapitinga”, na chácara da Donália, saída para Santa Vitória, na época. Dali serpenteava pela Rua Bela Vista (Rua 16), isto é, pelos terrenos da velha residência dos irmãos Jacob, por cima, passando por chão vago (naqueles idos tudo era campo, sem quintais até a Rua 16. Atravessava a hoje Rua 16 pelos quintais das casas e corria pela atual Rua 18, e fazia um esquadro e passava pelos fundos das casas da Rua do Cotovelo (lado direito de quem desce) e prolongava-se até onde é hoje o primeiro prédio do hospital São José. (Ao chegar no atual cruzamento da Avenida 17, com Rua 18, o rego-d’água teve que fazer aquele esquadro porque em frente ao local havia um temendo brejo, incrível no tempo). Consta que terminava no quintal do capitalista Manoel Alves Vilela, apelidado de Neco Vilela.

(...) A extensão do rego-d’água era de pouco mais de um quilômetro, e foi tirado com nível de taboca ou de bambu, espécie de um “A”, maiúsculo, em arco, no meio

²⁹⁴ Entre quatro contos e trinta mil Reis e Setenta contos de Reis há uma diferença significativa. Há duas possibilidades aqui: a primeira é que provavelmente o valor foi aumentado para que a proposta do padre parecesse mais vantajosa. A segunda é que simplesmente foi um engano ocorrido na transcrição da reunião.

²⁹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Atas de reuniões ordinárias e Extraordinárias de Villa Platina*. 06/08/ 1907, p. 91.

²⁹⁶ PAIVA, Hélio Benício de. Op. Cit., p. 27.

de cujo travessão havia um pique. Exatamente na parte superior do arco do “A”, existia um prego, no qual era amarrado um barbante com um peso na sua ponta-final (em geral um saquinho com chumbo). Quando o barbante coincidia com o pique, significava queda livre da água.

(...) Nas travessas por onde circulava a água foram construídas pequena e toscas pontes de aroeiras, situadas mais ou menos onde estão as avenidas 17, 15, 13, 11, 7 e 5, para a facilidade de trânsito de carros de boi, das boiadas, cavaleiros, etc.

Nas derivações do rego-d’água existia um registro de madeira com um furo de 5/8 ou ½ polegadas, para que a água não escoasse toda para um só morador.

Arraialenses mais prestigiosos tinham registro com dois furos e recebiam mais água que os demais...²⁹⁷.

Esse recurso utilizado pela população platinense perdurou até o ano de 1910, quando foi inaugurado o primeiro sistema de abastecimento de água da Villa Platina.

De acordo com Paiva²⁹⁸, o Agente Executivo local, Fernando Alexandre Vilela de Andrade, além dos vereadores Aureliano Martins de Andrade, Antônio da Costa Junqueira, Antônio Domingues Franco e outros cidadãos de maior poder aquisitivo concordaram em arrecadar a quantia necessária para as obras do sistema de abastecimento de água da cidade. A soma para o início das obras foi emprestada por um empresário uberabense, sob a responsabilidade dos vereadores citados e do Agente Executivo saldarem a dívida. Em seguida esta foi paga com parte do empréstimo de cento e setenta contos de Reis, efetuado junto ao governo de Minas Gerais. Além disso, a municipalidade arcou com mais sessenta contos de Reis e emitiu inúmeras letras de crédito na cidade como forma de custear a mão-de-obra dos operários envolvidos. Ao cabo do pleito, a cidade toda acabou contribuindo diretamente ou indiretamente.

O sistema de abastecimento consistia em uma caixa de captação na nascente do Goiabal (onde hoje se situa o Parque do Goiabal, próximo ao campus da UFU). A água considerada potável era conduzida por canos, em sistema gravitacional até o reservatório de distribuição, de aproximadamente cem mil litros, construído na Rua União, hoje Rua 24, em um campo onde posteriormente foi construída a Praça Getúlio Vargas. Do reservatório, a água era destinada aos domicílios nas quadras daquele nível e que correspondiam àquelas que eram servidas pelo rego d’água e demais domicílios ali situados na parte central da cidade.

A instalação do serviço de água foi muito comemorada pela população e lavrada em ata da câmara municipal com o título: “Ata da instalação do abastecimento de água potável

²⁹⁷ PAIVA, Hélio Benício de. Op Cit., p. 26-27.

²⁹⁸ Ibidem, p. 30.

em Villa Platina”, na primeira página do livro de atas da câmara, em 21 de agosto de 1910. A solenidade ocorreu no campo onde foi construído o reservatório, na Rua União, às 13 horas, de um ensolarado e seco agosto. Além do Agente executivo e dos vereadores, estavam presentes a população da platinense, a banda “Lyra Congressista” que ficou encarregada de animar a todos com peças de seu repertório e o padre Ângelo Tardio Bruno, que abençoou o referido empreendimento antes de o Agente Executivo, Fernando Alexandre Vilela, declarar instalado o sistema de água da cidade.

Esse primeiro abastecimento não seria suficiente para atender a população da pequena cidade do início do século até os anos 1950, em razão do aumento da população²⁹⁹. Já nos primeiros anos a água se mostra escassa, segundo as memórias de Petrônio Rodrigues Chaves:

“Acima de todas as limitações do conforto, padecíamos, diariamente, de falta d’água. Esta chegava do Goiabal aos pingos nas torneiras da [rua] Bela Vista e somente com a inauguração da “caixa d’água do Tônico Franco” [Antônio Domingues Franco] o suplício foi minorado. Essa carência de água – aumentada anualmente com a expansão urbana – continuaria pra nós na nova residência da Praça da Matriz, e eram tão insistentes as recomendações de minha mãe que eu – até hoje – atento, ainda no subconsciente, às suas contínuas e ásperas advertências:

– Menino, fecha essa torneira! ...”³⁰⁰.

Em aproximadamente meio século até a instalação da SAE foram acrescentando recursos àquele sistema de abastecimento que nunca se mostrou suficiente, mas que diante das condições locais foi uma das obras mais importantes para a cidade, na época. Entre tais recursos estão o segundo reservatório de distribuição, construído em 1920, na Rua 20, entre as avenidas 19 e 21, durante a primeira gestão do Agente Executivo Antônio Domingues Franco. O reservatório se destinava ao atendimento dos domicílios das ruas 18, 16 e proximidades³⁰¹.

Já nos anos 1950, a escola de sondadores perfurou 31 poços na cidade, dos quais se aproveitaram 15. Destes, 03 foram destinados ao Ituiutaba Clube. Segundo o relatório de estudos preliminares para o abastecimento de água³⁰² efetuado pelo SESP, o conjunto de poços era utilizado para complementar o abastecimento da cidade, não sendo suficiente par

²⁹⁹ De acordo com o recenseamento de 1940 a população era de aproximadamente 35 mil habitantes, passando a soma de 52 mil habitantes na década de 1950 e na contagem seguinte, de 1960, já chegava a mais de 70 mil. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, parte XIII – Minas Gerais, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Idem. Censo demográfico de 1950. Série regional. Volume XXI, Tomo I. Rio de Janeiro, 1954.

Idem. Censo demográfico de 1960. Série regional. Volume I, Tomo IX.: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³⁰⁰ CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba-MG: Edição do autor, 1984, p. 111.

³⁰¹ PAIVA. Op. Cit., p. 32.

³⁰² RELATÓRIO de estudos preliminares para o abastecimento de água. Ituiutaba-MG, [1960?], p. 2.

atender à crescente demanda, e teriam seu uso encerrado quando o abastecimento definitivo fosse concluído. Ao que indicam os relatórios técnicos da SAE, já nos anos 1970 havia um conjunto de poços e uma represa no local denominado “Capão da Lagoa” que era destinado a abastecer um conjunto habitacional e outro conjunto de poços na Rua 20, dos quais seis residências permaneceram com o direito de uso após a inutilização dos mesmos para o abastecimento da cidade, em virtude de terem concessões da prefeitura anteriores à existência da SAE³⁰³.

Observando os dados do recenseamento de 1950, constatou-se que a população do município era de 52.472 habitantes, distribuídos em 9.868 domicílios, dos quais 7.955 se encontravam no meio rural e 2.724 no meio urbano e suburbano, ou seja, a população de Ituiutaba era rural. No meio urbano, dos 811 domicílios visitados, pouco mais de 50% daqueles tinham água encanada, enquanto na zona suburbana, a soma atinge aproximadamente 12% dos 1102 domicílios³⁰⁴.

Na conjuntura de crescimento urbano da cidade nas décadas seguintes é possível concluir que a oferta de água que já se mostrava insuficiente se tornaria uma situação periclitante, havendo a demanda urgente para a implantação de um sistema de abastecimento de água (quadro 2).

Quadro 2 - Acesso à rede de água em Ituiutaba

Pesquisa por amostra de domicílios - redes de água			
Município de Ituiutaba	1950	1970	1980
Total de domicílios	9868	12717	16605
Com rede geral de água	766	1737	10312
Com poço ou cisterna	*	6565	5877
Com outra fonte de abastecimento	*	*	413
Sem abastecimento	9102	4415	03

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1950, 1970 e 1980. Org. Maria Angélica da Costa Silva, 2017. *Dados não contemplados no recenseamento.

Na década de 1970, quando a SAE acabara de ser instalada, havia uma demanda de mais de 4 mil domicílios sem acesso à rede de água, número que caiu significativamente na década seguinte. Se forem observados também os números em relação às décadas de 1950 e 1970, nota-se que, mesmo aumentando a oferta de água encanada, a demanda cresceu três vezes mais: para quase mil domicílios que obtiveram acesso à rede de água, em duas décadas, mais de 4,5 mil demandavam pelo serviço, em 1970.

³⁰³SAE – Superintendência de Água e Esgotos. *Relatórios técnicos*. Ituiutaba-MG, jan. a dez. de 1971.

³⁰⁴IBGE. Op. Cit.

Com relação à rede de coleta de esgotos a questão é semelhante. Na definição do IBGE, inicialmente (censo de 1950) procuravam-se domicílios com aparelho sanitário. Isso não indica se estavam ligados à uma rede de coleta, podendo ser uma fossa seca, uma fossa rudimentar, etc. (quadro 3). Sabe-se, através das atas da câmara e dos relatórios técnicos da SAE, que conforme foram sendo expandidas as redes de água, a rede de coleta de esgotos foi sendo construída também.

Quadro 3 – Domicílios com rede de esgotos ou outros escoadouros

Pesquisa por domicílios –escoadouros			
Município de Ituiutaba	1950	1970	1980
Total de domicílios	9868	12717	16605
Com rede de esgotos	1373	1123	8560
Com fossa séptica	*	926	341
Com fossa rudimentar	*	2217	5796
Com outro escoadouro	*	608	82
Sem escoadouro	8495	7843	1826
Não declarados	*	*	423

Fonte: IBGE, Senso demográfico de 1950, 1970 e 1980. Org. Maria Angélica da Costa Silva, 2017. *Dados não contemplados no recenseamento.

Observa-se que ocorreu um grande uso de fossas rudimentares pela população como forma de manter hábitos higiênicos e de sanar o problema da falta de rede coletora. Outro ponto a ser tratado é que a construção de tais ramais não acompanhou a rede de água. Por exemplo, em 1950 havia a demanda de rede coletora 8495 domicílios, enquanto que da rede de água a demanda era de 9102 domicílios não atendidos. Em 1970, respectivamente, esses números foram de 1826 domicílios sem escoadouro, para apenas três deles sem acesso a rede de água, isso se tratando daqueles recenseados na época. Tal discrepância somente foi sanada, segundo a SAE³⁰⁵, no final dos anos 1990.

Considerando esses números é preciso averiguar até que ponto a questão do abastecimento era um problema resolvido. Dessa forma, buscou-se investigar nos jornais locais a repercussão do que ocorria a respeito do tema. Se, por acaso, havia muitas reclamações ou qualquer menção à falta de água na cidade. Aos olhos despercebidos, em uma análise superficial, tem-se a impressão de que esta era uma questão absolutamente resolvida para a cidade. Provavelmente o teor progressista dos jornais pesquisados e tratados no primeiro capítulo interferiu nessa questão, fazendo com que ocorresse o silenciamento acerca do tema. Há o reconhecimento de que era um problema que afligia a população, mas que

³⁰⁵<http://www.sae.com.br/?sec=sae&pg=historico>. Acessado em 24/11/2017.

somente vinha à tona quando a solução estava iminente. Era evidente a ansiedade de ver a conclusão das obras, frente qualquer crítica ou denúncia acerca da falta de água para a população.

No jornal *Folha de Ituiutaba* as notícias acerca das obras começaram a ser publicadas em primeira página em abril de 1962. No vigésimo quinto dia daquele mês a manchete afirmava que foram liberados “214 milhões para o serviço de água desta cidade – O despacho já foi assinado pelo Sr. Tancredo Neves”. Segundo a notícia, a informação foi divulgada pelo rádio, no programa *A voz do Brasil*, e que estando a verba disponibilizada, as obras deveriam iniciar imediatamente³⁰⁶.

Em continuidade ao sentimento otimista, no mês seguinte uma nova manchete anuncia que em decorrência da “verba para o abastecimento d’água: [o] Prefeito foi chamado ao Rio com urgência”. O chefe do Executivo municipal, David Ribeiro de Gouveia, foi convocado a tratar acerca da verba de Cr\$ 214 115 057,50 pertencentes ao Fundo do Trigo, e que estava destinada à construção do sistema de abastecimento de água. Segundo o jornal,

Como é de conhecimento geral, as démarches para a obtenção dessa verba vêm sendo conduzidas há meses junto ao Premier Tancredo Neves por elementos da direção do PSD local. **A presença do Dr. David no Rio, ora solicitada, é prenúncio de que as gestões dos pessedistas alcançaram um pleno êxito**, razão por que o Prefeito não se fez de rogado, tendo partido hoje a tarde, pouco depois de receber a comunicação, rumo à Belacap. (grifo nosso)³⁰⁷.

O jornal coloca as articulações políticas empreendidas pelos representantes locais como um dos principais fatores que trouxeram tal conquista para a cidade, e, principalmente às articulações do PSD, justamente dois anos antes do fatídico 1º de abril em que o prefeito e vereadores do PTB, partido de oposição, foram depostos³⁰⁸. Na mesma edição, tais articuladores são nomeados, e é destacado seu empenho e influência política, segundo o jornal, junto ao ministro Neves:

Tancredo sobre o serviço d’água: “Podem confiar em mim”

Com estas palavras o Premier Tancredo Neves recebeu no dia 14 do corrente mês no Ministério da Fazenda **uma comissão pessedista integrada dos Srs. Napoleão Faissol, Samir Tannus e Pedro Fonseca e Silva, respectivamente, presidente, secretário e membro do diretório local do PSD**, e ainda o Sr. Ercílio Domingues da Silva, especialmente convidado pela agremiação partidária para participar da referida audiência.

³⁰⁶MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 25 de abril de 1962, p. 1.

³⁰⁷Idem. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de maio de 1962, p. 1.

³⁰⁸Ver capítulo 1.

A certa altura afirmou categoricamente o primeiro Ministro: “O serviço d’água de Ituiutaba é líquido e certo.” E reafirmando seu propósito de atender a Ituiutaba à altura do seu merecimento, informou o Sr. Tancredo Neves, que naquele instante iria despachar com o Sr. Ministro da Fazenda, e um dos assuntos em pauta seria o caso do abastecimento d’água à nossa cidade.

Está assim de parabéns o povo de Ituiutaba, com esse melhoramento, **há tanto tempo reclamado, e que será brevemente uma expressiva realidade** (Grifos nossos).³⁰⁹

Além do destaque dado pelo jornal ao empenho político local, mais uma vez é ressaltada a certeza de que o abastecimento de água na cidade logo será instalado. No entanto, o processo que começou em 1963, com o início dos procedimentos burocráticos que envolviam a contratação de empréstimos, a arrecadação de verbas, a promulgação de Leis municipais e a criação da autarquia, só teve desfecho em 1971, quando a mesma começou a atuar na cidade.

3.2 - O processo de instalação da SAE em Ituiutaba

Antes de discorrer acerca do processo de criação da autarquia, há de se tentar responder a questão: Por que a cidade de Ituiutaba foi contemplada com um sistema de abastecimento frente a tantas outras cidades da região?

Como visto anteriormente, o jornal exalta a atuação direta das lideranças políticas locais junto aos Governos Federal e Estadual no intuito de conseguir esse melhoramento para a comunidade. Mas será que somente esse fator foi decisivo?

Observando as cidades do Triângulo Mineiro que são atendidas pela COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, é possível constatar que dos 66 municípios que compõem o Triângulo Mineiro, 43 são atendidos pela companhia. Entre os demais, vinte são departamentos municipais de água e esgotos ou a própria Prefeitura é responsável pela prestação do serviço. Os quatro restantes são autarquias oriundas do convênio com o SESP, criadas na década de 1960, sendo: SAE – Ibiá (1966), SAE – Ituiutaba (1967), SAAE – Sacramento (1967) e DAEPa – Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio (1968).³¹⁰

³⁰⁹MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 16 de maio de 1962, p. 4.

³¹⁰<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/a-copasa/a-empresa>. Acessado em 24/10/2017.

<https://daepa.com.br/historia/>. Acessado em 24/10/2017.

<https://www.ibia.mg.gov.br/a-cidade/datas-historicas>. Acessado em 24/10/2017.

<https://www.saesac.mg.gov.br/historico.html>. Acessado em 24/10/17.

O conjunto acima apresentado pode exprimir que a maior parte das cidades da mesorregião do Triângulo Mineiro pode ter conseguido implantar sistemas de abastecimento de água após a década de 1970, quando entrou em vigor o modelo PLANASA e com a criação das CEBs. Outra possibilidade é que algumas já possuíssem um sistema implantado pela prefeitura e que foi encampado pela companhia estadual. No entanto, aquelas cidade cujas autarquias já se encontravam consolidadas não aderiram às concessões para a companhia estadual, permanecendo autossustentáveis e autônomas. Entre tais cidades estão Uberaba (CODAU) e Uberlândia (DMAE). Ambas foram instaladas respectivamente em 1966 e 1967. Dos sete municípios que encabeçam as microrregiões do Triângulo, quatro possuem autarquia própria, os demais são atendidos pela COPASA. Esta tem uma cobertura de municípios de aproximadamente 60% na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Quadro 4 – Cobertura COPASA por microrregião e cidades principais

Cidade	Companhia de Abastecimento	Cobertura da COPASA em cada microrregião
Uberlândia	DMAE	50%
Uberaba	CODAU	57%
Patrocínio	DAEPA	63,60%
Patos de Minas	COPASA	60%
Ituiutaba	SAE	50%
Frutal	COPASA	100%
Araxá	COPASA	60%

Org. SILVA, Maria Angélica da Costa, 2017.

Já os municípios cujas autarquias foram resultado do convênio com a FSESP, foi possível observar que a maneira com que os processos ocorreram foi semelhante, bem como a existência de uma rede de prestação de serviços por parte da FSESP, no que tange ao apoio técnico. Os engenheiros responsáveis por coordenar os sistemas de abastecimento prestavam serviços em mais de uma autarquia, nas cidades mais próximas, se estabelecendo em uma delas e tendo garantido o seu traslado entre as cidades atendidas. Nos relatórios³¹¹ de viagens da SAE Ituiutaba, entre 1971 e 1980 foi possível verificar que os engenheiros que residiam na cidade e eram encarregados do SAAE local, também foram responsáveis pelos demais do Triângulo Mineiro, chegando até mesmo a atender o SAAE de Governador Valadares, um dos pioneiros no estado de Minas Gerais. Entre os municípios atendidos estão: Monte Carmelo,

³¹¹ Tais “relatórios” são na verdade formulários de requerimento de viagens técnicas de uso interno da autarquia para manter o controle das viagens efetuadas pelos motoristas, engenheiros e encarregados. Eles são nomeados relatórios pela instituição e foram arquivados junto aos relatórios técnicos mensais em ordem seqüencial conforme eram elaborados, ou seja, a cada relatório mensal havia um formulário indicando as viagens feitas naquele mês.

Sacramento, Ibiá, Governador Valadares, Passos, Lagoa da Prata, Pains, Ouro Fino, Itaúna e Iraí de Minas.

Observando a história dessas instituições³¹², buscando elementos em comum e se a experiência do SAAE perdurou, tal como em Ituiutaba, percebeu-se que a maior parte dos sistemas continuou operando, seja por administração indireta, na forma de autarquia, seja sob a supervisão direta da prefeitura, através dos departamentos de água e esgotos. Malgrado não ter sido possível coletar informação de todos os aspectos sobre as cidades mencionadas, ao menos foi possível constatar quais estão sob administração municipal e quais concederam a exploração dos serviços para a COPASA, que foi o caso de Iraí de Minas (Quadro 5).

Quadro 5 – Cidades mineiras atendidas pela FSESP (em rede com SAAE de Ituiutaba) e desfecho do final dos convênios

Cidade	Data de Convênio com SESP/FSESP	Possuía sistema prévio?	Data de encerramento do convênio com a FSESP ou FUNASA
Monte Carmelo	1967 – SAAE de Monte Carmelo	Sim	1986 – DMAE de M. Carmelo (Autarquia)
Sacramento	1967 – SAAE Sacramento	Sim	1998 (Adm.pela Prefeitura)
Ibiá	1967 – SAAE Ibiá	Sim	1997 (Adm. pela Prefeitura)
Governador Valadares	1952 – SAAE Gov. Valadares	Sim	1989 (Autarquia)
Passos	1960 – SAAE Passos	Sim	1999 (Adm. direta da Prefeitura)
Lagoa da Prata	1967 – SAAE Lagoa da Prata	Sim	1997 (Adm. direta da Prefeitura)
Ouro Fino	1977 – SAAE Ouro Fino	Sim	1992 – DMAAE- O.F. (Autarquia)
Itaúna	1969 – SAAE Itaúna	Sim	1990 – SAAE (Autarquia)
Iraí de Minas	*	*	1998 - COPASA (água) e Prefeitura (esgotos)
Pains	*	*	Adm. direta da Prefeitura
Ituiutaba	1967 – SAE Ituiutaba	Sim	1999 – SAE Ituiutaba (Autarquia)

Org. SILVA, Maria Angélica da Costa, 2017. * Dados não informados pela Prefeitura ou prestadora de serviços.

Em estudo sobre os modelos de sistemas de saneamento, no estado de Minas Gerais, foi possível verificar que aqueles municípios cujas autarquias eram municipais, em convênio com a FUNASA, ou ex-conveniados a FSESP ou FUNASA, apresentaram os melhores

³¹² Dados coletados nas páginas oficiais das autarquias, prefeituras e da ARSAE-MG.

<http://dmae.montecarmelo.mg.gov.br/historia/>. Acessado em 25/10/17.

<https://www.saaesac.mg.gov.br/historico.html>. Acessado em 25/10/17.

<http://www.saaegv.com.br/detalhe-da-materia/info/historia/6503>. Acessado em 25/10/17.

<http://www.arsae.mg.gov.br/2015-10-29-12-23-10/saae-de-passos>. Acessado em 25/10/17.

<https://www.saaelp.mg.gov.br/pg.php?id=1>. Acessado em 25/10/17.

http://192.99.235.94/~dmaeof/2015/?page_id=1216. Acessado em 25/10/17. <http://www.pains.mg.gov.br/>.

Acessado em 25/10/17. <http://www.saaeitauna.com.br/portal/cidade/11/Hist%C3%B3ria>. Acessado em 25/10/17.

https://www.cbharaguari.org.br/uploads/2_a_bacia/mapas_e_estudos/planos_municipais_de_saneamento_basico/irai_de_minas/diagnostico_tecnico_participativo.pdf. Acessado em 25/10/17.

http://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/irai_de_minas.PDF. Acessado em 25/10/17.

índices de atendimento aos domicílios no que tange à oferta de água. Em relação aos demais aspectos, como tarifação e impacto das mesmas na renda das famílias, consumo energético ou perdas de água dos sistemas, todos estes citados se assemelham aos serviços prestados pela companhia estadual de abastecimento³¹³.

Por outro lado, aqueles municípios novos – criados após 1989 - foram os que apresentaram uma significativa defasagem em comparação aos primeiros grupos, tanto em relação à cobertura da população, como em qualidade, e custos operacionais e tarifários. Além disso, os municípios que dividem os serviços com a COPASA, sendo que esta oferece o serviço de abastecimento, e aqueles, o de coleta de esgotos, os índices tarifários se mostraram um pouco maiores do que os que foram plenamente atendidos pela companhia, mas que se equiparavam às autarquias³¹⁴.

Dessa forma, observando o quadro 4 é possível inferir que a experiência do SAAE se mostrou efetiva em 90% dos municípios ali presentes, e de acordo com Heller³¹⁵, esse modelo, de gestão, que continuou como departamento de água e esgotos, autarquia, ou Serviço autônomo, sendo englobados em um mesmo grupo com características semelhantes, em nada deixa a desejar comparando-os à companhia estadual de abastecimento, mostrando-se, portanto uma experiência eficaz. Tal feito pode ser em decorrência ao fato de que esses sistemas deveriam ter custos baixos, ter operacionalidade simples e ser autossustentáveis através de tarifação³¹⁶.

Observando as cidades apresentadas no quadro, bem como Ituiutaba, nota-se que em todas havia um sistema de abastecimento prévio de onde partiram as melhorias feitas pela FSESP. Em todos esses projetos atendidos pela FSESP, assim como a SAE-Ituiutaba, ocorreu o financiamento das obras sob a forma de empréstimo do BID, com uma contrapartida do Governo Federal e o custeio de parte das obras pelas prefeituras, além do pagamento dos empréstimos. Esse pode ser o fator de maior peso para a contemplação de tais municípios pelos serviços, frente a outros.

Outro elemento relevante é a precariedade dos sistemas de abastecimentos pré-existent nas cidades, o que pode ter feito com que suas lideranças políticas se

³¹³ HELLER, et. al. Diferentes modelos de serviços de saneamento produzem os mesmos resultados? Um estudo comparativo em Minas Gerais com base em indicadores. Eng. Sanit. Amb. V. 2. N.4. Out-Dez 2006, 325-336. p. 33-34.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Idem, p. 326-327.

³¹⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. FSESP. Manual de saneamento. 3ª ed. v.1. Rio de Janeiro: FSESP, 1972.

mobilizassem em prol de tal melhoria, assim como foi feito em Ituiutaba. Caso se observe os municípios da microrregião de Ituiutaba – sendo eles Cachoeira Dourada, Capinópolis, Ipiacú, Santa Vitória e Gurinhatã – percebe-se que apenas dois são atendidos pela COPASA, e os demais têm os serviços prestados pela prefeitura municipal. Na década de 1960, em termos econômicos, a cidade de Ituiutaba seria a mais adequada a arcar com tais custos. Se comparado às cidades vizinhas de maior porte, como Uberlândia e Uberaba, percebe-se que seus sistemas de abastecimento já estavam um pouco melhor consolidados, ou que não houve interesse por parte daquelas cidades em integrar o conjunto de municípios conveniados com a FSESP.

Considerando tais elementos, retoma-se, a partir de agora, ao processo de instalação da autarquia na cidade, que envolveu processos burocráticos, financeiros e logísticos. Estes demandaram maior tempo, já que consistia na construção estação de captação de água no ribeirão São Lourenço, na estação de tratamento e uma rede adutora, que transportaria a água da captação até a ETA – Estação de Tratamento de Água.

O jornal *Folha de Ituiutaba*³¹⁷ noticiou a primeira vez em que os técnicos do SESP estiveram na cidade, em setembro de 1960. O objetivo da visita dos representantes do serviço era realizar a avaliação do serviço de água ofertado no município até então, e efetuar o levantamento para a implantação do novo sistema de abastecimento. O trabalho de arrolamento das informações necessárias, segundo o engenheiro responsável, o Sr. Bem-Hur, e o topógrafo Sr. Acyr Santos, estaria facilitado devido ao fato de o município apresentar uma planta cadastral e um plano diretor, com possibilidade de terminar o trabalho dentro de um trimestre. O levantamento foi pago pela municipalidade ao SESP, somando então a importância de Cr\$ 350 000,00 (trezentos e cinquenta mil Cruzeiros). Além disso, deveriam arcar, ainda, com o nivelamento das ruas, sobretudo nos cruzamentos, para o início das obras pelo Serviço Especial. Ainda segundo o relato do engenheiro ao jornal, a obra resultaria na oferta de água para aproximadamente oitenta mil pessoas³¹⁸.

Durante os anos de 1958 a 1967 ocorreu um elevado número de promulgações de leis municipais e de obras relacionadas ao saneamento na cidade, estendendo as redes de água e esgotos, a partir da área central ou nos conjuntos habitacionais, como no local onde seriam construídas 300 habitações de acordo com o projeto da Companhia de Habitação de Minas

³¹⁷MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 07 de setembro de 1960, nº 1051. p.1.

³¹⁸ O contrato para o levantamento inicial foi assinado pela prefeitura em agosto de 1960. ITUIUTABA, Lei nº 577 de 04/08/1960.

Gerais – COHAB-MG.³¹⁹ A prefeitura adquiriu um empréstimo junto ao BNH, visando efetuar obras de saneamento e de infraestrutura no lugar destinado ao conjunto habitacional. O conjugado de benfeitorias elencava a terraplanagem, construção de redes de água e esgotos, galerias pluviais e pavimentação³²⁰. Além desse novo bairro que seria construído, o bairro Junqueira também recebeu benfeitorias, como as obras de saneamento, energia elétrica e ajardinamento de praças.

Outros alvitre relevantes para o saneamento urbano foram as construções de galerias pluviais e emissários de esgotos nas bacias dos córregos Sujo³²¹ e Pirapitinga, locais onde se dejetavam os esgotos residenciais da cidade. As obras relacionadas ao saneamento destinavam-se ao cumprimento das exigências feitas pelos engenheiros do SESP para a instalação do abastecimento de água.

Por quase uma década o projeto de abastecimento de água da cidade foi gestado e desenvolvido sob vários aspectos, como a preparação da infraestrutura urbana e as negociações políticas envolvidas no processo. Tal obra foi ansiosamente aguardada pela população e perpassou várias gestões municipais³²² até ter seu desfecho

Terminado o projeto do SESP, ficou estabelecido que o serviço de abastecimento de água seria composto por uma estação de captação e casa de bombas, no leito do ribeirão São Lourenço, composta por uma barragem dotada de posto de sucção e conjuntos elevatórios. Dessa barragem, a água seguiria por uma rede adutora, composta por adutora de recalque com 300 milímetros de diâmetro e 4 quilômetros de comprimento, até a estação de tratamento com capacidade de 75 litros por segundo, onde estaria localizado também o reservatório de distribuição de 1000 metros cúbicos para uma rede de distribuição com capacidade de atender até 25 mil pessoas, aproveitando-se a rede já existente na cidade. O custo total estimado para a obra seria de Cr\$ 46.690.000,00 (quarenta e seis milhões, seiscentos e noventa mil Cruzeiros) podendo o SESP

³¹⁹ Hoje Bairro Ipiranga. A Lei Municipal nº 1134 de 13 junho de 1967 autorizava a prefeitura a firmar compromisso com o BNH, dando-lhe poderes para amortizar a dívida da prefeitura contraída com o mesmo, em convênio com a COHAB/MG. Dessa forma, caso a prefeitura municipal não conseguisse saldar a dívida, o BNH poderia sacar o montante da dívida da quantia destinada ao município, proveniente do Fundo de Participação dos Municípios.

³²⁰ ITUIUTABA. Lei nº 1136 de 16/06/1967.

³²¹ O córrego Sujo passou se chamar Ribeirão São José em 1968 (ITUIUTABA, Lei nº 1223, de 26/03/ 1968).

³²² José Arsênio de Paula (1963 e deposto em 1964), Geraldo Gouveia (1964-1966), Samir Tannús (1967-1970), Gerson Abrão e Hildo Gouveia (Prefeito interino em 1970).

arcar com 50% do total. Além disso, caso decidissem utilizar uma adutora de recalque maior, com 16 polegadas, poderiam dobrar a capacidade de abastecimento do sistema.³²³

De acordo com a reportagem do *Folha de Ituiutaba*³²⁴, a primeira etapa das obras iniciaria em novembro de 1963, com a construção da barragem e da estação de captação e adução no ribeirão São Lourenço. Para tanto, a FSESP arcaria com a quantia de Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil Cruzeiros) e a Prefeitura Municipal com a quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Cruzeiros). Para a construção da estação de captação foi doado um terreno de sessenta mil metros quadrados, a oito quilômetros da cidade³²⁵. Já no mês de fevereiro do ano seguinte, há outra notícia do *Folha de Ituiutaba*, afirmando que o governo arcaria com as despesas das obras do novo sistema de abastecimento de água, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS³²⁶. Dessa forma, não é possível datar precisamente o início das obras, podendo elas ter começado realmente no ano de 1963, e continuado no ano seguinte, mediante financiamento do governo, ou em 1964.

Em 1967, a primeira etapa das obras do abastecimento de água, em Ituiutaba, já se encontrava bastante adiantada, com a estação de captação e o reservatório de distribuição quase prontos (Fig. 18). De acordo com o *Município de Ituiutaba*³²⁷ as mesmas se encontravam em fase de finalização. A reportagem é ilustrada com uma fotografia da estação de distribuição, com o prédio já construído e em fase de acabamento. Atualmente, este local ainda funciona para tal fim, além de abrigar também a estação de tratamento de água.

³²³MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 29 de junho de 1960, nº 1032, p.1.

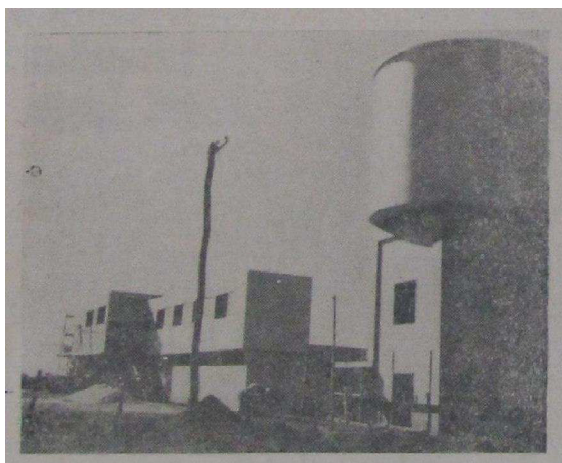
³²⁴Ibidem.

³²⁵MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, n. 1291, 30 de outubro de 1963, p. 1. Na edição número 2, em 8 de outubro de 1967, do jornal *Município de Ituiutaba*, (órgão oficial) a reportagem, traz a informação de que a estação de captação se encontra a “8 km da cidade”. O jornal *Município de Ituiutaba* foi um periódico mantido pela Prefeitura Municipal, que circulou na gestão do ex-prefeito Samir Tannús (1967-1971), de 1967 a 1970. Suas publicações de 6 páginas, com uma formatação simples e de pouco conteúdo editorial. Veiculava informações das reuniões da câmara Municipal, ofícios, leis, editais. Além disso, também trazia notícias da sociedade tujucana, do governo municipal e fazia propaganda da gestão de Samir Tannús.

³²⁶MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Folha de Ituiutaba*. Ituiutaba, 1º de fevereiro de 1964.(s. n.), p.1.

³²⁷PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUITABA. *Município de Ituiutaba*. Ano I, n.2, 08 de outubro de 1967, p. 5.

Figura 18 – Estágio da obra da estação de distribuição e tanque – SAE, 1967 (reprodução)



Fonte: Jornal *Município de Ituiutaba*. Ano I, nº2, 08/10/1967, p. 5.

O ano de 1967 foi decisivo para a efetivação do projeto de abastecimento de água em Ituiutaba: Em fevereiro daquele ano, o prefeito Samir Tannús ficou encarregado de firmar contrato com a FSESP para instalar a rede de abastecimento de água e sua expansão, por meio de financiamento, com a instituição que seria indicada pela Fundação ou pelo DNOS³²⁸.

Ainda no ano de 1967 a prefeitura criou a autarquia municipal, SAE³²⁹, que respeitando as exigências do FSESP, seria uma autarquia de economia mista, ou seja, parte do capital estaria sob a responsabilidade da administração municipal, além de também responder à FSESP³³⁰. Esta empresa, futuramente, poderia aderir ou não à encampação da companhia de abastecimento estadual, como ocorreu com tantas outras com a criação do PLANASA, como visto no segundo capítulo. A criação das autarquias era uma exigência da FSESP para que fosse efetuado o empréstimo pela agência financiadora das obras, para a implantação do sistema de abastecimento de água e da exploração do mesmo, de modo a torná-lo autossustentável, e que tivesse condições de expandir-se futuramente³³¹. As obras da estação de tratamento e da elevatória foram financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

O contrato de financiamento pelo BID só foi assinado em 1969, tendo o Banco do Brasil como intermediador, ou seja, a instituição financeira responsável pelo depósito do BID, destinado à SAE – Superintendência de Água e Esgotos. A verba estava designada para o fim

³²⁸ ITUIUTABA, Lei nº 1101, de 27/02/1967.

³²⁹ ITUIUTABA, Lei nº 1208 DE 27/12/1967.

³³⁰ ITUIUTABA, Lei nº 1102 de 27/02/1967.

³³¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. Rio de Janeiro: FSESP, 1989, p. 19.

das obras, pois a estação de distribuição estava pronta. Naquele momento faltava a construção da estação elevatória, a instalação das adutoras de recalque, ligação entre as duas estações (a de captação e a de tratamento e distribuição), por meio de uma rede de recalque, com tubos de 500 mm, numa extensão de aproximadamente 4 km, além de parte da rede de distribuição de água.

Em 1970 os jornais anunciavam a iminência do início dos trabalhos da autarquia:

O serviço de água, ao que tudo indica, será mesmo inaugurado no dia 16 de setembro p. vindouro. Os trabalhos se processam em ritmo acelerado prevendo-se uma conclusão antes daquela data: com a chegada do conjunto moto-bomba, cuja instalação já está sendo executada, nada mais impedirá que o antigo problema, o mais crucial de nossa cidade, fique definitivamente resolvido. **É de justiça que louvemos os esforços dos administradores que enfrentaram esse problema, desde o Sr. Geraldo Gouveia Franco, que iniciou e deu grande impulso às obras, Samir Tannús que deu sequência ao projeto, deixando-o quase concluído, e seus continuadores – Dr. Gerson Abraão e o atual Sr. Hildo Gouveia.** Está de parabéns a população tijucana... (grifos nossos)³³².

O jornal nomeia os últimos prefeitos que, aparentemente, estiveram envolvidos naquele processo de quase uma década até a definitiva instalação do abastecimento. No entanto, se observarmos a quem pertenceu cada mandato, aqueles anteriores ao Golpe de 1964 foram excluídos da citação na matéria.

Como visto no primeiro capítulo, quando assumiu seu governo, em 1963, José Arsênio de Paula (PTB) sofreu forte oposição na câmara de vereadores e na política local. Com o Golpe de 1964 o mesmo foi deposto, bem como os vereadores do partido e seu vice-prefeito, Rodolfo Leite de Oliveira, tiveram que dispor de seus cargos. Ocorreu concomitantemente a acusação de que um dos jornais locais estava envolvido com subversão, o jornal *Folha de Ituiutaba*, que foi destruído e teve seus organizadores diretamente processados, conforme mencionado anteriormente. Portanto, caso o jornal pretendesse citar todos os prefeitos envolvidos naquele processo de instalação do abastecimento de água na cidade, deveria retroceder alguns anos a mais, contemplando a gestão do Sr. David Ribeiro de Gouveia (1959-1962), já que a primeira vez em que os técnicos estiveram na cidade foi em 1960, e, logicamente, contemplar o mandato de José Arsênio de Paula, que foi subsequente a ele (1963-1964). No entanto, à altura de um período ditatorial, em 1969, há de se ponderar, também, que talvez esse seja um episódio que não deveria ser lembrado naquele momento.

Os jornais, segundo Capelato³³³, consistem em um instrumento de intervenção e manipulação de interesses, eles atendem tanto a uma esfera pública como privada. Dessa

³³²PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Cidade de Ituiutaba*, ano V, n. 193, 26 de julho de 1970, p.1.

³³³CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988,

forma, é notório o cuidado não somente com as forças políticas a quem o jornal atende como, também, às ameaças à sua existência ao veicular uma informação que possa desagradar a ordem vigente.

Darnton³³⁴ afirma que no meio jornalístico há uma série de demandas internas e externas que interferem na produção e veiculação das notícias, bem como na forma como elas são expostas em texto. Os jornalistas precisam atender não somente seus pares, com também a um público que espera determinados aspectos daquele texto, que pode gerar uma comoção em virtude da identificação com aqueles personagens, ou simplesmente ser ignorados. Há, portanto, uma série de pressões internas e externas que afetam o produto final que é o texto jornalístico.

No caso do jornal veiculado em 1969, há de se convir que a demanda pela água já era uma questão importante para a cidade, tanto que a notícia, mesmo veiculada em primeira página, não tinha grandes proporções na diagramação geral, se mesclando a outros textos pela falta de destaque do título e de sua distribuição nas colunas. As notícias relacionadas ao tema passaram a ter maior destaque quando ocorreu o desfecho da instalação da autarquia. No entanto, as referências às gestões municipais, segundo eles envolvidas, continuaram a ser reafirmadas de maneira a promover o silenciamento daqueles cujos nomes não poderiam ou não conviriam de ser citados.

O último passo para a efetivação do serviço foi a autorização da prefeitura para que fossem criadas as tarifas do serviço de água³³⁵. No ano seguinte, as obras foram finalizadas e a população passou a contar com o serviço da autarquia.

A SAE permaneceu vinculada à FSESP, e depois à Funasa até 1999, quando retornou à Administração Municipal. Naquele mesmo ano as obras da Estação de Recuperação e Preservação Ambiental – ERPAI estavam concluídas, iniciando-se o tratamento dos esgotos coletados na cidade³³⁶.

p. 18-21.

³³⁴ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 81-85.

³³⁵ ITUIUTABA, Lei nº 1285, de 31/07/1969.

³³⁶ <http://www.saeituiutaba.com.br/?sec=sae&pg=historico>> Acessado em 13/2/2014.

3.3 – Os primeiros anos da autarquia na cidade

A edição comemorativa do 69º aniversário de Ituiutaba não poderia ter notícia melhor para a sua primeira página: a inauguração do novo abastecimento de água. No topo da página, a manchete é a comemoração do natalício do município, com descrição de suas qualidades e de suas possibilidades de crescimento, como bem manda o discurso progressista do jornal. Ao centro, rodeados de anúncios, dividindo o espaço com o centenário de Monte Alegre – MG, cidade vizinha, se encontrava novidade a ser comemorada:

Temos água, muita água!

Solução do mais angustiante problema de ITUIUTABA.

O dia 11 de setembro foi uma das grandes datas da história tujucana. Na tarde daquele dia foram ligadas as máquinas da estação elevatória do novo serviço de abastecimento de água à cidade. A experiência coroou-se de pleno êxito. À exceção de pequeno vazamento, tudo ocorreu em conformidade com a expectativa dos técnicos. À tardinha (18,30 horas) as máquinas voltaram a ser ligadas e nada se verificou. (...)

O novo serviço de água, dos mais modernos e perfeitos do país tem capacidade para atender a uma população muitas vezes maior que a atual. (...) É a solução de um dos mais antigos e cruciantes problemas de Ituiutaba. É oportuno assinalar que esse problema desfiou várias administrações. Ressaltamos o notável empenho dos últimos prefeitos (Geraldo Gouveia, Samir Tannús, Dr. Gerson Abrão e Hildo Gouveia), para resolvê-lo. Está de parabéns Ituiutaba e a administração municipal.³³⁷

A reportagem comemora o funcionamento do novo sistema de abastecimento, e mais uma vez enaltece os mesmos gestores específicos dos últimos mandatos da Prefeitura Municipal: Geraldo Gouveia, Samir Tannús, Dr. Gerson Abrão e Hildo Gouveia. A mesma aponta também que ocorreu um vazamento que interrompeu o trabalho da autarquia e posteriormente foi retomado. Os primeiros anos de atuação da SAE na cidade foram de ajustamento e de consolidação do sistema de abastecimento, demandando reparos, obras, adaptações. Isso pode ser considerado normal, diante das circunstâncias inéditas e da finalização completa do projeto que só foi concluída na metade da década de 1970.

Houve alguns percalços tanto por parte da estrutura da obra da estação de tratamento, como por parte da operação do sistema, que foram sanados naqueles primeiros anos. No entanto, isso refletia diretamente na qualidade da água e na saúde da população.

Logo de início, a estação de tratamento de água se deparou com problemas: um dos tanques apresentou falhas estruturais e precisou ser reconstruído, o que pode ter atrapalhado o processo de tratamento da água. Agora, indaga-se a respeito da qualidade e da potabilidade dessa água ofertada à população: será que era possível usar apenas uma parte dos tanques de tratamento e conseguir oferecer uma água que fosse apropriada para o consumo doméstico?

³³⁷ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, n. 200. 16 de setembro de 1970, p.1.

Inicialmente começou a ser distribuída a partir da barragem da estação de captação do São Lourenço, seguindo para a estação de tratamento e, por fim, destinada ao reservatório subterrâneo da Rua 20 de onde era distribuída. O sistema de abastecimento prévio da cidade já era insuficiente para atender aquela população da área central e adjacências, fazendo com que ocorresse falta de água frequentemente. Conforme o novo sistema foi se consolidando, as redes foram estendidas pela cidade, o que será abordado mais adiante.

Os problemas com a estação tratamento persistiram mais alguns anos à frente, conforme as informações trazidas pelos jornais:

Recuperação da estação de tratamento de água

Acha-se em franca atividade o trabalho de recuperação da estação de tratamento de água de Ituiutaba. Para realizar essa tarefa o DNOS contratou a firma especializada em sondotécnica, do Rio de Janeiro, que já iniciou sua missão, acreditando-se que em um prazo máximo de 45 dias, a Estação estará recuperada, resolvendo-se de uma vez por todas, o crucial problema da água em Ituiutaba.³³⁸

A notícia é de 1971, mas as referidas obras continuaram até meados de 1972, quando em entrevista ao *Cidade de Ituiutaba*, o prefeito Álvaro Otávio afirmou que “Manteve contratos com o Dr. Mário Reis, diretor do DNOS, que lhe adiantou que as obras de recuperação da estação de tratamento convencional serão atacadas em agosto (...)”.³³⁹ Enquanto a estação não se encontrava finalizada, a solução para oferecer água potável à população da cidade foi o uso de filtros de contato (figura19), no processo de tratamento da água. Tal solução foi comemorada e divulgada no jornal local:

Temos água filtrada e tratada

Resolvido antigo e angustiante problema

Desde o dia 7 p. p. está correndo água limpa nas torneiras de Ituiutaba. Água filtrada e tratada, pura e cristalina, portanto. A população está exultante, pois o magno problema que desafiou várias administrações municipais encontra solução. Sob a orientação do Sr. José Maria Gontijo, engenheiro da FSESP, foram postos em funcionamento na manhã do último dia 7 dois filtros clarificadores de contato, instalados ao lado da estação de tratamento. (...) Com a possível recuperação da estação de tratamento, pelo DNOS, Ituiutaba contará com dois sistemas e a certeza de que o problema não voltará a preocupar nos próximos 20 ou 30 anos.³⁴⁰

De acordo com o manual de saneamento da FSESP, de 1991, os filtros rápidos de poderiam ser utilizados com água previamente desinfetada, decantada ou floculada³⁴¹. Destinavam-se às cidades com mais habitantes, devido à sua velocidade visando atender demandas maiores. Em cidades de menor porte eles eram instalados quando não havia outra

³³⁸ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, nº 274. 12 de dezembro de 1971, p.1.

³³⁹ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, nº 308, 2 de julho de 1972, p.1.

³⁴⁰ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, nº 310, 13 e julho de 1972, p.1.

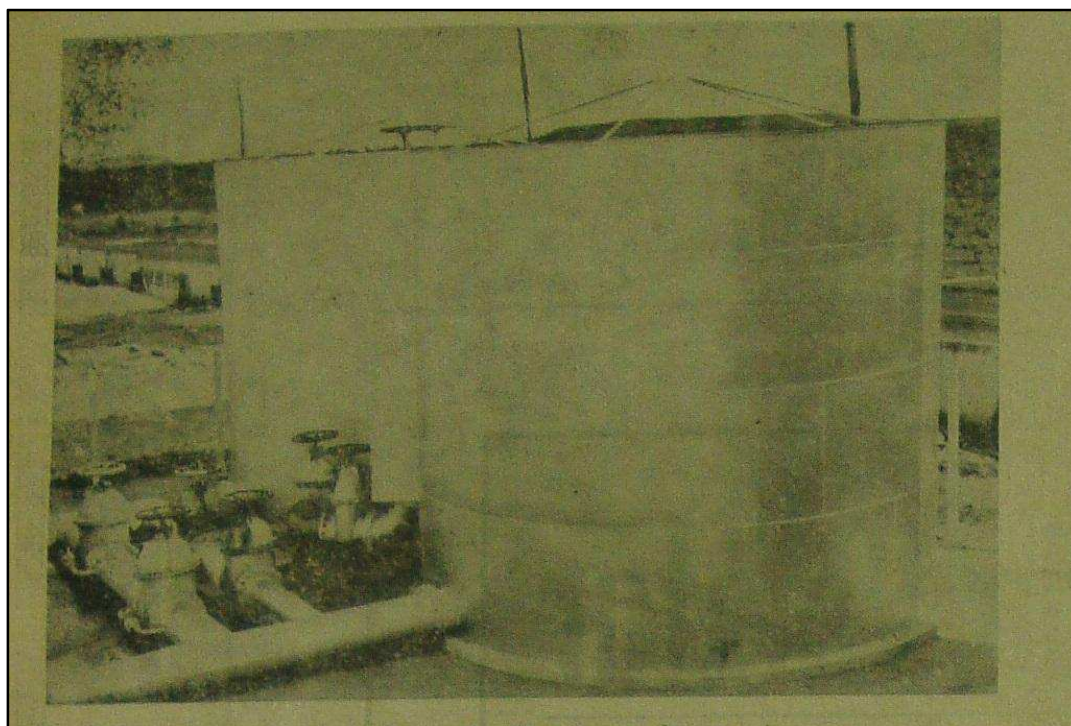
³⁴¹ Aos tanques de tratamento adicionam sulfato de alumínio que provoca a concentração de impurezas na água, formando flocos, facilitando o processo de decantação e limpeza da água.

maneira de se conseguir água potável³⁴². Aqui, acredita-se que eles foram uma alternativa aos problemas apresentados pela estação de tratamento, que começou a operar definitivamente em 31 de agosto de 1973³⁴³. Além disso, era necessário um rigor maior na operação, devendo esta ser executada por pessoal treinado. Malgrado a boa redução da cor, turbidez e de bactérias, os filtros não eliminavam odor e sabor satisfatoriamente, sendo necessários, ainda, outros processos de correção e tratamento finais, como o uso de cloro na desinfecção³⁴⁴.

O processo de tratamento da água efetuado pelo SAAE de Ituiutaba foi descrito da seguinte maneira:

A captação é feita no Ribeirão São Lourenço e é bombeada até a estação de tratamento (...) a água bruta recebe, ainda na própria adutora, tratamento com mistura de cal e sulfato de alumínio. Em seguida a água é introduzida nos filtros clarificadores de contato onde é filtrada e conduzida a um tanque de contato onde recebe o tratamento final com correção de ph por uma segunda mistura de cal e de desinfecção feita por meio de cloração.
Completado o tratamento é dirigida aos reservatórios e distribuída à população.³⁴⁵

Figura 19- Filtros clarificadores de contato na SAE de Ituiutaba (reprodução)



Fonte: *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, nº 327, 16 de setembro de 1972, p. 8.

³⁴² MINISTÉRIO DA SAÚDE. FSESP. Manual de saneamento. 2. Ed. Rio de Janeiro, 1981, p. 70.

³⁴³ SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. *Relatório técnico anual*. Dezembro de 1973.

³⁴⁴ Idem, p. 70-71.

³⁴⁵ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, nº 327. 16 de setembro de 1972. p. 8.

Na mesma edição do jornal há um artigo de João Petrágliá intitulado “água potável”. O artigo estabelece uma cronologia histórica das soluções para o abastecimento de água da cidade, desde o final do século XIX até aquele momento.

Sobre a SAE, Petrágliá afirma que:

(...) persistindo o problema [da falta de água], resolveu-se a construção de uma barragem no S. Lourenço, e de uma estação de tratamento no alto da cidade, mas esta estação apresentou graves defeitos e, ao que parece, será construída outra. O serviço de água sob a superintendência de água e esgotos – SAE – não poderia paralizar-se à espera da construção desta estação, e, então, providenciou-se a instalação de filtros que têm dado ótimo resultado. A população está sendo servida com água potável, transparente e pura, há alguns meses. De maneira que está em parte solucionado este problema, esperando ansiosa a população que, em futuro próximo, funcione a estação de tratamento, quando haverá água suficiente para abastecer toda a cidade, **inclusive os bairros**. (Grifos nossos)³⁴⁶.

Segundo o artigo, portanto, até aquele ano, 1971, ainda não havia estendido as redes de água aos demais bairros da cidade. Ao que parece, buscava-se sanar o problema na estação e manter uma operação adequada do tratamento de água. Aos poucos as redes foram chegando aos bairros. Algumas vezes a partir de doações de material feitas pelos próprios moradores. Aqueles bairros que não tinham acesso à rede eram atendidos por caminhões pipa, sendo um da prefeitura, que nem sempre estava disponível, e outro da autarquia. O serviço era prestado mediante pagamento de taxa e após a solicitação dos interessados³⁴⁷.

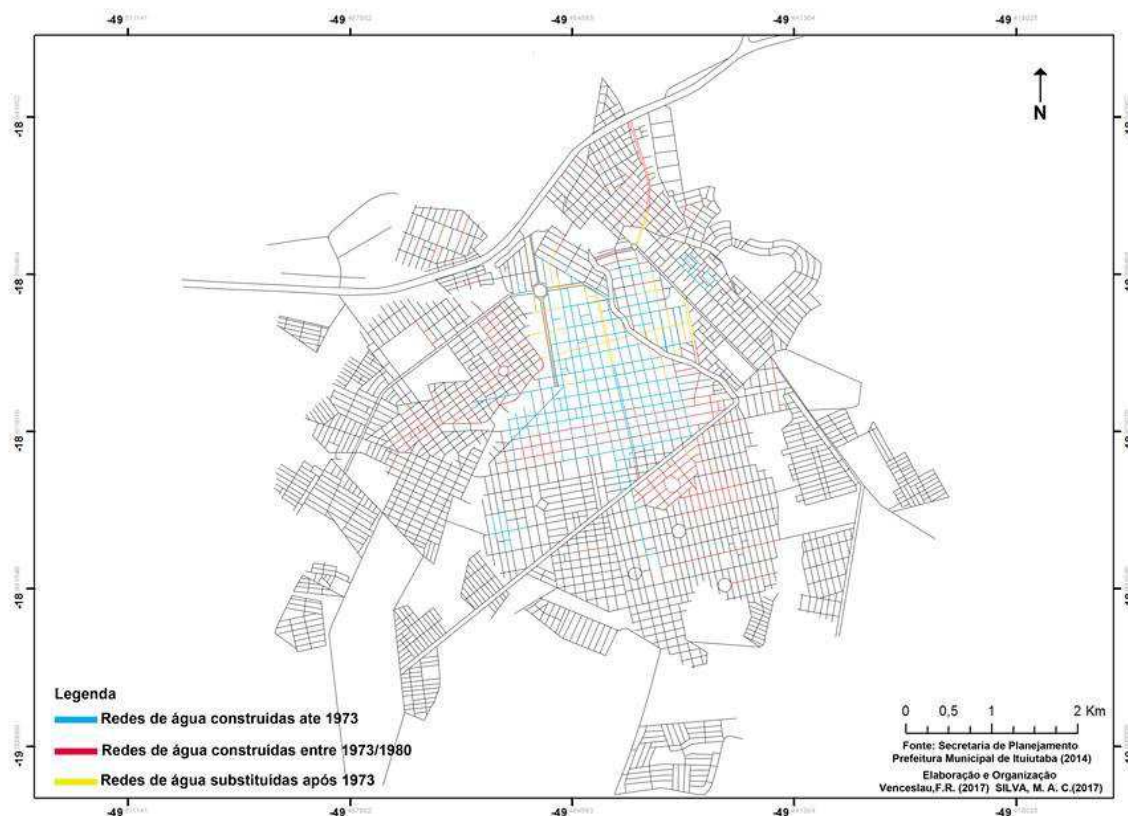
Observando os relatórios técnicos da autarquia, constatou-se que em virtude da falta de material para a extensão das redes, nos anos iniciais de atuação da mesma, muitos moradores acabavam doando o material necessário para a chegada dos ramais até suas ruas e casas. Isso foi verificado naqueles relatórios produzidos entre 1971 e 1974³⁴⁸. A partir de 1975, o material passou a ser doado pela FSESP. Dali até 1980 foi o período de maior crescimento das redes de água e da construção de ramais e da instalação de emissários de esgotos (Figura 20).

³⁴⁶ BARBOSA, Benjamin Dias. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, n. 327, 16 de setembro de 1972, p.11.

³⁴⁷ CASTILHO, Engenheiro Caio Celso Bahia de. Relatório das medidas administrativas colocadas em vigor a partir da minha posse como Superintendente da SAE.18/02/1971, 2p.

³⁴⁸ Os relatórios apontam pequenas extensões, contemplando algumas quadras de ruas e avenidas. Algumas vezes não informa o bairro, dificultando a localização de tais ramais. Por exemplo, em abril de 1974, no subitem “ampliações”, consta que foram assentados 653m de redes de tubo de PVC de 60 mm. Sendo 125m na Avenida 25; 520m na Avenida Magalhães Pinto e 13m na Rua Particular entre 26 e 23. Todas com material doado pelos proprietários.

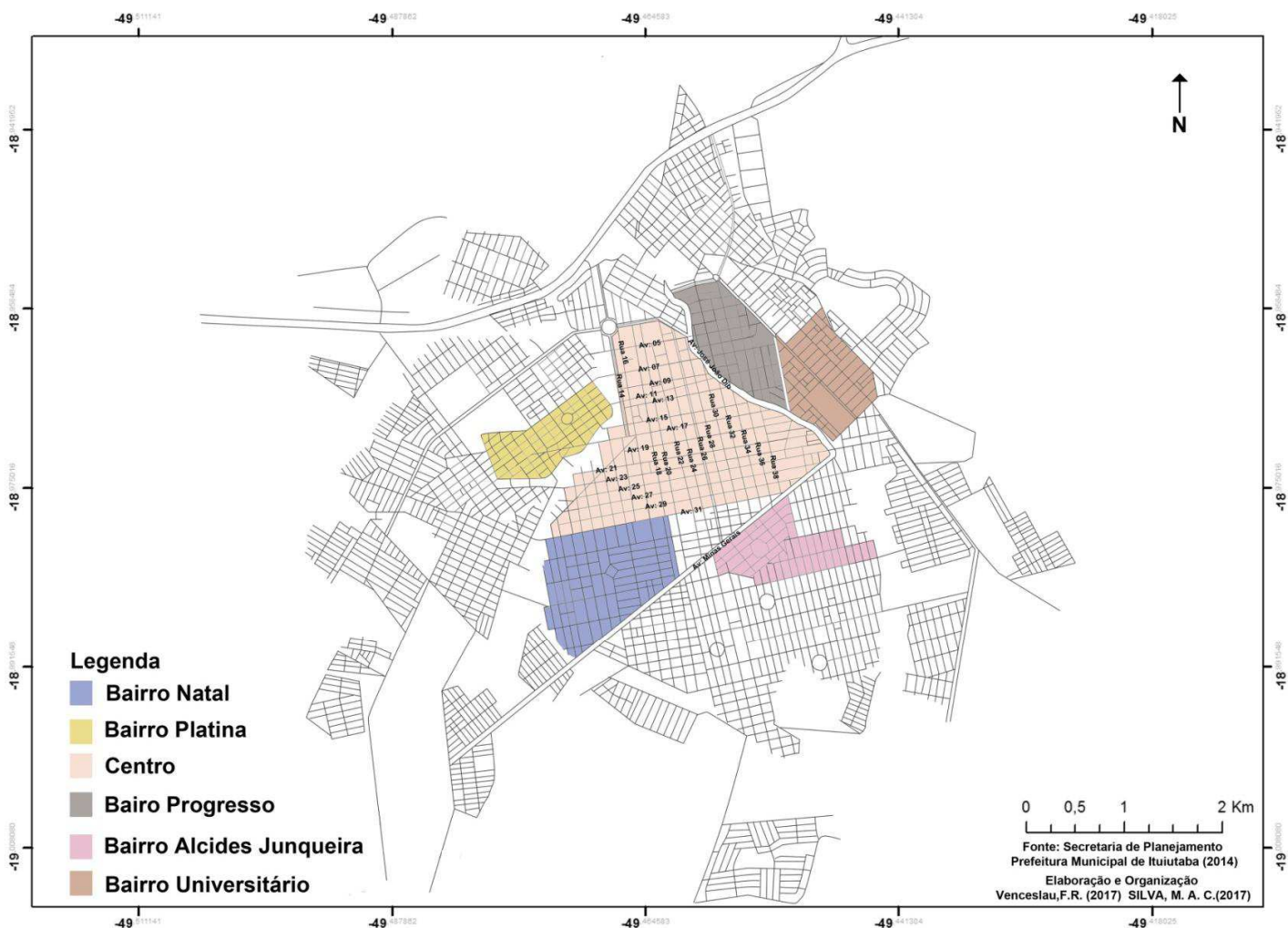
Figura 20 - Redes de água de 1973 a 1980:



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba – Secr. Mun. Planejamento; SAE – Ituiutaba Relatórios Técnicos as SAE, de 1971 a 1980. Org.: VENCESLAU, F. R.; SILVA, M. A. C., 2017.

As primeiras ampliações ocorreram nas proximidades da rede já existente, e também naquelas ruas cujos proprietários de imóveis tinham condições financeiras de adquirir o material para doação, como ocorreu em grande parte do Bairro Alcides Junqueira. A população dos bairros mais afastados do Centro ainda precisou esperar por mais alguns anos até ser contemplada. Observe na figura 21 a nomenclatura de algumas ruas, avenidas e bairros da cidade.

Figura 21 - Bairros e arruamento do bairro Centro de Ituiutaba - principais ruas e avenidas:



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba – Secr. Mun. Planejamento. Org.: VENCESLAU, F. R.; SILVA, M. A. C., 2017.

Comparando os dois mapas é possível observar que o bairro Centro estava bem atendido pelas redes de água, provavelmente por ser o local a partir do qual se expandiu o núcleo urbano, assim como o bairro Progresso. Este, como os bairros Natal, Platina e Alcides Junqueira eram chamados de Vila (Vila Natal, Vila Junqueira, Vila Progresso e Vila Paltina), por serem bairros considerados periféricos, ou os subúrbios na década de 1960 e 1970.

Pode-se pensar que esse descompasso na expansão das redes de água e, por conseguinte, na melhoria da infraestrutura da cidade provavelmente é resultado de uma ação deliberada das autoridades locais, onde a função inicial do projeto de abastecimento era aprimorar a oferta de água na parte central da cidade, deixando as áreas periféricas em

segundo plano. Isso era justificado pela falta de recursos disponíveis. No entanto, a área central, como observado nos mapas, era abundante a quantidade de redes, dessa forma, o sistema de abastecimento deveria atender rapidamente aos bairros mais afastados, o que somente ocorreu quase uma década depois. Pode-se concluir que havia uma estratégia de valorização do solo urbano na parte central e que se serviu da ação governamental para o pleito. Mais uma vez, a parte central, onde se localizava um conjunto de serviços, comércio e fruição, foi ainda mais valorizada frente os demais setores da cidade.

De acordo com Raquel Rolnik, as obras de infraestrutura urbana são subsidiárias da expulsão dos pobres para as áreas mais afastadas, em virtude da sua valorização financeira. Esse processo incentiva a especulação e remodelação da paisagem. Esta pode ocorrer tanto através do capital público como pelo privado³⁴⁹.

Uma das maneiras de superar tais obstáculos, por parte da população era recorrer aos poços ou cisternas, o que apresentava numero significativo ainda na década de 1980. De acordo com as informações da pesquisa por amostra de domicílio, feitas pelo IBGE,³⁵⁰ além de recorrer às fontes ou poços, muitos domicílios não possuíam rede interna. (Quadro 6).

Quadro 6 - Acesso e uso da água domiciliar em 1980:

Ituiutaba	Com canalização interna			Sem canalização interna			Sem declaração
	Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma	Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma	
16 605	9149	1122	66	1163	4755	347	3

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1980. IBGE, 1983. Org.: SILVA, M. A. C., 2017.

Aproximadamente 50% dos domicílios não utilizavam os serviços da autarquia em 1980. Mesmo com a expansão das redes era um número muito alto para quase uma década de atuação da autarquia na cidade.

Em 1960, a população total era de 70.706 habitantes³⁵¹. Na década de 1970 já alcançava a soma de 64.656 habitantes, dos quais 47.114 se encontravam na área urbana³⁵².

³⁴⁹ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2.ed, 1997. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, p. 122.

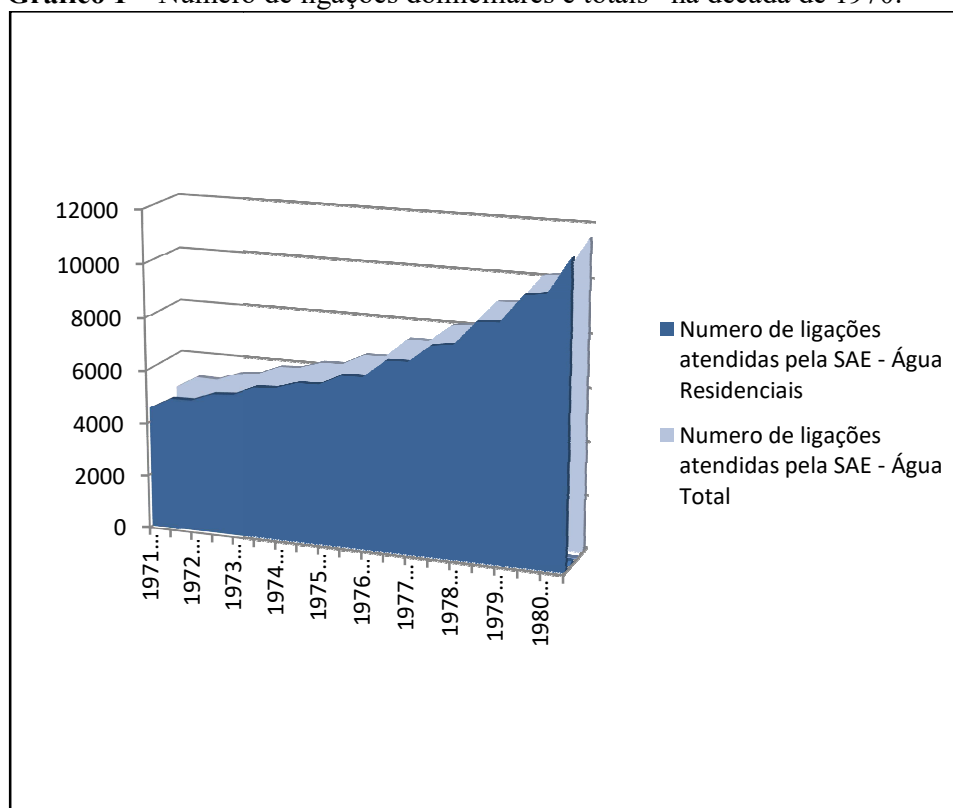
³⁵⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *IX Recenseamento geral do Brasil*. Censo Demográfico – Famílias e domicílios. Minas Gerais, v. 1, Tomo 6, n. 16. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

³⁵¹ IBGE. Op. Cit. 1960.

³⁵² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. *VIII Recenseamento geral do Brasil*. Série regional, Volume I, Tomo XIV, 3ª parte, resultado segundo as microrregiões – Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

Esse decréscimo se deve à emancipação política de alguns distritos³⁵³. No início dos anos 1970, a SAE contabilizou 4.730 ligações de água, entre residenciais, comerciais e industriais. Ao final da década, o número de ramais havia crescido em mais de 6,5mil ligações (Gráfico 1), para uma população urbana que havia atingido a soma de 65.153 habitantes, ou seja, era uma ligação domiciliar para cada 10 habitantes³⁵⁴.

Gráfico 1 – Número de ligações domiciliares e totais* na década de 1970:



Fonte: Relatórios técnicos mensais da SAE – Ituiutaba, de 1971 a 1980. Org.: SILVA, M. A. C., 2017. *Ligações domiciliares, industriais e comerciais.

O acesso à água, bem como sua qualidade, influencia diretamente na saúde da população. Entretanto, nem sempre a oferta de água garante que não possam ocorrer doenças na população, principalmente porque precisa haver equidade e constância em sua distribuição. Além disso, a oferta de água e de coleta dos esgotos são fatores imprescindíveis à prevenção de doenças parasitárias e infecciosas, como as denominadas enterites, principalmente entre as crianças de até cinco anos.

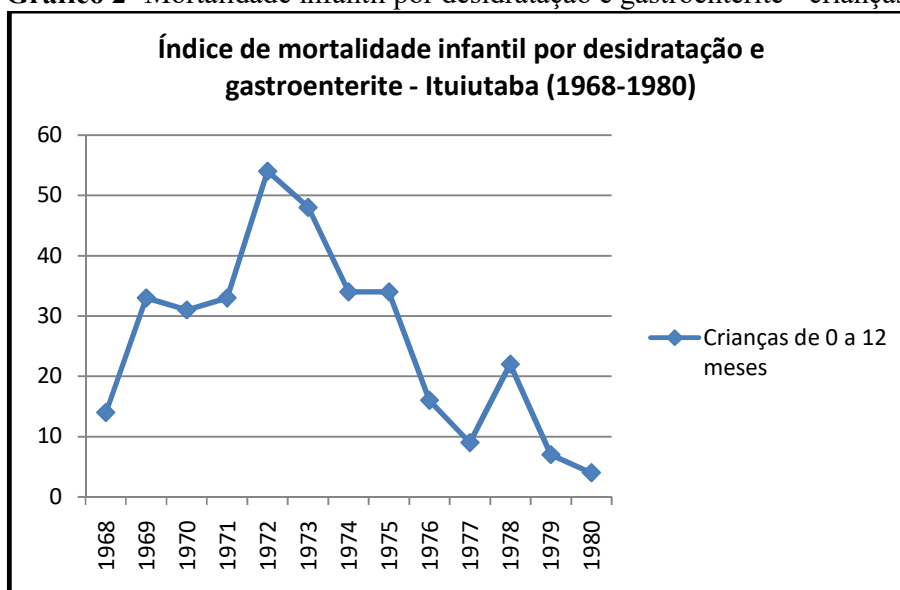
³⁵³ Ver Capítulo 1.

³⁵⁴ A população total do município era de 74.247 habitantes. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Censo Demográfico famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

Pode-se tomar como parâmetro o estudo elaborado por Costa sobre o impacto da oferta de água potável para a população urbana no estado do Rio de Janeiro, a partir do qual foi possível verificar que ocorreu a redução da mortalidade infantil causada por diarreia conforme crescia a oferta de serviços de água e coleta de esgotos. Em 1980, em todo estado, chegou-se ao índice de uma morte para cem nascidos³⁵⁵.

No caso de Ituiutaba, investigando a quantidade de óbitos de crianças de até doze meses, notou-se que entre os anos 1970 e 1973, ocorreu uma elevação do número de mortes por enterites entre as crianças (Gráfico 2). Esse período corresponde ao momento em que a autarquia estava de adaptando na cidade, ocasião em que a estação de tratamento estava sendo reconstruída, fazendo-se o uso de filtros de contato como meio de tratamento. Além disso, as redes ainda estavam em um processo de expansão na cidade, sendo necessárias doações dos moradores para o seu aumento, como afirmado anteriormente.

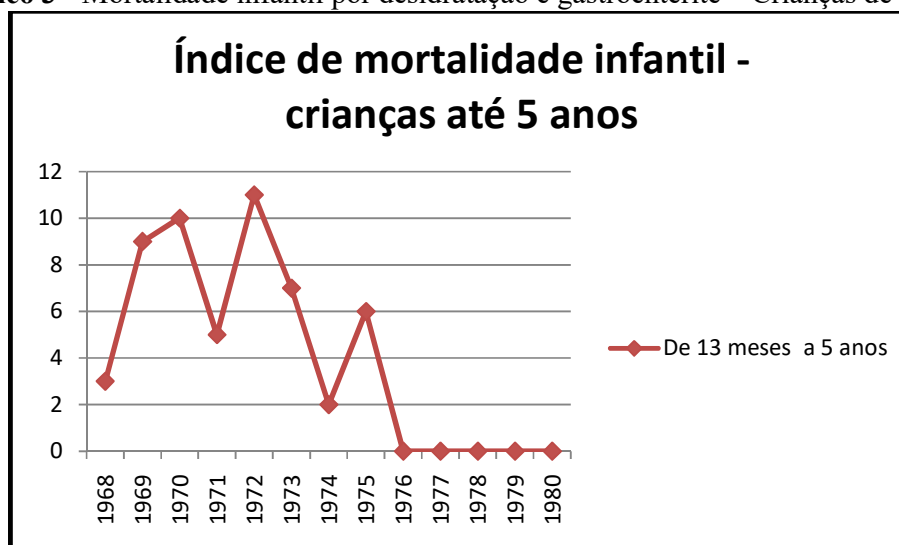
Gráfico 2- Mortalidade infantil por desidratação e gastroenterite - crianças até 12 meses



Fonte: Livros de Registro do Cemitério Municipal de Ituiutaba - "São José". Org.: SILVA, M. A. C. 2016.

O número de mortes de crianças de até cinco anos, mesmo menor, também ocorreu no mesmo período, e igualmente apresentou decréscimo no decorrer da década de 1970, momento em que a autarquia se consolidou na cidade (Gráfico 3).

³⁵⁵ Entre as crianças de 0 a 12 meses. COSTA, Nilson do Rosário. Revisitando o PLANASA. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 25(2), p.31-39. jan.- jun./1991, p.37-38.

Gráfico 3 - Mortalidade infantil por desidratação e gastroenterite – Crianças de até 05 anos

Fonte: Livros de Registro do Cemitério Municipal “São José”. Org. SILVA, M. A. C. 2016.

De acordo com estudo promovido por Oliveira, et. al, nos países pobres com condições sanitárias desfavoráveis, uma das principais causas de morbimortalidade infantil (0 a 5 anos), são as condições sanitárias em que se encontra o domicílio da família. Este problema atinge diferentes faixas etárias, indiscriminadamente. De acordo com o levantamento feito pela OMS, a melhoria no setor de saneamento “poderia prevenir uma série de agravos, com destaque para a diarreia, impactando em aproximadamente, 9,1% da Carga global de doença e 6,3% do total de mortes, principalmente entre as crianças até cinco anos de idade”³⁵⁶.

A instalação da autarquia na cidade foi melhorando as condições sanitárias das famílias na medida em que o sistema de abastecimento se consolidava. Esse processo ocorreu em relação à qualidade da água e na extensão da rede distribuidora e coletora, esta mesmo que ainda incipiente em relação à água.

Os elementos apresentados anteriormente mostram que a implantação do sistema de abastecimento de água mitigou as externalidades causadas pelos elos de interdependência social causados pela falta de água ou por sua baixa qualidade. Conforme a autarquia se consolidava as mortes infantis foram se extinguindo. Além disso, muitas vezes os próprios grupos sociais, de ruas, de bairros ou quadras se encarregavam de oferecer materiais para a extensão das redes, naquele momento em que ainda não havia material suficiente para atender a demanda. Isso mostra que a ação privada, mais uma vez, cotejou a relação custo-benefício.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Andreia Ferreira de. et. al. Carga Global das doenças diarreicas atribuíveis ao sistema de abastecimento de água e saneamento em Minas Gerais, Brasil, 2005. *Ciências e Saúde Coletiva*, 20(4): 1027-1036, 2015, p.1028.

No entanto, nesse momento se tratava apenas de levar comodidade ao próprio lar e à própria rua, e não ao bairro ou à toda a cidade.

Outro aspecto contemplado pela autarquia era a coleta de esgotos domiciliares e pluviais. Da mesma forma que havia redes de água prévias, havia também redes de coleta de esgotos. Estas foram melhoradas e ampliadas pela autarquia, da mesma forma que ocorreu com a água: através de materiais doados inicialmente pela população, e a partir dos meados da década de 1970, com material da FSESP³⁵⁷.

A expansão das redes de esgoto na cidade não acompanhou o andamento das redes de água, levando a população a buscar outros recursos, como o uso de fossas (Quadro 7).

Quadro 7 – Domicílios com rede de água e esgotos em Ituiutaba – 1960-1980:

PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - REDES DE ÁGUA E ESGOTOS			
Período	1960	1970	1980
Total de domicílios	9868	12717	16605
Com rede geral de água	766	1737	10312
Com poço ou cisterna	-	6565	5877
Com outra fonte de abastecimento	-	-	413
Com rede de esgotos	1373	1123	8560
Com fossa séptica	-	926	341
Com fossa rudimentar	-	2217	5796
Com outro escoadouro	-	608	82

Fonte: IBGE. Recenseamentos de 1960, 1970 e 1980. Org.: SILVA, M. A. C. 2016.

Mesmo que não houvesse uma rede coletora em todos os domicílios com rede de água, o aumento do uso de fossas indica uma melhoria nas condições sanitárias dos mesmos. Se entre 1970 e 1980 o aumento de redes de água foi de 48,5% entre os domicílios, o uso de fossas sépticas ou rudimentares cresceu 22,7%, enquanto a rede de esgotos aumentou a cobertura em 42,2% dos domicílios. De acordo com Heller, as condições domiciliares influenciam a qualidade de vida das crianças menores de cinco anos tanto quanto a oferta de água e esgotos. Inclui-se as condições sanitárias, o destino correto dos dejetos, a drenagem urbana, a higiene familiar e até mesmo as condições socioeconômicas e o uso de geladeira nos domicílios. Além disso, o autor afirma que a água tratada deve ser em quantidade suficiente, pois observou-se que a oferta da mesma, ainda que sem tratamento prévio em quantidade

³⁵⁷SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de 1971 a 1980.

suficiente foi mais eficaz na redução da diarreia infantil do que o uso de água tratada, em menor quantidade³⁵⁸.

Uma das desvantagens do uso de fossas é a poluição dos lençóis freáticos. Sendo a cidade cortada por vários córregos, estes acabavam ficando poluídos. Outros fatores para a poluição dos mesmos eram a ocupação de suas margens e também o despejo de esgotos domiciliares. Um desses córregos é o Córrego São José, cuja poluição lhe acarretou o apelido de Córrego Sujo. As obras de cobertura do mesmo foram uma estratégia de integrá-lo na urbe, bem como acarretaram a valorização do solo urbano.

3.4 – “A obra do século”

A importância das políticas de saneamento para Ituiutaba esteve também relacionada às obras urbanas de drenagem, principalmente no saneamento e cobertura de córregos. À margem deles a cidade foi crescendo e eles acabaram se tornando obstáculos à integração de bairros, ou se tornando o destino dos dejetos domiciliares.

De acordo com Janes Jorge, que estudou a relação da cidade de São Paulo com os rios Tietê, Tamanduateí e seus afluentes, no final dos séculos XIX e início do XX, a cidade perdeu aqueles rios por conta da busca desenfreada pelo progresso. Inicialmente eles eram uma fonte de vida e de sustento, servindo até mesmo para práticas esportivas, no caso do Tietê. A cidade não possuía tratamento de esgotos, chegando-se até mesmo a ter um sistema de coleta misto, que combinava águas pluviais às da coleta domiciliar, o que em períodos chuvosos oferecia enormes riscos à população. Visando solucionar as epidemias e problemas sanitários causados por aquele contexto, a solução encontrada foi a canalização de córregos e a retificação dos rios³⁵⁹.

A visão pragmática dos gestores municipais em Ituiutaba nos anos 1970 pode ser aproximada à utilizada em São Paulo no início do século. Em uma cidade cortada por inúmeros cursos d'água, que poderiam servir para o abastecimento, caso não fossem poluídos por dejetos, era necessário escondê-los, porque remetiam ao aspecto insalubre e esteticamente

³⁵⁸ HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciências e Saúde Coletiva*. 3(2):73-84, 1998.

³⁵⁹ JORGE, Janes. *Tietê: O rio que a cidade perdeu*. O Tietê em São Paulo – 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006, p.27-73.

desagradável para uma urbe que se pretendia moderna e pujante. Nesse intuito, era preciso escondê-los como foi feito com o Córrego São José, conhecido popularmente como Córrego Sujo, justamente pela poluição do mesmo. Ao longo do córrego foi construída uma avenida ligando os bairros situados a leste da cidade, como o bairro Universitário, Progresso e Ipiranga ao bairro Centro. Além disso, seria o acesso ao Campus Universitário recém construído e também o local onde circulariam os ônibus interestaduais, em direção à rodoviária, em fase de acabamento. A obra de canalização do córrego, incluída no projeto de saneamento da cidade, demorou alguns anos para ser terminada, principalmente por conta de erros que levaram ao desabamento de parte da mesma. Tal evento resultou em um inquérito na Câmara Municipal e na Prefeitura, além de gerar transtorno para a população, ansiosa pelo término da obra.

Houve muita ansiedade por parte da administração municipal para a execução das obras, ecoando na Câmara Municipal os alardes feitos acerca da mesma:

[O vereador Palis] informou à casa que dentro em breve a municipalidade publicará os editais de concorrência pública para a construção dos primeiros trezentos metros da canalização do córrego São José, tendo início na avenida 17 e termino na avenida 7.³⁶⁰

[...] o vereador José dos Santos Vilela, (...) criticou o excesso de placas indicativas colocadas na avenida 17 [figura 22], por ordem do Sr. Prefeito [Fued José Dib], numa propaganda exagerada, sobre a canalização do córrego São José, sendo considerada como a “obras tijucana do século”, o que é um pouco de excesso, pois há coisas a serem feitas de maior importância, do que a tubulação daquele córrego.³⁶¹

³⁶⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 11ª sessão Legislativa da 1ª Reunião da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 22 de Abril de 1974*, p.21.

³⁶¹ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 2ª sessão legislativa da 2ª a reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 19/8/74*. p. 63.

Figura 22 – Representação das placas indicativas da prefeitura ao longo da Avenida Dezesete (Reprodução)



Fonte: *Cidade de Ituiutaba*, 23 de junho de 1977, p.1.

A obra de canalização do córrego e aterramento para a construção da avenida foram bastante divulgados no *Cidade de Ituiutaba*, desde a abertura da concorrência até a conclusão da segunda etapa. Em sua maioria, as reportagens de 1974 a 1975 - antes do desabamento da avenida em 1976 - apresentavam o teor grandiloquente acerca do empreendimento, como: “Iniciada a canalização do Córrego Sujo (...). Congratulamo-nos com a administração de Fued Dib pelo início da grande obra, por muitos chamada “Obra do Século”. Parabéns à comunidade Tijucana!”³⁶²; “Consta que 150m da galeria, visando a canalização do Ribeirão São José já foram feitos, observando-se que dentro de pouco tempo a tarefa estará concluída, beneficiando grandemente aquele importante setor de nossa cidade”³⁶³.

A avenida construída sobre trecho do córrego São José, compreendido entre as avenidas Sete e Dezenove, foi nomeada Avenida José João Dib, em 1975, quando a primeira etapa (355m) de mesma já estava pronta, e a segunda fase adiantada. Sua denominação é uma homenagem ao pai do prefeito da época, Fued José Dib³⁶⁴.

Duas empresas dividiram a tarefa de construção de galerias e do aterramento das mesmas. Na primeira parte, a construtora Alfa Ltda se encarregou da canalização, enquanto o

³⁶² CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 18 de junho de 1974, n. 562, p.1.

³⁶³ CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 29 de agosto de 1974, N°. 614, p.1.

³⁶⁴ ITUIUTABA, Lei nº 1708 de 09 de outubro de 1975.

aterro foi efetuado pela Prefeitura Municipal. A segunda etapa também foi responsabilidade da mesma empresa, sendo o aterro responsabilidade da Construtora Centro-Oeste S/A³⁶⁵. O financiamento ocorreu através de empréstimo junto ao Banco do Brasil e parte foi paga com recursos da prefeitura.

CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO SUJO

Construtora Alfa vai iniciar obras da segunda etapa

(...)

A nova etapa com extensão de 1100 metros é quase três vezes maior que a primeira, que mede 355 metros. O ponto inicial fica entre as avenidas 17 e 15, à altura da Rua 40. O final pouco abaixo da ponte da avenida 5, conforme já informamos³⁶⁶.

Com o desabamento de dois trechos da avenida em 1976, poucos meses após sua inauguração, a denominação “obra do século” acabou virando motivo de piada nos jornais e nas rodas sociais da cidade. Com os problemas estruturais apresentados, chegou-se a afirmar que a mesma demoraria um século para ser reconstruída.

Em uma página de e-commerce denominada *Portal Ituiutaba*, que serve para a divulgação e localização de empresas, com enfoque no público consumidor local, há um conjunto de informações sobre a história do poderes Executivo e Legislativo da cidade, bem como aspectos da cultura local³⁶⁷. Na denominada *Galeria de prefeitos*, encontra-se um breve resumo dos mandatos de cada um dos prefeitos e agentes executivos locais, entre os quais está o histórico do Sr. Fued José Dib. De acordo com a página, a obra foi possível após a contratação de um empréstimo junto ao Banco do Brasil, servindo-se do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU como meio e obter os recursos necessários, que seriam quitados em uma década. O objetivo era construir a canalização do córrego, num percurso de 1500m lineares, sob uma avenida com canteiro central e duas pistas de aproximadamente 60m. No entanto, após sua inauguração, em 1976, parte da mesma ruiu (aproximadamente 300m), e começaram os debates e acusações na câmara. Segundo o site:

(...) o que era euforismo político, passou a ser uma grande dor de cabeça e preocupação por parte da população desta cidade. A oposição, que era liderada por José dos Santos Júnior - Jucão (PDS) que cobrava uma explicação plausível para aquele desastre que havia se abatido sobre o município. Mas ninguém aquela ora queria falar e nem assumir a responsabilidade por aquele desabamento. Chegando o vereador Jucão a afirmar e denominar, a obra de canalização do córrego São José

³⁶⁵CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 20 de junho de 1975, n. 810, p.1.

³⁶⁶CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 14 de março de 1975, n. 744, p.1.

³⁶⁷<http://site.cadeshop.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=emp&usuid=363&conteudo=Empresa>. Acessado em 14/11/2017.

(Obra do Século), segundo ele, não, porque duraria um século, mas sim, porque teria que ser recuperada durante um século.³⁶⁸

Assim que parte da avenida ruiu, os vereadores tomaram providências para que se instaurasse uma comissão de inquérito visando investigar as causas do evento.

(...) requerimento CM/163/76 da bancada da Aliança Renovadora Nacional, à mesa, no sentido de que constitua uma comissão especial de inquérito visando apurar a responsabilidade da ruptura da parte da galeria recém construída canalização do Ribeirão se São José, denominada “obra do século” bem como verificar se o restante da obra se encontra condenada. (sic) Fazendo uso da palavra, o edil Yunes esclareceu que a bancada da Arena deseja a criação da comissão especial de inquérito, para, através dela, buscar responsabilidades. Entretanto, antes de atingir o ponto culminante da questão, a comissão fará pesquisa minuciosa, para tanto, analisará os contratos firmados entre a Prefeitura e as firmas fiscalizadoras e executora da obra, bem como todos os documentos que integraram a concorrência pública. A seguir, o vereador Arantes se fez ouvir, oportunidade em que não concordou com o requerimento, porque o senhor prefeito já nomeou uma comissão composta por engenheiros de reconhecida capacidade. Então, prosseguiu, à casa só resta aguardar o relatório que será preparado pela comissão de sindicância do executivo, para, posteriormente, tomar as providências que lhe caiba. Assim sendo, a bancada do MDB é francamente contrária à aprovação do requerimento proposto pela bancada da ARENA, por considerá-lo extemporâneo.³⁶⁹

De acordo com a reportagem do jornal Cidade de Ituiutaba, o prefeito Acácio A. Cintra Sobrinho, que assumiu em 1977, requereu junto ao Poder Judiciário local a urgência na produção de provas acerca do desmoronamento de parte da avenida, no intuito de acelerar o processo de investigação e também de reconstrução do trecho afetado. Como solução para a questão, indicou a empresa que seria encarregada de prestar o serviço técnico pericial, a empresa Trevo – Serviços técnicos, S.A., além de solicitar a citação através de carta precatória o professor Vicente Marinho Jr. de Uberaba, a empresa Procalco Ltda., também de Uberaba e as empresas Alfa Ltda. e Centro-Oeste Ltda. De Uberlândia³⁷⁰.

O professor Vicente Marino Júnior era professor de Hidráulica na Faculdade de Engenharia de Uberaba-MG, e ficou encarregado de fazer o levantamento topográfico e os cálculos estruturais do projeto. Os primeiro 355 metros de obras ficaram sob responsabilidade da empresa Alfa Ltda. Em seguida, os cálculos estruturais e topográficos do restante da obra, 1000 metros de galerias, foram calculados pela Procalco S. A. a pedido da prefeitura. A mesma firma Alfa Ltda. venceu a concorrência pública para efetuar a segunda etapa da construção. Por fim, a construtora Centro-Oeste Ltda. ficou encarregada de terraplanar e pavimentar uma avenida de 60 metros de largura sobre as galerias. Estas, que no final de

³⁶⁸ <http://site.cadeshop.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=194570&usuid=363&conteudo=FUED%20JOS%C3%89%20DIB>. Acessado em 13/11/2017.

³⁶⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 33ª sessão legislativa da II reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 20 de dezembro de 1976*, p. 4.

³⁷⁰ CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 12 de maio de 1977, n. 1281, p. 1.

1976, ruíram em dois pontos, cada um situado em um perímetro diferente, correspondente às etapas 1 e 2 das obras³⁷¹.

Após o ocorrido, o prefeito Fued J. Dib contratou uma equipe para elaborar um laudo pericial da obra. Constatou-se que ocorreu um subdimensionamento dos cálculos em alguns trechos, correspondentes aos que desabaram. O aterro dos mesmos ficou superior aos três metros estipulados pelo projeto inicial, ocasionando uma sobrecarga naqueles pontos.

Em 1977, os responsáveis pelos cálculos da obra e pela sua execução foram convidados pelos vereadores a comparecer em uma sessão da Câmara Municipal, de modo a prestar esclarecimentos. Tal evento ocorreu após a obtenção do laudo apresentado pela comissão contratada pelo então ex-prefeito Fued J. Dib. Além de buscarem os culpados pelo acidente, os vereadores queriam entender se ocorreu influência da gestão anterior na alteração do projeto ou alguma fraude em relação à obra, o que foi prontamente esclarecido pelos representantes das empresas Alfa e Procalco, respectivamente, os engenheiros Hélivio Felice e Vicente Marino Júnior. A seguir, serão apresentados alguns excertos da ata do Legislativo Municipal do dia 14 de fevereiro de 1977:

Em seguimento, o vereador José dos Santos Vilela Júnior indagou do visitante [Vicente Marino Júnior, da Construtora Procalco] se ele entendia que realmente tivesse havido um subdimensionamento na elaboração do cálculo conforme afirma o relatório conclusivo da Comissão Pericial nomeada pelo ex-prefeito Fued José Dib (...). O representante da Procalco, em resposta, asseverou que, efetivamente, no que diz respeito aos trechos rompidos, houvera um dimensionamento a menor. (...) Disse mais que, embora admitindo um subdimensionamento, para os trechos em que o aterro é superior a três metros, os resultados da perícia não seriam tão flagrantemente disparatados na diferença encontrada, em face do raciocínio que desenvolvia anteriormente.

(...)

Contestado, o representante da Alfa [Hélivio Felice] passou analisar a construção levada a efeito por sua empresa dizendo que ela fora processada com absoluta consciência profissional e que o material empregado é de primeiríssima qualidade, sendo adquirido rigorosamente como as especificações técnicas do projeto.

(...)

Perguntado sobre se o cálculo pedido à Procalco compreendia dimensionamentos para trechos de aterro superiores a três metros, respondeu categoricamente que não. Perguntado ainda se o pedido de cálculo fora feito pela Prefeitura ou pela Alfa afirmou, para definitivo esclarecimento, que a solicitação fora de sua empresa e dele mesmo, Engenheiro Hélivio Felice, nada tendo a Prefeitura com o fato. Acrescentou o representante da Alfa que, efetivamente, para os trechos da galeria onde o dimensionamento é superior a três metros, existe um subdimensionamento, mas que a responsabilidade pelo erro é inteiramente sua e de sua empresa, portanto tanto a municipalidade, como a Coema, empresa fiscalizadora, bem como a Procalco e o Sr.

³⁷¹CASTANHEIRA, Rui Barbosa. *Cidade de Ituiutaba*. Ituiutaba, 14/15 de maio de 1977, n.1283, p.3.

Vicente Marino Júnior cumpriram fielmente as suas obrigações contratuais, assumindo, portanto, o interrogado e a firma que representa, a total e inequívoca responsabilidade pela ruptura verificada nas obras. Indagado (...) sobre se a obra está condenada no seu todo, ou apenas em parte, respondeu que tão somente o trecho desabado, bem como aqueles outros onde possa haver uma sobrecarga de aterro, isto é, onde este seja superior a três metros, estão sujeitos a recuperação. Acrescentou que esta é relativamente fácil, havendo várias soluções, umas mais caras, outras menos vultosas. Disse mais, que o povo de Ituiutaba pode ficar tranquilo, pois a obra ainda não foi entregue à Prefeitura por sua empresa, e que esta, por seu intermédio, assume o solene compromisso de reparar os danos verificados, entregando-a completa, de acordo com todas as cláusulas existentes no contrato que firmou com a Prefeitura do Município.³⁷²

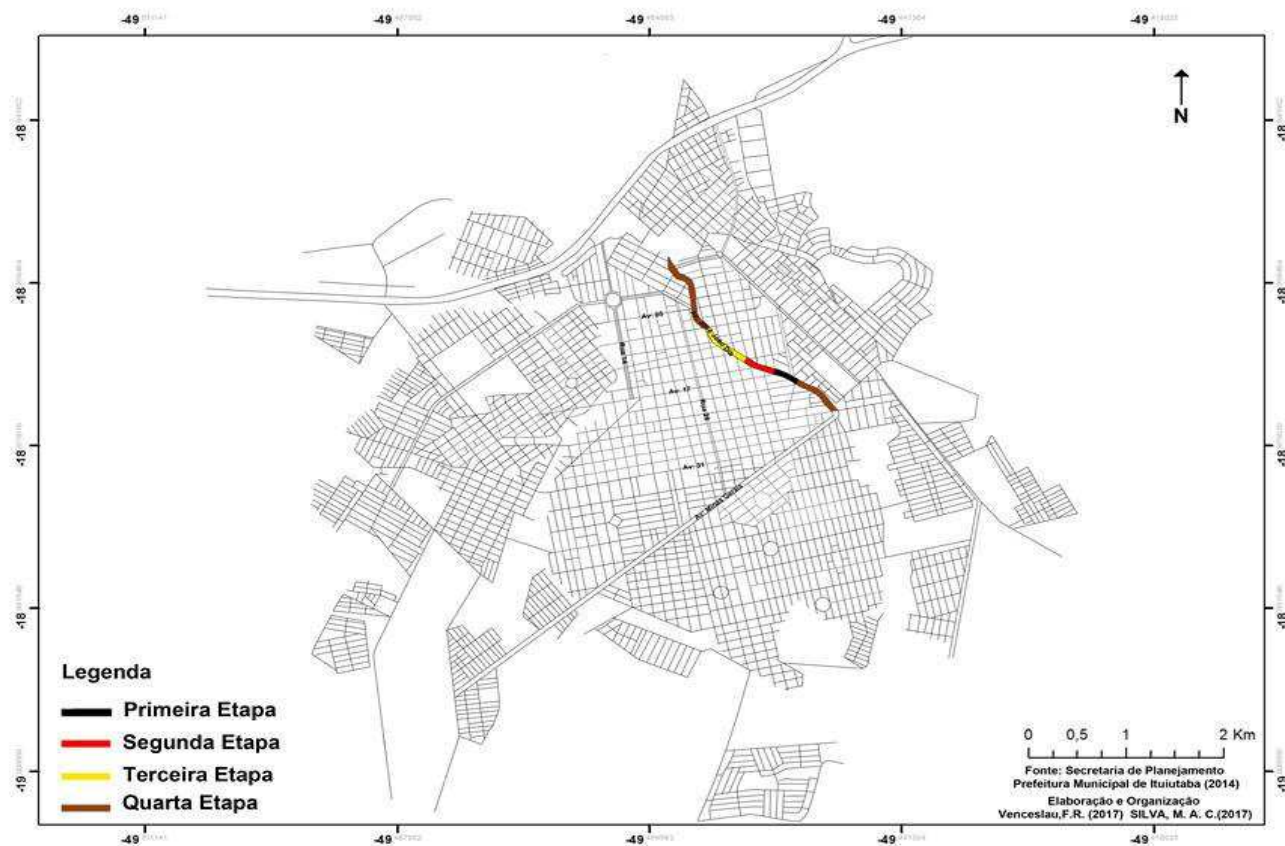
O ex-prefeito foi isentado de qualquer responsabilidade, bem como a empresa Procalco, responsável pelo projeto; e a Coema, empresa fiscalizadora da obra. Os trechos foram reconstruídos conforme afirmou o engenheiro Helvio Felice. Essa última etapa, de reconstrução da obra ocorreu no início da década de 1980. Após 1978 não ocorreu mais nenhuma reportagem acerca do pleito nos jornais pesquisados.

A canalização do São José teve prosseguimento após duas décadas, em uma segunda gestão do Sr. Fued J. Dib, de 2005 a 2008, com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (Figura 23).

A polêmica obra desapropriou inúmeras famílias que se estabeleceram às margens do córrego. Hoje a avenida, malgrado os acidentes ocorridos ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, que demandaram reconstrução de trechos, e o prejuízo à memória e às relações sociais de inúmeras famílias ocorrido nos anos 2000, é um dos locais de melhor aspecto urbanístico da cidade – pode-se afirmar. Talvez não tenha sido a obra do século, mas foi a obra que marcou a vida de um homem público, e a memória de várias gerações de ituiutabanos. Observe na figuras 24, 25 e 26 o tratamento paisagístico dado à mesma, que serpenteia a cidade.

³⁷²CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 4ª sessão ordinária da I sessão legislativa da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 14 de fevereiro de 1977.* p.16-20.

Figura 23 - Etapas da Construção da Avenida José João Dib:



Fonte: Prefeitura de Ituiutaba. Secr. Mun. Planejamento (2014). Org. REIS, F. R.; SILVA, M. A. C., 2017.

Figura 24 – Avenida José João Dib – vista aérea a partir da Av. 5 (reprodução):



Fonte: Portal Ituiutaba. <http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=5688&usuid=363&conteudo=FOTOS%20DA%20CIDADE>. Acessado em 10/01/2018.

Figura 25: parte da Av. José João Dib construída entre 2005 e 2008 (reprodução)



Fonte: Portal

Ituiutaba. <http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=5688&usuid=363&conteudo=FOTOS%20DA%20CIDADE>. Acessado em 10/01/2018. Observe que nessa parte da obra optou-se por uma canalização aberta.

Figura 26: Vista da Av. José João Dib a partir da Av. 25 (reprodução)



Fonte: https://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=Avenida+Jos%C3%A9+Jo%C3%A3o+Dib+-+vista+de+Minas+gerais,+Ituiutaba+-+MG&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwi3gJ2MrczYAhXBkJAKHfRVAgUQBQgkKAA&biw=1525&bih=707&dpr=0.9#imgdii=nAeeih9ztHSoiM:&imgc=weN5wDg_Yb3goM. Acessado em 10/01/2018.

O empreendimento impactou a vida na cidade de diversas formas, tanto em relação ao aspecto urbanístico da cidade, como em relação à valorização do solo urbano e de áreas específicas, como o setor leste, as proximidades da rodoviária, da Faculdade e, as propriedades ao longo da Avenida José João Dib. Muitas pessoas foram indenizadas pela prefeitura em decorrência da desapropriação de lotes situados naqueles locais onde seria construída a avenida.

De acordo com Santos, os projetos de urbanização calcados nos desejos de salubridade e modernização, que não consideram aspectos como a cidadania e o direito à cidade acarretam em um modelo de urbanização privada, que valoriza o solo urbano por meio da oferta de serviços públicos em determinadas áreas da cidade. Assim, lugares desapropriados são valorizados quando já não mais pertencem àquelas pessoas. Dessa maneira, essas obras ficam à mercê de grupos que aspiram o lucro em detrimento do bem-estar coletivo³⁷³.

Esse processo ocorreu nesse setor da cidade, e foi se expandindo conforme as obras do córrego avançavam: as famílias situadas às margens dele eram indenizadas e posteriormente os lotes situados na avenida sofriam uma valorização exponencial, bem como os bairros que passaram a ter um acesso melhor, como Progresso, Universitário e Ipiranga passaram a abrigar residências maiores e melhores.

O saneamento do córrego São José laureou o projeto de cidade há décadas idealizado e aos poucos colocado em prática pelas classes dirigentes locais. A cidade contava, a partir daquele momento com infraestrutura sanitária e urbana adequadas que seriam atrativos para possíveis investidores. As principais ruas e avenidas, na parte central transmitiam a impressão de uma cidade próspera e moderna.

³⁷³ SANTOS, Op. Cit. p. 130-145.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou verificar a importância das políticas públicas de saneamento no Brasil e na cidade de Ituiutaba –MG. Os objetivos do trabalho eram investigar a implantação e consolidação do sistema de abastecimento de água da cidade, dentro de uma conjuntura nacional, que era a criação das políticas de saúde pública e sua expansão através da atuação da Fundação SESP. Cogitou-se que a contemplação da cidade com um sistema de abastecimento estava relacionada ao esforço político das classes dirigentes que se atentaram para a necessidade de obter uma infraestrutura adequada para o crescimento ordenado da cidade. Além disso, a escolha do município frente a outros da região poderia ter ocorrido não apenas por questões políticas, mas econômicas, em decorrência da existência de um abastecimento prévio e de condições de custeio de parte das obras, por parte da municipalidade. Outro fator a ser investigado foi o resultado da atuação da SAE na sua primeira década, tanto em relação à melhoria da saúde da população, como da expansão das redes em direção aos bairros periféricos.

A pesquisa permitiu também a inserção do contexto local em uma conjuntura internacional. A criação do SESP se mostrou como o primeiro passo para políticas de saúde a nível nacional que se mostraram mais abrangentes do que as medidas tomadas anteriormente na história da saúde pública brasileira. O SESP e sua continuidade como Fundação proporcionaram um legado importante para a saúde pública, no que tange à criação de postos de saúde, à formação de profissionais, educação sanitária, medidas profiláticas, sanitárias e com a criação dos sistemas de abastecimento de água. O SESP obteve autonomia para criar uma metodologia de trabalho específica e que deixou permanências.

O legado sepiano para a cidade de Ituiutaba foi a implantação da autarquia municipal de abastecimento de água e esgotos. A SAE foi uma das poucas instituições que mantiveram o modelo inicial autossustentável e que conseguiu atender à população. Muitas cidades não conseguiram dar continuidade aos sistemas com o fim da FSESP e/ou com a criação das companhias estaduais de abastecimento, a partir do PLANASA. As autarquias municipais foram encampadas pelas CEBs e aquelas cidades que não possuíam abastecimento de água foram contempladas com os serviços das companhias estaduais.

A pesquisa contemplou um aspecto inédito de tais políticas de saneamento na região e na cidade, observando a forma como a autarquia foi instalada e seu funcionamento.

Possibilitou até mesmo verificar a maneira como havia uma atuação em rede na região, onde uma mesma equipe de engenheiros responsáveis se encarregava de prestar serviços a várias autarquias e sistemas de abastecimento, o que reduzia os custos de operação. Aqueles deveriam ser o mais simples possível, e seguiam um mesmo padrão de organização, funcionamento e tecnologia. Como apresentado, há muitas semelhanças entre a estação de tratamento de Colatina – ES, utilizada como exemplo, e a de Ituiuitaba-MG.

Para se compreender o processo histórico de instalação de tais autarquias e das políticas de saneamento no Brasil foi imprescindível a compreensão da noção de interdependência. Quando as sociedades modernas constataram que havia elos entre as diferentes classes sociais e indivíduos, os grupos de maior poder na sociedade se encarregaram de buscar soluções para os problemas que afligiam a todos, independente de sua condição social ou de vida. Esses problemas poderiam ser tanto as epidemias como os custos das mesmas para a sociedade, tanto financeiros, como sociais e individuais. Os grupos detentores de poder da sociedade perceberam que era menos oneroso promover ações para o bem coletivo do que arcar com as consequências das epidemias, que comprometiam a cadeia produtiva, e colocava a vida de todos em risco. Foi a partir dessa constatação que iniciaram as primeiras ações em prol do bem-estar coletivo, principalmente ações voltadas à saúde e ao saneamento. Esse processo acarretou uma nova função para o Estado e originou as políticas de saúde pública.

A ação estatal voltada à saúde e ao saneamento no Brasil passou por um longo processo, em virtude da configuração do Pacto Federativo, que responsabilizava cada estado pelas medidas sanitárias. Com isso, em detrimento da falta de recursos ou por conta do descaso dos governantes, a maior parte da população vivia entregue às doenças e sem qualquer infraestrutura sanitária.

Essa constatação correu a partir das primeiras expedições organizadas por médicos sanitaristas ao interior do país, que resumiram o quadro nacional como sendo um imenso e doente sertão, ou seja, desde a Capital Federal até os rincões da nação havia pobreza e doença. A partir daquele momento começaram as campanhas em prol do combate às epidemias que afligiam a população, e pelo saneamento dos sertões.

Em decorrência da existência de doenças que comprometiam a ação do povo para o trabalho, como a ancilostomíase, toda a cadeia produtiva ficava comprometida,

principalmente no campo. Era preciso mudar a situação do povo para que a nação se desenvolvesse.

A preocupação com a ancilostomíase preocupava até mesmo os Estados Unidos, que temiam o avanço da doença no continente, fazendo com que o país tomasse medidas sanitárias para prevenir a chegada da mesma em seu território. Portanto ofereceu também ajuda aos países Latino-Americanos para combater a doença. Um dos encarregados de tais ações era a Fundação Rockefeller, que ganhou espaço junto ao governo norte-americano.

Nelson Rockefeller acabou encarregado de liderar as políticas diplomáticas no sub continente, sendo uma delas a criação do SESP, através de acordos bi-laterais entre os Estados Unidos e o Brasil para atender o esforço de guerra, durante a Segunda Guerra Mundial. Em troca de matérias-primas (borracha e minério de ferro) áreas específicas para a exploração desses recursos deveriam ser saneadas, bem como aqueles locais onde seriam instaladas as bases militares americanas no território brasileiro. Através desse feito o SESP acabou servindo ao projeto varguista de desenvolvimento da nação, fazendo com que a instituição se encarregasse de promover ações de saúde e saneamento em todo o território nacional. Estavam instaladas as bases das políticas sanitárias a nível nacional no Brasil e que deixariam um legado importante para as ações futuras.

Quando o contrato entre o SESP e o IAIA acabou, na década de 1960, o Serviço passou a ser denominado FSESP e deu continuidade ao trabalho já desenvolvido, agora com recursos unicamente oriundos do governo brasileiro. A partir daquele momento ocorreu uma expansão do serviço. Naquela década inúmeros sistemas de abastecimento foram implantados em cidades menores. Foram criadas autarquias denominadas SAAEs. Entre elas a de Ituiutaba e mais inúmeras outras na região, entre 1965 e 1969.

O que havia em comum entre os municípios mineiros atendidos pela FSESP foi que eles já possuíam um abastecimento prévio, porém deficitário. Além disso, para a FSESP implantá-los deveria haver condições por parte daqueles municípios de arcar com parte dos custos de implantação.

Ituiutaba possuía um sistema mais simples de distribuição de água não tratada, que atendia a população do bairro Centro e algumas localidades mais afastadas. A partir da década de 1950 a cidade começou a aumentar sua população e a demandar a extensão das redes. Esse período da história da cidade é marcado pelo crescimento econômico da mesma em função da

atividade agrícola, que atraiu muitos migrantes para a cidade, além de fomentar o comércio e a circulação de bens, ocasionando um clima de otimismo por parte da elite local que acreditava que a cidade estava em um processo de constante crescimento e que demandaria um planejamento maior desse processo. Foi nesse momento que começaram a buscar apoio junto ao governo Federal para atender as demandas do município, que não eram somente de água potável, mas também rodovias, silos, saneamento entre outros.

Dessa forma, foi possível compreender que houve uma série de fatores que levaram à contemplação da cidade com a instalação da autarquia: a demanda pelo abastecimento de água, o esforço político em busca do apoio do Governo Federal, a capacidade do município de arcar com os custos do sistema, as redes já existentes que foram aproveitadas e a convergência dos interesses da elite local diante da crença no progresso constante da cidade, diante do cenário de crescimento e modernização urbana.

Atingida a meta da cidade de ter seu sistema de abastecimento instalado, com coleta sanitária e água tratada, passou-se a verificar o segundo aspecto que foi quais as conseqüências trazidas pela SAE. Entre elas os efeitos reais na vida dos cidadãos urbanos. Percebeu-se que mesmo com a demora para a expansão das redes de água, que alienaram a população periférica até o final dos anos 1970, houve a redução de casos de enterite entre as crianças e também de mortes na primeira infância. Esse processo não pôde ser melhor contemplado em relação a outros fatores, como campanhas de alimentação e puericultura, em função da abrangência de muitos temas para discussão, o que dificultaria o fechamento da pesquisa, além da ausência de documentação, já que ela se restringiu aos registros cemiteriais.

Diante do exposto, as hipóteses levantadas inicialmente foram quase todas confirmadas, sobretudo em função da ação da elite local diante de fatores como a interdependência social, em decorrência da necessidade de proporcionar o crescimento ordenado da cidade, em favor de interesses econômicos e políticos.

Mesmo que não se tenha considerado um fator imprescindível para a pesquisa, poderia se ter avançado um pouco mais em relação à atuação do SESP na escolha e na operação dos sistemas de abastecimento, caso houvesse a possibilidade de acesso aos documentos sob a guarda da Fiocruz. Portanto, há ainda questões a serem respondidas, como quais eram os critérios de seleção dos municípios para a instalação dos sistemas de abastecimento? Quantos municípios mineiros foram atendidos pelo sistema de autarquia? Como funcionava a escala de distribuição dos técnicos entre as autarquias? Como foi o processo de transição para a

administração da Funasa, com o fim da Fundação? Há, ainda, uma enorme curiosidade em relação à comparação dos sistemas de abastecimento mineiros atendidos pela FSESP, no que tange custos, operacionalidade, condições de trabalho, qualidade de serviços, entre outros fatores. Nesse sentido, a pesquisa poderia evoluir para a comparação de tais sistemas e a evolução dos mesmos diante da conjuntura nacional da década de 70, na transição do PLANASA, além de comparar seus modelos de abastecimento com as companhias estaduais.

FONTES:

ACAIACA. n. 54. Belo Horizonte, 1955.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba, MG. Edição do autor, 1984.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP. *Manual de Saneamento*. v.1, 3.ed, 1972.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP. *FSESP: Um marco na engenharia sanitária e na saúde pública no Brasil*. VI Congresso de Engenharia Sanitária. Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP. *Manual de Saneamento*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE; FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. Rio de Janeiro, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Atas de reuniões ordinárias e Extraordinárias de Villa Platina, de 11/06/1906 a 21/09/1908.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da Reunião Ordinária de 19 de setembro de 1910*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 16ª sessão da 1ª reunião ordinária de dez de maio de 1955*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 2ª sessão da 3ª reunião ordinária de 31 de outubro de 1955*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da reunião ordinária de 21 de novembro de 1975*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 11ª sessão Legislativa da 1ª Reunião da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 22 de Abril de 1974*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 33ª sessão legislativa da II reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 20 de dezembro de 1976*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias de Villa Platina, em 06 de Agosto de 1907*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 2ª sessão legislativa da 2ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 19/8/74*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. *Ata da 4ª sessão ordinária da I sessão legislativa da Câmara Municipal de Ituiutaba, em 14 de fevereiro de 1977*.

CASTILHO, Engenheiro Caio Celso Bahia de. Relatório das medidas administrativas colocadas em vigor a partir da minha posse como Superintendente da SAE. 18/02/1971, 2p.

ITUIUTABA. Lei Nº 309, de 29 de janeiro de 1955.

ITUIUTABA. Lei Nº 312 de 18 de março de 1955.

ITUIUTABA. Lei Nº 775 de 27 de junho de 1963.

ITUIUTABA. Lei nº 1136 de 16/06/1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1101, de 27/02/1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1208 DE 27/12/1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1102 de 27/02/1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1223, de 26/03/ 1968.

ITUIUTABA. Lei Nº 1363, de 10 de dezembro de 1970.

ITUIUTABA. Livros de Registro do Cemitério Municipal “São José”, 1968-1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil* – 1º de setembro de 1940. Série regional, parte XIII, Minas Gerais, Tomo II, população. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil*. Série regional, parte XIII – Minas Gerais, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. *Censo demográfico de 1950*. Série regional. Volume XXI, Tomo I. Rio de Janeiro, 1954.

_____. *Censo demográfico de 1960*. Série regional. Volume I, Tomo IX.: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

_____. *VIII Recenseamento geral do Brasil*. Série regional, Volume I, Tomo XIV, 3ª parte, resultado segundo as microrregiões – Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Censo agrícola de 1960*. VII Recenseamento geral do Brasil. Série regional. V.2, Tomo IV, Segunda Parte. Rio de Janeiro: Fundação IBGE - Departamento de Censos.

_____. *Censo agropecuário*. V. 2, Tomo 3, n. 16, 3ª parte. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1984.

_____. *IX Recenseamento geral do Brasil*. Censo Demográfico – Famílias e domicílios. Minas Gerais, v. 1, Tomo 6, n. 16. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

_____. *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográfica*. IBGE: Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Regiões de influência das cidades*. IBGE: Rio de Janeiro, 2007, p. 11; 25.

<http://www.sacituiutaba.com.br/?sec=sae&pg=historico>> Acessado em 13/2/2014.

http://www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno/html/cidades/Ituiutaba/Praca_Conego_Angelo.html. Acessado em 03/04/2017.

<http://www.sae.com.br/?sec=agua&pg=a-captacao-do-rio-tijuco>. Acessado em 22/03/2017.

<http://site.cadeshop.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=194570&usuid=363&conteudo=FUED%20JOS%C3%89%20DIB>. Acessado em 13/11/2017.

<http://site.cadeshop.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=emp&usuid=363&conteudo=Empresa>. Acessado em 14/11/2017.

<http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=5688&usuid=363&conteudo=FOTOS%20DA%20CIDADE>. Acessado em 10/01/2018.

<http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=5688&usuid=363&conteudo=FOTOS%20DA%20CIDADE>. Acessado em 10/01/2018.

https://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=Avenida+Jos%C3%A9+Jo%C3%A3o+Dib+-+vista+de+Minas+gerais,+Ituiutaba+-+MG&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwi3gJ2MrczYAhXBkJAKHfRVAgUQBQgkKAA&biw=1525&bih=707&dpr=0.9#imgdii=nAeeih9ztHSoiM:&imgcr=weN5wDg_Yb3goM:

Acessado em 10/01/2018.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 30 de dezembro de 1965.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 02 de julho de 1970.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 16 de setembro de 1970.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 12 de dezembro de 1971.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 02 de julho de 1972.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 13 de julho de 1972.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 13 de julho de 1972.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 16 de setembro de 1972.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 18 de junho de 1974.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 29 de agosto de 1974.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 20 de junho de 1975.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 14 de março de 1975.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 13 de julho de 1976.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, ano V, n. 193, 26 de julho de 1970.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 23 de junho de 1977.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 12 de maio de 1977.

JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 14/15 de maio de 1977.

JORNAL CORREIO DO PONTAL, 16 de setembro de 1965.

JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO. (Nova fase), ano I, 13 de jul. de 1971. n.1.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 16 de setembro de 1957.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 29 de junho de 1960.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 25 de abril de 1962.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 16 de maio de 1962.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 23 de maio de 1962, n. 1178.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 16 de junho de 1962, n. 1184.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 06 de fevereiro de 1963.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 20 de fevereiro de 1963.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 16 de março de 1963.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 03 de julho de 1963.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 30 de outubro de 1963.

JORNAL FOLHA DE ITUIUTABA, 1º de fevereiro de 1964.

JORNAL MUNICÍPIO DE ITUIUTABA. Ano I, n.2, 08 de outubro de 1967.

MINAS GERAIS. LEI Nº 633, de 18 de setembro de 1915.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A Saúde em estado de Choque*. Rio de Janeiro: Editora FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1986.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. FSESP. *Diretrizes gerais de saneamento*. Rio de Janeiro: FSESP, 1989.

VILLA PLATINA. *Câmara Municipal*. Ata da reunião ordinária de 27 de julho de 1909.

PAIVA. Hélio Benício de. “Antigas Soluções para o abastecimento de água”. In.: *O Centenário*. Fundação Cultural de Ituiutaba. Ituiutaba, 2001.

RELATÓRIO de estudos preliminares para o abastecimento de água. Ituiutaba-MG, [1960?].

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios técnicos de jan. a dez. 1971.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1972.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1973.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1974.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1975.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1976.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1977.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1978.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1979.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de jan. a dez. de 1980.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. *Relatório técnico anual*. Dezembro de 1973.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - SAE. Relatórios Técnicos de viagens de jan. a dez. de 1971 a 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência Saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In.: *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens interdisciplinares*. ESPINDOLA, HarufSalmen; ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs). Governador Valadares: Editora Univale, 2010. Edição eletrônica.

ABREU, Jean Luiz Neves; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Território da doença e da saúde: O Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950). *Locus - Revista de História*. V. 15, n.1, p. 191-205. 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Muniz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras (Campo Grande)*, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, jul. 1995.

ANDRADE, Mário Edison Ferreira de. *História do Triângulo Mineiro: Colônia e império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942) História, Ciências, Saúde – *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 257-277, dez. 2007.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/SESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991*. 2ed. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. O Serviço Especial de saúde Pública: Políticas internacionais e respostas locais. *História em Revista*. Pelotas v. 11. p.37-61, dez. 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In.: _____; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Pulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Luciana Domingues, et. al. Localização e acessibilidade das microrregiões de Ituiutaba e Frutal, Triângulo Mineiro: A importância das Rodovias para a dinâmica triangulina. *Anais do XVI encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010.

COPASA. A Empresa. Disponível em:

www.copasa.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3 Acessado em: 12/2/14.

COSTA, Nilson do Rosário. *Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Revisitando o PLANASA. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 25(2), p.31-39. jan.- jun./1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

CYNAMON, SzachnaEliaz. Política de saneamento: Proposta de mudança. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.2: 141-149, Abr.-jun. 1986, p. 144.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FERREIRA, Caio Vinícius de Carvalho. *Política, imprensa local, perseguição: O Golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro*. Dissertação Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2017.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANCO, Isaura. M.; SOUZA, Sauloéber T. Estudantes no Pontal Mineiro e a Ditadura Militar. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.5, n.10, 2013. p.347-372.

FRANCO, Isaura Melo. *Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG 1952-1968)* Dissertação (Mestrado em educação) Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. *As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na*

COPASA/MG. Tese de doutorado (em Geografia). Instituto de Geociências Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GAMA, Ricardo Silva. Aspectos da política nacional de saneamento diante da transição democrática da sociedade e do Estado brasileiro. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. UFPR. p. 141-152. n. 22, jul.-dez./2010.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Pulo: Editora Unesp, 1991.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciências e Saúde Coletiva*. 3(2):73-84, 1998.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciências e Saúde Coletiva*. 3(2): 73-84, 1998.

HELLER, Léo; COUTINHO, Marcelo Libânio; MANGOTI, Sueli Aparecida. Diferentes modelos de gestão de serviços produzem os mesmos resultados? Um estudo comparativo em Minas Gerais com base em indicadores. *Engenharia Sanitarismo Ambiente*. v. 11, n. 4. out.-dez. 2006.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

_____. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

JORGE, Janes. *Tietê: O rio que a cidade perdeu*. O Tietê em São Paulo – 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006.

JUNOR; NOGUEIRA, et. al. As condições de saúde no Brasil. In.: FINKELMAN, Jacobo. (Org.) *Caminhos da Saúde Pública no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro: 2001.

LIMA, Nísia T. *Um sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia, MG: Edufu, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCENA, Andréa Freire de. As políticas Públicas de Saneamento básico no Brasil: Reformas institucionais e políticas governamentais. *Plurais*, v. 1 n. 4. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/~anaclaudia/Sistemas%20de%20abastecimento%20de%20%E1gua/textos%20complementares/Pol%EDticas%20P%00FAblicas%20de%20saneamento%20b%E1sico.pdf>> Acessado em 4/3/2014.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: Ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. *História e Perspectiva*. Uberlândia, MG. v. 4. 37-77, jan.-jun/1991.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos; _____. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Centros de Saúde: Ciência e ideologia na reordenação da saúde pública no século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. p. 1131-1149. v. 18, n.4, out.-dez/2011.

MINISTÉRIO DO INTERIOR; BNH. *Relatório sobre o desenvolvimento do PLANASA no Brasil*, 1975.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: Industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. v. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOURA, Gerson. *Brazilian foreign relations: 1939-1950: the changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War*. Brasília: FUNAG, 2013.

MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 26(3): 64-87. Jul. –Set. 1992.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNIZ, Ana Maria Alves. *Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba – MG 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2014.

NAJAR, Alberto Lopes. et.al. O Plano Nacional de Saneamento: As desigualdades encobertas. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A Saúde em estado de Choque*. Rio de Janeiro: Editora FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1986.

OLIVEIRA, Andreia Ferreira de. et. al. Carga Global das doenças diarreicas atribuíveis ao sistema de abastecimento de água e saneamento em Minas Gerais, Brasil, 2005. *Ciências e Saúde Coletiva*, 20(4): 1027-1036, 2015.

OLIVEIRA FILHO, Abelardo de. *Institucionalização e desafios da política nacional de saneamento: um balanço prévio*. (2004?). Disponível em: www.assemae.org.br/arquivoArtigo/Abelardo2.pdf. Acessado em 26/07/2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista; O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. *Ituiutaba na rede urbana tijucana: (re)configurações sócio-espaciais de 1950 a 2003*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2003.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973). In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX*. v 4. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Lei Nº 3750 de 11 de abril de 1960.

PURDY, Sean. O século Americano. In.: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: Das origens ao século XXI*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *Saneamento no Brasil: Políticas e interfaces*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REYNOLDS, Clark W.; CARPENTER, Robert T. Financiamento à habitação e distribuição de riqueza no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 17(5): 43-61, set.– out. 1977.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (2ª Ed.), SP: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. (Trad. Marcos da Silva Moreira e José de Alcântara Bonfim (Colaboração)). São Paulo: Hucitec: Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem expectador: a ideia de progresso*. (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SAIANI, Carlos Cesar Santejo. *Competição política faz bem à saúde?* Evidências dos determinantes e dos efeitos da privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil. Tese de doutorado (em economia de empresas). Instituto Fundação Getúlio Vargas. Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo, 2012.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SALLES, Maria José. *Política Nacional de Saneamento: Percorrendo caminhos em busca da Universalização*. Tese de Doutorado (em ciências/saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica: Biblioteca de Saúde Pública. Rio de Janeiro 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira; FERREIRA, Caio. V. Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964). *OP SIS*, Catalão-GO, v14, n. 1, p. 321-339, jan./jun. 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Maria Angélica da Costa. *O abastecimento de água em Ituiutaba-MG: Modernização urbana e políticas públicas de saneamento (1955-1970)*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba, 2014.

SILVA, Renato da. *Malária e desenvolvimento: A saúde pública no governo JK*. Tese (doutorado História das ciências e da Saúde). Fundação de Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2008.

SIMÕES, Ruth Matos de Almeida. *Distribuição da Produção de Arroz no sudeste do Planalto Central*. Revista Brasileira de Geografia. Ano XII, n. 2. Abr.-Jun. 1950.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. (Trad. Ismênia T. Dantas) 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007, p. 64-71.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. *Política de Saneamento no Brasil: Atores, instituições e interesses*. Tese de doutorado (em Ciências/saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2011.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de; COSTA, Nilson do Rosário. *Política de Saneamento Básico no Brasil: Discussão de Uma trajetória*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce entre 1942 e 1960*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. *Da lata d'água ao SESP: tensões e constrangimentos de um processo civilizador no sertão do Rio Doce (1942-1960)*. Tese Doutorado (História). Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2015.

YOKOMIZO, Clando. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba*. Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. Tese (pós-graduação) Universidade Rural do estado de Minas Gerais. Viçosa, Minas Gerais, 1967.